



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ANA CLÁUDIA DOS SANTOS DA SILVA

**MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA: OS MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA DE
FEIRANTES E MORADORES DO BAIRRO DA TERRA FIRME, EM BELÉM-PA**

BELÉM
2018

ANA CLÁUDIA DOS SANTOS DA SILVA

**MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA: OS MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA DE
FEIRANTES E MORADORES DO BAIRRO DA TERRA FIRME, EM BELÉM-PA**

Tese apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Ciências Socioambientais. Linha de Pesquisa: Sociedade, Urbanização e Estudos Popacionais.

Orientador: Prof. Dr. Sílvio José de Lima Figueiredo.

BELÉM
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586m Silva, Ana Claudia dos Santos da Silva
Memória e Resistência : Os marcos sociais da memória de feirantes e moradores do bairro da Terra Firme, em Belém-PA / Ana Claudia dos Santos da Silva Silva. — 2018.
328 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
Figueiredo
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

1. Memória. 2. feiras populares. 3. Espaço público. 4. Bairro da Terra Firme. . 5. Resistência . I. Título.

CDD 301

ANA CLÁUDIA DOS SANTOS DA SILVA

**MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA: OS MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA DE
FEIRANTES E MORADORES DO BAIRRO DA TERRA FIRME, EM BELÉM-PA**

Tese apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Ciências Socioambientais. Linha de Pesquisa: Sociedade, Urbanização e Estudos Popacionais.

Orientador: Prof. Dr. Sílvio José de Lima Figueiredo.

Aprovada em: 11/09/2018

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sílvio José de Lima Figueiredo – Orientador
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/PPGDSTU/UFPA)

Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin. – Examinadora Interna
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/PPGDSTU/UFPA)

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia- Examinadora Interna
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/PPGDSTU/UFPA)

Profa. Dra. Maria Manoel Batista. – Examinadora Externa
Universidade de Aveiro/Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais

Profa. Dra. Maria Teresa Toribio Brites Lemos –Examinadora Externa
Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação

*Ando devagar por que já tive pressa e
Levo esse sorriso por que já chorei demais.
Hoje me sinto mais forte mais feliz quem sabe,
Levo a certeza de que pouco eu sei e nada sei...
Cada um, de nós compõe sua própria história
E carrega o dom de ser capaz de ser feliz....*

Almir Sater

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, aquele que me fortaleceu nos momentos de fraqueza e cansaço, quando o estresse me abatia sempre me deu forças para resistir.

A minha família, em especial aos meus pais Arcelino e Clara, que me proporcionaram a oportunidade de estudo para que chegasse até aqui.

Ao Prof. Dr. Sílvio Figueiredo pela paciência, compreensão e estímulo durante a orientação, por ter visto a possibilidade do tema de pesquisa.

À Capes, pela bolsa sanduíche que me oportunizou a experiência de estudo em Portugal e, assim, abrindo meu horizonte de conhecimento.

À Profa. Dra. Maria Manuel Baptista, que me recebeu em Portugal mostrando-me um olhar além das margens das feiras.

Aos Professores do NAEA/PPGDSTU, que compartilham conosco os seus conhecimentos e nos proporcionam um olhar mais apurado sobre a realidade, meu agradecimento especial às professoras Edna Castro e Rosa Acevedo.

Aos colegas do PPGDSTU, que fizeram parte desta jornada, em especial: Miriam Cardoso, Ivana, Aline, Renata Novaes, Raifran Castro, Jorge, David, Josimar Freitas, Wando Miranda e Sílvia Laura. À Maria Emilia Sales, Coordenadora de Comunicação do Museu Paraense Emílio Goeldi, pela sensibilidade, apoio e compreensão, obrigada pela atenção na liberação para que pudesse concretizar esta tese.

Aos meus colegas do Museu Paraense Emílio Goeldi, em especial Luiz Videira, Filomena Seco, Alcemir Aires, Carlota Brito, Socorro Andrade, Helena Quadros e Iraneide Silva, que sempre me apoiaram nos momentos de dificuldades.

À Karol Brito, Tainah Jorge e Emilly Santos, pelo auxílio durante a coleta de dados e na realização das oficinas.

Aos feirantes e moradores da Terra Firme que participaram da pesquisa, disponibilizando parte de seu tempo para relatarem suas memórias, em especial: D. Marias das Graças, D. Cícera Gomes e D. Selma Maria, representando as mulheres feirantes; Srs. Francisco Perotes, Sr. Jorge, Sr. Carlos Lisboa, Sr. Barbosa, Sr. Miguel e Sr. Raimundo Sérgio, (feirantes), além de Fátima Guilherme (Fafá), Francisca Rosa (Chiquinha), Madalena Pantoja (Madá), Profa. Rosilda Franco, Iolanda, Sânia Maria Silva, Sr. Neemias Bezerra, João Batista e Zé Maria, a quem sou grata pela confiança no meu trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta elementos de base teórico-metodológica para a reflexão sobre a relação entre memória social/individual, sociabilidade e pertencimento nas cidades modernas. Com o objetivo de caracterizar os marcos sociais da memória coletiva do bairro da Terra Firme, em Belém do Pará, a partir das formas de interação, estratégias e táticas de resistência e configuração de identidades de seus atores (feirantes e antigos moradores) e o fortalecimento do sentimento de resistência e pertencimento ao lugar percebido nas suas trajetórias e experiências de vida. Propõem-se como recorte do estudo os espaços públicos que compreendem a feira, o mercado e as ruas circundantes, onde ocorrem as práticas cotidianas representadas pelas trocas, conversas com linguagem própria, formas específicas de fazeres e saberes que caracterizam a identidade do bairro. Entende-se que esses espaços se configuram como espaços de memória, de interações e de práticas relacionadas ao cotidiano. A Feira e o Hortomercado, juntamente com as lutas sociais, são entendidos como catalizadores das singularidades e regularidades do bairro, onde a cena da vida cotidiana se apresenta nas diversas formas de sociação, sociabilidade, interações e conflitos. Como metodologia foram utilizadas a História Oral, para a coleta de relatos das narrativas de memória dos atores sociais do bairro (moradores e feirantes), mostrando seus percursos biográficos e as formas de pertencimento e suas estratégias para reforçar os laços sociais e resistência à ausência de diversas políticas públicas. Outra metodologia utilizada foi a etnografia de rua (ECKERT, 2003), que consiste em caminhadas pelas ruas do bairro, visando à descrição dos espaços da rua, feira e hortomercado, além da observação das interações sociais que se estabelecem nesses espaços. As narrativas dos moradores expressam o seu apego pelo bairro e seus espaços de vivência e pertencimento. Suas histórias de vida levam a perceber a sua realidade, pautada na resistência pela luta cotidiana em busca de uma vida melhor. Partindo destes relatos, identificam-se quatro marcos de memória que envolvem aos quadros espaciais e temporais de feirantes e moradores do bairro: 1) Paisagem do passado de florestas e águas; 2) o presente da rua e da lama; 3) os movimentos sociais: as lutas para sobrevivência; 4) a Feira e Hortomercado, espaços de trocas e conflitos. Estes marcos foram identificados no sentido que estabelecem uma linha divisória convergente para o passado de luta e resistência no bairro da Terra Firme.

Palavras-chave: Memória. Sociabilidade. Espaço público. Feiras populares. Bairro da Terra Firme. Resistência

ABSTRACT

This research presents elements of theoretical-methodological basis for the reflection on the relation between social / individual memory, sociability and belonging in identities on modern cities. The study on the forms of sociability and the construction of social memory analyzes how to build ties of identity and belonging in the neighborhood of Terra Firme, located in Belém do Pará. It is proposed as a cut of the study the public spaces that comprise the fair, the market and the surrounding streets where the daily practices represented by the exchanges, conversations with own language, specific forms of actions and knowledge that characterize the identity of the neighborhood occur. It is understood that these spaces are configured as spaces of memory, interactions and practices related to daily life. The fair and Horto market together with the social struggles are understood as catalysts of the singularities and regularities of the neighborhood, where the scene of daily life presents itself in the diverse forms of socialization, interactions and conflicts. The memory of narratives presents the reports of the social actors of the neighborhood (residents and marketers) showing their biographical path and the forms of belonging and their strategies to strengthen social ties and resistance to the absence of various public policies. As a methodology, oral history was used to collect narratives from the memory of the social actors of the neighborhood (residents and marketers), showing their biographical path and the forms of belonging and their strategies to reinforce social ties and resistance to the absence of different policies public policies. Another methodology used was the street ethnography (ECKERT, 2003), which consists of walking through the streets of the neighborhood aiming at describing the spaces of the street, market and market, as well as observing the social interactions that are established in these spaces. The narratives of the residents express their attachment to the neighborhood, and their spaces of experience and belonging. Their life stories lead them to perceive their reality based on resistance by the daily struggle in search of a better life. From these reports we identified four landmarks of memory that involve the spatial and temporal frames of the neighborhood's fairgrounds and residents. These are: 1) Landscape of past forests and waters; 2) the present of the street and the mud; 3) social movements: the struggles for survival; 4) The Fair and Horto market place of exchanges and conflicts. These milestones have been identified in the sense that they establish a convergent boundary line for the past struggle and resistance in the neighborhood of Terra Firme.

Keywords: Memory. Sociability. Public place. Popular fairs. Neighborhood of Terra Firme. Resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema comparativo da memória do período grego a partir do surgimento da escrita.....	49
Figura 2 - Representação do Cone da Memória de Bergson	79
Figura 3 - Representação da “memória hábito” ou “memória pura” proposta por Bergson ..	79
Figura 4 - Rua Celso Malcher, com Feira e Hortomercado.....	139
Figura 5 - Observação no Mezanino, onde funciona a Administração do Hortomercado ...	147
Figura 6 - Vista parcial do Hortomercado da Terra Firme (Mezanino - setor de pescado).....	147
Figura 7 - Mapa do trajeto da caminhada para observação da Etnografia de Rua	148
Figura 8 - Survey realizado com os feirantes dentro do Hortomercado	149
Figura 9 - Observação dentro do Hortomercado.	151
Figura 10 - Cartaz de divulgação da Oficina Micro Olhar sobre o Bairro da Terra Firme ..	152
Figura 10 - Cartaz de divulgação da Oficina Micro Olhar sobre o Bairro da Terra Firme ..	153
Figura 12a-d - Sequência de fotos mostrando a construção da Linha do Tempo Coletiva ..	153
Figura 13 - Observação nas ruas do Bairro da Terra Firme pelos participantes da oficina	155
Figura 14 - Parada do percurso Museu Paraense Emílio Goeldi	158
Figura 15 - Jardim Comunitário na Av. Perimetral	158
Figura 16 - Parada Escola Brigadeiro Fontenelle1	159
Figura 17 - Parada Praça Olavo Bilac	15
Figura 18 - Parada da Feira e Hortomercado.....	160
Figura 19 - Mapa do Percurso Interativo no Bairro da Terra Firme, Belém-PA.....	161
Figura 20 - Mapa de Belém das décadas de 1950	167
Figura 21 - Mapa da cidade de Belém na década de 196	169
Figura 22 - Mapa do bairro da Terra Firme.....	170
Figura 23 - Mercado de São Brás no início do século XX	171
Figura 24 - Rua dos Cearenses, atual Avenida Ceará.....	173
Figura 25 - Igarapé Tucunduba, vista geral	175
Figura 26 - Vista área do Curtume Santo Antônio, por volta de 1960	176
Figura 27a-b - Imagens do bairro da Terre Firme na década de 1960.....	178
Figura 28 - Rua Celso Malcher, no período chuvoso em Belém.....	181
Figura 29 - Imagem de rua do Bairro da Terra Firme alagada	181
Figura 30 - Igarapé do Tucunduba	188
Figura 31 - Hortomercado e Feira na Rua Celso Malcher, na Terra Firme.....	198
Figura 32 - Feira da Terra Firme na Rua Celso Malcher.....	199

Figura 33 - Feira dos 28 e Mercado em Aveiro, Portugal	199
Figura 34 -Mercado Manuel Firmino, em Aveiro, Portugal.....	200
Figura 35 - localização das principais feiras de Belém	207
Figura 36 - D. Graça, feirante, vendedora de ervas medicinais.....	209
Figura 37 - D. Selma, feirante, vendedora de legumes na feira da Celso Malcher	210
Figura 38 - D. Cícera Silva, feirante mais antiga do Hortomercado	211
Figura 39a-b - Barracas da Feira da Celso Malcher: vísceras (a) e caranguejo (b).....	213
Figura 40 - Vista geral do Hortomercado setor de pescado	219
Figura 41 - Corredor de venda de farinha no Hortomercado da Terra Firme	219
Figura 42 - Hortomercado – setor de pescado com movimento de fregueses	220
Figura 43 - Barraca de frutas e verduras na feira	221
Figura 44 - Barraca de vísceras na feira da Terra Firme	221
Figura 45 - Interação entre feirantes e fregueses no hortomercado.....	223
Figura 46 - Vista da área do pescado com fluxo intenso de clientes	223
Figura 47 - Diversidade de peixes vendida no hortomercado	224
Figura 48 - Feira na rua Celso Malcher, em frente ao hortomercado.....	226
Figura 49 - Vista da feira e hortomercado da Terra Firme	227
Figura 50 - <i>Shopping Chão</i> - venda na Praça Olavo Bilac	229
Figura 51 - Imagem interna do Hortomercado Municipal.....	232
Figura 52a-b - Aspectos dos bastidores do Hortomercado (parte dos fundos).....	238
Figura 53 - Box de venda de pescado, cartazes de divulgação dos peixes.....	239
Figura 54 - Sr. Neemias Bezerra. morador da Terra Firme há 68 anos	244
Figura 55 - Rosilda Franco, moradora do bairro da Terra Firme há 46 anos	245
Figura 56 - Francisca Rosa (D. Chiquinha), moradora da Terra Firme – presidente do Ponto de Memória e integra a diretoria do Centro Comunitário Bom Jesus	245
Figura 57 - Horta localizada na Av. Perimetral.....	246
Figura 58 - Sr. José Maria, morador antigo da Terra Firme; atua com jovens na Comunidade Flora Amazônica e é conselheiro do Ponto de Memória	247
Figura 59 - Sâmia Queiroz, moradora do bairro da Terra Firme; conselheira do Ponto de Memória, trabalha com crianças e jovens em uma igreja evangélica	248
Figura 60 - Imagem de moradias nas áreas de várzea do Tucunduba	251
Figura 61 - Imagem do Igarapé do Tucunduba com casas construídas em suas margens ..	251
Figura 62 - Mapa mostrando a configuração atual do bairro da Terra Firme	252
Figura 63 - Rua Celso Malcher no período de chuva, as águas transbordam do igarapé.....	253
Figura 64 - Curtume Santo Antônio: filial e matriz.....	254
Figura 65 - Vista do Curtume Santo Antônio na década de 1960	254

Figura 66 - Mapa de localização do antigo Curtume Santo Antônio	255
Figura 67 - Imagem da Rua da Olaria, limite do bairro de Canudos com a Terra Firme - aproximadamente na década de 1970.....	255
Figura 68 - Rua da Terra Firme com rejeitos orgânicos para aterramento.....	260
Figura 69 - Moradores da Terra Firme aterrando a área do Centro Comunitário Bom Jesus para horta comunitária.....	260
Figura 70 - Fatima Guilherme, líder comunitária da Terra Firme.....	263
Figura 71 - Mapa 1, com vista geral da área de início de ocupação espontânea do bairro da Terra Firme – área ao lado da Eletronorte.....	266
Figura 72 - Mapa 2: Área do surgimento das primeiras ocupações espontâneas na Terra Firme	266
Figura 73 - Centro Comunitário Bom Jesus - imagem década de 1980.....	268
Figura 74 - Centro Comunitário Bom Jesus na década de 1990	268
Figura 75 - Centro Comunitário Bom Jesus Imagem década de 2012	268
Figura 76 - Entrada do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, na Av. Perimetral	272
Figura 77 - Lixo ao longo da Av. Perimetral	274
Figura 78 - Visita ao jardim comunitário no percurso interpretativo	274
Figura 79 - Jardim comunitário na Av. Perimetral (entre o MPEG e a Escola Mário Barbosa)	275
Figura 80 - Espaço onde se localizava a antiga feira na praça Olavo Bilac, em 1987	278
Figura 81 - Imagem da Rua Celso Malcher após as chuvas	283
Figura 82 - Teia da Memória em Salvador - lançamento do Programa Pontos de Memória.....	287
Figura 83 - Cortejo cultural no 6º Fórum Nacional de Museus em Belém-PA, 2014.....	289
Figura 84 - Jornal “O Tucunduba”: nova edição produzida pelo Ponto de Memória	290

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro Sinóptico sobre as formas de compreensão da Memória na Sociedade Ocidental até o século XVIII.....	59
Quadro 2 - Característica dos narradores do segmento de Feirantes.....	141
Quadro 3 - Características dos narradores do segmento de Moradores do Bairro	141
Quadro 4 - Síntese dos marcos de memória definido na Linha do Tempo Coletiva.....	154
Quadro 5 - Como era o bairro da Terra Firme na década de 1950 segundo os moradores mais antigos.....	174
Quadro 6 -Títulos de matérias publicadas no Jornal dos Bairros, Diário do Pará e O liberal sobre a Terra Firme, nas décadas de 1980/90 e 2000	186
Quadro 7 - Feiras do norte de Portugal por dias da semana e datas específicas	200
Quadro 8 - Tipos de feiras de Belém.....	204
Quadro 9 - Demonstrativo das feiras e permissionários de Belém	206
Quadro 10 - Tipos de produtos que podem ser vendidos nos mercados e feiras de Belém, de acordo com o Decreto n. 26.579/94	218
Quadro 11 - Tipos de produtos e quantidade de feirantes no Hortomercado segundo cadastro da Secretaria de Economia- SECON	213
Quadro 12 - Produtos vendidos na feira na Rua Celso Malcher	214

LISTA DE ABREVIATURAS

AFDP	Associação dos feirantes do distrito do Porto, Douro e Minho
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
Ascon	Associação dos Servidores do CNPq
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração de Área Metropolitana de Belém
Cohab	Companhia de Habitação do Estado do Pará
DAGUA	Distrito Administrativo do Guamá
DABEL	Distrito Administrativo de Belém
DAENT	Distrito Administrativo do Entroncamento
DDFEM	Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus
DOM	Diário Oficial do Município
ELETRO NORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A.
EMBRAPA	Empresa brasileira de pesquisa agropecuária
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
MINC	Ministério da Cultura
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
OEA	Organização dos Estados Americanos
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública
SECOM	Secretaria municipal de economia
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMOB	Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém
SERPRO	Serviço Nacional de Processamento de Dados
SESMA	Secretaria Municipal de Saúde
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UIPP	Unidade Integrada de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DE MNEMOSINE ÀS REMINISCÊNCIAS: A CONSTRUÇÃO DAS TEORIAS MODERNAS DA MEMÓRIA	42
2 GENEALOGIA DA MEMÓRIA SOCIAL: AS BASES PARA A COMPREENSÃO DA MEMÓRIA NO CONTEXTO SOCIAL	60
2.1 DE EMILE DURKHEIM A HENRI BERGSON: AS BASES PARA A TEORIA SOCIAL DA MEMÓRIA DE MAURICE HALBWACHS.....	60
2.1.1 Emile Durkheim: as representações sociais e a Teoria da Memória.....	62
2.1.2 Henri Bergson: a duração e percepção na conservação da memória.....	70
3 OS QUADROS E MARCOS DA MEMÓRIA SOCIAL: RECONSTRUINDO LEMBRANÇAS NO/DO COTIDIANO.....	83
3.1 OS MARCOS SOCIAIS GERAIS: ESPAÇO, TEMPO E LINGUAGEM	94
3.2 OS QUADROS SOCIAIS DA MEMÓRIA: CONSENSOS E CONFLITOS ENTRE OS GRUPOS SOCIAIS	102
3.2.1 O quadro social da memória da família	105
3.2.2 Grupo religioso e a construção de memória coletiva	105
3.2.3 As classes sociais e as memórias coletivas	110
3.3 NOVAS ABORDAGENS SOBRE A MEMÓRIA SOCIAL A PARTIR DE HALBWACHS	114
3.3.1 A memória e sua construção na contemporaneidade	120
3.3.2 Memória, espaço e interações sociais	130
3.3.3 Memória e vontade de poder	134
4 TERRA FIRME DE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: O BAIRRO, A RUA, A FEIRA, CENAS DA MEMÓRIA E DAS PRÁTICAS COTIDIANAS.....	139
4.1 O PERCURSO DA PESQUISA: CAMINHANDO PELO BAIRRO EM BUSCA DE CONTEXTOS E LUGARES DE MEMÓRIA	139
4.2 PERCURSOS PERCEPTIVO INTERATIVO NO BAIRRO DA TERRA FIRME.....	156
5 O CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DO BAIRRO DA TERRA FIRME EM RELAÇÃO À URBANIZAÇÃO DE BELEM	165
5.1 A TERRA FIRME ENTRE RUAS E ESTIVAS: AS PECULIARIDADES DE UM BAIRRO POPULAR	181
6 O MERCADO E A FEIRA: PALCOS DE DISPUTAS, RESISTÊNCIAS E CONFLITOS	193
6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS FEIRAS E MERCADOS: PORTUGAL, BRASIL, AMAZÔNIA	193
6.1.1 Feiras e mercados: uma aproximação entre Portugal e Brasil	198

6.1.2 As feiras e mercados municipais em Belém: todo dia tem o que comprar	202
6.2 OS ATORES DA FEIRA: FEIRANTES E FREGUESES	208
6.2.1 Os Feirantes de dentro do Hortomercado e os Feirantes da Rua	208
6.2.2 Consumidores, frequentadores e habitués do Hortomercado e Feira da Terra Firme	215
6.3 PERCEBENDO CHEIROS, SONS RUMORES E PAISAGENS NA FEIRA E MERCADO DA TERRA FIRME – ETNOGRAFANDO O LUGAR	217
6.3.1 Os feirantes de dentro do Hortomercado e os feirantes da rua	217
6.3.2 A Feira e Hortomercado da Terra Firme: percepção, interações e sensações ...	225
6.3.3 O Cenário e Interações no Hortomercado do Bairro da Terra Firme.....	232
6.3.3.1 <i>Interações sociais no Hortomercado da Terra Firme</i>	232
6.3.3.2 <i>Cenário do hortomercado e performances dos feirantes</i>	236
7 OS QUADROS SOCIOESPACIAIS DO BAIRRO DA TERRA FIRME: AS RUAS, A FEIRA E O HORTOMERCADO ENTRE ÁGUA, IGAPÓ, ESTIVAS E PASSAGENS	240
7.1 TERRA FIRME, PASSADO DE FLORESTA E ÁGUA: MEMÓRIAS DE LUTAS E PRÁTICAS NO/DO COTIDIANO	243
7.1.1 O presente da rua e da lama: as lutas por moradia no bairro.....	253
7.1.2 Os movimentos sociais: as lutas para sobrevivência	261
7.1.3 O Hortomercado e a Feira como marco de memória: memórias fragmentadas, resistência, tensões e conflitos.....	277
7.2 TERRA FIRME NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DE MEMÓRIA	285
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	293
REFERÊNCIAS	301
APÊNDICES E ANEXO.....	314
APÊNDICE A: Pesquisa sobre Perfil Socioeconômico dos Consumidores da feira da Terra Firme	315
APÊNDICE B: Pesquisa sobre Perfil Socioeconômico dos feirantes da Terra Firme	317
APÊNDICE C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	319
ANEXO A: Decreto Municipal N.º 26579/1994	320

INTRODUÇÃO

A estrofe da música “Tocando em Frente”, de Almir Sater, que aparece como epígrafe desta tese, diz muito em relação ao que é o trabalho da memória. Decidi apresentar este trecho dessa música após participar de uma oficina sobre memória e cidadania para a diversidade, no bairro da Terra Firme, na última semana de maio de 2018. Estive ali como ouvinte, mas aquela participação ajudou na reflexão sobre a construção da memória nos diversos grupos sociais e a articulação destes em torno da reconstrução e manutenção da memória social.

Este diálogo entre memórias levou à reflexão sobre vários aspectos do tema aqui apresentado, mas, principalmente, à percepção do sentimento de pertencimento ao lugar que aquelas pessoas demonstraram, cada uma delas compondo sua própria história e a do bairro, sendo feliz, andando devagar, sem pressa, sorrindo, porque o choro todos tiveram, mas com a certeza de que têm a vontade e o direito de serem felizes. Esta experiência mostrou a importância da memória para a sociedade, não só pelo simples ato de lembrar, mas pelo sentimento demonstrado por aqueles moradores, de terem vivido e terem feito parte da história do seu lugar.

A partir desta experiência tivemos a oportunidade de rememorar algumas lembranças pessoais e perceber que, quando se fala em memória, logo nos reportamos às lembranças em um longo tempo passado ou em um tempo nem tão longo; estas lembranças evocam bons ou maus momentos, vividos ou revividos pela voz de alguém que vivenciou este acontecimento conosco ou que ouviu contar por outros – ou mesmo pela própria reminiscência do acontecimento vivido. Cada indivíduo possui sua memória construída ao longo de sua vivência nos/com os grupos que participa, conforme afirma Halbwachs (1994), e que é revivida sempre que lhe é oportunizado lembrar. Isto é possível pelo fato de a memória ser atemporal, além de incorporar e se apropriar de outras memórias que nos são narradas, reinterpretadas e incorporadas ao nosso acervo de lembranças, sendo considerada por Pollak (1992) como uma memória vivida por tabela.

Eis uma questão que nos acompanhou durante a redação deste texto final: como iniciar a escrita de uma tese que trata sobre memória social? Poderia iniciar falando sobre as concepções clássicas sobre memória, com referência a *mnemosine*, considerada deusa da memória para os gregos. No entanto, decidi iniciar apresentando alguns fragmentos de minha

memória de infância, com situações de enquadramentos na memória social familiar (HALBWACHS, 1994), definido pelo marco temporal da infância. Desta forma, apresento recorte de alguns fragmentos destas lembranças, para, a partir delas, demonstrar alguns aspectos importantes referentes à memória individual em relação à memória do grupo.

Ao lembrar esses momentos, episódios do passado, tento recordar de minha infância, digo tento, pois na maioria das vezes é difícil por ser uma fase da vida na qual ainda estamos em formação e, por isso, este período fica pouco gravado na nossa memória. Mas, é certo que as lembranças mais fáceis de serem evocadas são as relativas à família, pois muitas vezes lembramos fatos a partir dos relatos dos nossos pais, avós e parentes em geral. Estas lembranças não são nossas, mas de outros e passam a fazer parte da nossa memória, pois é parte da nossa história como uma lembrança de terceiros, que reconstruímos a partir de nossas percepções.

Neste caso, lembro-me das histórias que meus pais contam de quando se conheceram e namoraram, assim como o relato do casamento deles em 1965, recém-casados, foram para a casa onde morariam na passagem Mucajá, no bairro do Jurunas. Segundo conta minha mãe, eles foram para lá de carro de aluguel, pois ainda não existia táxi naquela época, tal como temos hoje. Pois bem, ao chegaram a casa, mamãe vestida de noiva, desceu na rua que não era asfaltada, e que estava cheia de lama com tabatinga, tipo de terra cor de barro que faz parte principalmente da paisagem de pequenas cidades do interior, mas que hoje em Belém ainda se percebe em bairros mais afastados e não urbanizados e, naquela época, era comum em várias áreas da cidade.

O leitor deve pensar – mas o que tem a ver estas narrativas com o tema tratado na tese? Temos aqui várias referências que constituem este quadro de memória, a principal é o lugar de ocorrência do fato – o bairro do Jurunas; e o tempo do fato ocorrido – a década de 1960, ou seja, naquela época este bairro ainda tinha características de área de baixada, pois sofria com constantes alagamentos. Atualmente o bairro do Jurunas encontra-se pavimentado apesar de apresentar alguns pontos de alagamento. Neste ponto, temos a relação com o bairro estudado nesta tese, a Terra Firme, que atualmente sofre o ano todo com alagamentos, devido à ausência de políticas públicas para este bairro.

Outra questão que tem relação com tradição familiar, que segundo Halbwachs (1925) é um dos elementos presentes no quadro da memória familiar como veremos no capítulo referente e que tem relação com as representações construídas em torno do fato da noiva que iria para sua casa vestida de “branco” para provar sua “pureza”, neste caso uma condição presente principalmente em famílias de classe média .

Esta foi uma lembrança narrada para mim; não presenciei esses fatos, mas os tenho na memória, assim como num processo de apropriação, todas as pessoas têm algum fato narrado por seus entes, embora não localizemos estas imagens ou representações em nossa memória. Em relação às minhas próprias recordações, tenho fragmentos de alguns momentos na escola, no jardim de infância; são flashes dos momentos do recreio em uma das escolas em que estudei. Lembro-me também de um acontecimento em uma escola particular, onde a professora usava a “palmatória” como recurso para disciplinar o aluno para o aprendizado mais rápido e, nesta escola, inclusive, frequentei um único dia, pois ao ver aquele “instrumento de tortura” que a professora usou comigo, não quis mais voltar lá; eu tinha apenas cinco anos de idade. Além desta lembrança que me marcou, tenho outras recordações da escola, de alguns momentos em que brincava e outros na sala de aula, mas são lembranças vagas, onde não identifico o que aconteceu de fato.

Todos têm estes tipos de lembranças de períodos diversos da vida, mas muitas vezes não nos permitimos lembrar, pois o tempo passa muito rápido e, por isso, vive-se o presente, como se o passado ficasse para trás. Mas não é bem assim; o passado está ali, na memória de cada um, fazendo parte da vida, da história de cada um, só esperando ser evocado em algum momento. No caso da lembrança a qual relatei, ela está ligada à minha vida escolar, mas em relação à família, tenho lembranças das brincadeiras com meus irmãos e dos momentos na infância os quais passei com minha bisavó materna, que era parteira e benzedeira. Ela recebia em sua casa muitas mulheres grávidas ou com crianças pequenas que benzia para “espantar o mau olhado” ou pessoas com dores que ela curava pelas suas rezas, apelando para o poder de Deus e dos santos.

Ecléia Bosi (1994) faz referência ao poder dos avós sobre os netos, a relação de proximidade criada entre ambos quando velho ensina o mais novo e conserva as suas memórias. A autora ressalta a importância deste velho na vida da criança, por isso, corroborando este argumento apresentado por Bosi (1994), reforço minha experiência em relação à minha bisavó e à minha avó materna, que me contavam muitas histórias, despertando, assim, meu interesse por narrativas sobrenaturais, mesmo com o medo trazido por essas histórias.

Naquela época, via estas atividades de minha bisavó com curiosidade infantil, e as histórias contadas, com deslumbramento. Depois de adulta entendi estas ações como parte do *ethos* (GEERTZ, 1989), de um determinado tempo de nossa sociedade, quando as pessoas buscavam a cura de doenças por meio de saberes populares, pois existiam médicos, mas a presença da parteira ainda era constante na vida de algumas mulheres, talvez não mais

para fazer o parto, mas para “cuidar” do bebê na barriga da mãe. E percebi muito anos depois a importância daquelas rezas para aquelas pessoas que acreditavam nessas práticas populares de cura.

Por último, destaco também outra lembrança da infância, quando morava na Rua José Pio, próximo à TV Curuçá, no bairro do Telégrafo, na década de 1970, onde passei parte de minha infância até os meus sete anos de idade. Nesta época, o lugar alagava quando ocorriam as grandes chuvas, por isso tenho nas minhas lembranças a imagem da casinha de madeira na cor marrom, com apenas uma sala grande, um quarto, uma cozinha e um banheiro, tendo o quintal como uma espécie de capinzal, com mato e alagado. A rua possuía várias casas iguais; a minha, umas pintadas, outras não, algumas de palha outras de telha, não era de asfalto e no final dela também tinha uma área de igapó, pois ali próximo havia um igarapé, o atual canal da rua 14 de março. Uma das lembranças marcantes desta época era dos períodos de chuva, quando eu ficava na janela vendo a rua alagada, os peixes tipo cobras, chamados muçum¹ passando por baixo do assoalho, como se minha rua fosse um rio.

Esses fragmentos de lembranças que aqui exponho servem para refletir sobre a importância da memória para a percepção e para o entendimento das transformações ditadas pela passagem do tempo. A intenção é levar a pensar por que o indivíduo lembra? Ou por que não se lembra? Estas são questões que talvez não pareçam tão importantes, mas que podem explicar a dinâmica da memória individual e dos grupos sociais, o qual é objeto específico desta tese.

Neste vai e vem da memória podemos questionar: qual a importância do estudo deste tema? A memória pode ser abordada de diversas formas, seja associada à aprendizagem, seja à construção do hábito cotidiano pelo indivíduo, tal como define Bergson (1999); como “metamemória”, associada à identidade definida por Candaú (2012); nas lembranças dos velhos relatadas por Bosi (1994); pelas lembranças de comunidades (BOBBIO, 1989), assim como em relação aos aspectos políticos, culturais ou sociais desses grupos, ao sentimento de pertencimento ao lugar de vivência, que caracteriza a memória coletiva de Halbwachs (1945); ou relacionada à tradição (HOBSBAWN, 1984), às lutas políticas (JELLIN, 2002; POLLAK,

¹ Muçum, na verdade, é um tipo de peixe (*Synbranchus marmoratus*) sem escamas, de hábitos noturnos que se alimenta de pequenos peixes e crustáceos. Habita os lagos, córregos, brejos, pântanos e rios, podendo sobreviver por longos períodos enterrado na lama. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/artigos/peixes-de-agua-doce-do-brasil-mussum-synbranchus-marmoratus>, Acesso em: 2 jul., 2018.

1989). A memória sempre vai pautar as experiências vividas em um tempo passado e um determinado lugar, a partir de interações sociais. Neste sentido, ao tomar a memória como objeto de estudo, buscamos entender o modo de vida de grupos sociais que vivem em áreas urbanas e rurais, a cotidianidade do homem simples (MARTINS, 2008) ou ordinário (CERTEAU, 1994), a partir da compreensão das histórias e trajetórias de vida destes sujeitos no seu cotidiano.

Por que estudar a memória em um bairro de periferia? E, ainda, por que estudar a memória e o pertencimento de feirantes deste bairro periférico? Esta escolha deve-se ao fato de, na periferia das grandes cidades, ainda se perceber certas peculiaridades que fazem com que os seus moradores sejam mais próximos uns dos outros, estando presentes nas interações sociais uma intensa solidariedade e sociabilidade entre esses moradores. O cotidiano é reinventado continuamente e, neste reinventar, diariamente surgem novas memórias e novas formas de fazer e entender o seu dia a dia.

O meu interesse pelo tema da memória social vem de minha trajetória profissional no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que tem uma relação muito próxima com a sociedade belenense, visto que ao longo de seus 150 anos, faz parte da memória de diversos grupos que por ali passaram, isto é, de famílias, de escolas, de pesquisadores, de turistas etc. Minha experiência nesta instituição abrange a área de educação patrimonial, onde diariamente tenho contato com um acervo que retrata a memória de diversos povos da Amazônia.

Foi a partir desta experiência profissional que na especialização em Educação Ambiental, realizada em 1995, no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA), desenvolvi pesquisa no município de Salvaterra/Marajó (PA), onde busquei perceber a relação memória, natureza e museu, além de propor a criação de um museu comunitário na referida cidade, cuja referência seria a memória de antigos moradores. Nesse trabalho tive o primeiro contato com o tema da memória, porém, ainda com parco conhecimento teórico neste campo, utilizei como metodologia a história oral para a coleta de dados sobre a história e a cultura do lugar e, assim, tive como base empírica os relatos de vida dos moradores daquela localidade.

Posteriormente, em 1998, no curso de Mestrado em Memória Social, na Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO), realizei pesquisa sobre o tema “A Memória Social e a Construção da Memória Cabocla”, com foco na memória de populações tradicionais localizadas no litoral do Pará, em áreas onde o Museu Goeldi desenvolve pesquisas sobre a atividade pesqueira e ações educativas com moradores do entorno da Estação Científica Ferreira

Penna². Após a conclusão do curso de mestrado, continuei desenvolvendo ações de educação patrimonial com foco na memória e museologia social³ no Bairro da Terra Firme, como parte do Projeto “O Museu Leva Educação e Ciência à Comunidade⁴, realizado desde a década de 1980 pelo Serviço de Educação do Museu Goeldi.⁵

Neste projeto pude contribuir com a abordagem sobre memória social por meio de ações voltadas para os moradores do bairro, com foco na percepção sobre a sua memória e o pertencimento ao local. Todo o trabalho realizado pelo projeto contribuiu para a inclusão do bairro da Terra Firme no Programa Ponto de Memória, no ano de 2009. A partir desta experiência, passei a ter outro olhar sobre o bairro, pois o trabalho realizado pelo Museu Goeldi evidenciou os saberes e fazeres dos seus moradores. Em 2010, o bairro da Terra Firme foi inserido no Programa Ponto de Memória, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o qual contemplou localidades consideradas como lugares de alta vulnerabilidade social e que desenvolviam ações afirmativas de memória social. Esses bairros receberam recursos para viabilizar os seus projetos e estimular as ações de valorização da memória. No caso da Terra Firme, estas ações são desenvolvidas em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Há muito tempo já frequentava o bairro da Terra Firme, por residir no bairro de Canudos, localizado ao lado, do final da década de 1980 a meados de 1990, e por haver uma amiga da faculdade que morava em uma vila na Av. Celso Malcher. Lembro que nas tardes de sábado nos reuníamos, eu e mais alguns colegas para papear e lanchar, sempre tinha uma coisa diferente. Tenho poucas lembranças da rua em si, mas guardo alguns resquícios de lembranças do

² Foram definidas duas áreas: Marudá, onde o Museu Goeldi realizou o Projeto Renas durante o período de 1994 a 1998 (1^a Fase). O projeto desenvolveu estudos sobre a realidade da pesca na Amazônia e sobre a área do entorno da Estação Científica Ferreira Penna, localizada na Floresta Nacional de Caxuanã (municípios de Portel e Melgaço), que fora criada em 1993 com o objetivo de apoiar os estudos de sciobiodiversidade da Amazônia.

³ A museologia social surge quando nos referimos a compromissos éticos, especialmente no que tange às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando radicalmente a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária (CHAGAS; GOUVEIA, 2014).

⁴ Com este Projeto, o Museu Paraense Emílio Goeldi torna-se pioneiro no Brasil na realização de ações voltadas para comunidades, aplicando, mesmo que involuntariamente, as proposições apresentadas pelas Declarações da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) e Quebec (1984) que, em síntese, propõem uma mudança na forma de se conceber os Museus, ampliando-se para todos os públicos e para diferentes formas de museus.

⁵ ‘O projeto “O Museu Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade” surgiu em 1985, logo após a implantação do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, na Av. Perimetral, como forma de aproximar a comunidade do bairro à instituição. O projeto é coordenado, desde a sua criação, por Helena Quadros. É um dos projetos mais antigos realizados pelo Serviço de Educação desta instituição.

movimento, do trânsito, principalmente do fluxo de ônibus e de bicicletas. Também recordo do movimento de pessoas, dos bares e das músicas tocadas em volume muito alto, isto é, bregas que faziam a trilha sonora do sábado; lembro-me do “Tapera Drink” que ficava próximo à vila onde minha amiga morava e fazíamos muitas brincadeiras em relação a este local.

Nessa época, minhas idas à Terra Firme tinham como objetivo o encontro com os amigos, pois eu vivia no bairro vizinho, separados apenas pela ponte sobre o Igarapé Tuncunduba, que percorre todo o bairro e fica localizada após o antigo curtume Santo Antônio. Naquela época, a Terra Firme era considerada um local muito perigoso devido aos casos de violência que ocorriam ali e por isso era “proibido” adentrar naquela área. Isso era resultado do descaso do poder público, já evidenciado desde aquela época, em relação ao lugar e também por ser considerado um lugar de “pobreza”, “de invasão” e de “bandido”, imagens que permaneceram difundidas por muito tempo, reforçadas, sobretudo, pelos noticiários que ainda utilizavam mais os jornais impressos para trazer as notícias de crimes que ocorriam naquele bairro.

Muito tempo depois, já formada e trabalhando no Museu Goeldi, por volta dos anos de 1990, comecei a “frequentar” a Terra Firme, no outro limite do bairro, a Av. Perimetral, onde está localizado o Campus de Pesquisa do Museu Goeldi. Minha relação com o lugar ainda permaneceu distante como na primeira vez, sendo que, naquele tempo, ainda havia mais proximidade, pois via o trânsito das pessoas, ou seja, o movimento do bairro, mesmo que apenas num sábado. Mas esta situação não era diferente da maioria dos meus colegas que trabalhavam no Campus de Pesquisa, os quais tinham uma relação de medo com o bairro, o que permanece até hoje. Embora a instituição execute projeto de extensão com os moradores da Terra Firme, a relação que existe entre a maioria dos servidores e pesquisadores com o bairro é de ser *outsider* (BECKER, 2001) e que estão ali apenas pela obrigação do trabalho.⁶

Em 2000, após o retorno do mestrado, iniciei atividades educativas no bairro, relacionadas à temática da memória, como parte do projeto O Museu Goeldi Leva Educação em Ciência à Comunidade. Realizei várias oficinas, de 2000 a 2007, nas dependências do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi, localizado na Av. Magalhães Barata; e no Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, na Terra Firme. O público participante eram moradores do bairro e

⁶ Esta posição não se estende à totalidade dos funcionários da instituição, nem ao posicionamento institucional, pois o Museu Goeldi realiza há 30 anos o projeto “O Museu Goeldi Leva Educação em Ciência à Comunidade”, já referido. Ressalto aqui as pessoas que trabalham na instituição, mas que mantém a distância devido às ocorrências de assaltos nas proximidades.

moradores⁷ de fora (jovens e adultos), como professores e estudantes da UFPA⁸. Nesta época o meu olhar para o bairro ainda era distanciado, pois o via como o bairro onde fica o campus de pesquisa, isto é, creio ser o mesmo olhar que mencionei no parágrafo anterior, comparado a um “muro” que separa o ambiente científico do cotidiano do bairro.

Este “olhar distanciado” pode estender-se a algumas instituições que fazem parte do cinturão institucional existente ao longo da “Perimetral da Ciência”⁹, algumas destas promovem ações voltadas para esporte e lazer para o público idoso, crianças e adolescentes, no entanto, suas ações não vão além disso; esta é uma forma de estabelecerem uma política de boa vizinhança com as comunidades que ali residem. Por outro lado, os moradores do bairro orgulham-se de serem vizinhos dessas instituições, pois, para eles isto pode contribuir para a mudança da imagem negativa do bairro, como veremos nos relatos apresentados neste capítulo.

Por fim, minha relação com o bairro se intensificou a partir da participação como conselheira no Ponto de Memória da Terra Firme durante dois anos (2010 a 2012). Neste período tive oportunidade de conhecer mais de perto o cotidiano e a produção de cultura existente no bairro. Lembro-me de ter participado de uma programação do Ponto de Memória na qual um grupo de percussão composto por crianças se apresentou¹⁰. Naquele momento quando as vi se apresentando para aquele grande público, pensei no outro lado do Bairro da Terra Firme e que poderia contribuir para a sua visibilidade. Como resultado desta experiência, apresentei trabalhos em eventos e, a partir disto, busquei o bairro como lugar de pesquisa, com o olhar focado para os aspectos do seu cotidiano, para as interações sociais no mercado e na feira.

Por que estudar a feira?¹¹ Por que a feira se caracteriza como um espaço público no qual se percebe diversos tipos de formas sociais (SIMMEL, 1983), onde as interações sociais entre seus atores são intensas e superam a mera necessidade de consumo. Na Terra Firme a feira é o

⁷ Destas oficinas participaram algumas pessoas que foram atores narradores desta pesquisa.

⁸ Estes dados foram obtidos pelas fichas de inscrições e livros de frequência das oficinas.

⁹ Avenida Perimetral, hoje Av. Tancredo Neves, ficou conhecida como perimetral da ciência, por agregar em toda a sua extensão várias instituições de pesquisa, inclusive duas universidades federais: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

¹⁰ Apresentação do projeto do Polo São Pedro, que era realizado na Igreja de São Domingos Gusmão, sob a coordenação de Padre Bruno Secci. Este projeto trabalhava com crianças e adolescentes do bairro e era a alternativa para eles conhecerem sua cultura através da música.

¹¹ O interesse pela feira veio a partir da disciplina Antropologia Econômica, ainda como aluna especial no Programa de Ciências Sociais. Tal disciplina trouxe em uma das aulas o texto de Cliford Geertz, *Meaning and order in Moroccansociety ñ Threeessays in cultural orderí*, bem como as leituras da disciplina Cultura, Cidades e Feira, que contribuíram para ampliar minha visão sobre estes espaços de interação e sociabilidade.

espaço de passagem do bairro, estando localizada na sua principal rua, é um lugar de confluências diversas, lugar de memória, de múltiplas práticas, lugar de todas as tribos e de todas as intenções. A feira está em um bairro marcado por uma história feita de lutas, de memórias que guardam as experiências de vida de vários sujeitos que ali se instalaram em busca de um sonho, o de viver melhor.

Essas foram as razões pelas quais me aproximei da problemática da memória social no bairro da Terra Firme, além de perceber nos discursos dos moradores em relação às instituições de pesquisa, principalmente às universidades, que eles se sentem invisibilizados, pois aparecem como meros objetos de pesquisas, muitas vezes com enfoque que não demonstram a sua realidade cotidiana, os seus fazeres e saberes e, quando muito, o aspecto destacado nos estudos é a violência e/ou as questões fundiárias e ambientais.

Os conhecimentos empíricos acumulados a partir da experiência de trabalho no Museu Goeldi, assim como a partir das leituras de diversos teóricos no percurso acadêmico, além da vivência no Conselho Gestor do Ponto de Memória¹² contribuíram para aguçar ainda mais o meu interesse pelo objeto de pesquisa, levando-me à construção da problemática que valoriza a memória do cotidiano de um bairro periférico, a partir dos quadros sociais da memória de trabalhadores e frequentadores da feira livre deste bairro.

Nesse sentido, esta pesquisa propõe outra perspectiva, outro olhar sobre o bairro da Terra Firme, ao apresentar a realidade do trabalho desses moradores, marcada pela luta e pela resistência às adversidades cotidianas. Entendemos que buscar a memória local é uma forma de reinventar o espaço do bairro como um lugar de encontro de pessoas, de práticas sociais e de sociabilidades, de reencontro com a história e com o modo de vida de seus moradores.

O bairro surge, neste contexto, como lugar onde memória, palavras e práticas podem e devem ser compartilhadas; torna-se lugar de ser, de fazer e de subverter as estratégias que forçam a perda da memória coletiva e levam ao esquecimento da história das lutas populares contra a exclusão e pela construção de uma sociedade mais justa e mais democrática. Dessa forma, como pesquisadora, é importante que eu possa contribuir para privilegiar o próximo e o seu lugar, como forma de conhecer, compreender, intervir e transformar a realidade.

¹² No período de 2010 a 2012 participei do Conselho Gestor do Ponto de Memória como representante do Museu Paraense Emílio Goeldi, o que contribuiu para ampliar o interesse em estudar este bairro.

A memória social ocupa a centralidade no cenário contemporâneo, tanto no sentido retórico (CANDAU, 2012) quanto no âmbito acadêmico, e resulta de uma notável efervescência técnica e conceitual que permeia este campo do conhecimento. Tratar da memória implica a possibilidade de abordagens históricas, psicológicas, filosóficas e de diversas áreas de conhecimento que se debruçam sobre este tema a partir das características e da demanda de conhecimento da sociedade atual.

Atualmente vivemos em uma sociedade fluida, fragmentada (BAUMAN, 1999), na qual percebemos o enfraquecimento das relações sociais e pessoais, em detrimento do fortalecimento das relações virtuais (BAUMAN, 2003). No que se refere às primeiras relações, tem-se uma aproximação mais lenta, onde aos poucos se estabelece contato com o outro; já na relação virtual, ao contrário, o contato é imediato, pois pelas redes sociais inicia-se uma amizade com alguém que nunca se viu antes, que pode estar do outro lado do mundo e estreita-se a relação em um tempo mínimo. Ao mesmo tempo, a ruptura das relações pessoais ocorre de forma bem dolorosa, por ser mais intima e mais próxima, o que se dá sem nenhum constrangimento ou remorso no mundo virtual, ou seja, se alguém ofende ou magoa o outro, apaga-se aquela pessoa da “vida virtual” sem nenhum arrependimento, pois as relações são efêmeras, sem algo que sustente a duração do vínculo entre as pessoas.

Pode-se questionar como a memória individual e coletiva se constrói na sociedade contemporânea, visto que esta é marcada por um tempo acelerado que contribui para a fluidez das coisas, em que tudo passa extremamente rápido; e a construção da memória ou como ficam as lembranças neste contexto? Será que somos capazes de guardar imagens de momentos tão passageiros, onde as relações sociais existem de forma transitória sem um vínculo que estabeleça uma durabilidade? Neste sentido, Menezes (2007) argumenta sobre a dificuldade de resgate da memória tanto individual quanto social, pois a memória vai ser acessada a partir dos fragmentos das representações do passado e reconstruída pelas representações do presente.

É neste contexto que questiono como ficam as lembranças em um mundo tão efêmero, onde a aceleração do tempo faz com que a vida passe cada vez mais rápido, a ponto de não se perceber os momentos vividos, por isso é que surgem os “lugares de memória” (NORÀ, 1994). Inicialmente este autor reporta-se à memória nacional dos franceses, chamando a atenção para a perda da referência da memória, que se caracterizaria como uma amnésia social. Neste sentido, Nora (*Ibid.*, p. 9) sustenta a ideia dos lugares de memória como uma forma de valorizar o passado, a partir da criação de museus, centros de memória [...]. Para o autor, os lugares de memória são, antes de tudo, uma forma de manter “[...] os resquícios do

passado, mas de forma solene, oficializada, tornando a memória institucionalizada e oficial” (NORA, 1993, p 12), destacando os fatos que reforçam os acontecimentos que reforçam a história local. A memória social dos grupos que fazem esta história, na maioria das vezes, fica à parte desses lugares de memória.

Nesta tese utilizo o conceito “lugar de memória” para designar os lugares considerados marcos de memória, como pontos de referência (HALBWACHS, 2004) das lembranças, e que podem ter o sentido de espaço social e simbólico onde os indivíduos que ali estão possam guardar seus significados. Estes significados são atribuídos pelas práticas sociais do cotidiano, principalmente aquelas denominadas por Certeau (1994) como as astúcias, a arte da trampolinagem ou as maneiras de fazer peculiares do homem simples ou ordinário, o homem da rua, praticante (Idem), isto é, aquele indivíduo que com seu modo de ser, cria “artimanhas” de embates e de projetos diante das ações do dominador e, assim, recria o cotidiano, expondo os seus desejos e sonhos que muitas vezes se encontram à margem do sistema.

Diversos teóricos, como Halbwachs (1945), Santos (1998), Bosi (1994) e Candau (2010; 2012) – para citar somente alguns – definem a memória como um fenômeno social coletivo e destacam como uma de suas principais características a sua dupla natureza, pois, além de se caracterizar como um conjunto de lembranças e informações sobre o passado, sendo materializadas através de imagens deste passado, também pode ser considerada um conjunto de representações que norteiam os valores, as normas e os comportamentos dos indivíduos, funcionando como um elemento socializador constituinte do modo de agir social (CARNALHAL, 2006).

Essas representações passam por um processo contínuo de reformulação e reconstrução, fazendo com que a memória social seja composta por diferentes versões do passado, fundamentadas nas vivências dos indivíduos ou grupos ao longo de sua existência. Neste contexto, também se insere a luta empreendida por diversos movimentos sociais, com o intuito de expandir o conceito de cidadania no interior da sociedade e nas relações de poder que permeiam as ações humanas, e se insere no conceito de vontade de potência proposto por Nietzsche (2009), a qual representa a vontade inerente de cada ser para alcançar um desejo, ou seja, está relacionada ao poder de cada grupo pela sua sobrevivência e resistência quanto ao domínio da limitação de sua ação e querer.

No que concerne à memória individual, não há indivíduo que não tenha memória, no entanto, também se sabe que não existe alguém que tenha guardado a totalidade de suas lembranças. Neste sentido, Menezes (2007) destaca a impossibilidade do resgate integral da memória. Para este historiador, a memória não é um pacote de recordação, mas um processo

permanente de construção, que se caracteriza pelo “esforço com que costumam investir os grupos e sociedades para fixá-la e assegurar a sua estabilidade” (MENEZES, 1992, p. 10). E esta ação já reforça o seu caráter fluido e mutável, o que requer um trabalho de memória, tal como afirma Bosi (1994), pois a memória humana é limitada pela seletividade e pelo esquecimento, no entanto, é seletiva quando precisa, mas a sua integralidade subsiste como resistência.

Em nossa sociedade, “o lembrar de” muitas vezes se torna raro para a pessoa que está inserida no contexto da produção econômica, pois o ato de recordar requer um tempo, parar um momento e lembrar, o que se torna difícil quando se vive em uma realidade onde se evidencia a pressa do cotidiano. Bosi (1994) quando fala da memória dos velhos afirma que na velhice lembra-se mais, por terem mais tempo disponível para isso: quando jovem ou na idade mais madura este ato não é frequente, pois, o indivíduo não aciona sua memória com o intuito de lembrar ou contar um fato passado.

Outra situação relacionada ao esquecimento de fatos do passado é o apagamento de lembranças que podem estar associadas à imagem que se faz de si mesmo ou a situações que causaram traumas ou vergonha em determinados momentos da vida. Muitos estudiosos contemporâneos da memória (POLLAK, 1989; HUSSEIN, 2014; JELIN, 2002) trazem reflexões neste sentido, quando analisam casos de pessoas que foram submetidas a torturas, a perigos, a situações de perdas, a traumas, ou seja, são as memórias subterrâneas referidas por Pollak (1989).

Um caso muito estudado é a memória do Holocausto, porém, no mesmo contexto da segunda guerra mundial e do nazismo, podemos pensar nas pessoas que viveram experiências fora dos campos de concentração, tais como os habitantes de cidades alemãs bombardeadas e os soldados que lutaram na guerra e outras situações traumáticas que vão encobrir a memória, já que não querem ou não precisam ser lembradas (HUSSEIN, 2014). Tais situações foram vivenciadas no âmbito das famílias ou grupos no cotidiano das cidades invadidas por batalhões de soldados com suas metralhadoras, os quais também trazem suas memórias encobertas por fatos guardados no período de guerra, o que marca o seu sofrimento.

Para ilustrar este tipo de situação da memória que camufla, engana, esconde uma lembrança, que revela uma história de vida a qual se quer esquecer ou apagar, destacamos o filme “Uma vida iluminada”, sobre a história de Jonathan Safran, um jovem americano de família judia, que coleciona objetos como forma de guardar suas memórias. Ao receber uma foto e os relatos de sua avó, no leito de morte, ela pede que encontre Augustine, uma jovem soviética

que salvou a vida de seu avô durante a guerra. Na viagem a Ucrânia em busca da história de sua família, então ele conhece um velho ucraniano antissemítico, cuja ocupação era ajudar os judeus americanos a resgatar a história de suas famílias.

Neste filme destacamos dois personagens: o próprio Jonathan, pelo hábito de colecionar objetos tanto seus quanto de sua família, resguarda memórias de vários momentos e, a partir deles, reconta sua história. O outro personagem é o velho ucraniano, que seu antisemitismo encobre uma memória que deseja apagar, pois revela a verdade sobre o seu passado, marcado pela vergonha que ele guarda de sua história; um passado renegado, pois, para sobreviver aos nazistas ele abdica de sua cultura e adota uma “nova identidade”, oposta àquela que ele realmente era e, desse modo, ele assume todas as representações contrárias aos judeus.

Trata-se aqui da discussão sobre a memória, ressaltando suas falhas, suas omissões, seus esquecimentos e, como já referido, podem estar relacionadas à imagem que se faz de si mesmo e às situações que causam traumas ou vergonha. Como afirma Candaú (2012, p. 63), “as falhas de memória, os esquecimentos e as lembranças carregadas de emoção são sempre vinculadas a uma consciência que age no presente”. Neste cenário, tem-se o personagem do velho ucraniano retratado no filme supracitado,¹³ que camufla sua memória para fugir do seu passado e, consequentemente, de sua identidade. Isto porque:

O sujeito que se libera de uma parte de suas determinações inconscientes, que se libera de certas cargas traumáticas, reapropriar-se ao mesmo tempo de sua história pessoal condição indispensável para se inscrever em um futuro que, no sentido mesmo do termo, seria impensável sem lembranças, quer dizer sem isso, que um passado filtrado e colocado em forma de crivo da memória, considerou ser a causa que somos e do que seremos (CANDAU, 2012, p.65).

Este fato reforça a ideia da memória associada às identidades que o indivíduo assume, mas também reafirma os argumentos de Halbwachs (1945) ao explicar que cada indivíduo traz um ponto de vista sobre os acontecimentos passados que se organizam para compor a memória coletiva.

Quanto aos acontecimentos vividos por tabela (POLLAK, 1989), Halbwachs ilustra este tipo de recordação ao citar a experiência da infância de Bevenuto Cellini (HALBWACHS, 2004, p. 43), quando de seu primeiro contato com um escorpião aos três anos de idade, pensando

¹³ O filme conta a história de um jovem judeu americano que vai até a Ucrânia em busca da mulher que salvou a vida de seu avô na 2ª Guerra Mundial, filme de 2005 com a direção e roteiro de Liev Schreiber.

que este animal fosse inofensivo devido a sua percepção inocente de criança, pega-o com a mão mostrando para o avô uma “lagostinha”, a entre angústia e o desespero dos familiares pela segurança da criança o pai a salva cortando o rabo e os ferrões do escorpião. “Admitamos que a criança se lembre: é no quadro da família que a imagem se situa, porque desde o início ela estava ali inserida e de lá jamais saiu” (Ibid., 2004, p. 43).

No entanto, quando essas lembranças vierem à tona, não virão de forma nítida, “resgatadas” do passado, intactas, mas algumas vezes virão de forma fragmentada, em outras de maneira não tão clara e, desta forma, elas serão reconstruídas com base na realidade que vivemos hoje, ou seja, serão ressignificadas. Esta experiência de rememoração ilustra os argumentos de Halbwachs (Op. cit.) em relação à seletividade das lembranças, ao afirmar que as mais marcantes são aquelas que ficam mais tempo guardadas na memória. Seu principal argumento acerca da memória coletiva é de que esta seja construída a partir de fragmentos de memória dos diversos membros de um grupo, tendo como referência os quadros sociais de memória.

Como se pode perceber, a memória do indivíduo mistura-se ao social, como afirma Halbwachs (1994), ou melhor, a memória social se constrói a partir do individual, reforçando assim, a ideia de que essas lembranças permanecem na memória, em fragmentos, pois nenhum homem consegue lembrar-se de tudo ou assimilar todas as informações que tem acesso durante sua vida, já que “a memória, os resíduos deixados por nossa vida anterior, traz em si os hábitos contraídos e tudo o que constitui a característica moral de cada ser” (DURKHEIM, 1970, p. 20). Para Halbwachs (1994) a memória é reconstrução do passado a partir do reconhecimento das experiências vividas. E reconstrução em dois sentidos (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993), pois:

Por um lado, porque não é uma repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, por que é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

A memória é seletiva, pois, quando o indivíduo lembra, ele não abarca todas as situações que viveu no passado nem tampouco a recupera na íntegra; quando recorda e materializa sua lembrança, são selecionados os fatos com base no presente, isto é, com a sua representação de mundo atual, atribuindo a esta lembrança o significado que lhe é percebido no momento da recordação. Esta característica de seletividade da memória nos leva à reflexão sobre o ato de

lembra que, no caso da memória individual, foi analisada por diversos autores como (BARTLETT, 1932; TURVING, 1995; BATESON, 1977), sendo para Halbwachs (1994) a base para o surgimento da memória coletiva ou de grupos.

Ele afirma que cada indivíduo traz um ponto de vista do acontecimento passado, construindo, assim, a memória do grupo. Os grupos, no presente e no passado, permitem a localização da lembrança num quadro de referência espaço-temporal que possibilita justamente a sua constituição como algo distinto do fluxo contínuo e evanescente das vivências (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 289).

A memória como faculdade ou ato de lembrar está diretamente ligada à identidade do indivíduo (CANDAU, 2012; HALBWACHS, 2004; SOBRAL, 2004), visto que a partir das interações que ele estabelece, constrói as relações sociais que lhe darão a noção de ser e de pertencer a um lugar ou a um grupo, o que reforça o caráter subjetivo da memória.

Isto significa que este indivíduo constrói quantas memórias estiverem presentes em relação aos grupos ao qual pertence. Estas lembranças são construídas a partir das representações e visões de mundo que constroem durante suas relações sociais. Ilustramos este argumento com a seguinte reflexão:

Suponhamos agora que tenhamos feito uma viagem com um grupo de companheiros que não revemos mais. Nossa pensamento estava ao mesmo tempo mais perto e mais distante deles. Conversávamos com eles. Com eles nos interessávamos pelos detalhes do caminho e os diversos incidentes de viagem. Mas, ao mesmo tempo, nossas reflexões seguiam um curso que lhes escapava. Trazíamos consigo, com efeito, sentimentos e ideias que tinham sua origem em outros grupos, reais ou imaginários: é com outras pessoas que nos entretínhamos interiormente, percorrendo, este país nós o povoávamos, em pensamentos, com outros seres: tal lugar, tal circunstância tomava então a nossos olhos um valor que não podiam ter para aqueles que nos acompanhavam [...] (HALBWACHS, 2004, p. 38).

Quando se pensa sobre estes aspectos da memória como prática social e sua articulação com o sentimento de pertencimento ao lugar, reporta-se à categoria “comunidade afetiva”, definida por Halbwachs (1994) como a necessidade de aproximação ou de coesão dos indivíduos de um grupo para que as lembranças permaneçam. Neste sentido, o autor afirma:

Para que nossa memória se auxilie com as dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 2004, p. 38).

Esta comunidade afetiva, no caso o bairro da Terra Firme, está representada pelas famílias que ali se constituíram a partir do sonho de uma vida melhor; pelas associações comunitárias por meio das reivindicações dos moradores; pelos grupos de igrejas que trabalham

com crianças e jovens para que estes possam ter um futuro longe da marginalidade; pelos coletivos culturais que tentam mostrar o outro lado do bairro e as várias identidades presente nele; pelos espaços de trabalho como a feira onde as práticas e os saberes dos feirantes contribuem para a manutenção de um fazer memória do lugar Terra Firme.

As recordações transportam para o passado, ou melhor, reconstroem o passado a partir do presente ao longo do encadeamento de memórias. Se os elos desta cadeia se desfazem, não se pode mais recordar. Na construção dos laços afetivos, os sentimentos são essenciais para a constituição do sentimento de pertença ao grupo e a memória vai se fundamentar nisto, como afirma Halbwachs (2004).

Ao propor um estudo sobre a memória social surgem algumas questões, tais como: o que seria a memória no contexto da sociedade contemporânea? Ou ainda, o que estudar quando se trata deste tema? Muitas vezes este conceito está associado ao simples ato biológico de reter informações do passado ou de lembrar um conteúdo, informações sobre pessoas, sobre eventos, sobre lugares, dentre outras lembranças; no entanto, a memória tem uma função que vai muito além, a de referência de identidade dos grupos sociais (CANDAU, 2012, POLLACK, 1992).

Para analisar estas questões apresento o seguinte problema de pesquisa: como se constituem os quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1994) do bairro da Terra Firme e como o hortomercado e a feira se configuram como lugares de memória (NORÀ, 1992) e de pertencimento ao lugar? Levando em conta o contexto histórico e social do bairro pautado nos conflitos, disputas e resistências que o caracterizam ao longo de sua história.

As categorias de análise – quadros sociais e lugar de memória – foram emprestados de Halbwachs (1994) e Pierre Nora (1992). O primeiro autor apresenta os quadros sociais como a principal referência para a análise da memória coletiva, pois eles são o resultado da soma, da combinação da recordação dos indivíduos na sociedade. Ainda para este teórico, os quadros sociais ajudam a classificar as lembranças de uns em relação aos outros (HALBWACHS, 2004). Quanto a isso, os marcos e os quadros sociais são duas categorias de análises propostas que incluem entre os marcos o espaço, o tempo e a linguagem; e, entre os quadros, os grupos onde os sujeitos se inserem neste caso definido inicialmente por três grupos: 1) o familiar; 2) o religioso; e 3) o da classe social, os quais veremos mais detalhadamente em capítulo específico. Em suma, os marcos sociais são como pontos de referência para a memória e todos eles, como o próprio nome define, se amparam no social; já os quadros sociais estão diretamente relacionados às interações que estes sujeitos estabelecem nestes grupos compondo assim a sua história de vida baseada na representação social do passado.

Outro teórico a considerar, Goffman (2012), também trata de quadros sociais, porém relacionado ao sentido de enquadre (frame) que, para ele, significa o conjunto de princípios de organização para governar acontecimentos sociais e o envolvimento subjetivos nesses acontecimentos (GOFFMAN, 2012). Usamos o conceito de “lugar de memória”, não exatamente como foi definido por Nora (1993, p. 12), mas entendido como um espaço de construção de significados resultante das interações sociais que ali se definem. Pollack (1989) refere-se ao enquadramento das memórias afirmando que:

Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limite, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Este trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação. Recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência (POLLACK, 1989, p. 9).

Nesta perspectiva de análise, a questão da memória remete a outras questões complementares às anteriores, tais como: de que forma os indivíduos lembram? O que os fazem lembrar? Como essas lembranças são guardadas na memória? Entre outras reflexões que denotam a importância da memória social. Muitas perguntas já foram respondidas por vários teóricos que se debruçaram sobre este tema, dentre estes: Narmer (1987); Bergson (2006); Bosi (1994); Santos (1998; 1993); Pollak (1989; 1992); Nora (1993); Cordeiro (2015); Candau (2012); Ricouer (2007).

Dessa forma, a tese objetiva: caracterizar os marcos sociais da memória coletiva do bairro da Terra Firme, em Belém do Pará, a partir das formas de interação, estratégias e táticas de resistência e configuração de identidades de seus atores (feirantes e antigos moradores) e o fortalecimento do sentimento de resistência e pertencimento ao lugar percebido nas suas trajetória e experiência de vida. Como objetivos específicos, propõe:

- a) Estudar o bairro da Terra Firme como espaço, território e lugar de pertencimento identificando, a partir dos quadros sociais da memória, como são atribuídos sentidos ao lugar habitado e aos acontecimentos socialmente relevantes para o indivíduo e o seu grupo social;
- b) Estabelecer como se estruturam os quadros sociais que compõem a memória coletiva dos feirantes e frequentadores do Hortomercado Municipal da Terra Firme e da feira livre da Av. Celso Malcher, a partir da compreensão das interações sociais e das cenas do cotidiano percebidas nas relações entre os atores sociais que ali atuam;
- c) Destacar as interações sociais que ocorrem no espaço do Hortomercado e feira livre do Bairro da Terra Firme, identificando as estratégias e táticas utilizadas por seus atores sociais nos rituais de interação que ocorrem nestes espaços.

A pesquisa segue a abordagem qualitativa, que, segundo Richardson (2011, p. 90), caracteriza-se como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas qualitativas de características ou comportamentos. Assim, busca-se uma construção intersubjetiva do conhecimento a partir da interação entre o sujeito e o objeto. Pela pesquisa qualitativa, pretende-se interpretar a realidade pela captação dos significados atribuídos pelos atores sociais aos diferentes aspectos de suas interações (SILVA, 2013), ou seja, pelos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes resultantes destas interações, dos processos e fenômenos sociais presentes no seu cotidiano. Minayo (2012) enfatiza que, ao buscar compreender estes significados:

É preciso exercitar também o entendimento das contradições: o ser que comprehende, comprehende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses (MINAYO, 2012, p. 623).

Outro ponto importante da pesquisa qualitativa destacada por Deslauriers & Kérisit (2012) é o estudo do cotidiano, que significa a abrangência da representação das preocupações dos atores sociais, tais quais são vividas diariamente. A pesquisa também se baseou em estudos exploratórios por meio de levantamento bibliográfico; pesquisa documental e pesquisa de campo com observação direta; entrevista semiestruturada; história oral, com coleta de narrativas de histórias de vida, visto que, desse modo, pretendo ter uma dimensão ampla do bairro, contextualizando as suas práticas e a produção da subjetividade, cada uma destas técnicas contribuiu em relação aos dados sobre determinado sentido ou aspecto da realidade.

Este estudo tem como pressuposto proporcionar uma visão geral sobre um tema já bastante explorado na Antropologia, na Sociologia e na Psicologia Social em vários programas de pós-graduação, mas ainda pouco abordado quando se trata de adentrar na vida cotidiana de pessoas simples, de trabalhadores envolvidos em atividades e saberes tradicionais, e no conhecimento repassado de geração em geração como o dos feirantes existentes em todas as cidades, que agregam conhecimentos próprios em relação ao seu fazer e às formas de interagir com o outro, ou seja, com o seu freguês.

O tema da memória, neste contexto, surge relacionado à identidade do grupo, isto é, como afirma Candau (2012), a memória do indivíduo fundamenta-se nas vivências que ele tiver ao longo de sua trajetória de vida ou percurso biográfico (BARTEUX, 2010), em relação com os grupos sociais em que vive (HALBWACHS, 2004). Em bairros “populares”, a memória

social é apresentada mostrando como o passado daquele grupo foi construído, muitas vezes não se relaciona este tempo passado ao presente, buscando com isso um “resgate do passado/história do Lugar”. Resgate este impossível de acontecer, pois pelas características da memória, fluida e mutável, ela é um processo permanente de reconstrução, como afirma Bosi (1994), é um trabalho constante.

O bairro da Terra Firme tem sido pouco abordado no âmbito da academia, no que concerne às suas práticas cotidianas, as suas interações sociais, à sua produção cultural, pode-se citar como exemplo, os trabalhos de Arnaud (2016), que trata do teatro comunitário como alternativa de educação; Rodrigues Junior (2012), abordando a educação de jovens e adultos e a fotografia artesanal como recurso pedagógico; e mais uns três trabalhos com enfoque em Museolosia Social (MOURA, 2016), Educação e Comunidade, que aborda a relação da Luta dos moradores com uma educação emancipadora (QUADROS, 2017); A tela firme, projeto de produção de vídeos sobre o bairro, apresentado por Cunha (2018), mostrando as várias faces da Terra Firme. Todos estes trabalhos que tratam sobre a produção cultural, educação e comunicação no bairro são pesquisas bem recentes, muitas delas ficam restritas a um determinado grupo, sem dar o *feedback* para os moradores.

A maior parte das pesquisas sobre este bairro abordam temas como a violência (COUTO, 2010), moradia, com foco nas ocupações (ALVES, 2010), além do Igarapé Tucunduba, o lixo no bairro, estas sendo abordadas de forma mais ampla, não tratando do bairro especificamente, mas da área do igarapé do Tucunduba. Segundo levantamento bibliográfico realizado entre 2014 e 2015, a maioria das pesquisas desenvolvidas neste bairro tem sido realizada na área de Serviço Social, seguido por Educação e Meio Ambiente. Quero ressaltar que algumas pesquisas são bem recentes e foram realizadas nos últimos dois anos, as quais enfocam questões relativas à educação e produção cultural no bairro, como foi mencionado em parágrafos anteriores.

Os estudos até então realizados sobre o bairro enfocam principalmente quatro aspectos: 1) as temáticas relacionadas à violência; e 2) as precariedades do bairro, como a falta de saneamento básico, ausência de condições de sobrevivência e luta pela moradia; 3) estudos sobre a ocupação do bairro e as lutas pela titularidade das terras; 4) pesquisas que abordam questões relativas ao meio ambiente, com destaque ao Igarapé do Tucunduba. Encontram-se poucas pesquisas sobre a cultura produzida pelos seus moradores, entre as quais se destacam: o boi de máscaras (SANTOS JUNIOR, 2012); a praça Olavo Bilac como ponto de encontro e resistência (NOVAES, 2011); Tela Firme como instrumento de resistência do bairro (CUNHA,

2018); o Ponto de Memória da Terra Firme como instrumento de luta pela valorização da identidade do bairro (MOURA, 2016); e Educação e resistência a partir dos movimentos sociais na Terra Firme (QUADROS, 2018).

Para a elaboração desta tese foi realizado um levantamento sobre as pesquisas desenvolvidas em sua maioria pela Universidade Federal do Pará (UFPA), cujos resultados foram obtidos pela pesquisa no repositório da Biblioteca da UFPA, do Google Acadêmico e na Plataforma Sucupira da Capes (Teses e Dissertações). O que importa é a forma como a comunidade recebe (ou não recebe) estes trabalhos, cuja maioria não traz nenhum retorno para a comunidade. O bairro tem sido estudado como território de violência, reforçando o seu estigma social (GOFFMAN, 2002).

Neste sentido, o que esses estudos trazem de retorno positivo aos moradores? Muitos questionam e se sentem “isolados” em suas lutas contra a violência com que convivem cotidianamente e pela melhoria das vias públicas e a própria questão da moradia no bairro. Não vamos adentrar nesta discussão, pois não é objetivo da tese, mas queremos chamar a atenção para o papel das instituições que estão presentes neste bairro, questionando até que ponto elas estão realmente presentes e vivenciando este cotidiano. Este é o olhar daquele que está fora e que é o principal agente da pesquisa.

A Terra Firme tem cultura, como uma paródia da música “*another bring in the wall*”, do grupo de Rock Pink Floyd¹⁴ feita por um conselheiro do Ponto de Memória, que diz: “Terra Firme tem memória, Terra Firme tem cultura”¹⁵. O trecho da música representa um grito para a identidade dos “terráqueos” (como se autoidentificam os moradores do bairro, sobretudo os mais jovens). Pois bem, para um bairro que na década de 1960 foi marcado por ter um aspecto de provisoriação, conforme Penteado (1966, p. 336), devido estar nas terras da Universidade Federal do Pará, o lugar parece hoje ter uma vida pulsante, que só pode ser vista quando o adentramos, transitamos pelas suas passagens e travessas, nas duas ruas principais, e na avenida que o margeia, a Perimetral.

¹⁴ Esta música foi lançada em 1979, pelo grupo inglês de rock Pink Floyd. A letra trazia crítica ao sistema de ensino da época; fez muito sucesso e se tornou um clássico deste gênero musical. Chamou-me atenção o fato de as pessoas que fizeram a paródia, não conhecerem a letra da música, mas criaram uma letra em que chamam a atenção para o descaso do bairro como o grupo Pink Floyd quis fazer em relação à educação opressora.

¹⁵ A Paródia foi criada por Zé Maria, conselheiro do Ponto de Memória da Terra Firme ,e soa como um grito de identidade e resistência que passou a ser adotado por este grupo.

Das suas margens ou bordas é difícil perceber que a Terra Firme vai muito além do que mostram ou mostravam os noticiários, principalmente até uns quatro anos atrás, sobre a violência e a bandidagem no bairro. A afirmação de Penteado (1966, p. 336.) não considerou os moradores que foram para este bairro e não ocuparam as terras da UFPA, pois compraram seus terrenos de latifundiários, de famílias abastadas de Belém que possuíam grandes lotes de terra em áreas mais afastadas do centro da cidade. Esses moradores construíram sua vida naquele local, como o seu Neemias Bezerra, morador há mais de 60 anos, e viu o desenvolvimento da Terra Firme desde a década de 1950. Hoje, a Terra Firme tem histórias para contar, histórias de vida, de lutas, luta pela moradia, pela paz, pela qualidade de vida, luta dos feirantes pela dignidade de trabalho, e tudo isso faz parte da memória social deste bairro que foi construído pelo sonho de seus moradores de ter uma vida mais digna e que, como muitos outros bairros de ocupação, é caracterizado por uma população pobre, sendo esquecido pelo poder público e lembrado apenas para a “recolha de votos na época de eleição”, conforme nos disse um morador.

Enfim, a Terra Firme tem memória, tem escolas, tem samba, tem carnaval, tem teatro, música, capoeira, candomblé, tem a feira, tem o boi marronzinho, tem religiosidade e muito mais. Diante disso, realizei essa tese que estuda os marcos de memória do bairro presentes na memória dos seus moradores e nos “lugares” de memória considerados palco das representações da vida cotidiana destes sujeitos (GOFFMAN,1985). A memória do bairro da Terra Firme será analisada nesta tese a partir de seus quadros sociais de memória, que se sustentam nas interações sociais presentes no bairro, principalmente na feira e hortomercado e nas lutas sociais de seus moradores.

A primeira etapa desta tese foi através do levantamento bibliográfico, no qual tivemos os primeiros indícios de referenciais teóricos relativos à memória coletiva, sociabilidade, feira livre, interação social, bairro e rua, espaço público, a fim de se estabelecer um marco teórico com o objetivo de buscar fontes bibliográficas relevantes para a discussão e análise dos temas referidos. Neste sentido, pesquisamos em livros, revistas, artigos, teses e dissertações, sites, pesquisas acadêmicas disponíveis na internet e em bibliotecas.

O levantamento documental buscou identificar fontes documentais e dados oficiais de órgãos públicos, tais como: leis, decretos, relatórios, projetos, programas e outros documentos. Esta pesquisa foi realizada tanto em sites de órgãos públicos estaduais e municipais quanto de forma presencial nesses mesmos órgãos, cuja competência é a gestão urbana dos espaços das feiras e dos mercados públicos, além do ordenamento dos bairros, como a Secretaria Municipal de Economia (SECON); Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM); Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesta modalidade de pesquisa buscamos também informações sobre o bairro da Terra Firme em reportagens de jornais, com foco para os jornais dos bairros, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, bem como os jornais locais do mesmo período a fim de visualizar dados sobre acontecimentos do passado relacionados ao cotidiano dos moradores para subsidiar a construção do contexto histórico do local.

Outro ponto importante em relação aos documentos, como fonte para a pesquisa social, é que os mesmos podem ser vistos “como sedimentação das práticas sociais e desta forma tem o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente ao longo prazo” (MAY, 2004, p. 205-206). O autor também reforça que elas retratam as aspirações e as intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época que não se tinha acesso por não se estar presente no local. Em relação à história do bairro, nada se encontrou de documentos históricos sobre a Terra Firme; a maior parte das informações coletadas foram reportagens de jornais da década de 1980 e 1990, que focavam nas problemáticas diárias do bairro naquela época, tais como lixo, saneamento, criminalidade e luta pela moradia, com exceção do trabalho de Alves (2010), o qual aborda mais especificamente os movimentos sociais no bairro.

Há ainda as pesquisas de Mourão (1987), que tratam sobre os conflitos de terra entre o período de 1960 a 1980; de Barbosa (2003) que tratou sobre a urbanização do Igarapé do Tucunduba; e de Colares (2012) sobre a geografia do tráfico na periferia de Belém, mais especificamente na Terra Firme.

Outro importante documento como fonte de pesquisa, principalmente sobre a memória do bairro, foi o relatório do inventário participativo do bairro da Terra Firme (MOURA, 2013), organizado pelo Ponto de Memória, que traz relatos de diversos moradores. Este inventário foi realizado no período de 2011 a 2012, com apoio do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e recurso da Organização dos Estados Americanos (OEA), como parte do Programa Pontos de Memória, que será enfocado mais adiante.

A pesquisa de campo ocorreu em 2016 e em 2017 com o objetivo de coletar dados através de entrevistas com feirantes e moradores do bairro, buscando informações claras sobre os eventos e fenômenos pesquisados a partir da experiência vivenciada por estes atores. Delimitamos inicialmente como recorte para o estudo da memória social do bairro da Terra Firme, o espaço que compreende a feira livre, o hortomercado e o centro comercial, devido ao grande fluxo de pessoas e veículos que circulam pelas ruas nas imediações desses locais, pois é passagem obrigatória para moradores e não moradores do bairro.

Defini como técnicas de pesquisa as entrevistas, as quais foram divididas em história oral, bem como as conversas informais, além da observação que realizei na feira de rua, a qual caracterizo como a etnografia de rua (ECKERT, 2003, p. 5), pois “propicia uma exploração dos espaços urbanos investigados através de caminhadas no território da pesquisa” e as observações das interações e das situações (GOFFMAN, 2012) dentro do mercado.

Como técnica de coleta, recorri a entrevistas do tipo qualitativa, com foco nas histórias de vida e em entrevistas não estruturadas, justificando sua utilização a partir de Poupart (2012), que aponta três tipos de argumento para se recorrer a este tipo de coleta:

O primeiro é de ordem epistemológica: a entrevista de tipo qualitativo seria necessária, uma vez que uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais. O segundo tipo de argumento é de ordem ética e política: a entrevista de tipo qualitativo parece necessária, por que ela abriria a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais e por fim os argumentos metodológicos: a entrevista de tipo qualitativo se imporia entre as “ferramentas de informação” capazes de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, como instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores (POUPART, 2012, p. 216).

Outra forma de registro da memória social desses indivíduos, trabalhadores e frequentadores dos espaços estudados foi pela história oral que, segundo Meihy e Holanda (2007), é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e grupos. Ribeiro (2011) corrobora com este argumento quando afirma que a história oral sempre deriva de questões de afirmação social ou que incomodam a sociedade.

Esta técnica de pesquisa, que se ergue segundo pressupostos que privilegiam as entrevistas como motivo central dos estudos (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 36). As entrevistas se constituem em um núcleo central da investigação que deverão ser avaliadas em separado. Deste conjunto documental oriundo das entrevistas, devem-se extrair os problemas a serem analisados em eventual diálogo com outras fontes e argumentos pré-estabelecidos. Como argumenta Haguate (1999):

A reconstituição de memória pode estar imersa em reinterpretações, seja pela distância existente entre o fato passado e o depoimento presente que já incorpora possíveis mudanças de perspectiva ou de valores do ator social, seja por que o fato pode ser reinterpretado à luz dos seus interesses (HAGUETTE, 1999, p. 94).

É importante ressaltar que a história oral não foi analisada com base na informação de um único depoente, mas sobre um conjunto de depoimentos que informam o todo da pesquisa. Entende-se, então,

A história oral como um termo amplo que recobre tipos variados de relatos obtidos através de fontes orais, a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentos, de fatos cuja documentação se quer completar, ou que se quer abordar por ângulo diverso. A história oral registra a experiência vivida ou o depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade (PEREIRA DE QUEIROZ, 1991, p. 12).

A História oral possibilita diversas versões da história dos grupos, ao dar voz para múltiplos e diferentes narradores, permitindo assim construir a história do grupo a partir dos relatos de experiências vividas em determinado período. Freitas, no prólogo da segunda edição de Thompson (1991), afirma que o método da história oral possibilita o registro de reminiscências das memórias individuais, ou seja, a reinterpretação do passado.

Esta técnica de pesquisa sempre deriva de questões de afirmação social ou que incomodam os grupos sociais (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 40), e devem ter vínculos com causas sociais e que favorecem mudanças. Neste sentido, argumenta Meihy (2011):

Mesmo com graduações expressivas, como o vazio político não existe, cabe aos projetos de história oral favorecer argumentos para as causas em questões. Juntam-se, assim, alguns pontos delineados anteriormente: o teor transformativo da história oral decorre de inconformidades e da necessidade de exibir o outro lado da questão (MEIHY, 2011, p. 40).

Nesta tese foi definida a modalidade de história oral de vida como técnica da pesquisa, pelo fato de relatar os acontecimentos vivenciados, as experiências e valores transmitidos ao longo da vida social. Lang (1996) ressalta que:

Através da narrativa de uma história de vida, se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, da sociedade global [...]. Há história de vida mais ou menos ricas, mas não existe uma história de vida completa visto que, [...] uma vida não pode ser totalmente revisitada e um processo seletivo se impõem envolvendo o próprio rememorar, em geral determinado pelo próprio narrador (LANG, 1996, p. 34).

Além da história oral, que possibilitou um corpus específico de dados, também estabeleci conversas informais, nas quais não utilizei o gravador como recurso por dois motivos: primeiro por que estas entrevistas aconteciam de forma inesperada, pois aproveitava a disponibilidade do indivíduo que nunca conseguia encontrar e que aparecia em determinado momento e então começava a conversar com ele; outro motivo é que sem o gravador conseguia “captar” informações de maneira mais espontânea, já que nestas entrevistas o aparelho era um elemento inibidor, por isso optei pelas conversas e depois anotações das questões importantes no caderno de campo.

Realizei entrevistas com o coordenador da feira na gestão atual, responsável pela Associação dos Feirantes, tendo como foco principal as questões sobre o funcionamento da feira, a sua estrutura e gestão para os representantes do poder público e para os representantes das associações de feirantes. Tais entrevistas ajudaram, por meio da figura do coordenador da feira, a perceber o olhar e do “presidente”¹⁶ da Associação de Feirantes, em relação ao funcionamento do mercado, assim como a tensão existente na relação entre estes e os feirantes. Conversei também com alguns feirantes que não entraram no grupo de narradores das histórias de vida, por não preencherem os critérios solicitados, tais como residir no bairro, mas estas pessoas narraram sobre o cotidiano da feira e de sua vida como feirante através de um bom “bate-papo na feira”.

May (2004) argumenta que este tipo de entrevista permite ao pesquisador uma possibilidade de buscar maior esclarecimento quanto à elaboração das respostas dadas pelo entrevistado. Pode registrar informações qualitativas e estabelecer um diálogo entre eles, possibilitando, desta forma, a produção de significados e maior liberdade para o entrevistado no sentido de manifestar-se em relação ao tema tratado.

[...] a entrevista não diretiva, ao contrário da entrevista dirigida, não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação: “é o entrevistado que detém a atitude de exploração”. A partir da instrução ‘consigne’ transmitida pelo pesquisador, o entrevistado define como querer o “campo a explorar” sem se submeter a uma estruturação predeterminada proposta. (THIOLLENT, 1988, p. 85).

Enfim, o método da entrevista é considerado um meio de dar conta do ponto de vista dos atores sociais e um dos melhores para apreender o sentido que esses indivíduos dão a suas condutas, como se representam no mundo e como vivem suas situações diárias.

Outra forma de coleta de dados foi através das oficinas realizadas com grupos de moradores e não moradores do bairro, cujo objetivo consistia em perceber como os participantes constroem suas representações sobre o bairro (MOSCOVICI, 2003). A utilização de oficina como técnica de coleta de dados ainda é bem recente e está sendo utilizada para este fim, devido à sua potencialidade de captar as percepções dos participantes¹⁷ além de o uso desta técnica

¹⁶ Conseguimos conversar uma única vez com este senhor, mas a Associação de Feirantes existe no papel, embora, de fato, ela não exista. Como a sua gestão estava terminando, ele parece ser um “presidente fictício”. Inclusive o mesmo possui uma função na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e, por esse motivo, nunca conseguíamos encontrá-lo na feira.

¹⁷ As oficinas como técnicas de pesquisa começaram a ser usadas na área da Psicologia Social, através de psicodramas, e depois foi utilizada na área da Educação e nas pesquisas em comunidades. Tem como base metodológica a pesquisa ação, técnica que trabalha com pequenos grupos realizando diversas atividades dinâmicas e práticas, não perdendo de vista as questões que norteiam a pesquisa.

para coleta de dados ser considerada por Spink, Menegon e Medrado (2014) como espaços de negociação de sentidos, com potencial crítico de produção coletiva de sentidos. Esta negociação compreendeu um processo de interanimação dialógica e de construção interpessoal de identidade num constante jogo de posições, que fez fluir a multiplicidade e contrastes entre versões sobre campo/tema investigado.

Na oficina verificou-se a percepção e interação dos moradores com os seus espaços de vivência, por meio de passeios pelas ruas do bairro e registros fotográficos das cenas cotidianas para demarcar os marcos de memória, o que implica na representação dos lugares de memória identificados por esses moradores, visando compreender o ato de compartilhar os espaços do bairro e da cidade.

A escolha do espaço da feira para a delimitação dos lócus de pesquisa no Bairro da Terra Firme deve-se ao fato de este espaço social ser o palco de práticas cotidianas, de trocas, de conversas com linguagem e expressões próprias, de formas de trabalho e de saberes específicos dos grupos locais. Para a coleta de dados nestes espaços, foram utilizadas as técnicas de observação direta e de entrevistas individuais.

A partir dos dados coletados nesta etapa da pesquisa de campo, identificam-se as situações e acontecimentos do cotidiano da feira (GOFFMAN, 2010) e as interações (SIMELL, 2005) que se estabelecem nesse espaço social. Nessa etapa deve ser avaliada a metodologia, prevendo associar as técnicas de pesquisa com a etnografia de rua (ECKERT, 2003). Nesse método, enfatiza-se a observação direta e a descrição etnográfica abrangente, a fim de expressar a vivência cotidiana, a maneira com que as pessoas veem a si mesmas e o significado das suas experiências no contexto que as cerca. O método consiste:

No desenvolvimento da observação sistemática de uma rua e/ou das ruas de um bairro e da descrição etnográfica dos cenários, dos personagens que conformam a rotina da rua e bairro, dos imprevistos, das situações de constrangimento, de tensão e conflito, de entrevistas com habitantes e moradores, buscando as significações sobre o viver o dia-a-dia na cidade (ECKERT; ROCHA, 2003, p. 4).

A observação foi realizada nas ruas Celso Malcher e São Domingos, onde se localizam a Feira e Hortomercado do bairro, e assim apresentam grande fluxo de pessoas. As barracas localizam-se ao longo da Rua Celso Macher, onde transitam pedestres, ciclistas e veículos misturados aos vendedores da feira, compondo a paisagem do cotidiano do bairro:

O pesquisador deve “mergulhar” no ritmo urbano e perder-se na multidão, funde-se nos encontros fortuitos, mas também se localizar nas conversas rápidas dos habitantes locais, registrar o olhar descomplicado dos passantes, rabiscar desenhos, bater fotos, gravar cenas [...] (ECKERT, 2003, p. 4).

Dessa forma, pretende-se mostrar que o sentido de memória social não está ligado apenas ao passado remoto ou a fatos e acontecimentos que não existem mais. Ele surge na cotidianidade dos grupos, sendo construído ao longo do contexto histórico e social do indivíduo. Nesta cotidianidade, o homem assimila as habilidades necessárias para a sua aceitação no grupo, e neste processo constrói suas representações sociais que sustentam as “tradições inventadas” (HOBSBAWN, 1997) pelo grupo, necessárias para a sua aceitação.

A partir destas observações elaboraram-se questões que ajudaram a compreender como a feira e o hortomercado da Terra Firme sustentam as suas redes de sociabilidades e reciprocidades, mesmo com as transformações verificadas na dinâmica social resultantes do processo de modernização; e como as relações ali estabelecidas se associam à memória social do bairro:

1. Os feirantes e moradores do bairro da Terra Firme, tendo o hortomercado e a feira como pontos de referência de memória, criam estratégias e táticas de resistência que sustentam o sentimento de pertencimento ao bairro;
2. A memória dos feirantes está marcada por acontecimentos focados na feira, enquanto que a memória dos moradores tem seus marcos em eventos cotidianos do bairro, principalmente os relativos as lutas pela moradia e a melhoria do bairro.
3. O enquadramento da memória no bairro da Terra Firme se sustenta a partir das interações sociais que se estabelecem no tempo e no espaço evidencia dos nas narrativas de vida de seus atores sociais;
4. Os indivíduos criam significados para os espaços públicos do bairro que são configurados e modificados por processos interpretativos construídos pelos atores que interagem entre si e nestes espaços em que se encontram e constroem suas representações sociais do passado e do presente.

1. DE MNEMOSINE ÀS REMINISCÊNCIAS: A CONSTRUÇÃO DAS TEORIAS MODERNAS DA MEMÓRIA

A memória faz parte do homem desde a sua criação. Os povos antigos registravam sua vida cotidiana através de pinturas, imagens em cavernas, por exemplo (LEROI-GOURHAN, 2001). Para os gregos, a memória era divinizada através de Deusa Minemosine, inspiradora do poeta (*aedo*), que “cria, repete, recita, compõem palavras em ritmo” (SMOLKA, 2000, p. 172) e, dessa forma, torna-se mestre da Verdade (DETIENNE, 1988).

Na Grécia arcaica havia uma nítida diferença entre a noção de memória (*mneme*) e a noção de recordação (*anamnesis*). Esta última era caracterizada como um instrumento de aproximação com o passado, sendo necessária para os homens mortais que não possuíam mais a vivência verdadeira da memória. Assim, é importante destacar que a memória para os gregos encerrava todos os elementos que constituíam a realidade da vida grupal humana e todos os outros que antecederam o próprio homem, e que assinalaram o surgimento do mundo e das primeiras formas de vida.

Para os gregos não havia necessidade de recordar, pois a recordação só existia para os mortais que esqueciam sua origem. Brito (1989, p. 8) destaca que, sendo a memória depositária do saber, o esquecimento se igualaria a morte. Por outro lado, a rememoração é uma conquista só alcançada como disciplina em busca da imortalidade. Desse modo, o resgate da memória significaria o meio pelo qual se garantiria a continuidade do tempo e a possibilidade de vida sem morte. Com o tempo, esta concepção da memória “que se baseia nas efemeridades do tempo humano e na crença do retorno à vida terrestre” vai se transformando (BRITO, 1989, p. 10).

O conceito de memória, desde o início do conhecimento humano, é compreendido como forma de retenção de informações do passado, adquirida pela razão ou percepção da realidade associada à noção de espaço e tempo. Já na antiguidade, com os gregos surgem as primeiras referências sobre memória, que serviram de subsídios para as reflexões sobre a memória individual. As primeiras incursões sobre este tema surgem, portanto, a partir dos filósofos gregos, destacando-se Platão e Aristóteles, precursores da ideia de memória, no contexto filosófico e científico.

Candau (2005, p. 39) faz uma síntese sobre a percepção da memória no período clássico dos filósofos gregos por meio de quatro correntes de pensamento: a primeira é representada por Homero e Hesíodo, que abrange as narrativas míticas (*Odisséia*, *Ilíada*, *Teogonia*) marcadas pela recitação dos versos¹⁸ dos *aedos* (poetas) conduzidos pela deusa Mnemosine. Estavam voltadas para o passado, para o tempo da origem dos deuses e do mundo dos homens buscando reafirmar o passado heróico do homem e a permanência dos deuses como mediadores da vida humana. Dessa forma, faz com que o poeta esqueça a miséria e angústia do presente, fazendo reviver no cantar os feitos dos heróis e dos deuses.

Na segunda corrente, Mnemosine “já não é mais aquela que canta a *arché*, o passado primordial, a fonte, a origem, mas sim o poder de que dependem os destinos das almas depois da morte” (CANDAU, 2005, p. 40). A memória aqui já não está mais no canto dos *aedos*, mas nos documentos com datas e origem; o tempo está como o ser definido. A memória muda de função, ela não é mais cosmológica, mas sim escatológica, pois traz os meios para alcançar o fim do tempo. Através da morte o homem esquece sua vida passada e recomeça uma nova vida:

Em contrapartida, a alma que se transforma no lago de mnemosine relembrava-se, desde o princípio, de toda a série de suas vidas anteriores e evade-se do triste ciclo do devir e das dores, do ciclo de repetição sem memória. Ela renasce então ao nível dos deuses, escapa ao destino e emancipa-se da condição mortal (CANDAU, 2005, p. 40).

Nesta perspectiva, o homem, anteriormente cantado nos versos do poeta, torna-se imortalizado e se aproxima da imagem dos deuses. A terceira corrente de pensamento, apresentada por Candau (2005, p. 40-41), está representada pelo platonismo, que entende a memória como instrumento de libertação do homem em relação ao tempo. A memória torna-se sinônimo de conhecimento; significa que o Homem relembrava um saber presente na alma e que foi esquecido quando bebeu na fonte de *Lethe* (esquecimento). Dessa forma, a memória associa-se à verdade, ao aprender, ao mundo das ideias: “a memória aparece de novo como meio de atingir a perfeição da existência real que está fora do tempo humano” (CANDAU, 2005, p. 41).

A última corrente de pensamento é representada por Aristóteles, na qual a memória já “não liberta o tempo, ela vai permitir a sua percepção, pois não abre mais a via da imortalidade, ela permite atingir o ser verdadeiro” (CANDAU, 2005, p. 41). Em Aristóteles, as opiniões desempenham um papel de mediação para a memória, ou seja, o que se lembra não será a

¹⁸ Esta recitação sendo uma mnemotécnica que era marcada pela repetição com o objetivo de fixar e transmitir o repertório do conhecimento passado, visando reforçar o conteúdo das narrativas que consistiam na origem do mundo; gênese dos deuses e nascimento da humanidade.

imagem fidedigna do vivido. Isto significa, segundo Candau (2005, p. 41-42), que as percepções armazenadas podem apresentar variações com as sensações originais, o relembrar não garante o acesso à perfeição. Esta concepção se aproxima das abordagens mais recentes sobre a memória, às quais concebem este fenômeno como a reprodução de uma imagem passada que pode ser evocada ou reconstruída a partir das representações do presente.

Partindo do esquema de sintetização do pensamento grego sobre memória proposto por Candau, enfatizamos as duas últimas correntes, a partir dos pensamentos de Platão e Aristóteles, pois ambos serão fundamentais para as reflexões sobre memória nos períodos posteriores do pensamento filosófico, contribuindo, assim, para o surgimento de teorias científicas que abordam este tema nas diversas áreas do conhecimento.

Platão, nos sec. V e IV a.C. (s/d) começa a se questionar sobre a prevalência da memória viva das pessoas que compartilhavam a tradição através dos *nomoī* (normas, leis) e do *ethē* (práticas, hábitos, costumes, sentimentos), que persistem pela transmissão oral e pelo surgimento da escrita associados ao conhecimento e à *psique*, como espírito pensante (HAVELOCK, 1996, p. 213), começando um processo de ruptura em relação à memória ligada à oralidade. Para aquele filósofo a memória seria associada ao conhecimento, pois, segundo ele, “a atração da *mímesis*¹⁹ era estranha ao pensar” (SMOLKA, 2000, p. 172). Neste ponto começa a se perceber um afastamento em relação à figura do *Aedo*, do poeta como sendo aquele que propagava a memória e divinizava a deusa Mnemosine. Dessa forma, Platão (Idem) argumenta que “o filósofo é amante da verdade e da sabedoria, enquanto que o poeta é amante do espetáculo e da opinião”.

Na obra *Teeteto*²⁰, Platão usa a metáfora do bloco de cera para falar da memória e explicar o seu entendimento sobre a mesma. Segundo ele, há um bloco de cera na alma de cada indivíduo, o qual é um presente de mnemosine, sendo que tais blocos apresentam qualidades diferentes para cada indivíduo. A cera não é nem tão fluida quanto a água – que não permite reter as impressões – e nem tão dura quanto o ferro, que não permita marcar, guardar as impressões. Nesta alegoria, o bloco de cera seria a memória, que ao mesmo tempo guarda as impressões do tempo presente tornando-se passado, e as apaga pelo esquecimento.

¹⁹ A *mimesis* (imitação), para Platão, possuía um sentido metafísico de lógica, em decorrência do distanciamento entre o plano sensível e o inteligível, ao contrário dos pitagóricos, para quem a *mimesis* possuía um caráter de imanência, ou seja, o modelo e cópia estão no plano concreto, são duas faces, uma interna (apreendida racionalmente) e a outra externa (apreendida pelos sentidos) (PLATÃO, 1987, p. XVIII).

²⁰ O tema da memória aparece em Platão em três obras: no *Teeteto*, está associada ao conhecimento; em *Fredo*, ele relaciona à fala, à retórica, à arte de falar a verdade, a qual vai depender do conhecimento; e em *Fedon*, onde expõe a teoria das ideias, em que a memória passa a ser concebida em relação à realidade.

Cada indivíduo irá trazer, neste bloco de cera, a marca do que pretende recordar, sejam sensações ou pensamentos; e vamos lembrar enquanto estas marcas ou imagens estiverem presentes; aquilo que não foi gravado ou que foi apagado, é esquecido e, portanto, desconhecido. Neste diálogo com o filósofo, busco demonstrar a conjunção entre a problemática da memória e do esquecimento, que são duas categorias opostas, mas que convivem em um mesmo corpo.

Em suas reflexões, Platão (1987) relaciona a memória ao conhecimento fazendo a diferenciação entre memória (*mnemesis*), que representava os elementos que constituíam a realidade da vida grupal humana; e a recordação (*anameneze*), caracterizada como instrumento de aproximação com o passado, pertencente aos homens mortais, que não eram capazes de vivenciar a memória em sua concretude. “Com Platão a teoria da memória é fundamentalmente uma teoria do Conhecimento” (SMOLKA, 2000, p. 170).

É fundamental destacar que, sendo a memória depositária do saber, o esquecimento se igualaria à morte. Por outro lado, a rememoração é uma conquista só alcançada com a disciplina em busca da imortalidade. Deste modo, o resgate da memória significaria o meio pelo qual se garantiria a continuidade do tempo e a possibilidade de vida sem morte. Com o tempo, esta concepção da memória baseada na percepção das efemeridades do tempo humano e na crença do retorno à vida terrestre vai se transformando. Agora a perda da memória, ou seja, o esquecimento, não se associa mais à ideia de morte, mais sim à de vida. Isto porque nesta concepção vislumbra-se o retorno à vida terrestre pela reencarnação, o que para os gregos, à época, significava o esquecimento de parte da sua vida passada.

Este novo conceito de memória passa a fazer parte da luta do ser humano para escapar da sua fragilidade em relação ao tempo, buscando a imortalidade. Sendo assim, tudo o que é individual integra-se ao coletivo, o que nos reporta à teoria de Halbwachs, a ser vista mais adiante.

Brito (1989, p. 10) explica que Platão retoma a ideia de rememoração como exercício necessário para a existência humana. Para este filósofo, o ato de rememorar é uma prática de aprendizagem essencial ao homem, mas em sua teoria a rememoração passa a ter como objeto a recuperação das verdades presentes na estrutura do real, ao invés da cosmologia ou da escatologia do início do pensamento grego clássico. Desta forma, ressalta a autora:

Assiste-se, pois, a uma transposição da mítica – significação e dignificação do individual mediante a inspiração em experiências concretas e abstratas vivenciadas pelo coletivo – para a busca de ruptura com o tempo humano, no sentido de alcançar as ideias primordiais que povoam a camada extraterrestre das quais o homem se esquece durante sua vivência temporal (BRITO, 1989, p. 12).

Outro filósofo grego importante para o estudo da memória foi Aristóteles, já que fazia a distinção entre a memória propriamente dita (*mneme*), como faculdade de conservar o passado, e a reminiscência (*mamnesis*), faculdade de invocar voluntariamente o passado. Sua teoria do conhecimento traz uma nova contribuição ao estudo da memória (SMOLKA, 2000, p. 176), pois destacou a importância das impressões sensoriais como fonte do conhecimento. Para ele, a memória não consiste somente em conservar os traços do passado, mas também os toma como objetos (MOREL, 2009), e destaca a importância das impressões sensoriais como fonte do conhecimento.

Estas percepções trazidas pelos sentidos são tratadas pela imaginação e suas imagens tornam-se material para a faculdade intelectual (SMOLKA, 2000). Dessa forma, para Aristóteles (1986, p. 2916), “[...] a memória não é nem sensação nem julgamento, mas um estado ou qualidade (afeição, afeto) de um deles quando o tempo já passou [...].” Isso mostra que toda memória implica em passagem de tempo. A memória é uma capacidade de as criaturas vivas conscientes do tempo em poder lembrar, afirma este filósofo. Além disso, para que exista a memória há a necessidade do afeto que, para Aristóteles, será o principal elemento responsável pela lembrança do indivíduo:

A memória pertence àquela parte da alma à qual a imaginação também pertence. Todas as coisas que são imagináveis são essencialmente objetos da memória, e aquelas que necessariamente envolvem a imaginação são objetos da memória apenas incidentalmente (ARISTÓTELES, 1986, p. 293).

Neste sentido, uma questão foi levantada por Aristóteles quanto ao ato de lembrar: Como se pode lembrar alguma coisa que não está presente, e não é fato? Segundo o filósofo, para isso deve-se considerar o afeto, que é produzido na alma pela sensação, e que irá contribuir para o estado duradouro o qual chamamos memória, como um tipo de figura/retrato: porque o estímulo imprime uma espécie de semelhança do percepto, sendo que:

A recordação, ela não é nem a recuperação nem aquisição da memória; porque quando se aprende ou recebe uma impressão sensória, não se recupera qualquer memória (por que nenhuma aconteceu antes), nem se adquire pela primeira vez; é somente quando o estado ou afeto foi introduzido que existe memória (ARISTÓTELES, 1986, p. 293).

Pode-se destacar três aspectos relevantes apontados por Aristóteles (Idem) em relação à memória, quais sejam: as sensações e o afeto, a imaginação e o tempo. Esta concepção nos reporta a uma categoria que se apresenta na abordagem atual sobre memória, que tem o homem com o agente de suas próprias representações, a partir de suas percepções e sensações.

Aristóteles, em seu tratado “Da memória a reminiscência”, trata da conservação das sensações do passado e a atualização da lembrança (MOREL, 2009, p. 12), elaborando a primeira análise explicativa e sistemática da memória (Idem). No entanto, ele não dá atenção ao uso consciente das lembranças pessoais no domínio prático; e também não compartilha com a ideia de Platão sobre o pós-morte. Para Aristóteles, “é absurdo dizer que alguém é feliz não por que o é atualmente, mas porque o foi anteriormente” (MOREL, 2009, p. 13).

Podemos afirmar que, a partir de Aristóteles, consolida-se uma forma mais sistemática de perceber a memória, visto que, para ele todas as coisas são objetos da memória; e esta é produzida pela imagem que pertence à faculdade sensitiva primária do ser. Afirma, ainda, que o recordar pressupõe uma cadeia de sucessões continua de lembranças. Sendo assim, “quando um homem deseja recordar algo, este será o método que deve seguir; ele intentará encontrar um ponto de partida para um movimento ou impulso que o conduza ao que busca” (ARISTOTELES, 1962, p. 49).

Quanto à reflexão em relação ao tempo, Aristóteles (Idem) atribui a ele as formas distintas de recordar e explica que há uma recordação atual associada à percepção do recordar; e a característica da recordação é justamente a consciência do ato de recordar. Nesta argumentação, vemos uma aproximação à discussão de Bergson (1994) sobre memória hábito e memória recordação, a ser explanada no próximo tópico. Desta forma, estabelece uma diferenciação entre a memória vista por ele como a lembrança e o recordar:

O recordar difere da memória, não somente no aspecto do tempo, mas também por que, enquanto muitos animais participam da memória, pode-se dizer que nenhum dos animais conhecidos, exceto o homem possui a capacidade de recordar. Por esta razão o recordar é como uma espécie de silogismo ou inferência; pois, quando um homem recorda infere ou deduz que ele já viu ou experimentou algo semelhante, sendo o processo de recordar uma espécie de busca. Este poder ou capacidade só pode corresponder naturalmente a animais que possuem a faculdade de deliberação, já que também a deliberação é uma espécie de inferência (ARISTOTELES, 1962, p. 52).

Podemos perceber que as preocupações que cercam a memória passam a ter como objeto não mais o ser absoluto, a essência primitiva, mas sim a necessidade de superação do tempo humano para alcançar o tempo celeste. No entanto, há um fio condutor que relaciona as diferentes concepções de memória que é a relação com o passado, ou seja, o ato de recordar sempre estará relacionado ao tempo passado.

O pensamento de Aristóteles contribui para uma mudança em relação à poesia, para a qual Platão trazia algumas restrições, pois na sua concepção a poesia pode instruir, visto que o poeta se incumbe de narrar o que poderá acontecer. Sendo assim, estabelece uma diferença entre a poesia e a prosa, afirmando que:

Não é ofício de o poeta narrar o que aconteceu; e sim, o de representar o que poderia acontecer [...]. Não diferem o historiador e o poeta na forma como escrevem, por versos ou prosa, difere, sim, que um diz às coisas que sucederam, e o outro, as que poderiam suceder (ARISTÓTELES, Poéticas, IX, p. 50).

Neste trecho já se percebe uma referência à história, termo que inexistia nos escritos gregos anteriores a Heródoto, considerado o pai desta disciplina. Isso significa que não se contariam mais os feitos heroicos como os *Aedos*, mas sim, narrariam os resultados de suas investigações, procurando pela causa dos acontecimentos. Neste momento, vemos a memória transformando-se em história e a separação entre o ato de lembrar e os relatos dos acontecimentos passados que, neste caso, passam a ser escritos como forma de luta contra o esquecimento. Este autor retorna e transforma a tarefa do poeta arcaico: contar os acontecimentos passados, conservar a memória, resgatar o passado, lutar contra o esquecimento. Neste sentido, Gagnebin (1997) afirma:

Nas primeiras linhas das histórias do nosso primeiro historiador podemos ler, ao mesmo tempo, esta imbricação e está separação da palavra mítica e do discurso racional emergente: Heródoto de Halicarnassus apresenta aqui os resultados da sua investigação, para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo, e para que os feitos admiráveis dos homens e dos bárbaros não caiam no esquecimento (GAGNEBIN, 1997, p. 17).

Por outro lado, Tucídides – discípulo de Heródoto – opõe-se a ele quando afirma que não se pode acreditar na memória para manter a fidelidade do relato sobre a realidade narrada. Para este filósofo, a memória não assegura nenhuma autenticidade; ela é frágil, enganadora; ela seleciona, interpreta, reconstrói. Na sua visão, as testemunhas de cada fato apresentam versões que variam segundo a sua simpatia, com relação a um ou outro lado, e segundo a sua memória (TUCÍDIDES, I, p. 22-23; DETIENE, 1998, p.105). Nestes argumentos, percebe-se uma das características da memória, que é a seletividade das lembranças.

Tucídides também reivindicava a escrita como meio de fixação dos acontecimentos, fazendo da imutabilidade do escrito uma garantia de fidelidade, inaugurando, dessa forma, uma política da memória e delimitando os domínios de um novo saber histórico. (DETIENNE, 1988; GAGNEBIN, 1997). Aqui, temos o início da história como ciência, que investiga os fatos passados.

Em determinado momento da história, o termo Memória Coletiva foi usado para os povos sem escrita, associado às tradições e mantido pela transmissão oral, como afirma Gondar (2008):

Nas sociedades sem escrita a memória coletiva surge como um cantar mítico da tradição que obedecia a três interesses dominantes e o saber técnico: a idade coletiva do grupo fundada nos mitos de origem; as genealogias que expressam o prestígio dos grupos dominantes e o saber técnico, transmitido por fórmulas práticas associadas à magia religiosa (GONDAR, 2008, p. 2).

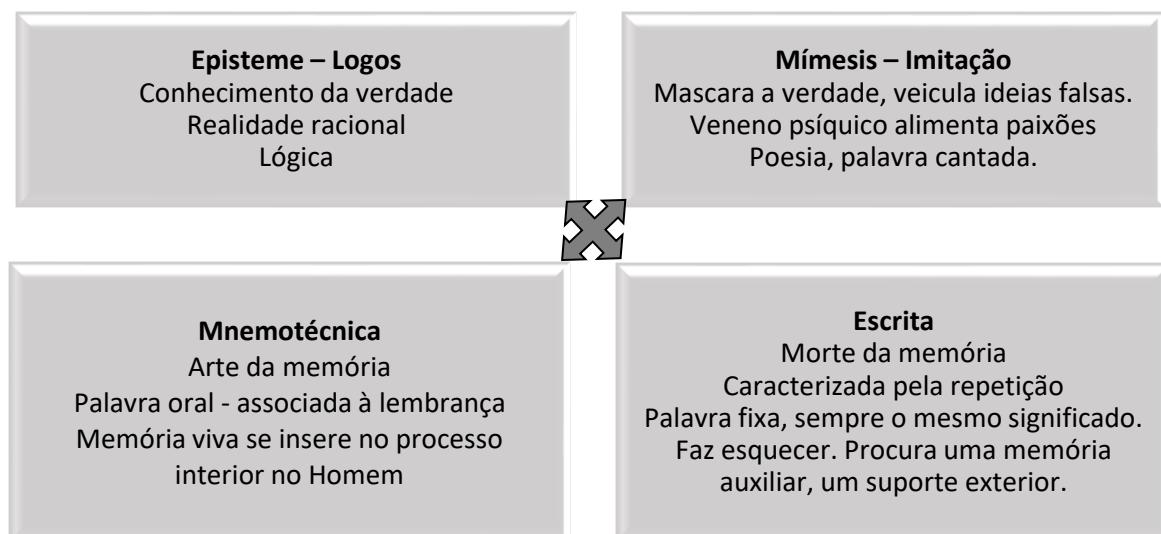
Com o surgimento da escrita há uma mudança nesse contexto, pois este processo permite as inscrições em pedra e em mármore nos diversos monumentos (funerários, religiosos e comemorativos). Sendo assim:

Nos Templos, cemitérios, praças e avenidas das cidades; ao longo das estradas até o mais profundo da montanha [...], as inscrições acumulavam-se e obrigavam o mundo greco-romano a um esforço extraordinário de comemoração e de perpetuação da Lembrança (LE GOFF, 1996, p. 432).

Para Leroi-Gourham (2001), a evolução da memória estaria ligada ao aparecimento e à difusão da escrita. Ela dependia essencialmente da evolução social e do desenvolvimento urbano. Com a escrita há uma sobrecarga de memória e, ao mesmo tempo, um poder maior de perpetuação da lembrança. Somado às inscrições públicas no monumento, temos os documentos inscritos, que conferem um suporte material à memória, ampliando-a e estabelecendo a sua transformação, convertendo-se na Memória Social.

Para sistematizar a evolução do pensamento sobre a Memória originário da Grécia antiga até o aparecimento da escrita, apresentamos um esquema comparativo (Figura 1), elaborado com base em Smolka (2000, p. 175), que busca demonstrar como a memória se organizou nesse período: memória enquanto *Logos*, conhecimento da verdade; e como imitação que mascara a verdade e alimenta as paixões e suas formas de transmissão mnemotécnica, caracterizada pela memória viva, pela arte de lembrar; e a narrativa contrapondo à escrita, que configura a “morte da memória”, o esquecimento e a exterioridade da memória.

Figura 1 - Esquema comparativo da memória do período grego a partir do surgimento da escrita.



Fonte: Smolka (2000, p.175).

Segundo Candau (2012, p. 108), a escrita permitiu a socialização da memória e a possibilidade de estocagem de informação, que pode fornecer referenciais coletivos de maneira bem mais eficaz que a transmissão oral. No entanto, este autor levanta a hipótese de que a escrita facilitou a socialização do conteúdo memorial em relação aos fatos, mas não das representações, que acabariam ficando na superficialidade. Neste caso, é uma via de mão dupla, pois a escrita tanto pode reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo e a metamemória²¹ (CANDAU, 2012, p. 109) quanto contribui para a construção da identidade em relação ao grupo, como também pode contribuir para que esta memória se reifique, concentrando-se no factual e deixando de lado o significado resultante das representações sociais dos grupos.

Cordeiro (2015) apresenta um argumento que se aproxima da afirmação de Candau (2012), quanto à forma de sustentação da memória em grupos ao longo do tempo, pois afirma que estes grupos vão se modificando com a morte ou saída de seus membros e, para que os conteúdos mnemônicos epistemológicos acessíveis (CMEAS)²² referentes a estes grupos permaneçam ao longo do tempo, seria necessário criar suporte para a manutenção dessas lembranças.²³

Segundo Le Goff (1992, p. 442), a memória coletiva prossegue o seu desenvolvimento através da evolução social e política do mundo antigo. Na Idade Média, esta memória sofre profundas transformações, principalmente pela difusão do Cristianismo como religião. As memórias das crenças religiosas começam a ser registradas em grandes livros que guardam os seus preceitos, como a Bíblia Cristã, o Alcorão no Islamismo, o Torá no Judaísmo, o Vedas do Hinduísmo, entre outros. Estes trazem herança e tradições dessas religiões e são repassadas de uma geração a outra através dos escritos que reafirmam o dever do Homem para com seu Deus.

Cristianização da memória e da mnemotécnica, repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesma e uma laica de fraca penetração cronológica, desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente dos santos, papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito, aparecimento enfim de tratados de memória (*artes memoriae*), tais são os traços mais característicos das metamorfoses da memória na Idade média (LE GOFF, 1994, p. 443).

²¹ Metamemória, segundo Candau, é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento sobre ela e de outro, é o que diz dela, estas dimensões remetem ao modo como o indivíduo se afilia ao seu passado e constrói sua identidade. Ver Candau (2012, p. 23).

²² Conteúdos mnemônicos epistemologicamente acessíveis (CMEAS) são categorias criadas por Cordeiro (2015), que caracteriza os conteúdos mnemônicos como fortes e fracos. Tais conteúdos são as próprias lembranças que estão presentes na memória dos indivíduos e grupos. Ver: Cordeiro (2015).

²³ Mais adiante discutiremos sobre este argumento, pois convém refletir sobre a própria ontologia da memória, para entender até que ponto as lembranças vão se materializar em suportes exteriores ao indivíduo. A duração da memória equivale à duração dos grupos ou ao nível de coesão de seus membros

Além dos livros sagrados, os rituais religiosos também são considerados como formas de reafirmar a memória destas crenças, que no caso da religião cristã foram legitimados principalmente na Idade Média. Esta transmissão e fixação dos ensinamentos religiosos são confirmadas tanto pelos livros sagrados do antigo quanto do novo testamento, sendo este último, como afirma Le Goff (1996, p. 444), através da “Última Ceia que funda a redenção na lembrança de Jesus”. O autor prossegue afirmando que “assim como com os Gregos [...], a memória pode resultar em escatologia, negar a experiência temporal e a história” (Idem).

Será uma das vias da memória Cristã (Ibid., p. 446), que é reafirmada a cada rito da igreja²⁴ e pelo ensino cristão, que se apresentou e se fundamentou a partir dos ensinamentos de Jesus aos apóstolos: “Depois, pegando no pão, ele prestou graças, partiu-o e deu-o, dizendo: este é o meu corpo que vos é dado; fazei isto em minha memória” (BÍBLIA, Evangelho de Lucas, 22:19). Um exemplo desta função de reafirmação dos dogmas religiosos está nos ritos de Natal e de Páscoa, que representam o início de um ciclo dentro da Igreja Católica, marcado pelo nascimento, morte e ressurreição de Cristo, sendo revivido anualmente a cada comemoração destas festas religiosas e diariamente a cada rito da comunhão.

Se a memória cristã se manifesta essencialmente na comemoração de Jesus, anualmente na liturgia que o comemora do Advento à Pentecoste, através dos momentos essenciais do Natal, da Quaresma, da Páscoa e da Ascensão, cotidianamente na celebração eucarística, a um nível mais “popular” cristalizou-se, sobretudo nos santos e nos mortos (LE GOFF, 1994, p.446).

Além disso, a instituição dos santos venerados pela igreja é uma forma de valorizar a memória daqueles que foram “exemplos” dos dogmas religiosos. Essa memória é revivida através das festas dos referidos santos, como um momento de rememorar seus atos ou sua vida e, assim, reforçar a devoção dos fiéis a partir da aproximação dos devotos com pagamentos e agradecimentos pelos benefícios alcançados por intercessão dos santos, como afirma Le Goff (1994):

Com o santo, a devoção cristalizava-se em torno do milagre. Os *ex-votos*, que prometiam ou dispensavam reconhecimento em vista de um milagre ou depois da sua realização, conhecidos do mundo antigo, estiveram em grande voga na Idade Média [...] (LE GOFF, 1994, p.449).

²⁴ Mais tarde, em “As Formas Elementares da Vida Religiosa” (1996), Durkheim apresenta uma análise sobre a religião, considerando-a como um fato social, composto por representações coletivas e práticas rituais, que além de se encontrarem intimamente articuladas, estas dimensões trazem em si representações coletivas que exprimem as realidades coletivas. A partir da análise de Durkheim sobre as formas elementares, Halbwachs constrói sua concepção de quadros sociais da memória.

Na alta Idade Média ainda prevalecia o recurso escrito como suporte de memória, reforçando a passagem de uma memória fundada em narrativas para a escrita registrada em documentos, tais como cartas, livros, com registros das igrejas. Segundo Le Goff (1994, p. 451): “Durante muito tempo, no domínio literário, a oralidade continua ao lado da escrita e a memória é um dos elementos constitutivos da literatura medieval”. No entanto, na memória feudal também prevalecia os escritos como forma de registro, para que se perpetuassem as propriedades e poder dos senhores feudais através das “cartas feudais”²⁵ que instituíam as normas, leis, festas e comemorações, entre outras decisões.

O uso das letras foi descoberto e inventado para conservar a memória das coisas. Aquilo que queremos reter e aprender de cor, fazemos redigir por escrito a fim de que o que se possa reter permanentemente na sua memória frágil e falível seja conservado por escrito e por meio de letras que duram para sempre (LE GOFF, 1994, p. 450).

Por conseguinte, uma memória “popular” alimentada pelas crenças religiosas permanecia latente entre o povo e contribuía para a construção de representações que se popularizaram e reforçavam poder da igreja visto que neste período o povo não tinha acesso à escrita e, portanto, podia se proliferar mais facilmente a ideologia propagada pela igreja. Desta forma, surgiram as figuras do diabo e do inferno, que, com o passar do tempo vão sendo modificadas para o que se mantém no imaginário atual. Reforçando esta ideia, Smolka (2000) argumenta que:

Na trama de todas essas ideias, trabalhadas nas heranças e nas possibilidades de muitas interpretações, vai se fortalecendo uma tradição mnemônica cristã, que se centrava nas artes da memória como meio de ordenar as “intenções espirituais”. Os sistemas de memorização são utilizados para lembrar o céu e o inferno [...] (SMOLKA, 2000, p. 181).

A memória escolar também tinha uma função de registro da memória, São Tomás de Aquino, na Suma Teológica, discutia memória como parte da virtude e a relacionava às regras da memória artificial, que são três “regras mnemônicas: 1) a memória está ligada ao corpo (sensações e imagens); 2) a memória é razão (ordenação lógica); e 3) a memória é hábito de recordar (meditação preserva a memória)” (SMOLKA, 2000, p. 180).

Este filósofo, considerado o doutor da Igreja, atribuiu à memória um lugar importante como potência da alma, dada ao homem por Deus para que aquele nunca esquecesse o amor divino. São Tomás de Aquino, apesar de trazer a ideia clássica de que só há recordação do

²⁵ As feiras, que se institucionalizaram na Idade Média, eram criadas por meio de Cartas Régias (Ver RAU, 1980), documentos que os reis usavam para criar ou instituir as festas comemorativas e outras decisões. No caso das feiras, havia vários tipos de cartas.

passado, distinguia a capacidade de retenção da recordação, embora ambas se produzissem juntas. Para este filósofo, a capacidade de retenção se relacionava com o intelecto, que seria próprio dos seres espirituais; e toda a ênfase da memória associava-se à relação do Homem com Deus. Com os argumentos de São Tomás de Aquino, “a concepção de memória se desloca da retórica para a ética” (SMOLKA, 2000, p.180). Na *Summa Theologiae* tratava da memória reforçando as regras mnemônicas, quando a memória artificial:

Passa a ser um dever moral e religioso, um meio de se lembrar dos prazeres invisíveis do céu, das promessas de salvação do purgatório e das tormentas eternas do inferno. Assim se cria o imaginário medieval mostrado na pintura espiritual de Giotto e na Divina Comedia de Dante (COIMBRA, 1989, p. 148).

Santo Agostinho identificava a memória como a impressão deixada pelas coisas nas pessoas e não dos acontecimentos que a produziam. Associava a memória com a própria alma, pois a recordação seria parte essencial do ser humano, com ênfase à memória como atividade psíquica. No século IV, Santo Agostinho já explorava de forma intensa e singular a dimensão psicológica da memória, dando dinamicidade a esses lugares e imagens.

Nas “Confissões”, Santo Agostinho parte da concepção de antigos Lugares, quando surge a sua referência sobre o palácio da Memória, tendo por base as imagens e o exercício de memorização, que implicava no ordenamento da imaginação oralizada e mentalizada, indagando sobre os vestígios que a imagem deixava na alma. Aqui ainda prevalecia a visão da memória interiorizada, com início da transição da memória como forma exterior ao próprio homem a partir da prática da escrita. Sendo assim:

Entrelaçados às práticas da escrita em difusão: leitura de textos sagrados, regras, memoriais, vão sustentando certos modos de lembrar, vão constituindo modos de pensar, vão compondo uma memória de caráter religioso, instrucional: é necessário aprender, repetir, recitar, de cor. Agora com o apoio da escrita (SMOLKA, 2000, p.182).

No período seguinte do Renascimento e Idade Moderna, a abordagem da memória fugiu do aspecto religioso e caminhou para uma exteriorização da memória, principalmente por meio das mnemotécnicas e do surgimento da escrita, que contribuiu para o fortalecimento dos registros escritos. Para Brito (1989), este fato:

Significa um marco tecnológico que altera sensivelmente a construção da memória pelo homem. Isto por que a humanidade que perdia gradativamente a memória ao longo de sua vivência cotidiana, passa a conhecer uma alternativa de materializar parcelas de seu presente permitindo a constituição de um passado “registrado” para o futuro (BRITO, 1989, p. 11).

Assim, a escrita possibilitou a fixação do que passou e/ou estava em processo de esvaecimento na mente do homem, sujeito ou observador do passado; ou teve contato com ele através dos relatos de contemporâneos de outra geração. Por outro lado, na sociedade sem escrita, a memória era vivenciada mediante a transmissão oral de geração a geração pelas narrativas, que incluíam lendas, rituais, relatos do cotidiano e outros. Outras características desta memória oral são a vitalidade e a criatividade, ligando muito proximamente a imaginação à realidade.

As sociedades sem escrita, por não terem registros aperfeiçoados, no que se refere à materialização e comprovação de suas lembranças, não buscavam a veracidade dos acontecimentos através de provas materiais. Segundo Brito (1989, p. 12): “A diluição que faz parte da transmissão oral intensifica a aproximação do relato com o relator deixando que a imaginação seja acionada frequentemente na ocupação dos espaços que permeiam os conhecimentos transmitidos”.

Esta imaterialidade da memória faz com que nestas sociedades se utilizem a fala e o gestual para a transmissão e preservação dos seus valores e saberes. De fato, nesse contexto o homem lida com instrumentos que não podem ser vistos, nem tocados e tampouco manipulados materialmente ou conservados por meios físicos. Pode-se citar o exemplo das comunidades indígenas que têm suas tradições guardadas pela memória, as quais são transmitidas principalmente pelos membros mais velhos aos mais jovens do grupo por meio da oralidade.

Neste contexto, a linguagem é o principal elemento de preservação desta memória coletiva, pois quando esquecem a língua mãe, perdem a sua origem e, por conseguinte, as suas tradições²⁶. A legitimidade e a veracidade desta memória são atestadas pela sua permanência e pelo saber nela contido. Dessa forma, “há a possibilidade da percepção da interação entre subjetividade e objetividade na construção desta memória” (BRITO, 1989, p. 12), tema abordado no tópico seguinte, referente à dinâmica da memória coletiva.

Com o advento da escrita surgem novas possibilidades de construção e celebração da memória, tendo por base os recortes intencionais da realidade vivida pelo Homem. Esses vestígios concebidos como documentos tornam-se objeto de um novo culto, agora não mais voltado ao mítico ou sagrado. Segundo Brito (1989, p. 12): “Assiste-se, sem dúvida, a uma ressacralização

²⁶ Há várias pesquisas desenvolvidas pela área de linguística do Museu Paraense Emílio Goeldi que reúnem dados sobre grupos indígenas que tiveram sua língua praticamente extinta e, por esta razão, perderam suas referências memoriais. Um exemplo é o grupo Puruborá de Rondônia, que em 2015 possuía apenas alguns anciãos que conheciam palavras isoladas da língua materna, fazendo com que esta fosse considerada extinta, pois há mais de três gerações deixou de ser utilizada como forma de comunicação, por isso as crianças e jovens desconheciam sua língua e suas tradições. Ver: Galúcio et al. (2007) e Franchetto (2017).

do passado, não mais no âmbito da mítica pura, mas sim pela deificação”, que Leibniz, filósofo e matemático alemão do século XVII, denominou de “memória do papel”. Assim, a escrita permitiu à memória um duplo progresso, com o desenvolvimento de duas formas de memória – a comemoração e a celebração através de um fato comemorativo de um acontecimento memorável – assumindo a forma de inscrição; ou que resultou, na idade moderna, uma ciência auxiliar da História, a epigrafia²⁷. O autor ressalta que é importante notar que todo documento tem em si um caráter de monumento, e que não existe memória coletiva bruta (LE GOFF, 1994, p. 431).

Outro evento que contribuiu para revolucionar a memória no mundo ocidental foi o surgimento da imprensa como resultado do desenvolvimento da escrita. Como afirma Leroi-Gourhan (1965, p. 60), antes do seu aparecimento dificilmente se distinguia a transmissão oral e a transmissão escrita.

Coimbra (1989, p. 149) enfatiza que após a difusão da imprensa, “a arte da memória perdeu na tradição humanística, a sua posição de destaque”. Antes do seu surgimento, os documentos escritos eram produzidos artesanalmente em poucos volumes e com a imprensa houve a multiplicação desses documentos, passando a ser produzidos de várias formas, tornando impossível a sua apreensão imediata. Este advento vai contrapor concepções anteriores sobre a memória.

A partir deste momento, o ser humano não consegue mais fazer de sua mente o repositório do seu passado. Torna-se necessário o recurso de outras instâncias que se responsabilizassem pela guarda, conservação e construção desta memória. O resultado disso é a acumulação de vestígios sob a forma de documentos escritos, que se tornou a “única maneira possível de administrar a imensa massa documental que surge e aumenta cada vez mais ameaçando dispersar-se” (BRITO, 1989, p. 14).

Por outro lado, com a tradição hermético-cabalística do Renascimento, “[...] a memória teve uma de suas mais interessantes transformações”. Primeiro, no “Teatro da Memória, de Giulio Camilo [...], depois nas várias versões do sistema mágico de Giordano Bruno”. O primeiro criou um projeto nunca concluído, mas se baseava nos princípios da “ciência mnemônica clássica” (LE GOFF, 1994, p. 458), que consistia em um pequeno teatro de madeira onde se representava o universo e a natureza das coisas; e nele qualquer pessoa seria capaz de falar sobre qualquer assunto (COIMBRA, 1989, p. 149).

²⁷ Ciência que estuda as inscrições antigas, geralmente inscritas em pedras ou em outras superfícies sólidas, buscando interpretá-las e dar explicações sobre as mesmas.

No sistema de Giordano Bruno, este apresenta uma “memória mágica” (Idem) altamente sistematizada. Neste projeto, assume a existência de forças ocultas que regiam ao universo. Esta perspectiva de um universo animista contribuiu para a visão do universo descrito posteriormente pela física, mesmo que o método científico venha deste tipo de *ars de memória* medieval. Vemos aqui o entendimento da memória partindo de uma concepção mais racionalista de abordagem da memória. Sendo assim,

A reivindicação da inteligência contra a memória que até os nossos dias não deixou de inspirar uma corrente “anti-memória”, que reclama, por exemplo, uma dispersão ou diminuição das matérias ditas “de memória” nos programas escolares, enquanto que os psicólogos da criança, como Jean Piaget, demonstraram, como se viu, que a memória e inteligência longe de se combaterem se apoiam mutuamente (LE GOFF, 1994, p. 460).

A partir do período moderno, com o surgimento das ciências humanas, a análise sobre a memória aparece em diversas áreas científicas, no campo da Psicologia, Neurobiologia, História ou Sociologia, além da Filosofia, Porém, como afirma Candau (2012):

Mesmo que a capacidade memorial estritamente humana seja considerável, o homem quase nunca está satisfeito com o seu cérebro como unidade única de estocagem de informações memorizadas e recorre à extensão da memória que vai permitir a transmissão memorial (CANDAU, 2012, p. 107).

A forma como ocorre esta transmissão e se guarda essas memórias talvez seja a grande questão discutida por filósofos e cientistas ao longo do tempo, buscando entender como a memória torna-se uma faculdade fundamental do homem e, principalmente, como ele cria estratégias para a manutenção da dinâmica desta memória e de sua reorganização em função do tempo e do espaço, servindo de referência para a manutenção da sociedade humana ao longo da história.

A transmissão – a arte da memória, antes localizada no próprio homem a partir do exercício de sua memória – agora se exterioriza utilizando outros suportes. Além de dicionários e encyclopédias, surgem outros lugares de memória, como as instituições de memória, com os museus, arquivos e bibliotecas, às quais são confiadas a guarda e a divulgação da memória, além da função de resgatar e conservar o que foi lembrando, tornando o ato de lembrar externo ao homem. Com isso, depreende-se que: “A ênfase, agora, não está nos ‘locais e imagens da memória’, mas na busca da memória ‘localizada’ no cérebro, memória como um lugar, como sede, como órgão, foco das pesquisas nas ciências biológicas, médicas, cognitivas” (SMOLKA, 2000, p.183).

A transmissão da memória expande-se para um sentido macro e de RECONSTRUINDO LEMBRANÇAS, que reforça o seu aspecto político até então não destacado pelos seus pensadores. Este aspecto propaga uma ideologia nacionalista e se intensifica a partir da Revolução Francesa, que, além da valorização dos mortos resgata a exploração do espírito comemorativo, o sentimento do romantismo ligado à memória. Sendo assim:

Imediatamente em seguida à revolução Francesa, assiste-se a um retorno da memória dos mortos na França, como nos outros países da Europa. A grande época dos cemitérios começa um novo tipo de monumentos, inscrições funerárias e rito da visita aos cemitérios. O túmulo separado da igreja voltou a ser centro de lembrança (LE GOFF, 1994, p. 462).

As comemorações de caráter ideológico contribuem para valorizar a imagem e a força dos que detêm o poder sobre o povo, ao mesmo tempo, cria uma espécie de representação daquele acontecimento como forma de cristalizá-lo na lembrança do indivíduo; daí vem o termo comemorar, que significa relembrar o passado, conforme explica Le Goff (1994). Segundo Silva (2002), o comemorar significa: “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo como objetivo principal”.

Os monumentos são outros recursos de sustentação de memória, que surgem a partir da intenção de marcar os fatos e acontecimentos da nação, e que passam como herança para toda uma sociedade. Vemos aqui uma aproximação da perspectiva do Homem na Grécia antiga, que buscava a imortalidade, aquele que era cantado pelos poetas por seus feitos heroicos, é comparado com o homem que busca a projeção na memória de um ato não apenas heroico, mas político, que destaca o feito de um indivíduo ou coletivo anônimo, que busca reforçar a ideia de coesão e de representação social e política.

Dessa forma, as comemorações vão servir para reforçar a imagem pública da nação, e por isso “apropriam-se de outros instrumentos para suporte da memória”, desta feita, as moedas, selos de correios, multiplicam-se, sendo que:

A partir dos meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga da estatutária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas) submerge as nações europeias. Grande domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore se misturam [...] (LE GOFF, 1994, p. 464).

Na ótica dos etnólogos, a expansão da memória por meio da escrita tornou-se pobre, no sentido de que não expressa o significado contido na narrativa oral. Leroi-Gourhan (1965, p. 60) explica que no início da escrita, a memória coletiva não deveria perder sua importância,

salvo no que tange àquilo que se quer fixar em um novo sistema social. Na verdade, os dois sistemas (escrito e oral) podem coexistir, sendo que a transmissão da memória em cada um deles será de forma diferente, no caso da escrita ela não vai registrar aquilo que é vivido no cotidiano, “mas apenas aquilo que constitui o esqueleto de uma sociedade urbanizada à qual a chave de seu sistema vegetativo reside numa economia de circulação entre produtores e dirigentes” (LE GOFF, 1994, p. 464).

As modificações da memória ocorrem enquanto conceito, enquanto prática social, a cada evolução dos instrumentos utilizados para a sua recuperação, neste caso, a escrita e a narrativa. Os objetos do conhecimento humano ganham materialidade e se tornam visíveis após a sua manipulação a partir de um conjunto de instrumentos. Desta forma, qualquer alteração ocorrida em nível macro ou microssocial afeta diretamente o processo de formação e de transmissão da memória.

Le Goff (1994, p. 465) aponta duas importantes manifestações da memória coletiva ocorridas a partir do século XIX e início do século XX. A primeira refere-se à construção de monumentos aos mortos, que se inicia logo após a Primeira Guerra Mundial, à busca da lembrança do herói anônimo; constroem-se túmulos aos soldados desconhecidos em vários países. Outro acontecimento foi o surgimento da fotografia, que, segundo este historiador “revolucionou a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visual nunca antes atingida, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (Idem).

Assim também no surgimento dos Museus como gabinetes de curiosidades, depois como os espaços de guarda da memória social, da história de uma nação e, posteriormente, com o surgimento dos museus de etnografias, a exposição da memória do outro, o exótico, teve função muito importante, pois essas instituições de memória, ao mesmo tempo em que sustentam uma ideologia agora voltada para o nacionalismo para o cientificismo, também assumem o caráter de lugar de memória no sentido proposto por Nora (1998).

Tendo em vista a mutabilidade da memória, enquanto conceito e como prática social, buscamos traçar um panorama da forma como esta foi abordada por pensadores ao longo do tempo, iniciando na Grécia antiga até o século XIX, quando começa a se descortinar grandes mudanças nos aspectos científicos, sociais, culturais e econômicos na sociedade ocidental.

Na verdade, tais mudanças ocorrem desde o século XVI, quando se inicia o empreendimento das viagens para a conquista de novas terras. Neste momento, o ser humano passa a perceber que há territórios muito além do Atlântico, por exemplo, e a visão de mundo dessas sociedades começa a se expandir, buscando outras explicações para fatos que até então eram considerados no âmbito mais filosófico. Aqui se inclui a memória, que começa a ser explicada pela ótica da Psicologia, da História e, mais tarde, da Antropologia e da Sociologia.

Ocorre que a memória humana não deu conta de tanta informação que se produziu ao longo da história. Em vista disso, está presente e se materializa em várias instituições ou lugares de memória que surgiram para a guarda dessa memória, como o caso dos museus, arquivos, bibliotecas, que atualmente se expande para o mundo virtual. Para sintetizar o entendimento da memória a partir do que foi exposto neste tópico, apresentamos um esquema no qual se configuram cinco formas de compreensão da memória na sociedade ocidental até o século XVIII (Quadro 1).

Quadro 1 - Quadro Sinótico sobre as formas de compreensão da Memória na Sociedade Ocidental até o século XVIII.

Memória mitológica: fundada na palavra narrada, na cosmologia e na escatologia, interiorizada no indivíduo pertencente ao mundo das ideias e a verdade.
Memória artificial: fundada na mnemotécnica consolidada na escrita – exterior ao homem – associa-se ao conhecimento e tem como base as imagens percebidas no real. Os documentos escritos são usados para materializar a memória antes tradicionalmente oral.
Memória do sagrado: que se expressa pela cristianização da memória, com a penetração da religião judaica cristã, que se sustenta por meio dos rituais religiosos, dos textos sagrados que revivem a memória da palavra de Jesus, das celebrações dos santos e festas cíclicas da igreja.
Memória externalizada: fundada em instrumentos que legitimam a lembrança tanto no aspecto religioso quanto político. A memória precisa ser conservada em “suportes exteriores” ao homem – estes suportes podem ser lugares ou coisas- Instituições memória (Museus, Arquivos, Bibliotecas), Monumentos, Comemorações. A memória associa-se à história e à construção da ideia de nacionalismo.
Memória objeto de conhecimento humano: congregando diversos aspectos da memória (biológicos, neurológicos, psicológicos, sociológicos e políticos) se relaciona a informação não apenas do saber científico, mas também o saber tradicional.

Fonte: Elaborado pela autoria, com base em Le Goff (1992).

2 - GENEALOGIA DA MEMÓRIA SOCIAL: AS BASES PARA A COMPREENSÃO DA MEMÓRIA NO CONTEXTO SOCIAL

2.1 - DE EMILE DURKHEIM A HENRI BERGSON: AS BASES PARA A TEORIA SOCIAL DA MEMÓRIA DE MAURICE HALBWACHS

As pesquisas sobre a memória assumem uma nova abordagem a partir da consolidação das Ciências Sociais, principalmente no período entre guerras, quando várias discussões são estabelecidas, não especificamente em relação à memória, mas sobre a relação do homem em sociedade, consciência coletiva e representações sociais, associando-a a diversos campos do conhecimento, principalmente a Psicologia e a Sociologia. A mudança radical neste sentido sucedeu com Maurice Halbwachs, que criou a teoria dos Quadros Sociais da Memória e, consequentemente, o de Memória Coletiva.

Halbwachs foi um dos autores que realizou inúmeras pesquisas e publicou trabalhos sobre diversos temas, enfatizando os aspectos relativos às formas de organização das classes sociais, seus gostos e suas necessidades, as formas de associação dos trabalhadores e a relação destes com a sociedade. Como nos mostra Urteaga (2013):

Halbwachs, tratando temas tan diversos como las necesidades, el suicidio o la memoria colectiva, ha sabido situar en el centro de sus análisis las relaciones entre el individuo y la sociedad, y ha mostrado hasta qué punto estas las perspectivas deben considerarse como indisociables. Así, ha contribuido a la psicología colectiva (URTEAGA, 2013, p. 151).

Enfim, Halbwachs teve uma participação intensa tanto na pesquisa quanto na política de sua época, que foi um período de intensa convulsão social e de mudanças na sociedade, fazendo com que a Sociologia fortalecesse suas pesquisas sobre as problemáticas sociais. A partir da década de 1970 a 1980, a discussão sobre a Memória e sua relação com a identidade dos grupos se reacende devido às tensões sociais e a efervescência política desse período. No entanto, esta discussão teórica ainda permanece muito tímida, então Halbwachs começa a ser resgatado para subsidiar essas reflexões. É óbvio que os contextos sociais e políticos são diferentes de quando Halbwachs escreveu suas obras, mas a sua teoria sobre a construção da Memória Coletiva vem contribuindo para análises desta problemática, levando-se em conta a adaptação à realidade atual.

Dentre as diversas obras de Halbwachs, quatro tratam mais especificamente sobre memória: a primeira, “*Les Cadres sociaux de la mémoire*”, publicada em 1925, lançou as reflexões sobre o referido tema, respondendo às teses apresentadas por Bergson sobre Matéria

e Memória, sob uma perspectiva sociológica. Neste texto Halbwachs também lança a noção de quadros ou marcos sociais da memória. Em 1939, apresenta outro artigo intitulado “*La Mémoire collective chez les musiciens*”, onde demonstra a importância da linguagem na formação da memória coletiva por meio do uso do sistema linguístico musical, evidenciando como este marco social da memória poderia operar em um grupo específico.

Em 1941, já em plena Segunda Guerra Mundial, Halbwachs traz outra abordagem ao estudo da memória coletiva em “*La topographie légendaire des Évangiles em Terre Sainte*”, onde enfatiza a importância do marco social espacial para a constituição da memória. Neste texto, o autor faz uma correlação entre os testemunhos de viajantes, historiadores e arqueólogos com os relatos evangélicos acerca da localização de episódios cristãos relacionados nos Evangelhos, reafirmando estes locais como marcos espaciais de memória.

Finalmente, em 1945/1946, após a sua morte foi lançada “*La mémoire collective*”, que reunia uma série de escritos do autor, muitos não concluídos em razão do seu falecimento. Esta obra, a mais conhecida de Halbwachs, é importante devido às contribuições e reflexões que emergem continuamente, tais como a diferença entre História e Memória Coletiva, a evidência da relação entre memória individual e coletiva, além de ressaltar que para estudar a memória deve-se levar em conta que na sociedade moderna já se constituíram muitas memórias coletivas. Esta afirmação deixa o espaço para a reflexão sobre como construímos e mantemos memórias coletivas na sociedade pós-moderna, questão que discutiremos nos tópicos seguintes.

Destas referidas obras, aprofundaremos a análise de duas – a primeira e a última, ambas consideradas as principais referências para o estudo deste tema nas Ciências Sociais. Como já referimos, estas obras foram fundamentadas em dois teóricos que tiveram contribuição basilar para as reflexões de Halbwachs acerca da Memória Coletiva.

O primeiro teórico foi Henri Bergson (1859-1941), que defendia a dualidade da memória, a qual era interior ao homem, o que levou Halbwachs a uma análise da teoria daquele autor nos dois primeiros capítulos de sua primeira obra, em que trata sobre a afasia e o sonho, tentando desconstruir a ideia de uma memória individual e dual. Durkheim (1858-1917), por sua vez, foi o autor que direcionou o conceito de marco social, a partir da obra “As formas elementares da vida religiosa”, onde delineia este conceito inserido no contexto da religião. A seguir, apresentamos um esboço sobre o pensamento destes dois teóricos, para posteriormente relacionarmos com a Teoria da Memória de Halbwachs.

2.1.1 - Emile Durkheim: as representações sociais e a Teoria da Memória

Emile Durkheim, sociólogo e filósofo francês, que juntamente com Max Weber e Karl Marx foi considerado como um dos pilares das Ciências Sociais e pai da sociologia moderna. Foi membro fundador da Escola Francesa de Sociologia e um marco para as ciências sociais devido aos seus estudos sobre a sociedade, buscando explicar o seu funcionamento em uma era de ruptura, quando surgem novas instituições e há o enfraquecimento de laços sociais e religiosos tradicionais. Durkheim formulou conceitos como fato social, coesão social, anomia e representações coletivas. Sua definição sobre fatos sociais influiu consideravelmente para o desenvolvimento da sociologia no século XX.

Os conceitos de consciência coletiva e representações coletivas contribuíram para uma nova concepção acerca da relação entre indivíduo e sociedade no seu tempo. Para este autor, a sociedade é, antes de qualquer coisa, “um conjunto de ideias que ligam os homens entre si e as crenças coletivas são o nó vital de qualquer sociedade” (DURKHEIM, 1970, p. 39). Partindo desta premissa, Halbwachs destaca o caráter simbólico da memória individual, como parte de um complexo social mais amplo – os grupos sociais. Durkheim (1989) ressalta o caráter social do homem, destacando a importância do fator individual e social, o qual está relacionado à personalidade. Desta forma:

[...] se o elemento essencial da personalidade é o que existe de social em nós, por outro lado, só pode haver vida social se indivíduos distintos estiverem associados. E ela, a vida social será tanto mais rica quanto mais numerosa e diferente forem os outros” (DURKHEIM, 1989, p. 333).

Esta é uma das premissas básicas defendidas por Halbwachs em relação à memória coletiva. Para este autor, “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetivos que só nós vimos” (HALBWACHS, 2004, p. 30).

Cordeiro (2013) realizou pesquisa sobre a influência de Durkheim e Bergson nas obras de Halbwachs. Nessa pesquisa, destacou a influência do sociólogo francês principalmente com “As *Formas Elementares da Vida Religiosa*” (2003), ao abordar o animismo e o argumento contra a noção da origem da religião na crença da dupla existência de um homem caracterizado em estado de vigília, e o outro pelo estado de sono (CORDEIRO, 2013, p.102). A citação a seguir demonstra a questão dos sonhos vinculados à memória tratada por Durkheim (2003):

Com muita frequência nossos sonhos relacionam-se a acontecimentos passados; revelamos o que vimos o que fizemos durante a vigília, ontem, anteontem, em nossa juventude e etc.; Sonhos como estes ocupam um lugar considerável em nossa vida noturna [...]. Como é que o homem, por mais rudimentar que fosse sua inteligência poderia acreditar uma vez desperto, que acabara de presenciar realmente ou de tomar parte um acontecimento que ele sabia ter se passado outrora? Como poderia imaginar que tinha vivido durante o sono uma vida que ele sabia ter a muito transcorrido? Era bem mais natural que visse nessas imagens renovadas o que eles são realmente, isto é, lembranças, tais como ele as tem durante o dia, mas de uma intensidade particular (DURKHEIM, 2003, p. 44)

Em resumo, os sonhos se utilizam das lembranças para se construírem, de acordo com uma intencionalidade específica; e estes têm a capacidade de fornecer elementos para a própria memória, como explica Cordeiro (2013, p.102). No entanto, os sonhos não conseguiriam deixar reminiscências significativas, e isto ocorre devido à ausência de elementos sociais externos, pois os grupos sociais são, de fato, responsáveis pela construção da memória; nesta premissa concordam tanto Durkheim quanto Halbwachs.

Outro conceito abordado por Durkheim (1970, p.39) relativo à memória é o de *representações coletivas*. Segundo este autor, os sentimentos individuais transformam-se em representações coletivas pelo fato de os fenômenos sociais serem impostos aos indivíduos através de normas sociais. Tem-se, assim, a sociedade como um sistema formado pela inter-relação dos indivíduos nos diversos grupos que a compõem. Desta forma, pode-se dizer que: “[...] sobre certos aspectos as representações coletivas são exteriores com relação às consciências individuais, porque não derivam dos indivíduos isoladamente, mas de sua cooperação entre estes e os grupos” (DURKHEIM, 1989, p. 39).

Durkheim admite uma pluralidade de representações, sendo que o individual e o coletivo se integram e, a partir desta integração constituem a identidade coletiva, que confere ao indivíduo uma identidade de grupo, diferenciando-o dos seus demais membros. Dessa forma, as representações são:

Produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para produzi-las, umas multidões de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideias e seus sentimentos; longas séries de gerações acumularam aí a sua experiência e o seu saber. Uma intelectualidade muito particular, infinitamente mais rica e mais complexa que a do indivíduo aí está como que concentrada (DURKHEIM, 1989, p. 45).

Além das representações sociais, Durkheim também associa a memória social a outros três conceitos – o de consciência coletiva, que pode ser entendida como moral coletiva. Desta forma:

A consciência coletiva é a forma mais elevada da vida psíquica, já que é uma consciência de consciências. Colocada fora e acima das contingências individuais e locais, ela só vê as coisas por seu aspecto permanente e essencial, fixando-o em noções comunicáveis (DURKHEIM, 2003, p. 494).

É neste sentido que “a repetição da vida cotidiana baseada na consciência ou moral coletiva aponta para a ideia de tradição. Assim, moral e tradição poderiam ser compreendidas como elementos eminentemente constitutivos da memória” (CORDEIRO, 2013, p. 103).

Segundo ressalta Lukes (1984), o conceito de consciência coletiva foi usado por Durkheim em seu livro “*A divisão do trabalho*”, a qual ele definiu “como o conjunto de crenças e sentimentos comuns dos membros de uma determinada sociedade” (DURKHEIM, 1988, p. 74). No entanto, Lukes afirma que ele “o usou poucas vezes, depois abandonou o conceito que estaria associado ao modo de coesão em sociedades menos avançadas”, cuja consciência coletiva tornou-se um instrumento analítico insuficiente para dar conta da problematização que buscava a partir da Divisão do Trabalho. Para este autor, o que Durkheim pretendia era:

Estudar como os indivíduos se vinculam a, e são controlados pelas sociedades, como as crenças e sentimentos coletivos são vinculados, como mudam, como afetam, e como são afetados por outros aspectos da vida social, e como são mantidos e reforçados (LUKES, 1984, p 17).

Lukes (1984) explica que o conceito de divisão do trabalho tornou-se abrangente e estático, pois não abrangia a distinção entre crenças cognitivas, morais e religiosas, e as transformações decorrentes do desenvolvimento das sociedades, sendo assim, passou a utilizar o conceito de representação coletiva. No texto *Representações individuais e representações coletivas*, Durkheim (1970) faz referência à memória identificando-a com a vida mental e as características morais. Ele nega a concepção de memória como epifenômeno de fatos orgânicos, pois, se isso fosse fato, a memória seria um fato orgânico e não psíquico. Desta forma, a memória seria constituída dos “resíduos deixados por nossa vida anterior, são hábitos contraídos, os preconceitos, as tendências que nos movem sem que disso nos apercebamos [...], são, em resumo tudo aquilo que constitui nossa característica moral” (DURKHEIM, 1970, p. 20).

Outros dois conceitos definidos por Durkheim, estariam relacionados aos diferentes graus de intensidade de uma memória social: a coesão e a solidariedade (CORDEIRO, 2013, p.104), ambos associados às relações que se estabelecem na sociedade. Sendo assim, a configuração e a persistência da memória dos grupos sociais estariam associadas ao meio social e seriam organizadas em torno destes dois conceitos.

No caso da coesão, esta seria responsável pela persistência da memória de um grupo no tempo, ou seja, teria relação direta com o grau de vivacidade da memória em relação a este mesmo grupo (CORDEIRO, 2013, p. 109). Isto significa que a memória coletiva existe enquanto os grupos existirem; e depois que esses grupos se desfazem por motivos diversos, a memória não se conserva ou se fragmenta, tornando-se difícil a sua recomposição. Neste sentido, Halbwachs (2004, p. 34) afirma que: “A duração de tal memória era então limitada, pela força das coisas, na duração do grupo”.

Neste sentido, ainda podemos argumentar sobre a dinâmica do recordar, pois, como vimos, a coesão garante a permanência da memória no grupo. Neste sentido, a lembrança está diretamente associada à intensidade do envolvimento dos indivíduos do grupo (CORDEIRO, 2013, p. 110). Como no caso da experiência de pesquisa no Mercado Manoel Firmino, em Aveiro, Portugal²⁸, quando pesquisamos sobre a memória dos feirantes daquele mercado, a maioria não tinha mais lembranças relativas ao passado daquele lugar, à exceção de um feirante, o mais antigo, que conviveu com vários grupos que por ali passaram; e os demais sabiam uma ou outra coisa sobre as lembranças daquele lugar.

A coesão e a solidariedade²⁹ do grupo têm por base as teorizações de Durkheim (2003), as quais Halbwachs tomou como referência para a construção da sua teoria. Segundo este autor, estes dois elementos vão dar consistência à memória nos grupos (CORDEIRO, 2015), ou seja, estes elementos corroboram a manutenção destas lembranças, e isto significa que, quanto mais coeso e solidário o grupo, mais a sua memória é fortalecida (CANDAU, 2012). A partir destes argumentos, questiono: Existem grupos ou comunidades sem memória? No entanto, hoje, quando se fala em sociedade, não se pode pensar em coesão ou integração, como afirma Menezes (2007, p. 18). Para este autor, também não é politicamente correto falar em coesão social, visto que a ideia de sociedade atualmente é de fragmentação (BAUMAN, 2011), do conflito, então: Como fica a memória dos grupos neste contexto? E como se mantêm os laços de interação?

²⁸ Esta pesquisa foi realizada no âmbito do doutorado sanduíche da CAPES na Universidade de Aveiro, em Portugal, no período de abril a julho de 2017, que teve como objetivo realizar um estudo das feiras e mercados da região Norte de Portugal, mais especificamente na cidade de Aveiro e no Porto. Foram realizados estudos nas feiras de Espinho, N. Sra. da Hora e Custóias, no distrito do Porto; e na Feira dos 28 e no Mercado Manoel Firmino, na cidade de Aveiro.

²⁹ A coesão e a solidariedade aparecem no contexto da memória como uma condição de reforço, no sentido de articulação das lembranças compactadas por todos ou pela maioria dos componentes dos grupos, como uma forma de reforçar esta memória. Aqui a coesão teria o sentido de que a maioria dos membros do grupo sustenta aquela memória, mesmo com versões diferentes; e a solidariedade com que todos compartilham o significado do mesmo sentimento de pertencimento a esta lembrança, o que Candau (2012) denomina de metamemória.

Com base no exposto, e a partir das análises de Cordeiro (2015) e Candau (2012), é possível inferir que os grupos podem perder suas memórias específicas caso seus membros forem se afastando ou morrendo e se não se criarem “extensores” para esta memória. Assim, Cordeiro (2015) comenta que, se caso esses grupos não criem “suportes” para a sua memória coletiva, esta tende a desaparecer, no entanto, a memória do indivíduo sobre aquele grupo ainda pode persistir, sustentada por algum ponto de referência relativo a uma data especial, uma imagem ou um documento. A existência de uma comunidade sem memória resulta numa comunidade sem referência de identidade, pois não haveria uma história para contar.

Partindo desta reflexão, o esquecimento também está vinculado à coesão do grupo, pois “esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam” ou esquecer uma habilidade específica, como falar uma língua, por exemplo, é perder “a capacidade de compreender as pessoas que falavam essa língua” (HALBWACHS, 2004, p. 37). Em ambos os casos, têm-se a ausência de interação.

Neste sentido, percebe-se que a objetividade da memória não está restrita ou vinculada à realidade ou à veracidade dos fatos. Esta objetividade baseia-se em outro conceito de Durkheim – a solidariedade do grupo – que sustenta a memória, ou seja, na crença da existência desta memória. Candau (2012, p. 45) corrobora este argumento, ao afirmar que: “para a memória se fundamentar no grupo é necessário que os membros deste grupo tenham a mesma crença, ou seja, que tenham uma percepção acordada sobre o passado”.

Na sua obra “As formas elementares da vida religiosa”, Durkheim faz referência a duas categorias que se reportam à teoria da memória coletiva de Halbwachs, quais sejam: os *mitos* e os ritos. Embora Durkheim não faça menção direta às duas categorias em seus textos sobre memória, porém, na citada obra estabelece uma relação com a conservação da memória a partir das articulações entre os dois conceitos, o que, para este autor, reforça as tradições.

Neste sentido, como afirma Durkheim: “o que exprime as tradições cujas lembranças ela perpetua é a maneira pela qual a sociedade concebe o homem e o mundo. Trata-se de uma moral e de uma cosmologia e, ao mesmo tempo, em que é uma história” (DURKHEIM, 2003, p. 409). Aqui nos reportamos ao tópico anterior, no qual se refere aos rituais religiosos cristãos como formas de reafirmação da memória ou da crença no divino. Durkheim vai pelo mesmo caminho ao analisar o rito em sociedade tribal, que para ele, este tem como função.

Desta forma, “o rito serve para manter a vitalidade dessas crenças e impedir que elas se apaguem das memórias” (DURKHEIM, 2003, p. 409). A combinação dos *mitos* e *ritos* em relação ao grupo resulta na coesão, que é outro conceito diretamente vinculado à categoria memória coletiva, visto que tem influência no nível de vivacidade da memória.

Segundo Alberto (2013, p. 9), “as formas elementares da Vida Religiosa” marcam uma ruptura e uma mudança de postura epistemológica de Durkheim quanto à objetivação das representações sociais, que passam a se fundamentar em um amplo processo de símbolos, a cuja principal atenção deste autor localiza-se em uma visão lógico-simbólica dessas representações.

Para Cordeiro (2013, p.107), haveria um duplo caminho a ser trilhado em busca da memória, que envolve o plano subjetivo e o objetivo. O primeiro estaria composto por uma sucessão de recordações individuais ou subjetivas que eram únicas e teriam como referência os marcos sociais da memória, que serviriam para a divisão temporal da sociedade na ordenação e classificação das recordações nos quadros sociais da memória definidos por Halbwachs (2004). No plano objetivo, estes quadros seriam vistos como *fatos sociais*, a partir de fora dos grupos, que estariam compostos pelas mesmas peças que compõem as recordações, mas variando em grau e não na sua natureza.

Durkheim (2003) formulou conceitos básicos para a construção da teoria da memória coletiva – o principal foi de Representação Coletiva,³⁰ que no primeiro momento é referenciada como uma categoria de pensamento que reproduz os estados de coletividade (DURKHEIM, 2003, p. XXIII). A partir deste conceito Durkheim vai desencadear uma discussão sobre a construção do pensamento científico e da consciência coletiva na sociedade da sua época, pois: “elas exprimem as relações mais gerais que existem entre as coisas; ultrapassando em extensão todas as nossas outras noções, dominam todo detalhe de nossa vida intelectual” (DURKHEIM, 2003, p. XXIV).

Em “Representações individuais e representações coletivas” (1898), a memória é entendida como fenômeno orgânico. Nesse texto, inicia-se a transição da obra durkheimiana, ao articular a discussão acerca das representações individuais e coletivas, fazendo uma analogia

³⁰ O conceito de representação coletiva proposto por Durkheim foi revisto por Serge Moscovici, como base para modernizá-lo e formular o conceito de representações sociais, que, segundo este autor, o conceito de representações coletivas era mais adequado para um contexto de sociedades menos complexas, nas quais Durkheim deteve a sua pesquisa, enquanto que as representações sociais se adéquam às sociedades modernas, que são caracterizadas pelo seu pluralismo e pela rapidez de suas mudanças. Hoje, há poucas representações verdadeiramente coletivas. Ver: FARR, R. M. In: Guareschi; Jovchelovitch (1995).

entre a Psicologia e a Sociologia, que têm objetos de estudos bem próximos. Segundo o teórico: “La vida coletiva, como la vida mental del individuo está hecha, en efecto, de representaciones sociales sean, em certo modo, comparable” (DURKHEIM, 1970).

Alberto (2013, p. 11), explica que da forma como fez na analogia com a biologia, onde Durkheim critica a identificação que Spence³¹ estabelece entre as leis da biologia e da sociedade, agora sustentará que esta aproximação entre as representações individuais e coletivas, ao contrário de evidenciar a ideia que reduz a sociologia como resultante da psicologia individual, evidencia a independência relativa desses dois mundos e dessas duas ciências (DURKHEIM, 1970).

As representações do passado, portanto, não permanecem para o indivíduo exatamente como foi experimentada, pois sofrem transformações, visto que “não é a mesma sensação que se desperta após ter permanecido adormecida durante certo tempo; é uma sensação inteiramente original, pois nada resta daquela que ocorreu inicialmente” (DURKHEIM, 1970, p. 19). Neste texto, o tema da memória surge mais formalmente, mas ainda há uma discussão sobre a sua estruturação entre o orgânico e o psíquico. No entanto, neste trabalho, ele deixa claro que “a memória não é um fato puramente físico e que as representações são suscetíveis de se conservarem” (DURKHEIM, 1970, p. 28).

Portanto, a partir das representações individuais e coletivas, Halbwachs tem um importante suporte para a construção de seu conceito de memória coletiva e para a definição de seus marcos sociais da memória. Esta conclusão se dá pela análise das obras destes dois autores³², Halbwachs (1925; 1945) e Durkheim ([1912], 2003), percebendo-se quando se trata da memória coletiva como uma construção social resultante das experiências individuais vividas nos grupos, identifica-se a relação direta com o conceito de Durkheim, das representações coletivas, que, segundo o autor, exprimem a sociedade e resultam da combinação das consciências individuais:

As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para criá-las, uma multidão de espíritos diversos associou, misturou, combinou suas ideias e seus sentimentos; longas séries de gerações nelas acumularam sua experiência e seu saber (DURKHEIM, 2003, p. XXIII).

³² Aqui consideramos as principais obras de Halbwachs sobre o tema da memória: *Les Cadres Sociaux de la memoire* (1925) e *A memória coletiva* (1945). As principais obras de Durkheim foram: *As representações individuais e as representações coletivas* (1898); e *Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912), textos onde este conceito aparece mais relacionado à memória.

Além disso, em “As formas elementares”, encontramos outras noções conceituais que serão utilizadas por Halbwachs: as noções de duplo, de marco social³³ e de grupos, além das já referida anteriormente. A noção de duplo vai sustentar as argumentações deste autor no livro “Les Cadres”, capítulo I, quando Halbwachs discute sobre o sonho e se as imagens presentes nele fazem parte da memória. trata sobre o sonho. Esta discussão será tratada em tópico específico neste capítulo,

A relação com o texto de Durkheim encontra-se no tópico em que o autor trata do animismo e discute sobre o duplo do Homem, ou seja: “há um ser individual e um ser social, que representa em nós a mais elevada realidade, na ordem intelectual e moral [...]” (DURKHEIM, 2003, p. XXIII). Neste parágrafo, Durkheim refere-se ao conceito de alma e o relaciona ao sonho, quando afirma que:

A alma tenha sido sugerida ao homem pela experiência do sonho. Para compreender de que maneira, enquanto seu corpo permanecia deitado no chão, era capaz de ver durante o sonho lugares mais ou menos distantes, ele teria sido levado a conceber-se como formato por dois seres: seu corpo de um lado e do outro, um segundo si mesmo [...] (DURKHEIM, 2003, p. 44).

Quanto ao conceito de marco social, que será o ponto-chave da teoria de Halbwachs, este aparece em Durkheim (2000, p. 494) relacionado à consciência coletiva, que, segundo o autor, “vai estar fora e acima das contingências individuais e locais”. Neste sentido, afirma que: “A cada momento do tempo, abrange toda a realidade conhecida; por isso só ela pode fornecer ao espírito dos marcos que se apliquem a totalidade dos seres, e que permitam pensá-los” (DURKHEIM, 2003, p. 494). Neste texto, apresenta duas categorias associadas à ideia de marco social: tempo e espaço, que juntamente com a linguagem, vão constituir os marcos gerais da memória.

A noção de grupo vai sustentar o argumento da memória coletiva quanto aos grupos sociais a que os indivíduos pertencem e nos quais constroem a memória coletiva, quais sejam: a família, as classes sociais e os grupos religiosos, que constituem os marcos sociais mais específicos da memória coletiva. A seguir, apresentamos o pensamento de Bergson (1999), outro teórico fundamental para estabelecer os pontos principais que marcaram a construção da teoria da memória halbwachiana.

³³ Halbwachs explica que marco social não seria um conceito, mas uma noção.

2.1.2 - Henri Bergson: a duração e percepção na conservação da memória

Para a construção da teoria sobre a memória coletiva, Halbwachs fundamentou-se também nas pesquisas de Henri Bergson, que foi seu primeiro mestre. Ele tomou três noções básicas da teoria daquele filósofo para a suas reflexões sobre a memória coletiva, mesmo se contrapondo a alguns pontos apresentados por ele. O sociólogo contestou, por exemplo, a proposição de Bergson (1999) sobre a conservação da memória e sua relação com a matéria, em contraponto a sua abordagem sobre a evocação das lembranças que se localizam fora do indivíduo, ou seja, nos quadros sociais.

A primeira noção teórica encontrada neste autor é a duração que vai ser referência para o debate sobre o sonho no 1º capítulo do livro “Les Cadres sociaux de la memoirie” (1925) e serve de base para a discussão de tempo e devir relacionado ao marco social do tempo da memória³⁴. Neste sentido, Cordeiro (2015, p. 37) afirma que “o tempo definido como duração seria, portanto, não quantificável, indivisível, e assim incomensurável”.

A outra noção conceitual é a “percepção das imagens e sua relação com a memória” (CORDEIRO, 2015), que não tem relação direta com a teoria halbwachiana, mas ajuda a refletir sobre a construção da memória a partir da matéria (memória/sonho) e da intuição e a memória em si, que, para Bergson (1994), aparece em duas formas de classificação: a memória/hábito e a imagem/recordação e, por último, a própria noção de memória concebida por este autor, que traz uma abordagem fenomenológica³⁵ sobre o tema, discutindo a dualidade da memória e sua relação com o espírito, a matéria, o passado e o presente.

A primeira noção, referente ao tempo/duração, consiste na mudança constante da realidade. Bergson (1927) analisa esta categoria em duas obras: “Dados imediatos da consciência”, onde afirma que há duas concepções possíveis da duração – uma pura de toda mistura que é inerente ao homem, “o tempo não seria algo pensado, mais vivido” (BERGSON, 2011, p. 16); e a outra que intervém indiretamente é a ideia de espaço,

³⁴ Sobre a análise da duração e sua relação com o devir e o conceito de ritmoanálise, ver Bachelard (1978). Para a noção da duração relacionada à memória inserida no contexto do espaço urbano, ver Rocha e Eckert (2011) e as pesquisas realizadas pelo seu grupo de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³⁵ A abordagem fenomenológica da Memória.

relacionada ao tempo quantificável. Em “Matéria e Memória” (1999), o tempo real é entendido como a capacidade do espírito de atualizar o passado, inscrevendo-se no presente, ou seja, a própria duração é memória.

Para este autor, a duração totalmente pura é a forma que a sucessão dos nossos estados de consciência adquire quando o nosso “eu” não estabelece uma separação entre o estado presente e o passado. Há também uma duração real, em que momentos heterogêneos se interpenetram, podendo cada momento aproximar-se de um estado do mundo contemporâneo que é exterior, e separar outros momentos por efeito dessa aproximação da comparação. Para Bergson (2006, p. 47), “a duração é o progresso contínuo do passado que incha à medida que avança”. Assim, o passado está em constante movimento e se conserva permanentemente.

A duração dará o entendimento de como podemos recuperar as lembranças, mesmo estando em um tempo presente. Bergson (2006) explica que ao se conservar por si próprio, nos acompanha durante toda a nossa história de vida. No entanto, uma boa parte do nosso passado permanece escondida no inconsciente, pois o nosso cérebro funciona de forma a recalcar parte deste passado quase na sua totalidade, ou seja, não conseguimos lembrar tudo, mas apenas daquilo que nos é útil no presente.

Para a recuperação das lembranças, é preciso colocar-se no passado, ou seja, a apreensão das lembranças só acontece através de movimentos que ela faz ao manifestar-se em imagens presentes para se materializar em um estado atual. Segundo Bergson (1999), estes movimentos são: a *distensão* e a *contração*. O primeiro faz o esforço de trazer para o presente o passado que é evocado; e o segundo o contrai, retendo as lembranças que não se adéquam àquele momento³⁶. A este respeito, Gurgel (2012) argumenta que:

Se o esforço que empurra para o presente a maior parte de passado possível fosse interrompido, se houvesse uma distensão total, haveria uma ausência de memória e de vontade, ou seja, uma existência feita de um presente que recomeçaria sem cessar, onde não haveria mais duração real, e sim apenas o instantâneo (GURGEL, 2012, p. 79).

Segundo Cordeiro (2013, p. 105), o conceito de duração acaba por imprimir uma ontologia a ele próprio, “pois diz respeito à natureza da realidade, expressando uma mudança incessante”. Dessa forma, a duração é apresentada como algo que é dado à nossa consciência sem qualquer intermédio, em atitude de contração do espírito sobre si mesmo (BERGSON,

³⁶ Isto está relacionado às características da memória, que é a seletividade, sobre a qual trataremos mais adiante.

2006, p. 2). Entende-se que essas mudanças são constantes e ocorrem ao longo da vida, em função de informações provenientes das percepções/representações.

Neste sentido, Bergson (2005, p. 2) afirma que: “Não há representação que não se modifique a todo o momento; se um estado de alma parasse de variar, sua duração deixaria de fluir [...]. A verdade é que mudamos sem parar e que o próprio estado já é mudança”.

Para Deleuze (1999, p. 39)³⁷, a duração é memória, consciência e liberdade; e ela é consciência e liberdade porque é memória em primeiro lugar. Esta identidade da memória com a duração é apresentada por Bergson (2006), como acumulação e conservação do passado no presente, pois o presente traz a imagem crescente do passado, que dá testemunho constante da memória que cada indivíduo carrega consigo. Gurgel (2012, p.79) destaca que, “[...] a memória, por sua vez, recobre com uma capa de lembranças as percepções imediatas, ao mesmo tempo em que contrai em si uma multiplicidade cada vez maior de momentos”.

A duração, neste sentido, não consiste apenas em uma série de instantes idênticos, mas a uma sucessão de instantes que vão se constituindo um após o outro, pois, um momento seguinte sempre contém outro que lhe precedeu e a lembrança que lhe corresponde. Deleuze (1999, p. 39) conclui que há duas memórias ou dois aspectos da memória que são a *memória lembrança* e a *memória contração*.

Neste mesmo viés, temos a questão: Como as lembranças se conservam? Para tentar respondê-la buscamos refletir sobre o que Bergson (2006) afirma sobre Matéria e Memória, na compreensão do passado não como algo que já se foi ou deixou de existir, mas como aquilo que deixou de agir, ou seja, deixou de ser útil; como algo que passou a ser inútil ou inativo. Não se trata de afirmar que ele era, pois ele é parte do ser em si; e a forma pela qual o ser se conserva em si (DELEUZE, 1999, p. 41), em contraposição ao presente, onde o ser se consome e se opõem fora de si.

Aqui dialogamos com Bosi (1994), quando faz referência ao ato de lembrar pelos mais velhos e afirma que eles têm mais tempo para lembrar devido ao seu tempo livre e não produtivo como antes, ao contrário do jovem, para quem “viajar pelo passado” e rememorar episódios ou acontecimentos de um tempo passado só será útil quando ele está em um momento de deleite com amigos ou parentes. Para este autor, não importa “o que foi” ou “como foi”, mas “o que

³⁷ Este filósofo estudou a teoria de Bergson, inclusive a discussão sobre a *duração*, a qual ele aprofunda em duas de suas obras: “Bergsonismo” (1999) e “Diferença e Repetição” (1998).

é”, “como é”, “o que será” e “como será”. O presente seria a ação: ele não é; ele age, pois possui um elemento próprio que é o ativo, o útil – ele é puro devir (GURGEL, 2012, p. 81); já o passado é o tempo todo – ele vive eternamente.

Bergson (2006) orienta que para relembrar algo precisamos dar um salto ao nosso passado mais geral e logo depois em uma região específica deste passado. Segundo o autor, este salto faz com que nos instalemos de súbito no passado, sem percebermos as coisas em nós, mas onde elas estão; assim como não apreendemos o passado no presente, mas sim onde ele está em si mesmo. Deleuze (1999) afirma que o passado é contemporâneo ao presente que ele foi. E este paradoxo se explica porque:

O passado jamais se constituiria, se ele não tivesse se constituído inicialmente, ao mesmo tempo em que foi presente. Há aí como que uma posição fundamental do tempo, e também o mais profundo paradoxo da memória: o passado é contemporâneo do presente que ele foi, se o passado tivesse que aguardar para já não ser, se ele não fosse “passado em geral”, desde já e agora que se passou, ele jamais poderia vir a ser o que é ele jamais seria este passado. Se ele não se constituísse imediatamente, ele não poderia ser depois reconstituído a partir de um presente ulterior (DELEUZE, 1999, p. 45).

Como explicar este paradoxo de forma prática, relacionando a nossa experiência de rememoração? Bem, ao evocarmos nossas lembranças buscamos um período mais geral do nosso passado, por exemplo, a nossa infância, a adolescência ou um período temporal em que estes momentos se inserem. Daí então, partimos para uma lembrança específica deste momento, seja da infância, da adolescência, da velhice ou de outro momento qualquer.

Esta lembrança³⁸ só é possível porque aconteceu em um determinado momento da nossa vida que deixou de existir e se tornou passado. Este momento que um dia foi presente não existe mais, no entanto, o passado permanece e coexiste com o presente, mas ele só se manifesta quando acionado pela necessidade da lembrança. Sendo assim, “o presente age e não para de passar e o passado não para de ser e por ele passam todos os presentes” (DELEUZE, 1999, p. 45).

Com base neste argumento, podemos entender que existem intervalos de coexistência entre o passado e o presente, e que tenham diferentes níveis de profundidade, mas cada um comprehende a totalidade do passado, podendo estar mais dilatado ou mais contraído, mais próximo ou mais distante do presente. Quando precisamos relembrar de algo e damos o salto

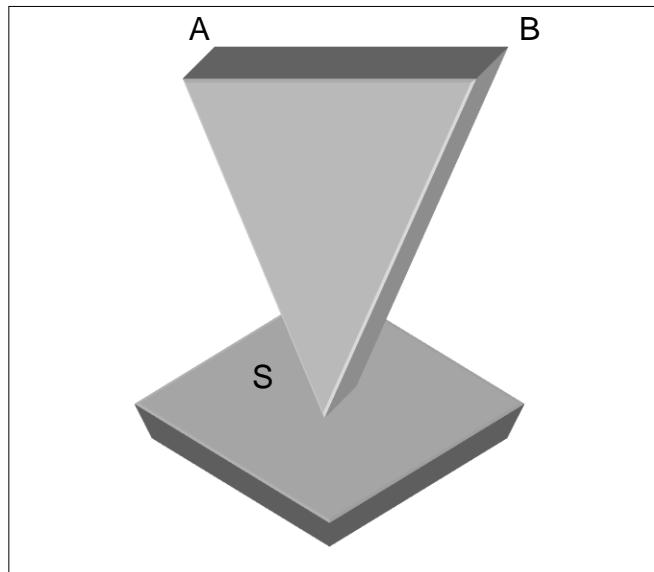
³⁸ Segundo a teoria de Halbwachs, esta lembrança pode ser conservada no âmbito do grupo familiar devido aos instrumentos utilizados pelos quadros sociais da família, sobre a qual trataremos no tópico 1.2.

para o passado, significa que nos reportamos a regiões de diferentes níveis de contração desta duração, mas cada uma dessas regiões sempre contêm todos os acontecimentos pretéritos de nossas vidas. Deleuze (1999) alega ainda que:

A ideia de uma contemporaneidade do presente e do passado tem uma última consequência. O passado não só coexiste com o presente que ele foi, mas se conserva em si, ao passo que o presente passa. É o passado inteiro integral, é todo o nosso passado que coexiste com cada presente (DELEUZE, 1999, p. 46).

A metáfora do Cone da Memória de Bergson (1999, p. 178), como mostra a Figura 2, pode representar este estado de coexistência do presente e do passado. No entanto, “[...] tal estado implica, enfim, que figure no próprio passado toda sorte de níveis em profundidade, marcando todos os intervalos nesta coexistência” (DELEUZE, 1999, p. 46). “Desta forma, o passado AB coexiste com o presente S, que compreendem as percepções e representações do presente, mas ao mesmo tempo comportam nele mesmo os pares A’B’; A”,B”, que vão medir os diferentes graus de aproximação ou distanciamento em relação ao presente S.

Figura 2 - Representação do Cone da Memória de Bergson.



Fonte: Adaptado de Bergson (1999, p.178).

Nesta representação, cada um dos pares comprehende a totalidade do passado em níveis mais ou menos dilatados e mais ou menos contraídos. Sendo assim, “S” evoca as imagens do passado e estas se materializam no presente, portanto, na base estariam as lembranças que “descem” para o presente quando acionadas; e no vértice estariam os atos perceptivos do presente, que se sustentam na representação atual do universo.

Ao mesmo tempo, as durações do passado e do presente se articulam para que o passado seja conservado, quando necessário. Isto mostra que, para Bergson, a duração se define menos pela sucessão do que pela coexistência destes dois tipos de memória. Outra noção teórica formulada por Bergson (1999) foi de *percepção* está impregnada de lembranças e vice-versa; e isso significa *memória* e *percepção*, ambas como “fenômenos de representação que se interpenetram e se bastam a si mesmas” (BERGSON, 1999, p. 81). Desta forma, a *percepção*:

Não se faz presente a não ser tomando emprestado o corpo de alguma percepção onde se insere. Estes dois atos, percepção e lembrança, penetram-se, portanto, trocam sempre algo de suas substâncias mediante um fenômeno de endosmose³⁹ (BERGSON, 1999, p.70).

Segundo Bosi (2003, p. 37), no estudo da memória não se pode falar apenas em *percepção pura*, mas distinguir entre a *percepção concreta e complexa*, pois a percepção pura do presente seria um conceito limite do que significa uma experiência corrente de cada um de nós. Por conseguinte, Bosi (1994, p. 44) afirma que a experiência da *percepção* é rica em consequências, como resultado de estímulos não devolvidos ao mundo exterior na forma de ação. Para o autor: “A percepção aparece como um intervalo entre ações e reações do organismo: algo como um “vazio” que se povoa de imagens as quais, trabalhadas, assumirão a qualidade de signos da consciência [...]” (BOSI, 1994, p, 45).

Neste sentido, surge uma questão colocada por Bergson (1999) na obra “Matéria e Memória”, “em relação à experiência da percepção: o que percebo em mim quando vejo as imagens do presente e evoco as do passado?”. Em resposta a este questionamento, ele afirma que: em um primeiro momento, a percepção do corpo é o sentimento de corporeidade do sujeito, assim como a percepção do meio físico e social que o circunda, ou seja, a memória estaria relacionada ao corpo, e que a matéria seria o primeiro elemento da percepção e a partir dele se constituiriam as imagens/lembranças.

Para Bergson (1999), as lembranças aparecem como imagens que se assemelham às formas “reais”, porém a percepção dessas imagens está relacionada à subjetividade desta percepção, visto que elas não estão no presente e sim em um momento que passou. Sendo assim:

³⁹ Endosmose [s. f. (fis.)]: Dupla corrente que se estabelece entre dois líquidos ou gases de diferentes densidades e suscetíveis de se misturarem através de uma membrana orgânica ou de placas porosas. Na Filosofia, Bergson emprega este termo como uma metáfora do processo em que percepção e memória se interpenetram.

Só poderá subsistir entre a percepção e a memória uma simples diferença de grau, e tanto numa como na outra o sujeito não sairá de si mesmo. Restabeleçamos, ao contrário, o caráter verdadeiro da percepção; mostremos, na percepção pura, um sistema de ações nascentes que penetra no real por suas raízes profundas: esta percepção se distinguirá radicalmente da lembrança; a realidade das coisas já não será construída ou reconstruída, mas tocada, penetrada, vivida [...] (BERGSON, 1999, p.72-73).

A lembrança é criada juntamente com a percepção, que está relacionada ao presente e à própria realidade. Segundo Bergson (2003, p. 50), entre estas duas categorias há uma diferença de intensidade e não de natureza, neste sentido, significa que a percepção seria considerada um estado forte e a lembrança um estado fraco. Para o autor, isto se explica pelo fato de que o passado é essencialmente virtual e jamais poderemos alcançá-lo, a não ser pelas imagens no presente (BERGSON, 2003, p. 49). A ativação da memória no presente parte da sua percepção e consciência individual, e só ocorre por que:

O mecanismo cerebral é feito precisamente para recalcar a quase totalidade do passado no inconsciente e só introduzir na consciência o que for de natureza que esclareça a situação presente, que ajude a ação em preparação, que forneça, enfim, um trabalho útil (BERGSON, 2003, p. 48).

Considerado este argumento de Bergson (2003), percebe-se o funcionamento da memória individual quando se acessa os sujeitos narradores, quando estes muitas vezes não conseguem relembrar o seu passado, sendo necessário o uso de artifícios para tal, como já discutido em referência à duração. O processo aqui é o mesmo, no qual o passado se conserva, mas não como foi vivenciado inicialmente, pois ele possui um invólucro que o protege até que venha à tona e se reatualize em função das exigências da ação. As imagens do passado não são dispostas de forma ordenada como “gavetas de arquivo”, porém as lembranças estão presentes na consciência, mesmo estando ausentes da realidade concreta. Como explica o autor:

A lembrança pura, com efeito, é por hipótese, a representação de um objeto ausente. Se for numa certa atividade cerebral que a percepção tinha sua causa necessária e suficiente, essa mesma atividade cerebral repetindo-se mais ou menos completamente na ausência do objeto, será o bastante para reproduzir a percepção: a memória poderá, portanto, explicar-se integralmente pelo cérebro (BERGSON, 1999, p. 80).

No entanto, pode ser possível que o cérebro condicione a lembrança, mas esta ação não seja suficiente para assegurar a sobrevivência do que lhe diz respeito na percepção rememorada, mais na ação do que a na representação. Conclui-se, com isso, que o cérebro desempenhava o papel da própria percepção, de assegurar a ação eficaz sobre o presente (BERGSON, 1999). Neste aspecto, pode-se pensar na memória como movimento ou como ação, definida por Bergson como *memória hábito*, sobre a qual trataremos mais adiante.

O presente não deixa nenhum vestígio na memória, cuja impressão que se tem na imagem do passado e na consciência é resultado da impressão causada pela lembrança reavivada, considerando-se que esta seja a própria percepção ressurgindo de forma mais simples, como explica Bergson (2003, p. 50). Ao exteriorizar-se, o passado associa-se com a percepção do presente e agraga-se aos dados imediatos existentes nos sentidos, misturando a estes os detalhes das experiências passadas, das quais permanece apenas uma pequena parte da lembrança.

Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos apenas algumas indicações, meros signos destinados a evocar antigas imagens (BERGSON, 1999, p.183).

Neste sentido, Bosi (1994; p.47) corrobora esta afirmação argumentando que o passado se mistura às percepções imediatas, deslocando-as para ocupar o espaço da consciência onde a memória então aparece como força subjetiva profunda e ativa, latente, oculta e invasora. Dessa forma, à medida que as lembranças se aproximam mais do movimento e da percepção exterior, a operação mnemônica adquire uma importância prática maior.

A *percepção pura* é apresentada por este autor como a subjetividade total, que é desprovida de memória e não reflete na vida cotidiana, além de sua projeção ser instantânea, ou seja, ela ocorre como um flash quando recebe a imagem, e então já se torna passado. Portanto:

Na fração de segundo que dura a mais curta percepção possível de luz ocorreram trilhões de vibrações, a primeira das quais está separada da última por um intervalo enormemente dividido. Sua percepção, por mais instantânea que seja, consiste, portanto, numa incalculável quantidade de elementos rememorados e, na verdade, toda percepção já é memória. Na prática percebemos apenas o passado, sendo o presente puro o inapreensível avanço do passado roendo o povir. (BERGSON, 2003, p. 90).

Como exposto anteriormente, a *percepção pura* torna-se *lembrança pura*. Ela é a representação de um objeto ausente através de uma imagem que não pode ser vista no presente, mas é percebida como imagem do passado e conservada na consciência. Neste ponto está a principal divergência entre Bergson e Halbwachs – este último contrapõe a ideia de conservação do passado e de que as imagens-lembranças são evocadas. Neste sentido, Bosi (1994, p. 46) explica que, de um lado existe a teoria bergsoniana, centrada no princípio da diferença entre percepção e ideia, que surge de um presente corporal continuo; e, de outro, há o fenômeno da lembrança, explicado por uma dinâmica focada na reconstrução do passado e não em sua conservação, com ênfase na relação do sujeito com o seu meio social.

A última argumentação teórica de Bergson (1990, p. 187) está relacionada à teoria de Halbwachs, ou seja, à noção de memória. Este filósofo caracterizou a dinâmica da memória da seguinte forma: “[...] no que concerne à memória, esta tem por função primeira evocar todas as percepções passadas análogas a uma percepção presente, recordar-nos o que precedeu e o que seguiu, sugerindo-nos assim a decisão mais útil” (BERGSON, 1990, p. 187). Neste sentido, Bosi (1994) considera que:

A memória teria então uma função prática de limitar a indeterminação do pensamento e da ação e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo [...] a percepção precisa valer-se do passado que de alguma forma se conservou (BOSI, 1994, p. 47).

Então, a memória seria essa reserva crescente a cada instante, que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida. Como afirma Cordeiro (2015, p. 38), para Bergson não há diferença entre percepção e memória, muito menos esta última seria uma etapa da primeira, no entanto, para Halbwachs (1945) estas duas categorias são distintas, e que a percepção é a etapa inicial da rememoração. Desta forma, “toda imagem-lembrança seria capaz de interpretar nossa percepção atual insinuando-se nela, a ponto de não podermos mais discernir o que seria percepção e o que seria lembrança” (BERGSON, 1999, p. 117).

Bergson (1999) expõe a representação deste processo através da imagem dos *círculos concêntricos*, onde explica como as dinâmicas da percepção refletida e da percepção atenta se articulam em torno da *imagem-percepção* e da *imagem-lembrança*.

Pensamos, ao contrário, que a percepção refletida seja um circuito, onde todos os elementos, inclusive o próprio objeto percebido, mantêm-se em estado de tensão mútua como um circuito elétrico, de sorte que nenhum estímulo partido do objeto é capaz de deter sua máquina nas profundezas do espírito: deve sempre retornar ao próprio objeto (BERGSON, 1999, p. 118-119).

Isto demonstra que “a imagem-lembrança interpreta a percepção atual e insinua-se nela, a ponto de não se poder mais discernir o que é percepção e o que é lembrança” (BERGSON, 1999, p. 117). Assim, cria-se ou reconstitui-se a lembrança a cada momento, toda vez que se acessa a consciência em busca de imagens do passado, e estas vêm acrescidas de novos elementos. Bergson (*Ibid.*) apresenta a explicação sobre a concepção destes circuitos:

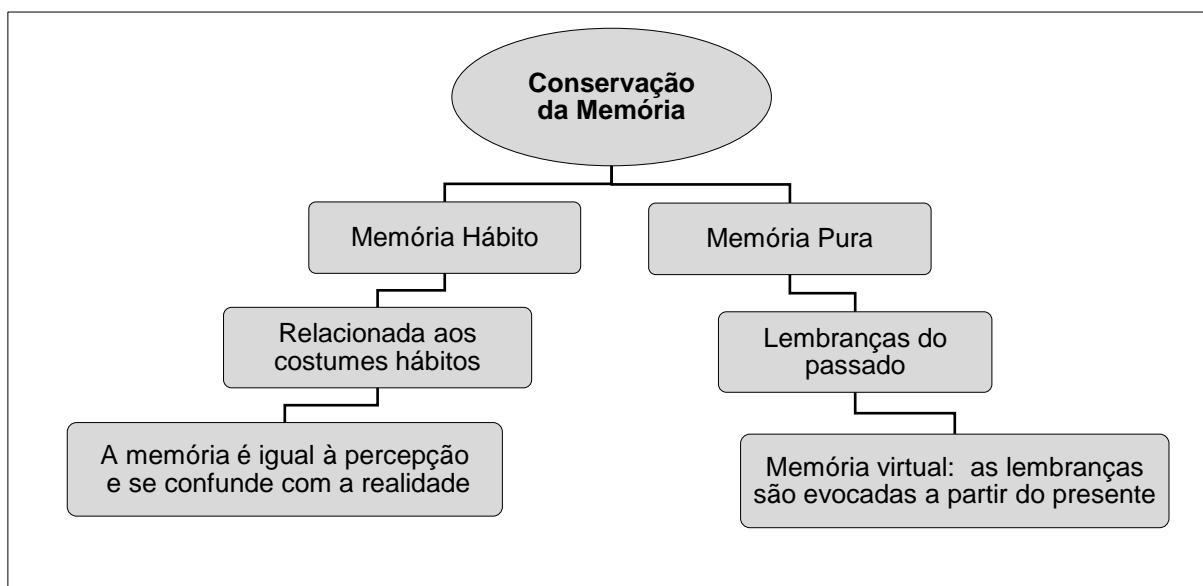
A cada momento de uma percepção atenta [...], elementos novos emanados de uma região mais profunda do espírito, poderiam juntar-se aos elementos antigos sem criar uma perturbação geral, sem exigir uma transformação do sistema. [...] um ato de atenção implica tal solidariedade entre o espírito e seu objeto, é um circuito tão bem fechado, que não poderia passar a estados de concentração superior sem criar circuitos completamente novos envolvendo o primeiro e que teriam em comum apenas o objeto percebido (BERGSON, 1999, p. 119).

Bergson (1999, p. 176) estabelece a diferença entre os dois tipos de memória, definindo-as como “memória hábito” e “imagem-recordação”. A primeira seria a memória dos mecanismos motores: ela cobre todo o tipo de memória adquirida por repetição motora ou esforço de aprendizado de palavras ou gestos envolvidos ao longo da socialização no cotidiano. Este tipo de memória aproxima-se do que Candaú (2012) denomina de protomemória ou memória de baixo nível, que corresponde à memória aprendida, “onde enquadramos o que para o indivíduo constitui os saberes e as experiências” (CANDAU, 2012, p 22). Bergson (1999) explica que:

A memória hábito, só retém do passado os movimentos inteligentemente coordenados que representam seu esforço acumulado; ela reencontra estes esforços passados não em imagens lembranças que os recordam na ordem rigorosa e no caráter sistemático com os movimentos atuais se efetuam (BERGSON, 1999, p. 89).

A outra categoria de memória – a imagem-recordação ou lembrança pura – refere-se a um momento único na vida que não se repetiu, por isso tem o caráter evocativo. Para o autor: “Esta registraria em forma de imagem as lembranças de todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam; ela não negligenciaria nenhum detalhe, atribuiria cada fato, a cada gesto, seu lugar e sua data” (BERGSON, 1999, p. 88). Esta memória é ativada pela interação/engajamento do indivíduo – é a lembrança propriamente dita (BOSI, 2009). A contraposição de Halbwachs a Bergson baseia-se na discussão sobre a ausência da percepção social e na referência à interação social como marco para a construção da memória (Figura 3).

Figura 3 - Representação da “memória hábito” ou “memória pura” proposta por Bergson.



Fonte: Elaboração da autora, com base em Bergson (1999).

Como exposto na Figura 3, a conservação da memória defendida por Bergson (1999) apresenta duas formas de memória: 1) a memória hábito, referente aos costumes e hábitos cotidianos, em que o indivíduo aprende os aspectos relativos às ações da vida diária onde a memória se iguala à percepção e se confunde com a realidade; 2) a memória pura, que envolve as lembranças de onde o indivíduo parte para a construção da memória.

Bosi (1994) faz a seguinte reflexão – se analisarmos estas duas memórias levando em conta o contexto do cotidiano, pode-se perceber que a relação entre elas é conflitiva, pois:

Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação e para os conhecimentos úteis ao trabalho social, restaria pouca margem para o devaneio para onde flui a evocação espontânea das imagens, postas entre a vigília e o sonho (BOSI, 1994, p. 48).

Segundo Bergson (1999, p. 116), “[...] a memória tinha como função ‘evocar todas as percepções passadas análogas a uma percepção presente, recordando-nos o que ocorreu e o que se seguiu’, sugerindo assim uma decisão mais útil”. A concepção bergsoniana de memória traz uma visão um tanto disforme sobre a dinâmica da memória num contexto atual. Neste sentido, comprehende-se a memória do indivíduo como uma imagem conservada no próprio presente, que se mantém por lembranças intactas.

É óbvio que Bergson não deixa claro em seus argumentos estas questões, mas a partir das inferências apresentadas se deduz que a memória não consiste numa regressão ao passado no presente, mas o contrário, em um progresso do passado ao presente. Neste ponto, cabe uma reflexão filosófica proposta por este teórico, que consiste em saber se o passado deixou de existir ou se simplesmente deixou de ser útil (BERGSON, 1999, p. 175). Neste sentido, Siqueira (1997, p. 117) explica que:

Bergson centra sua análise na fenomenologia da lembrança tendo como princípio central da memória, a conservação do passado que sobrevive a partir da sua evocação pelo presente sob as formas da lembrança, quer em si mesmo em estado inconsciente. Para ele a lembrança é a sobrevivência do passado (SIQUEIRA, 1997, p. 117).

Nos estudos de Bergson, defrontam-se: a subjetividade pura, representada pelo espírito; e a exterioridade, representada pela matéria – a primeira vinculada à memória e a segunda à percepção. Para o autor, quando se busca uma lembrança na consciência, seja recente ou mais antiga, as imagens dela aparecem desfocadas, como se fossem uma pintura borrada. Segundo Bergson (1994), isso se explica pelo fato de que estas imagens estão no passado de forma virtual.

Quando não há evocação das lembranças elas findam caindo no esquecimento, seja de forma voluntária ou involuntariamente. Neste caso, resulta de um processo natural em que as imagens lembranças ficam na consciência e vão se “apagando” ao longo do tempo, mas sempre fica a sensação de querer lembrar de algo que não se consegue, ao perceber apenas imagens turvas e confusas na lembrança de pessoas, lugares ou fatos.

Isso também pode ocorrer em consequência de alguma doença cerebral, como afasia, amnésia, entre outras que dificultam o acesso às imagens-lembranças. Bergson (1999, p. 122) ressalta que as doenças do cérebro não causam o desaparecimento dessas lembranças, mas apenas impossibilitam que tenhamos acesso a elas, devido a algum mecanismo falho no processo de evocação das lembranças.

No caso do esquecimento voluntário, isso pode estar relacionado a uma estratégia que seja associada à afirmação ou negação da identidade do indivíduo ou mesmo como uma forma de resistência à sua história passada, fato que afeta diretamente a percepção da sua imagem perante o grupo ao qual pertence.

Neste sentido, pode-se deduzir que as imagens permanecem na memória lembrança e são reativadas ou se manifestam pela evocação do passado, porém, tais imagens só serão acessadas quando estão interligadas com a corrente de duração atual, como observa Cordeiro (2015):

Para Bergson, [...] as memórias estão ordenadas cronologicamente naquilo que ele chamou de “cone da memória”, de modo que a proximidade ou distância em relação ao presente desempenharia papel crucial na rememoração. Não obstante, mesmo as memórias mais antigas poderiam ser reacessadas pelo puro esforço mental individual, inserindo-as novamente em um momento “mais” presente da corrente da duração (CORDEIRO, 2015, p. 38).

Na verdade, ao concluir que percepção e memória são inseparáveis, intercalando o passado no presente, significa dizer que a lembrança se atualiza a partir da percepção no presente. Os argumentos de Bergson para defender sua teoria fundamentam-se no método da intuição. Segundo Deleuze (1999), este método tem regras estritas e constitui o que esse teórico denomina de precisão em filosofia. Portanto, a *intuição bergsoniana* define-se por um conhecimento que vem do interior do objeto, como um colocar-se no interior da realidade concreta e ao mesmo tempo um conhecimento desinteressado (DELEUZE, 1999, p. 8), para apreender aquilo que faz uma coisa ser que ela é, e sua diferença em relação a tudo aquilo que ela não é.

No período em que Bergson realizou seus estudos (final do século XIX e início do século XX), a memória situava-se no campo da Psicologia e Filosofia. Na época, a memória e as lembranças eram apontadas como processos exclusivamente individuais, o que confere

destaque à teoria da memória de Bergson. Como visto, este filósofo afirmava que o tempo era compreendido como uma sucessão, continuidade e mudança que não poderia ser separado dos acontecimentos, fossem estes objetivos ou subjetivos.

Bergson foi criticado por suas argumentações, cujas considerações foram consideradas um tanto pueris, visto que viveu na época do pós-guerra. Segundo um dos seus contemporâneos, Bergson não tratava de questões como a morte, a angústia, o nada, e que sua “teoria sobre a memória foi concebida como subjetivista e consequentemente inútil por não ser realista” (GURGEL, 2012, p. 76).

A abordagem de Bergson sobre tempo/duração, percepção e memória levou-me à reflexão sobre o que seria a memória de fato, pois ao nos defrontarmos com suas argumentações, algumas afirmações nos instigam a pensar sobre este aspecto, sobretudo em relação ao processo de construção das lembranças por cada ser humano. Pelo exposto, vimos que Bergson entendia o passado como algo virtual, ou seja, ele não existe de fato e as lembranças ficam ali disponíveis para serem acionadas conforme a conveniência no presente, mas questionamos: Estas recordações são recuperadas como fragmentos ou como episódios da memória do indivíduo?

Esta reflexão é relevante para que se possa entender o processo de construção e a dinâmica da memória no contexto social, visto que nesta tese a análise enfoca a memória de grupos sociais. Neste sentido, cabe verificar se o processo de conservação/evocação das lembranças referente aos grupos sociais segue a mesma dinâmica que a memória individual.

Se tomarmos por base a teoria da memória Bergsoniana podemos afirmar que seriam recuperados episódios da memória, pois segundo este teórico a memória individual ficaria acumulada na consciência e seria “resgatada” do passado pela percepção e intuição do presente. Entretanto, para Halbwachs (2004), seriam recuperados fragmentos da memória, visto que ela está presente no exterior do indivíduo e seria reconstruída a partir dos fragmentos de lembranças recuperados por cada indivíduo pela interação em seu meio social.

Talvez a maior dificuldade em compreender a teoria de Bergson seja o seu foco na análise da organização da lembrança por cada indivíduo, sem haver a percepção de sua evocação, ou seja, como cada indivíduo seleciona e vivencia a lembrança, principalmente como ele mantém esta lembrança por tanto tempo, visto que o próprio Bergson considera que o passado não tem utilidade a não ser quando dá uma resposta a alguma questão no presente. Nesta perspectiva, buscamos aprofundar esta análise nos próximos tópicos, ao tratar de outras abordagens da Memória, com ênfase à teoria da Memória Coletiva de Halbwachs.

3 - OS QUADROS E MARCOS DA MEMÓRIA SOCIAL: RECONSTRUINDO LEMBRANÇAS NO/DO COTIDIANO

Halbwachs dedicou três trabalhos específicos para tratar do conceito de Memória. No primeiro, “Les Cadres Sociaux de la Memoire”⁴⁰ (2004), o autor aponta um duplo caminho a ser trilhado em busca da memória, que seria em dois planos: Subjetivo e Objetivo. O plano subjetivo é composto pela sucessão de lembranças individuais e experiências subjetivas que são únicas, no entanto, estas experiências têm como referência os quadros sociais da memória, que podem ser definidos como instrumentos comuns a todos os indivíduos de um determinado grupo ou sociedade, permitindo-lhes reconstruir suas lembranças mesmo depois de terem se esvanecido (CORDEIRO, 2013). No plano objetivo têm-se os quadros sociais, que atuariam nas lembranças dos grupos de fora para dentro, como fatos sociais compostos pelas mesmas bases que compõem as recordações, e que diferença entre ambos (sonho e recordação) seria em grau e não de natureza. Na concepção deste autor:

Se temos o sentimento de que nossas recordações, que se relacionam com nossa vida consciente do estado de vigília, estão dispostas em uma ordem imutável no fundo de nossa memória, se a sequência, de imagens do passado nos parece tão objetiva como na sequencia dessas imagens atuais ou virtuais que chamamos de mundo exterior, é por que elas se situam nos quadros imóveis que são do nosso meio exclusivo e que se impõem a nós de fora (HALBWACHS [1925], 2004, p. 39, tradução livre).

Santos (2002) afirma que o interesse de Halbwachs nesses trabalhos são as situações pelas quais as memórias são constituídas, enfatizando que “estas memórias se formam e são renovadas devido aos laços de solidariedade entre os indivíduos, os quais são construídos através de elementos simbólicos comuns” (SANTOS, 2002, p. 149). Para este autor, Halbwachs (1994; 2004) reafirma esta premissa em várias partes dos seus textos, destacando a importância dos quadros sociais da memória para as lembranças e, ao mesmo tempo, mostrando que estas são reconstruídas a cada momento em que são evocadas, sendo assim caracterizadas:

As recordações em circunstâncias que reproduzem simples estados afetivos (são de outra forma mais raras, e menos localizadas), mas sobretudo quando refletem os acontecimentos de nossa vida, não nos põem somente em relação com nosso passado, senão que nos relaciona com uma época, nos localizando em um estado da sociedade onde existem, arredor de nós, muitos outros vestígios que aqueles que descobrimos em nós mesmos (HALBWACHS, 2004, p. 35).

⁴⁰ Com referência a este primeiro livro de Halbwachs, não usamos o título original em francês, mas a edição espanhola: “Los marcos sociales de la memoire” (2004).

O que são os quadros sociais da memória e como eles se constituem nos referidos grupos? E o que são os marcos sociais da memória? Este conceito surge ainda de forma incipiente em Durkheim (1996), relacionado à realidade, à consciência e às representações coletivas, ao afirmar que:

[...] a cada momento do tempo, abrange toda realidade conhecida; por isso só ela pode fornecer ao espírito marcos que se apliquem à totalidade dos seres e que permitam pensá-los. Eses marcos, ela não os cria artificialmente, mas encontra-os dentro de si e apenas toma consciência deles. Eles traduzem a maneira de ser que se verificam em todos os níveis do real, mas que só se revelam com plena clareza no nível superior, porque a extrema complexidade da vida psíquica que aí se manifesta necessita de um maior desenvolvimento da consciência (DURKHEIM, 1996, p. 494).

Os quadros/marcos sociais aparecem em Halbwachs (2004) “[...] como um sistema composto por datas e lugares, que surgem cada vez que se deseja recuperar um acontecimento” (CORDEIRO, 2013). Ele também demonstra que é impossível conceber o passado sem as referências dos quadros sociais, que são a base para a reconstrução da memória coletiva. Este sistema sustenta a memória do indivíduo nos grupos, sendo o fator principal que caracteriza a memória coletiva. É isso que leva Halbwachs a contrapor o argumento de Bergson ao definir a memória como prática e racional representada pela memória pura, através de imagens que podemos encontrar em nós mesmos quando isolamos a nossa consciência individual do social. Halbwachs (2004) contrapõe esta ideia, quando a forma que a memória não conserva o passado e sim o reconstrói.

Para Halbwachs, os marcos coletivos da memória seriam o resultado, a soma ou combinação de recordações individuais de vários membros de uma sociedade. Em muitos casos, esses marcos ajudam a classificar e ordenar as recordações de uns em relação aos outros. Assim, ele consegue demonstrar a multiplicidade de categorias sociais, que corresponderia a uma pluralidade de memórias coletivas dentro do grupo, mostrando que “A referência dos grupos, e não da sociedade como um todo, é muito útil para a existência das identidades, culturas, interesses, propriedades, instituições, dentro de uma mesma sociedade” (ALBERTO, 2013, p. 20).

Este argumento reforça o pensamento de Halbwachs em seu primeiro livro “Los marcos sociales de la memoire” (2004), ao afirmar que é na sociedade que o homem adquire sua recordação, ao mesmo tempo destaca “uma certa autonomia em relação à intenção de cada indivíduo quanto ao ato de lembrar” (SANTOS, 2002, p 132). Desta forma, o ato de memória constitui uma atividade construtiva e racional, visto que as lembranças passam por um constante processo de reconstrução quando são evocadas, além da seleção do quê e como será lembrado, tornando-se necessário um exercício do pensamento lógico.

Após o primeiro livro, Halbwachs lançou “La topografia legendaria de los evangelios em tierra santa” (1941), com base na sua pesquisa sobre lugares santos citados nos quatro evangelhos cristãos, onde aprofunda a discussão sobre os marcos espaciais da memória, buscando “estabelecer uma abordagem científica que fosse capaz de descrever os quadros sociais da memória enquanto entidades unificadas com características próprias” (SANTOS, 2002, p. 132). Halbwachs tenta explicar a peregrinação aos lugares santos a partir do estudo empírico da memória coletiva, analisando a recorrência de alguns padrões de comportamento em estruturas políticas e sociais diversas.

A topografia aparece como obra precursora de uma série de iniciativas que hoje estão engatinhando no terreno da metodologia e da teoria social. A tese defendida é a de que a Terra Santa bíblica foi um território imaginário, construído durante a idade média, na Europa, e sobreposto mais tarde ao território da Palestina. Longe de ser uma descoberta, a Terra Santa significou, portanto, o resultado da projeção do imaginário de fieis cristãos sobre determinado lugar (SANTOS, 1998, p. 09).

Por fim, foi lançado o livro póstumo “A Memória Coletiva” (1994), que reúne uma coletânea de textos, aprofundando a teoria da memória coletiva, inclusive com revisão de alguns pontos apresentados por March Bloch e Charles Brondel em seus comentários sobre “Les Cadres Sociaux de la Memoire”, logo após a publicação desta obra.

A obra “Memória Coletiva” tem um papel relevante ao contribuir para o entendimento desta concepção teórica e explicação do sentimento de pertencimento a um grupo que compartilha as memórias de um passado comum. A memória coletiva garante o sentimento de identidade do indivíduo, calcado numa memória compartilhada não somente no campo histórico, no sentido real, mas, sobretudo, no campo simbólico. Assim, a memória coletiva modifica-se e se rearticula conforme a posição que o indivíduo ocupa e as relações estabelecidas nos diferentes grupos em que participa. As memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica, incluindo elementos mais amplos que a memória construída pelo indivíduo e pelo seu grupo. Isso mostra que:

A memória é viva e sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longa latência e de repentinhas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Este processo pode ocorrer pelo compartilhamento da memória, que é uma forma de manter essas lembranças no grupo. Além disso, é importante ressaltar o que Candau (2012, p. 39)

argumenta em relação às memórias compartilhadas⁴¹. Segundo o autor, mesmo que os fatos sejam transmitidos a todos os membros do grupo, a recordação que cada indivíduo terá em relação aos fatos, ao lugar, às transformações ocorridas e aos acontecimentos vividos diferirá, em menor ou maior proporção, da memória de outro indivíduo em função da sua história pessoal, da sua família, da característica biológica de sua memória, ou seja, conforme a sua capacidade física e psicológica de lembrar. Enfim, se as lembranças dos acontecimentos podem ser compartilhadas, suas representações e seus significados permanecem idiossincráticos. Isso significa que: “Uma memória compartilhada se constrói e se reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças” (CANDAU, 2012, p. 46).

Neste processo de constituição da memória compartilhada observa-se a importância de terem pontos comuns e abertura recíproca das memórias individuais (CANDAU, 2012, p. 47). O autor afirma que não pode haver a construção de memória coletiva se as memórias individuais não se abrem umas às outras, nem estabelecem objetivos comuns e um mesmo horizonte de ação. Isso reforça o grau de pertinência desta memória para o grupo e como os seus membros se articulavam em torno da sua transmissão, no entanto, para o autor, esta ação é mais comum e fácil de operar em grupos menores, como a família, o que será definido no quadro social referente a este grupo.

A construção da memória em um grupo ocorre ao longo do tempo, nas interações sociais e na trajetória de vida (VELHO, 2004; LINS; BARROS, 1997). A lembrança é o resultado do convívio do indivíduo com outros indivíduos e grupos articulados em uma rede de relações e interações que ficam guardadas na memória de cada um, como uma lembrança “exclusivamente” íntima e pessoal. Essas lembranças trazem as trajetórias de vida dos indivíduos durante a sua convivência nos espaços sociais, como a casa, a rua, o bairro, o trabalho e os grupos em que se inserem, sendo que a família tem um papel essencial nesta construção, pois é de onde vêm as suas primeiras lembranças e onde se conhece as normas sociais. É importante ressaltar que a memória só pode ser conservada no grupo caso seja

⁴¹ Candau (2012) aborda diversos pontos no livro “Memória e Identidade”. A memória compartilhada no âmbito coletivo não pode ser considerada quando se refere a uma protomemória, aquela memória de baixo nível, que envolve as experiências e os saberes e aprendidos ao longo da vida, que equivale à memória hábito, de Bergson (1999). Candau explica que à medida que mudamos para o nível de lembranças dos grupos, o compartilhamento da memória torna-se inviável, pois um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada [,,], “nem uma sociedade come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois são os indivíduos que adotam maneiras de comer, dançar ou caminhar que, ao se tornarem dominantes, serão consideradas como características da sociedade em questão” (CANDAU, 2012, p. 24).

transmitida de uma geração a outra, mas isso não implica que ela deva manter as tradições ou normas traçadas no passado, mas deve reforçar a noção de pertencimento ao grupo, pois é o que irá sustentar a memória coletiva/social.

Halbwachs parte da distinção entre sonho e recordação para explicar a teoria da memória e a importância dos quadros sociais. Para o autor, o sonho, mesmo trazendo imagens que algumas vezes são familiares e se referem à vivência cotidiana individual, porém, ao despertá-las é incapaz de datar, localizar e nem tampouco recordar essas imagens com precisão. Por outro lado, a recordação faz um esforço de reconstrução do passado que não surge completamente, ao contrário das visões intuitivas dos sonhos.

Halbwachs explica que sem os marcos oferecidos pela sociedade seria impossível a recordação. Quando o indivíduo recorda, ele sofre a influência do social para a reconstituição do passado, isto é, ele se serve dos marcos disponíveis nos grupos aos quais pertence ou pertenceu.

Quando recordamos partimos do presente, do sistema de ideias gerais que está sempre em nosso alcance, da linguagem e dos pontos de referência adotados pela sociedade, quer dizer de todos os meios de expressão que se colocam a nossa disposição, e os combinamos de maneira a reencontrar, bem tal detalhe, tal matriz das figuras ou dos eventos passados, e em geral, de nossos estados de consciência anteriores (HALBWACHS, 2004, p 34)

Como já ressaltado, em “Los marcos Sociales de la Memoire”, Halbwachs (1925) objetivou articular o desenvolvimento da memória individual sob a influência do social e buscou mostrar um duplo caminho em busca da memória, em dois planos: Subjetivo e Objetivo. O plano subjetivo constitui-se da sucessão de lembranças individuais e experiências subjetivas que são únicas. O Plano objetivo atua como instrumento de afirmação da identidade dos indivíduos e dos grupos, pois a memória individual apoia-se na coletiva e vice-versa, de forma que uma não exista sem a outra.

Neste sentido, os quadros sociais têm grande importância no processo de construção da memória. Segundo Halbwachs (2004), eles são a origem da unificação de dois problemas distintos da Sociologia da Memória: a memória na sociedade e a sociedade na memória. Para o teórico, no campo da sua memória o indivíduo recorda-se graças a vários a mecanismos, entre eles os quadros sociais, que são imputados não somente à sociedade, mas são precisamente os mecanismos que cada grupo desenvolve para lembrar.

Halbwachs (2004, p. 156) entende como quadros da memória não somente o conjunto de noções percebido em cada momento em que estão no campo da consciência, mas todas aquelas que se possam alcançar a partir destas por uma operação do espírito análoga ao simples

raciocínio. Independentemente do que será tratado, tanto no período recente quanto num tempo mais remoto, os feitos variam bastante. Há outros marcos cujas ligações encontram-se relativamente fechadas, seja porque se aproximam ou se afastam da época atual.

Os quadros da memória constituem-se no próprio grupo social, pois são eles que permitem aos indivíduos a recuperação do passado e o surgimento das recordações. Isto significa que ela está condicionada à recordação do outro, e que os quadros da memória individual são, ao mesmo tempo, os quadros sociais da memória coletiva.

O poder unificador do quadro está relacionado a cada grupo particular. Este relativismo significa que há tantas reconstruções do passado quanto os grupos existentes. As reconstruções de um mesmo acontecimento diferem nas deformações, na escolha e nos esquecimentos conforme a dinâmica do grupo. Halbwachs (2004) contesta a afirmação de que os quadros sociais não são o resultado, ou seja, a soma, a combinação das lembranças individuais ou uma classificação com base em suas lembranças. Isto significa que: “Os quadros coletivos da memória [...] são os instrumentos onde a memória coletiva se fundamenta para recompor uma imagem do passado que se afina a cada época, com pensamentos dominantes da sociedade” (HALBWACHS, 2004, p. 155).

Para expressar a memória coletiva da sociedade, Halbwachs atribuiu um novo significado ao termo que Durkheim designava como “representações coletivas”, com a redefinição do termo “memória”. O juízo coletivo descrito com suas categorias de espaço, tempo, causalidade, nas formas elementares da vida religiosa, segundo Halbwachs (2003), volta-se a uma memória coletiva, cujo enfoque principal é o estudo dos seus instrumentos – os quadros da memória. Da mesma forma que o espaço e o tempo são categorias do pensamento coletivo e individual, a memória coletiva teria os mesmos quadros que a memória individual.

Os quadros/marcos não são formas vazias nas quais as recordações se inserem, mas que estes mesmos marcos são parte das recordações, para negá-los como formas a priori e, sobretudo, para negar uma diferença de substância entre marco e recordação sustenta que entre marco e acontecimento havia identidade de natureza: os acontecimentos são recordações, porém o marco também estaria conformado de recordações. Entre um e outro, a diferença seria que este último seria mais estável (HALBWACHS, 2004, p. 10, Tradução Livre).

Halbwachs interessa-se em mostrar que a localização espaço-temporal da lembrança diz respeito à essência da memória. É precisamente esta ausência do quadro espaço-temporal que distingue a imagem do sonho daquilo que poderia ser uma lembrança. Contrariamente à imagem do sonho, que é retirada da sociedade como a memória pura, como na definição de Bergson

(1999), Halbwachs (2004) afirma que: “As lembranças não nos colocam somente em relação com nosso passado, mas nos reportam a uma época, nos recolocam num estado da sociedade da qual existem em torno de vós outros vestígios” (HALBWACHS, 2004, p. 21).

O momento da configuração da lembrança individual evidencia a natureza dos quadros coletivos, sobretudo os momentos em que o indivíduo percebe e armazena as lembranças são os mais decisivos e esclarecedores da construção da memória. Para Halbwachs (2004), o movimento de rememoração é uma reconstrução do passado a partir da inteligência individual e da sociedade.

Reconstruímos a lembrança pessoal a partir dos mesmos meios pelos quais elas são fixadas; há então uma identificação entre as categorias da inteligência e as da memória (o lugar, a forma, o nome, a reflexão), mas guardamos uma lembrança precisa dos objetos vistos ao longo de uma caminhada, na medida em que os localizamos ou determinamos sua forma, ou os nomeamos ou refletimos sobre eles. Tudo isso, lugar, forma, nome, reflexão são instrumentos pelos quais a inteligência capta os dados do passado, sem eles, restaria uma vaga reminiscência indistinta (HALBWACHS, 2004, p. 23, tradução livre).

A lembrança da experiência individual resulta de um “processo de seleção mnemônica e simbólica” (CANDAU, 2012, p. 99) de determinados fatos do passado, que são denominados por Halbwachs ([1925] 2004, p. 151) de acontecimentos, que presidem a organização cognitiva da experiência temporal. Esta seleção ocorre pela articulação da racionalidade e da sensibilidade do indivíduo que lembra; e está pautada na ordenação dos referenciais de memória. Neste sentido, é preciso observar o trabalho de construção de identidade, que faz parte deste processo e que vai se fundar nos fatos importantes desta memória.

Os acontecimentos são partes importantes dos marcos sociais da memória. Segundo Candau (2012, p 98), “Cada memória é um museu de acontecimentos singulares aos quais está associado certo “nível de evocabilidade ou memoriabilidade” e, para ele, um tempo sem acontecimento é um tempo vazio de lembranças”. Os acontecimentos são as referências temporais da memória. Em Halbwachs ([1925] 2004), constituem os pontos de referência dos marcos sociais e representam a trajetória de vida individual ou coletiva, cuja lógica e coerência serão demarcadas pela experiência adquirida ao longo do tempo.

Os quadros são produtos das lembranças, visto que certas imagens têm uma virtude evocadora que apela para a memória quando aquilo que se vê ou se quer rever teve um papel relevante na vida do indivíduo, à medida que cada uma dessas imagens se manifesta e se torna o ponto referencial de onde se percebe, repentinamente, um ou vários momentos do passado.

Esta representação implica um tipo de plano ou esquema geral onde as imagens que se sucedem em nosso espírito tomam lugar, são uma condição mais necessária ainda da memória que da percepção, é o que resulta de que as sensações se produzem de si mesmas (HALBWACHS [1925], 2004, p. 29).

Logo na introdução do livro “Los Marcos Sociales de la Memoire”, Halbwachs (2004) faz uma caracterização de como certas lembranças não muito claras reaparecerão para um indivíduo, ao afirmar que: “para que elas reapareçam é necessário que se mostrem imagens que reconstruam o meio de onde indivíduo foi arrancado. Essas imagens podem surgir a partir de relatos e conversas com pessoas que conviveram ou conheceram o seu passado”.

Santos (2002, p. 132) observa que do modo como Halbwachs comprehende que as memórias coletivas não representam a soma de lembranças individuais e que estas têm autonomia em relação à intencionalidade de cada indivíduo, sua conclusão é de que essas recordações não representavam apenas as bases necessárias para que os indivíduos recordassem, mas as próprias lembranças desses indivíduos. Apesar de entender que o processo de individualização ocorre socialmente, ele explica este fato como resultado do acaso.

O autor questionou o que aconteceria se alguém se separasse de seus entes e fosse levado para um lugar totalmente estranho aos seus costumes, como ficaria a memória neste caso? Halbwachs ([1925] 2004, p. 8) explica que: “para que certas lembranças reapareçam, é necessário que na sociedade onde se encontra atualmente, o indivíduo tenha acesso às imagens que reconstruam o grupo e o meio de onde ele foi retirado, para isso seria preciso a participação de amigos, parentes ou conhecidos que conviveram com sua rotina no passado. Como exposto no início deste trabalho, no caso das lembranças do casamento dos meus pais, que foi relatado por eles próprios e passou a fazer parte da memória da família.

Quantas vezes busca-se acessar uma lembrança de algum momento que se vivenciou sozinho e não se consegue ou tem dificuldade de rememorar? Muitas vezes as recordações de um passado não tão distante são mais difíceis de lembrar do que as recordações de um tempo mais remoto. Isso ocorre por dois motivos: primeiro, pela ausência dos quadros sociais da memória, que dão o suporte para a lembrança; segundo, pelo distanciamento ou desligamento do grupo no qual vivemos estas memórias. Esta proposição reforça a teoria de Halbwachs ([1925] 2004), de que a memória se encontra no campo exterior ao indivíduo, ou seja, na sociedade.

Bergson (1990) defendia a memória pura, constituída por imagens que podem ser encontradas em si mesmo quando se isola a consciência individual da social. Neste sentido, Halbwachs “tenta demonstrar que o mais individual e o mais íntimo no homem, a memória,

obedece na realidade a uma construção social” (URTEAGA, 2013, p. 158). Desta forma, para reforçar seu argumento contrapondo-se a Bergson, Halbwachs afirma que: “[...] é na sociedade onde normalmente o homem adquire suas recordações” (HALBWACHS [1925], 2004, p. 8).

Candau (2012) explica que para conservar a lembrança é necessário memorizar um mundo ordenado previamente por meio da classificação ou categorização. Neste processo é ressaltado o caráter seletivo da memória, ou seja, no processo de reconstrução e evocação das lembranças há uma escolha daquelas que irão compor tanto as recordações individuais quanto dos grupos; e esta seleção ocorre com base nos marcos mais gerais (tempo e espaço) e também nas referências dos grupos. Dessa forma, “Recordar, assim como esquecer, é, portanto, operar uma classificação de acordo com as modalidades históricas, culturais, sociais, mas também bastante idiossincráticas [...]” (CANDAU, 2012, p. 84).

Como caracteriza Halbwachs ([1925], 2004), no processo de evocação da memória pelo indivíduo, é possível que alguns acontecimentos mais íntimos passem para um primeiro plano da memória e nos mostrem os “significados brilhantes ou escuros” que definem as linhas divisórias das lembranças, e estes signos vão se fundamentar nas vivências experimentadas durante a convivência nos grupos em que participamos (HALBWACHS, 2004). Logo, existiriam várias séries de pontos de referências conforme o número de indivíduos, ao menos se pensarmos naqueles que são capazes de refletir sobre este fato, que tenham ligação ou compartilhem a lembrança e que possuam referências sobre elas.

É uma data na história de suas relações conosco: o juízo que eles têm, neste sentido, repercute sobre nossa recordação e lhe transmite uma permanência e uma certa objetividade que não teria sem sua intervenção. De uma maneira geral, um acontecimento interno desse gênero chega a ser um ponto de referência para nós, só na medida em que situemos em relação com uns lugares e umas épocas que são uns pontos de referência para o grupo (HALBWACHS, 2004 [1925], p 153).

De fato, nesse momento em que se consegue reconstruir um estado afetivo da lembrança, por uma série de raciocínios que se constitui a partir da realidade e de suas circunstâncias, é provável que se pense várias vezes antes de se fixar em uma determinada recordação, como faz Halbwachs (2004, p. 153) ao descrever a evocação de suas lembranças dos dias em que passou em Paris, é possível que ele tenha pensado várias vezes antes de evocar exatamente aquelas lembranças. Mas, entre tantas recordações daquele período, por que destacou exatamente dois momentos – quando estava em uma rua de Paris admirando a beleza da paisagem e o movimento das pessoas que por ali passavam; e quando estava melancólico na casa de seu sogro, pensando na saúde do parente? Halbwachs explica que:

Estes dois momentos, expressavam muito melhor que os outros as condições em que se encontrava naquele tempo, mas também porque pareciam mais contrariamente, como eles se encontravam um em frente ao outro em um ponto da encruzilhada dessas séries de reflexões, contribuíram a precisá-las. Não obstante, não os havia evocado, se não possuíra os marcos que lhes tem assegurado sua sobrevivência (HALBWACHS, 2004, p. 153).

Segundo mostra este autor, a localização das lembranças parece bastante transparente e esquemática, visto que os seus marcos são facilmente localizáveis por estarem associados a acontecimentos marcantes da sua vida, no caso da viagem para Paris, a estadia na cidade e a doença de um parente como parte do quadro de memória familiar. Ao mesmo tempo, as noções com que estas lembranças se relacionam são pouco numerosas e, assim, permitem captar detalhes daquele momento passado.

A outra reflexão referente a uma problemática apontada por Cordeiro (2015) é: Quanto tempo que estas lembranças permanecem na memória? A este respeito Halbwachs (2004) não responde diretamente, mas pode-se inferir que as memórias permanecem guardadas pelos indivíduos até serem requisitadas e se materializar por meio dos relatos de fatos, narrativas em conversas com amigos ou outros acontecimentos que não fizeram parte daquele passado. Mas, e aqueles indivíduos que não conseguem articular essas memórias a ponto de não construírem um discurso a partir delas? Bem, talvez estes indivíduos não tenham referências pessoais em relação a esses acontecimentos, fazendo com que não permaneçam por muito tempo na memória.

Com efeito, a memória conserva com uma estranha precisão os acontecimentos mais recentes, os que sucederam esta manhã, ontem ou antes de ontem: podemos recuperar todos os detalhes e as circunstâncias: quando se trata de um dia muito próximo, seja capaz de reconstruir hora a hora, minuto a minuto, à sucessão de nossos atos, de nossos pensamentos e de nossas impressões (HALBWACHS, 2004, p. 156).

Por outro lado, o mesmo não ocorre quando há um lapso de tempo maior em relação ao acontecimento vivido, pois existem várias lacunas nas lembranças quando não se pode lembrar de tudo, mesmo que o evento tenha ocorrido há algumas horas, surgem muitas confusões e às vezes as lembranças parecem desvanecer. Sendo assim:

Alguns fatos dominantes, algumas figuras características separam sobre este borrado fundo cinzento, com intervalos mais ou menos distantes, se recordo de acontecimentos, será sobre uma forma abreviada, sem que seja possível revisar todos os termos que os conformava, o que os separavam como havia podido fazê-lo se houvesse recordado o dia seguinte (HALBWACHS, 2004, p. 156).

Por conseguinte, por que estas lembranças se interrompem em um determinado instante e não em outros? Para Halbwachs, isso ocorre porque se todas as imagens permanecem dispostas na memória na ordem em que foram constituídas, uma após a outra, não há razões

para que não se possa regressar a elas indefinidamente, e o que não se consegue explicar é porque esta memória não é a mais “apropriada” e a possibilidade de evocá-la em todos os seus detalhes só se explica pela simples subsistência da recordação.

Este aspecto da memória não ficou claro na discussão de Halbwachs nem dos autores que dialogam com ele, talvez os referenciais sobre a memória do indivíduo ainda encontrem aprofundamento na Psicologia Social pelos quais se poderia explicar este fato. Na verdade, quando Halbwachs escreveu seus trabalhos sobre a memória ele não considerou a subjetividade de cada indivíduo que compõe o grupo, a articulação das representações individuais sobre determinado ponto de referência ou sobre os marcos sociais que definem a memória do grupo. A este respeito, Paul Ricouer (2007) questiona a superficialidade da memória individual de Halbwachs (2004), apresentando a noção de proximidade para a mediação desta questão.

Ocorre que cada indivíduo tem o seu modo de ser, a sua história de vida e experiências que não podem ser desconsideradas, pois, como o próprio Halbwachs defende que os indivíduos passam por diversos grupos e possuem diversas memórias diferentes da família, um grupo de trabalhadores como o das feiras, por exemplo, tem a memória compartilhada entre o grupo, mas possuem também suas memórias individuais que compartilham com diversos grupos familiares, religiosos, amigos, entre outros, e que talvez a dificuldade de evocar essas lembranças se deva ao fato de que este indivíduo não compartilhe a mesma lembrança que o grupo. Halbwachs (2004b) mostrou esta dinâmica da memória de forma clara em “Los Cadres Sociaux de la Memoire”.

Candau (2012) afirma que a necessidade de transmitir a memória está inscrita no devir humano como imperativo de toda sociedade. Se todo ser humano tem o desejo e a necessidade de transmitir a seus descendentes a cultura herdada em seu modo de vida, costumes, história e crenças, onde está o sentido da transmissão da memória para as próximas gerações? Candau (2012, p. 109) responde que está na ética desta transmissão, que se inscreve na profundidade do ser e na subjetividade do homem, que define a sua trajetória de vida em função do que lhe foi transmitido pelas gerações anteriores.

Segundo Halbwachs (2004), o mais comum é que o indivíduo lembre daquilo que os outros lhe induzem a recordar, e que a sua memória vem em auxílio do outro e vice-versa (HALBWACHS, 2004, p. 8). Com base nestas considerações, para este autor não há necessidade de averiguar se as recordações se encontram ou se conservam no cérebro ou no espírito do indivíduo, caso isto fosse fato, o indivíduo seria o único a ter acesso a essas lembranças. Dessa forma, podemos questionar: Como surgem as recordações, uma vez que elas partem das acepções dos grupos sociais? Como elas se organizam para surgir como lembrança

do indivíduo e do grupo? Halbwachs (2004) define que a memória coletiva é uma reconstrução do passado apoiada nos marcos de referências sociais, que podem ser gerais (espaço, tempo ou linguagem) ou específicos (grupo familiar, trabalhadores, amigos, religiosos, entre outros), e que dão a dimensão coletiva à memória.

Reforçando este argumento surge o conceito de “crença”, emprestado de Durkheim (2003), para mostrar que a memória de um grupo é amparada pela concordância ou crença no passado e “por todos os membros do grupo” (CANDAU, 2004), o que resulta na solidariedade e na coesão originadas em Durkheim (1996) e que Cordeiro (2015) justifica como uma das condições necessárias para a manutenção dos quadros sociais da memória. No entanto, estas crenças vão sofrendo mudanças, influenciadas por diversos fatores ao longo da história do grupo e, com isso, surgem as tensões e os conflitos que podem fragmentar estas memórias ou, ao contrário, fortalecê-las.

Uma vez que as recordações são evocadas de fora dos indivíduos e do grupo ao qual ele faz parte, a cada momento este lhe fornece os instrumentos necessários para a reconstrução dessas lembranças, sempre que ele se acerque deste grupo e adote o seu modo de pensar. Neste sentido, Halbwachs (1994) afirma que existiria uma memória coletiva e os marcos sociais da memória, pois, na medida em que o nosso pensamento se localiza nestes marcos e participa desta memória coletiva é que seríamos capazes de recordar.

3.1 - OS MARCOS SOCIAIS GERAIS: ESPAÇO, TEMPO E LINGUAGEM

Para que os indivíduos possam lembrar, da forma definida por Halbwachs (1994), é necessário haver marcos sociais ou quadros sociais da memória, como já enfocamos no tópico anterior. Este termo, formulado a partir da obra de Durkheim (1996) sobre as Representações Coletivas, constitui-se como instrumento do qual a memória se serve para recompor uma imagem do passado, que se define em cada época no pensamento dominante da sociedade (HALBWACHS, 1994, p. XI).

Os quadros de memória englobam o lugar, a forma, o nome e a reflexão. Sendo assim, guardamos uma lembrança precisa dos objetos vistos no decorrer de um percurso solitário, à medida que o localizamos, determinamos a sua forma, os nomeamos ou se foram acessados para alguma reflexão. Portanto, o lugar, a forma, o nome e a reflexão consistem nos instrumentos graças aos quais a nossa inteligência capta os dados passados, e sem os quais nos restaria apenas uma vaga reminiscência indistinta da memória (HALBWACHS, 2004).

Segundo Halbwachs (2004) há dois grupos de marcos sociais que, em termos gerais, são usados por todos os grupos e possibilitam os respectivos processos de rememoração. Esses marcos sociais são: o tempo e o espaço, e a linguagem. Na sua concepção, a linguagem é, por excelência, a forma coletiva do pensamento que serve para designar os objetos, as pessoas e os lugares.

Nós compreendemos os outros e sabemos que nos compreendem, e é por esta razão que sabemos que nós compreendemos nós mesmos: a linguagem, consiste, pois em uma certa atitude do espírito, que só é concebível no interior de uma sociedade ou real: é a função coletiva por excelência do pensamento (HALBWACHS, 2004, p. 89).

Halbwachs (2004) sustenta que nomear os objetos e distinguir os seus nomes é uma condição necessária para a faculdade da recordação, pois sem desenvolver estas ações o indivíduo não consegue adaptar suas recordações à sociedade. Ainda segundo o autor, em todo homem existe uma função de decomposição e de recomposição das imagens ou coordenação de acordo com os membros do grupo. Halbwachs (2004) considera as convenções verbais como um marco determinante da memória coletiva:

As convenções verbais constituem o marco mais elementar e estável da memória coletiva: marco singularmente impreciso e indeterminado, posto que deixa passar todas as recordações ainda que sejam pouco complexas, e só conserve uns detalhes isolados, uns elementos descontinuados de nossas representações (HALBWACHS, [1925] 2004, p. 104, tradução nossa).

Neste marco social Halbwachs (2004) também trata da afásia, sendo uma desordem intelectual que se explica por uma profunda alteração das relações entre os indivíduos e os grupos. Assim, o autor mostra um segundo estado em que o campo da memória se encontra reduzido, mas sem que este seja alterado, no entanto, os marcos utilizados habitualmente estão ausentes nos afásicos.

A experiência de localização da lembrança no espaço e no tempo é privilegiada, mas também é isolada como momento complementar, independente dos outros. Este momento projeta luzes sobre a natureza dos quadros sociais, principalmente por ser o momento em que percebemos e armazenamos as lembranças, que são os quadros mais esclarecedores da experiência da memória. Segundo Urteaga (2013): “A Experiência engloba tanto as noções de pertencimento, a história, a geografia e a política e os acontecimentos da vida cotidiana com os fatos históricos por exemplo”. Este processo pode ser ilustrado por algumas situações, tais como a localização ou a deformação das recordações da infância e a nostalgia do passado pelos idosos.

Esta ação pode ser facilitada caso o indivíduo que lembre tenha experiências atuais que o estimulem a isso, tais como sua relação e interação nos grupos dos quais participa, onde pode ter estímulos para a evocação destas lembranças (HALBWACHS, 1994). Como explica o autor, em nossa vida podemos nos deparar com situações que muitas vezes nos proporcionam diversas experiências que se entrecruzam e que algumas vezes ficam confusas.

Sem dúvida, deste conflito ou desta combinação de influências, cada uma delas deveria sobressair mais nitidamente. Mas por que estes meios se afrontam, temos a impressão que não estamos engajados nem em um, nem em outro. Sobretudo, o que se passa no primeiro plano é a estranheza da situação em que nos encontramos, que basta para absorver o pensamento individual. Esse acontecimento se impõe como uma tela, entre ele e os pensamentos sociais cuja conjugação o elaborou (HALBWACHS, [1950] 2004, p. 52).

A ordem do tempo e do espaço constitui um conjunto de noções abstratas que produzem os esquemas de lembranças, onde esses quadros de espaço e tempo produzem o campo de significação das memórias. Os quadros temporais da memória coletiva englobam as datas de festividades, nascimentos, aniversários mudanças de estações, ou seja, os acontecimentos que funcionam como marcos referenciais de memória, aos quais temos que recorrer para encontrar as recordações.

As datas e períodos que são considerados socialmente significativos sempre têm uma recordação construída, e assim, com base nestas noções se pode ir configurando uma biografia congruente de indivíduos e grupos: ante a aparição de uma data importante, de um aniversário individual, cívico ou religioso (HALBWACHS, 2002, p. 3).

Para Halbwachs (2004), os marcos espaciais da memória constituem-se nos lugares, nas construções e nos objetos onde os indivíduos mantêm depositada a memória dos grupos, por viverem neles e com eles, de tal modo que as esquinas, os bares e objetos, enfim, evocam as lembranças da vida social que ali foi vivenciada, cujo desaparecimento ou destruição impede a construção da memória. Halbwachs (1990) trata da relação do grupo com os espaços em que vive e afirma que estes deixam suas marcas nesses lugares.

Todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, por que todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável (HALBWACHS, 1990, p.139).

Neste sentido, o espaço é fundamental para a memória coletiva porque, ao contrário do tempo, que foi definido em função das convenções, o espaço constitui-se de pedras inertes, sendo mais estável e durável, portanto, pode manter a memória viva por mais tempo: para os interessados, a permanência de uma edificação significa a permanência de suas recordações.

É preciso antes de tudo considerar que os habitantes são levados a prestar uma atenção muito desigual àquilo que chamamos o aspecto material da cidade, ainda que a maioria, sem dúvida, seria bem mais sensível ao desaparecimento de tal rua, de tal edifício, de tal casa do que aos acontecimentos nacionais, religiosos, políticos mais graves (HALBWACHS, 1990, p. 134).

Não obstante, a importância do espaço volta-se para a memória, pelo fato de que, embora se destrua uma construção, pode-se dizer que ela sempre esteve ali e, com efeito, a sua localização, o traço, é o último que se apaga. Neste sentido, Halbwachs (1994) dedicou uma pesquisa minuciosa sobre os espaços da memória, por isso, ao definir a memória coletiva, afirma que ela se encontra, sobretudo, depositada no espaço. Para o autor, não é exato que para recordar tenha-se de transportar o pensamento para fora do espaço, ao contrário, por ser a única imagem do espaço em razão da sua estabilidade, que nos dá a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado dentro do presente. É a forma pela qual se pode definir, precisamente, que a memória é estável e que vai perdurar sem envelhecer nem perder nenhuma de suas partes.

Para bem compreender este gênero de influência que exercem os diversos lugares de uma cidade sobre os grupos que a ela se adaptaram lentamente, seria necessário, numa grande cidade moderna, observar, sobretudo, os quarteirões antigos, ou as regiões relativamente isoladas de onde seus habitantes não se afastam, a não ser para ir ao trabalho, e que formam como pequenos mundos fechados, ou ainda mesmo nas partes novas da cidade, as ruas e as avenidas povoadas sobretudo de operários e onde estes se encontram em casa, porque entre a casa e a rua há trocas permanentes e porque as relações de vizinhança ali se multiplicam (HALBWACHS, 1990, p.135-136).

Para corroborar estas ideias, cita-se o conceito proposto pelo historiador Pierre Nora (1993), que se refere a uma unidade significativa de ordem material ou ideal, que a vontade das pessoas, o trabalho do tempo transforma em um elemento simbólico da memória de uma comunidade. Estes seriam os lugares de memória, que surgem pela necessidade de “manutenção deste passado” devido à aceleração do tempo, e que, segundo Nora (1993), contribui para “o desaparecimento da memória” e, por isso, torna-se necessária a criação desses lugares de memória, onde indivíduos e grupos possam ter acesso ao passado a partir de suas representações. Desse modo:

Não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais as ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas o traço dessas ações e o jogo destas comemorações; não os acontecimentos por eles mesmos, mas sua construção no tempo, o apagamento e o ressurgimento de seus significados; não o passado tal como se passou, mas seus reempregos permanentes, seus usos e desusos, sua pregnância sobre os presentes sucessivos; não a tradição, mas a maneira como se constituiu e foi transmitida. Logo, nem ressurreição, nem reconstrução, nem mesmo representação; uma rememoração. Memória: não a lembrança, mas a economia geral e a administração do passado no presente (NORA, 1997, p. 2229-2230).

Isto significa que a memória social é passível de adequação ao tempo social, ou seja, ao tempo das regras, das normas e do *ethos* de cada sociedade, adequando-se às temporalidades de cada duração (ECKERT, 2004). Portanto, o indivíduo traz em seus quadros sociais da família, trabalho, classe e outros, uma atualização e adequação com base nessas temporalidades.

A categoria “Lugares de Memória” definida por Nora (1997) difere-se da categoria dos quadros sociais, no sentido de que, para Halbwachs (2004), estes últimos são entendidos como estruturas indutoras e produtores de lembranças, quando o que se quer lembrar desempenhou papel importante na vida do indivíduo que lembra e marcou de alguma forma o grupo ao qual se refere esta lembrança. Por outro lado, os lugares de memória são definidos por um grupo como marcos do passado e se institucionalizam como “patrimônio” de determinado grupo pelo poder instituído, que está relacionado a uma memória mais ampla, enquanto que os marcos/quadros sociais se referem às memórias mais “focais” de grupos mais específicos.

Estas duas categorias não se opõem, pois elas coexistem e convivem no espaço e no tempo com funções semelhantes de manter as lembranças do passado, mas em níveis diferentes. Os quadros ou marcos da memória precisam dos grupos e de sua concordância e coesão para a sua permanência e persistência no tempo. O espaço é importante para os marcos de memória, pois eles são pontos de referência que não permanecem intactos, mas sofrem transformações ao longo do tempo. Os lugares de memória também têm a função de lembrar o passado, no entanto, eles se fixam em espaços e objetos que guardam estas memórias que nem sempre são compartilhadas e muitas vezes não têm a concordância de todos os grupos, mas eles se mantêm pela própria ameaça de perda da memória oficial.

Ao tempo e ao espaço, Halbwachs (2004, p. 10) agrega a linguagem, como o marco mais elementar e estável da memória coletiva. Para demonstrar a existência destes marcos, o autor cita os estados em que o indivíduo está privado da capacidade de linguagem, quais sejam: o sonho – estado em que se perdem as convenções sociais do tempo e do espaço – e as enfermidades da fala, em especial a afasia. Para Halbwachs (2004), a razão pela qual não se pode reconstruir o sonho consiste na total ausência de referências sociais no estado em que o indivíduo se encontra ao dormir.

Neste estado, as imagens sempre se apresentam isoladas, desconectadas do espaço e do tempo em que foram percebidos e, por isso, não são consideradas verdadeiras recordações. A presença dos marcos e de outras recordações é o que determina a distância entre sonho e recordação, pois demonstra que sem os quadros que orientam a memória é impossível recordar.

Temos comprovado que o homem durante o sonho não é capaz de reconstruir a recordação dos acontecimentos complexos, que ocupam uma duração e extensão notável e que tem esquecido as convenções que permitem ao homem desperto integrar em seu pensamento tais conjuntos (HALBWACHS, 2004, p. 104).

Segundo Halbwachs ([1925] 2004, p. 21): “As lembranças não nos colocam somente em relação com nosso passado, mas nos reportam a uma época, nos recolocam num estado da sociedade da qual existem em torno de vós outros vestígios”, que são as testemunhas do passado e vão reforçar as lembranças do tempo vivido. Dessa forma, as lembranças são reconstruções de um passado a partir da inteligência e da sociedade em que reconstruímos a lembrança pessoal nos mesmos meios pelos quais eles têm sido fixados.

Halbwachs (2004) afirma que, por outro lado, o ato de evocação das lembranças pode nos fazer entrar em pleno contato com o nosso interior a partir da memória. Para este autor, esta forma de compreender a memória levanta duas objeções: a primeira diz respeito à evocação do passado, não para a redescoberta de eventos ou fatos importantes, mas como meio de sentir prazer “desinteressado de reviver no pensamento um período decorrido de nossa lembrança” (HALBWACHS, 2004, p. 36). Neste sentido, a recordação seria para lembrar os momentos que nos causem deleite ou não, pois são esses momentos que trazem este mergulho interior.

Outras vezes, segundo o autor, vemos no conjunto de imagens que fazem parte do passado e ficam em contato na fração mais íntima do nosso ser, aquelas que fogem da ação do mundo exterior, em participar, da sociedade.

E vemos também, nestas recordações, estados que são imóveis ou ao menos imutáveis, depositados ao logo de nossa duração segundo uma ordem que podemos modificar e que reaparecem tal como estavam no momento que vivemos pela primeira vez sem que tenham sido submetidos a uma reelaboração qualquer (HALBWACHS, 2004, p. 37).

Desta forma, Halbwachs (2004) faz a distinção entre as imagens do sonho e da recordação. As imagens do sonho não conseguem se fixar na consciência uma vez que ficam por um curto espaço de tempo e desaparecem caso não lhes seja dada a devida atenção ou se forem acionadas após um longo tempo, teremos apenas a sua percepção.

[...] sem dúvida, sucede que em meio da jornada que segue o sonho, [...] certas partes do sonho que não havia se fixado no despertar reaparecem, porém, o processo será o mesmo: elas haviam estado presentes na mente que, por uma razão ou outra, não se manifestaram, e se perceberá que se no momento em que elas são percebidas, não se tem o esforço necessário para fixá-las, desaparecerão também definitivamente (HALBWACHS, 2004, p. 36).

Ao recordarmos de acontecimentos que foram vividos somente por nós, de paisagens que vislumbramos a sós, além dos sentimentos e pensamentos que tivemos e não comunicamos aos outros, no entanto, não conservamos a recordação precisa dos objetos vistos no trajeto de uma caminhada solitária, a não ser que os tenhamos localizado através de sua forma, nomeando-os ou que tenham sido objeto de alguma reflexão. Todos estes nomes, formas, lugares e reflexões “são os instrumentos pelos quais nossa inteligência tem poder de captura sobre os dados do passado do qual sem eles nos deixaria apenas uma vaga lembrança” (HALBWACHS, [1925], 2004, p. 38).

Para Halbwachs, a rememoração é uma reconstrução de um passado a partir da inteligência e da sociedade, em que reconstruímos a lembrança pessoal através dos mesmos meios pelos quais eles têm sido fixados, por meio da interação nos grupos sociais, a cada momento que temos contato com algo que nos reporte ao passado onde buscamos referência em pessoas ou coisas que nos ajudem a recordar.

Certamente, todas essas indicações de forma impessoal não extraem seu valor senão de todo quanto ajudam a reencontrar e a reproduzir um estado interno desvanecido. Em si mesma não possuem uma virtude evocadora. Quando se recorre a um álbum de fotografia, ou bem as pessoas que estas representam são parentes, amigos, que tem tido um papel em nossa vida, e então cada uma dessas imagens se anima e vem a ser um ponto de perspectiva desde onde nós a percebemos bruscamente de um ou vários períodos de nosso passado; ou bem se trata de desconhecidos, e então nosso olhar se desliza com indiferença sobre esses rotos borrados e seus vestuários passados de moda, que não nos recordam nada” (HALBWACHS, 2004, p. 38, tradução própria).

Além destes marcos existem também pontos de referência, que provêm da experiência que engloba tanto as noções que pertencem à história, à geografia, à política e a acontecimentos da vida diária, como os fatos históricos. Os processos do trabalho de memória estão ilustrados por situações concretas, como as deformações das recordações da infância entre os adultos e a nostalgia do passado entre os mais velhos.

Os pontos de referência oferecem o encadeamento dos fatos reais, aos quais comumente acrescentamos um fato novo ou rememorado. Estes são estados de consciência do que conhecemos muito bem, e que, por sua intensidade, lutam contra o esquecimento e suscitam muitas relações. Os quadros sociais caracterizam-se no espaço e no tempo, a partir das categorias que os indivíduos elegem como referência para lembrar.

Quero me reportar à mesma recordação de infância a que me referi no início da tese, ao lembrar algumas cenas que recordam momentos na escola, algumas brincadeiras, mas o que vem mais claro na memória deste período da minha vida é a lembrança de quando viajava de

férias para o sítio de minha avó paterna, em São Francisco do Pará. Esta lembrança vem em flashes não muito nítidos, mas em alguns momentos atuais de conversa com meus primos e irmãos, surgem as imagens dos acontecimentos daquela época.

Segundo Halbwachs (2004), a lembrança é possível porque está amparada pela memória de outras pessoas que vivenciaram este momento em conjunto. Isso mostra que nossas recordações não foram suprimidas ao longo do tempo, mas permanecem na memória de outros e nos aspectos “intactos” de coisas e em registros de imagens fotográficas ou filmicas, por exemplo.

Estas recordações em circunstâncias que reproduzem simples estados afetivos (que são os mais raros, e os menos nitidamente localizados), porém, sobretudo quando refletem os acontecimentos de nossa vida, não nos põem somente em relação com nosso passado, se não que nos relacionam com uma época, nos localizam em um estado da sociedade onde existem ao redor de nós, muitos outros vestígios que aqueles que descobrimos em nós mesmos (HALBWACHS, [1925] 2004, p. 35, tradução própria).

Da mesma forma que se precisa das recordações guiadas e apoiadas nas recordações de outras pessoas que conviveram umas com as outras do grupo naquele momento, também completam as lembranças, pelo menos em parte, apoiadas nas deles. Segundo Halbwachs (2014), isso ocorre não só porque na medida em que o tempo passa, alarga-se o intervalo entre um período e outro da existência humana e o momento presente, e que muitas recordações escapam, seja porque não se vive mais entre as mesmas pessoas ou, se vive, elas não são mais as mesmas ou como eram anteriormente, mas também ocorre porque muitos dos testemunhos que podiam ajudar a recordar os eventos do passado já não existem mais.

Quero destacar que o quadro espacial no contexto desta tese configura-se como o espaço das relações sociais que se estabelece nos *lócus* da pesquisa, neste caso, a feira no bairro da Terra Firme e o próprio bairro como espaço de disputa, de conflitos e de resistência. Neste sentido, os grupos constroem sua memória não com a soma da memória dos indivíduos, mas sim a partir dos seus fragmentos que são reconstruídos a cada ato de rememoração e surgem com omissões ou acréscimos conforme as representações sociais (CHARTIER; MOSCOVICI, 1995) e simbólicas (BOURDIEU, 1987), que são constituídas com base no capital social dos respectivos grupos.

3.2 - OS QUADROS SOCIAIS DA MEMÓRIA: CONSENSOS E CONFLITOS ENTRE OS GRUPOS SOCIAIS

Halbwachs enfatizou os quadros sociais de memória por considerar que cada grupo tem uma memória, de onde o indivíduo toma emprestado os pontos de referência quando busca uma lembrança vivida pelo grupo. O autor destaca três quadros sociais relacionados aos grupos para seus estudos sobre memória coletiva, que são: o familiar, o religioso e a classe social. Entretanto, ressalto que estes grupos podem ser caracterizados de várias formas, pois os indivíduos participam de diversos grupos ao mesmo tempo e, portanto, em todos eles constroem uma memória.

Cabe destacar que, ao analisar os quadros sociais de memória desses grupos, Halbwachs (2004) enfocou o contexto histórico de sua época, anterior à 2^a guerra mundial, onde estes três grupos apareciam como elos importantes naquele contexto situacional, pois suas estruturas e configurações refletiam as possibilidades políticas, religiosas e econômicas daquele período histórico. Na contemporaneidade, estes grupos podem e devem ser ampliados, visto que a sociedade atual se encontra bastante diversificada e fragmentada devido a uma gama de elementos que surgem cotidianamente e modificam as relações e percepções dos indivíduos a cada momento, em todo o mundo. Nesta tese não considero especificamente os quadros de memória dos grupos sociais analisados por Halbwachs (2004), mas considero suas análise teórica em relação a eles, visto que tomo como referência teórico-metodológica a categoria quadros sociais da memória, buscando ampliá-la para análise do problema proposto para análise nesta tese.

Neste sentido, cabe ressaltar alguns aspectos analíticos que Halbwachs (2004) considerou cruciais para a construção da memória coletiva. O autor afirma que estes quadros não são estruturas vazias de significados, isto porque os quadros são concebidos no cotidiano de cada sociedade por uma profusão de grupos, modos de falar, gestos, movimentos, modos de fazer, que, segundo De Certeau (2004), são táticas do fazer, invenções anônimas do cotidiano que vão marcar a memória dos indivíduos em relação ao seu meio social (CORDEIRO, 2015). Ao mesmo tempo, estas estruturas não são fixas, pois sofrem transformações através do tempo, e isso mostra que os quadros sociais da memória vão se adequando ou se enquadrando (POLLACK, 1989) aos contextos situacionais de cada época.

Santos (1993) ressalta que os estudos de Halbwachs sobre as memórias coletivas destacam as situações e formas como elas são renovadas, definindo suas bases nos laços de solidariedade que são construídos através de elementos comuns e simbólicos, que existem como

parte de estruturas sociais. Esta autora explica que, para aquele teórico, a memória não era apenas o ato individual de recordar, mas o resultado de toda uma articulação de noções e convenções presentes nos diversos contextos sociais. E esta só existe porque:

Foi construída em relação ao todo um conjunto de noções e convenções comuns, presentes em pessoas, grupos, lugares, datas, palavras e formas de linguagens, razões e ideias, isto é, em toda a vida material e moral das sociedades das quais nós fazemos ou fizemos parte (SANTOS, 1993, p. 150).

Cordeiro (2015) analisa o conceito de grupo apresentado por Halbwachs (2004) e afirma que este necessita de uma maior clareza e precisão teórica, visto que ele desempenha uma função teórico/metodológica importante para o entendimento dos quadros sociais. Segundo esta autora, em alguns momentos Halbwachs (2004) utiliza o termo grupo como função empírica para delimitar uma coletividade ou grupo de pessoas, outras vezes como função teórica, relacionando-o a outros conceitos como memória, indivíduo e sociedade. Algumas vezes ainda percebe estes grupos como os próprios quadros sociais.

Cordeiro (2015) buscou esclarecer o referido conceito relacionando-o com outros dois: de meio social e de sociedade. Ela explica que o primeiro, de “meio social”, corresponderia ao espaço onde os grupos se inserem, sendo que este espaço não seria físico e sim social, pois necessita de agência para a produção da memória, ou seja, precisa dos grupos para a produção dos conteúdos e significados da memória coletiva. O segundo conceito, o de “sociedade”, tem uma forte relação de interdependência com os grupos, no entanto, ele não pode ser reduzido ou confundido com estes, pois, para Halbwachs (2004), a sociedade emerge de um estado de experiência coletiva que possibilitaria fornecer a estes grupos as categorias de referências para a construção de seus pensamentos e representações.

A existência dos grupos fundamenta-se em duas características específicas que se relacionam mais diretamente com o fenômeno da memória, como definidas por Cordeiro (2015, p 62). Segundo a autora, o grupo é formado em duas situações: a) quando há uma interseção de conteúdos representacionais comuns relacionados ao passado; e b) quando há uma corrente de pensamento coletivo. Estas interseções de conteúdos representacionais comuns relativos ao passado é o que possibilitaria a delimitação dos grupos em relação à memória. Com referência à corrente de pensamento coletivo, esta engloba o conjunto de opiniões, interesses e preocupações que se tornam coletivas, pois transcendem os indivíduos.

Desta forma, entendo que os quadros sociais da memória se pautam nesses conteúdos comuns e nas correntes de pensamento coletivo. Estes aspectos fazem com que os quadros

sociais sejam vistos numa perspectiva atualizada do conceito e, para este entendimento, ressalto outra concepção de Halbwachs relativa à diferença entre o tempo dos grupos e o tempo social, este último concerne à sociedade e fornece o *background* para que esta estabeleça suas relações e comunicação.

É necessário que assim seja, sem que as durações dos diversos grupos, dentro dos quais se decompõem a sociedade, comportassem divisões diferentes, nós poderíamos estabelecer alguma correspondência entre seus movimentos. Ora, precisamente por que estes grupos estão uns separados dos outros, que cada um tem seu movimento próprio e que indivíduos passam de um grupo a outro constantemente, as divisões do tempo devem ser, por toda parte uniformes (HALBWACHS, 1997, p. 167).

Ainda fazendo referência ao entendimento do conceito de quadro social, Santos (1998) problematiza a questão do monitoramento reflexivo da lembrança tendo por base estes quadros, questionando até que ponto se pode ignorar “o fato de nossas escolhas, reações e hábitos serem constituídos a partir dos nossos relacionamentos com representações coletivas” (SANTOS, 1998, p. 5), no contexto da modernidade. A autora explica que Halbwachs (2004), ao considerar os quadros sociais da memória, quis levantar a questão da presença do “outro genérico” na percepção da realidade em que não se considera apenas a copresença como pré-requisito para constituição da identidade, mas também de informação, como mediadora do processo de construção de memórias e, consequentemente, de identidades. Desta forma:

Se passarmos a compreender que nossas lembranças se relacionam a quadros sociais mais amplos, compreendemos também que o passado só aparece a nós a partir de estruturas ou configurações sociais do presente, e que memórias, embora pareçam ser exclusivamente individuais, são peças de um contexto social que não só contém como é anterior a nós mesmos (SANTOS, 1998, p. 6).

A individualidade da memória no contexto dos quadros sociais não se contrapõe a eles se pensá-los como construção coletiva, como afirma Halbwachs (1994; 2004). Segundo este autor, isto significa que nem as lembranças mais pessoais podem se refletir em termos unicamente individuais. Aqui me reporto às lembranças pessoais que apresentei no início desta tese e que podem exemplificar este argumento, quando tratei de lembranças da minha infância, mesmo tendo aspectos específicos que guardei sobre aqueles momentos passados, eles foram vividos com outros e reconstruído ao longo da minha existência nos grupos.

Este argumento enfatiza que a lembrança é o resultado do convívio social do indivíduo com outros grupos através de uma rede de relações e interações, pois inexiste um quadro social que não seja constituído a partir dos grupos de indivíduos, entretanto, não se pode concebê-los como uma somatória de representações individuais (SANTOS, 1998).

Em relação aos quadros sociais, Santos (1998, p. 9) argumenta que os indivíduos se relacionam com diferentes tipos de quadros, quando frequentam a escola, o trabalho, grupos religiosos, espaços de lazer, além do próprio grupo familiar e, a partir destas relações e interações, os indivíduos trazem consigo um cabedal de experiências e representações. No entanto, os quadros sociais estão em contínuo movimento e reestruturação, o que demonstra que não se constituem de representações coletivas únicas, mas são conflitivas e estão em constante mudança em relação aos diferentes grupos, por meio dos quais indivíduos se socializam e constituem suas identidades e memórias ao longo de suas vidas.

Diferente de Halbwachs, a autora propõe pensar estes múltiplos quadros sociais de uma forma menos rígida, ou seja, em contínua transformação e sujeitos a múltiplas apropriações conforme as tensões e conflitos inerentes à sociedade (SANTOS, 1998, p. 9).

Como já ressaltado neste trabalho, a formação da memória coletiva resulta da articulação e combinação das memórias individuais dos membros de um mesmo grupo, isto porque “existe uma massa de recordação comum, que apresenta coerência e uma continuidade, que nenhuma consciência individual consegue abarcar em sua totalidade (URTEAGA, 2013, p. 159)”. No entanto, deve-se pensar a memória coletiva como uma disputa entre a luta e o consenso entre as memórias individuais, isto é, das memórias que buscam resistência e que articulam diferentes versões do passado através do enquadramento (POLLACK, 1998) das memórias comuns do passado que se articulam nas lutas cotidianas dos grupos sociais.

3.2.1 O quadro social da memória da família

O quadro familiar insere-se na categoria de grupo social primário, pois é o primeiro núcleo de pessoas onde se mantém contato na sociedade, que se apoia em uma propriedade física ou moral da qual se supõe inerente a este grupo, e que se define pela variação de pensamentos e condutas das famílias constituídas ao longo do tempo. Nesse quadro são identificados os fatos e as figuras que se configuram como pontos de referência, sendo que cada um deles resulta de um período da vida do grupo. Os instrumentos mnemotécnicos desses quadros são os sentimentos e os acontecimentos da família, independente da definição do período de tempo.

Halbwachs (1925) afirma que de qualquer forma que nos inserimos em uma família, seja por nascimento, matrimônio ou de outro modo, como afinidade, por exemplo, passamos a fazer parte deste grupo onde não são considerados apenas os sentimentos pessoais, mas também regras e costumes que não dependem de nós, pois já existiam muito antes de fixarmos o nosso lugar neste grupo. Cabe ressaltar que o entendimento de família na sociedade em que Halbwachs viveu era bem diferente do conceito atual, pois na Europa, à época, a família era nuclear e seguia os costumes rígidos impostos pela igreja ou mesmo pelo Estado.

Com a modernidade, tanto a formação quanto a organização e a estrutura da família começam a mudar. Este grupo agora é considerado não apenas a partir do matrimônio, pelo casamento formal, mas pelas relações que se estabelecem entre as pessoas que convivem em um mesmo lugar, sejam eles pai, mãe, filho, irmão, etc., pois o que vale é a relação entre estas pessoas que compartilham um mesmo lugar/casa e o sentimento que interliga estas pessoas, mesmo à distância. Nos tempos de globalização, onde as relações tornaram-se mais fluidas e com várias oportunidades de organização dos grupos sociais, sejam presenciais ou pelas redes sociais, na constituição da família o que importa não é apenas o laço consanguíneo, mas o sentimento em relação ao outro para o fortalecimento dos vínculos entre os indivíduos.

Outro ponto relevante nesta abordagem da família enquanto grupo e lugar de construção de memória, é que a proximidade física entre os indivíduos da família não é primordial, visto que hoje existem casais que vivem uma relação de matrimônio e família onde os cônjuges estão em lugares diferentes, principalmente por motivos profissionais, cuja proximidade é facilitada pelo acesso às redes sociais. O mesmo ocorre com filhos que moram distante dos pais e mantêm sua comunicação constante através de mensagens instantâneas, imagens em tempo real e por meio de vários recursos da tecnologia moderna.

Na atualidade, a estrutura familiar é bastante relativa, pois, ao mesmo tempo, existem famílias constituídas por duas mães ou dois pais, com filhos consanguíneos ou não, casais separados que compartilham a guarda de seus filhos, além do que a manutenção da família atualmente não é somente de responsabilidade do pai, mas também da mãe, que agora deixou de ser responsável apenas pela educação dos filhos e organização da casa, mas assumiu também a sua manutenção, assim como existem casos opostos, em que os homens assumem a responsabilidade da organização e manutenção da casa e educação dos filhos. Enfim, na família moderna há várias possibilidades de constituição dos quadros sociais de memória ou representações do passado familiar, visto que as relações neste grupo são diversificadas.

Estas relações familiares vão se diluir em um grupo em que as regras e costumes preexistentes definem o lugar de cada um, ou seja, o seu papel social. A família, como outros grupos sociais, possui uma memória própria, constituída pelas relações de parentesco, por imagens, acontecimentos e recordações, no entanto, a coesão e solidariedade para a evocação e compartilhamento das lembranças são facilitadas pela duração das relações sociais deste grupo, pois quando os seus membros vão se afastando em caso de morte ou se um membro muda de cidade, mesmo assim o contato ainda continua, sobretudo na sociedade atual, onde a comunicação é viabilizada pelas redes sociais, como já mencionado anteriormente.

A memória familiar é uma imagem e uma noção em que os pontos de referência têm um sentido e um valor normativo, assim como a capacidade de reconstruir uma imagem particular do passado. Como exemplo, Halbwachs (2002, p.153-154) cita uma determinada cena ocorrida em uma casa onde pais foram os personagens, cuja cena ficou marcada na memória familiar. Todavia, quando lembrada esta cena não reaparece tal qual no dia em que ocorreu; neste caso, ela será recomposta e pode acrescentar elementos emprestados de outros momentos que precederam ou antecederam a dita lembrança, no entanto, seus personagens, os pais, estão ali presentes. Com isto, o autor quis mostrar que os personagens considerados importantes no momento da vivência em que se constituiu esta lembrança, no caso exemplificado, os pais, são os que permanecem mais presentes na memória de determinado fato.

No quadro de memória da família são bem conhecidos os fatos e as figuras que constituem os pontos de referência, mas cada uma dessas figuras expressam um caráter que resulta de um período da vida do grupo. São imagens e noções em que as reflexões do indivíduo que lembra se baseiam, onde tudo se passará, sem dúvida, como se tivesse retomado o contato com o seu passado. No entanto,

Não basta que tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que mais tarde, quando eles evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança (HALBWACHS [1950], 2004, p. 32).

Isto significa que embora tenhamos ouvido o relato de um parente ou alguém que conviveu conosco na infância e este relato nos insira em suas cenas, se não obtivermos estas imagens em nossa recordação, isto não será uma lembrança, pois:

[...] ainda que este fato possa ser localizado no tempo e no espaço, [...] acho-me na presença de um dado abstrato, para o qual é impossível fazer corresponder qualquer recordação viva: não lembro de nada e não reconheceria mais tal lugar por onde passei (HALBWACHS, 2004, p. 32).

As recordações de família se desenvolvem em terrenos ditintos e nas consciências dos membros do grupo doméstico: quando estão juntos ou, mesmo estando separados, cada qual recorda o passado comum da família à sua maneira. No entanto, os membros de uma família percebem que este grupo está ligado por algo comum, seja uma família consanguínea ou não. Os marcos espaciais e temporais são muito fortes no grupo familiar, podendo-se perceber este fato pela fala de Alencar:

A permanência das famílias é uma forma de resistência, movida pela necessidade de manter os vínculos com o lugar que foi construído pelas gerações passadas, já que a referência de identidade do grupo social está vinculada ao lugar, e a família que lhe deu origem. O lugar compreende o local onde estão as casas, as roças e as capoeiras das famílias que descendem de um ancestral comum; as áreas onde são desenvolvidas atividades de pesca e de extrativismo e inclui, ainda, os locais que são significativos por servirem como ancora da memória e história do grupo (ALENCAR, 2007, p. 99).

No caso da argumentação de Alencar (2007), podemos associá-la às famílias mais tradicionais situadas em pequenas localidades ou que mantêm uma relação muito próxima com suas tradições familiares, pois, na sociedade atual as famílias diversificam suas formas de ser, como já mencionado, mas mesmo assim estabelecem regras e normas de convivência. A memória está presente como elemento agregador deste grupo, pautada na coesão e na solidariedade entre seus membros, para que os quadros da memória se sustentem enquanto o grupo permanecer em contato.

3.2.2 - Grupo religioso e a construção de memória coletiva

Os quadros sociais da memória religiosa representam o conflito da pluralidade da memória do grupo religioso e unifica as sínteses anteriores feitas pela memória teológica do passado e as experiências dos grupos sociais e grupos místicos. Enquanto a natureza da memória familiar é a identidade da memória religiosa, destacando-se o conflito da religião atual com outras religiões anteriores ou posteriores à sua origem.

A autoridade da tradição teológica lhe vem do fato de que ela é como a memória do grupo clerical que fala mesmo de uma cadeia de noções solidamente estáveis e convenientemente sistematizada pode reconstruir da vida e do ensinamento primitivo da igreja cristã tudo que lhe importa reter dele (HALBWACHS, 2004, p. 201).

De acordo com Halbwachs (2004), a história antiga dos povos, tal como vivida em suas tradições, encontra-se totalmente impregnada de ideias religiosas. Além disso, pode-se dizer que toda religião, sob a forma mais ou menos simbólica, reproduz a história das migrações e da mestiçagem de etnias e tribos, dos grandes acontecimentos, estabelecimentos, guerras, invenções e reformas que praticavam.

A memória religiosa está a meio caminho entre os quadros sociais de um grupo particular, como a família, e a instituição da memória, como o caso da memória de classe. A unidade da memória de um grupo religioso é o dogma. A memória teológica, por sua vez, faz uma unificação diacrônica das sínteses anteriores constituídas a partir da memória religiosa do passado e das experiências dos grupos sociais e grupos míticos de então, sendo também uma racionalização-integração sucessiva entre as tradições teológicas.

O dogma resulta então de suposições e das fusões de uma série de camadas sucessivas e como partes de pensamentos coletivos. O pensamento teológico projeta assim o passado as vistas que ele tem tido sucessivamente. Reconstrói sobre vários planos, que ele se esforça por recordar, o edifício das verdades teológicas como se ela tivesse trabalhado sobre um plano único (HALBWACHS, 2004, 2016).

Segundo este autor, a memória religiosa pretende desvincular-se da sociedade temporal, porém obedece às mesmas leis de toda memória coletiva: não conserva o passado, mas o reconstrói com a ajuda de restos materiais, ritos, textos e tradições que esse mesmo passado deixou, contando também com a colaboração dos dados psicológicos e sociais do presente.

Depois da família, cujos quadros sociais dos parentescos são universais; e posteriormente a religião, cujos quadros sociais são universais pela hegemonia, pelo domínio da memória religiosa sobre a memória dos outros grupos e, por fim, tem-se a memória da classe ou da nobreza, que assegura a unidade de avaliação do conjunto de memórias dos grupos nas sociedades feudais.

O quadro social da memória dos grupos religiosos funda-se em signos, lugares e objetos considerados sacros, que vão reforçar as memórias por meio de rituais e dos textos que marcam os principais conteúdos mnemónicos (CORDEIRO, 2015) e que devem ser lembrados. Uma referência importante sobre a memória religiosa, com ênfase no espaço, encontra-se em Halbwachs (2008), no texto “La topographie légendaire des évangiles em Terre Sainte”, onde apresenta uma síntese sobre como se formaram as tradições relacionadas aos Lugares Santos. Neste trabalho, o autor desenvolve a ideia de que a partir dos lugares santos as lembranças dos cristãos se desenvolvem sob quadros espaciais e temporais. A memória cristã, apresenta-se como unificadora do passado, seja pela ritualização ou pela sua própria atualização no presente. Neste quadro social, alguns elementos são recorrentes para a sustentação desta memória, os quais são característicos de cada religião específica.

3.2.3 - As classes sociais e as memórias coletivas

Outro ponto importante quando Halbwachs (2004) realizou seu estudo sobre classes sociais, no qual ele desconsiderou o perfil socioeconômico dos indivíduos, ao desenvolver sua análise sobre necessidades das classes trabalhadoras na Alemanha entre guerras. Para esta análise, o autor se baseou “[...] em dados sobre os níveis de vida dos membros destas classes e as aspirações de hierarquia de gastos e seus pressupostos de consumo [...]” (URTEAGA, 2013, p.153). Segundo Halbwachs (2004), “as classes sociais se distinguem uma das outras por suas representações coletivas e pelo lugar particular que ocupam na sociedade” (Idem).

É importante ressaltar que para a compreensão das formas como Halbwachs define este quadro social, considerando as concepções de vida de cada grupo a partir de seus membros e das relações sociais que se estabelecem nos referidos grupos, Urteaga (2011) faz uma análise acerca da abordagem sobre as classes sociais em todas as obras, na qual o autor explica que:

Na medida em que todas as análises de classes sociais de Halbwachs são baseadas em resultados de pesquisas, onde as categorias usadas nas últimas são tomadas como tal. Deste ponto de vista os trabalhos deste autor se aproximavam dos estudos de Marx. Este último era citado regularmente em seu assunto sobre classes sociais. À primeira vista, são impostas certas semelhanças, tendendo ao caráter realista do foco das classes e à referência permanente à consciência de classe (URTEAGA, 2011).

Entre alguns estudiosos de sua época, Friesdmann (1946) observou que estando interessado na sociedade industrial e nas relações de produção que influenciam a mentalidade, a sensibilidade e o comportamento social dos indivíduos, Halbwachs se aproximava da sociologia marxista. Mobilizando numerosos resultados de pesquisas realizadas com os trabalhadores, analisando dados acerca de orçamentos e a distribuição das despesas correntes, visitando casas, se fosse preciso, Halbwachs é provido com os meios necessários para falar de realidades objetivas e atribui grande transcendência às descrições referentes aos padrões de vida, às condições de trabalho nas fábricas e às manifestações das representações coletivas (consumo, frequência, formas de sociabilidade).

A segunda semelhança com Marx é a referência à consciência de classe como condição *sine qua non* de sua existência. Halbwachs levanta como um axioma de uma classe social que ela não existe enquanto não se percebe o lugar que é atribuído à hierarquia social. Para ele, “parece contraditório supor que a classe existe sem consciência de si mesma” (HALBWACHS, 1912).

Essas semelhanças aparentes não impediram que Halbwachs propusesse uma análise das classes sociais que diferisse profundamente da análise defendida por Marx. Duas diferenças fundamentais os separam. A primeira é o relacionamento estabelecido entre a adesão à classe e o modo de consumo e o nível de socialização; e não como em Marx, o lugar ocupado nas relações de produção. Enquanto a sociologia marxista é dominada pela presença de um antagonismo fundamental entre as classes que compõem a sociedade, Halbwachs privilegiou a dimensão da integração dentro de cada grupo social, mostrando o que reúne os seus membros, quais as condições materiais da vida compartilhada, os comportamentos e os sentimentos comuns, assim como a solidariedade que foi estabelecida. O autor relegou a um segundo plano não só a questão do contato entre as classes, mas também o seu caráter conflitivo. A segunda diferença refere-se à questão do número de classes sociais, pois durante muito tempo essa questão pareceu não ter preocupado Halbwachs. Para abordar este tema, o autor teve que aguardar a obra as “As Classes Sociais” (1937) e o esboço (1955) para que a estratificação social fosse ali contemplada como um todo, sem justificar verdadeiramente o modo de divisão escolhido. Para Halbwachs (1912), as classes sociais distinguem-seumas das outras não tanto pela sua posição no processo de produção e de acordo com seu padrão de vida, mas pela sua forma de consumir, seus gostos, suas preferências e o nível de participação na vida social. Dependendo das sociedades, pode se tratar do acesso a alguns bens simbólicos e intangíveis, aos mistérios, aos ritos sagrados, ao poder e às responsabilidades, o acesso à riqueza e aos bens materiais.

Enfim, para Halbwachs, a abordagem de classe enquanto quadro social da memória não se insere no contexto da produção e sim da solidariedade e coesão, como apresenta no texto “A memória social dos músicos, onde analisou a construção da memória deste grupo a partir das suas representações e do capital simbólico dos grupos, segundo argumenta Bourdieu (2001) quando trata de classe social. Não quero dizer que a definição de Halbwachs sobre classes sociais se equipare à teoria de Bourdieu, mas tento compreender os quadros sociais relativos à classe com base em parâmetros fundamentados nas relações estabelecidas em determinados grupos que possuem o mesmo fim, e que se unem por redes de interesses comuns.

No caso desta pesquisa, tomei como referência esta concepção básica de Halbwachs sobre quadros sociais da memória de classe, considerando-a em relação à classificação dos indivíduos a partir de suas representações compartilhadas nos grupos em que estão inseridos num determinado espaço social e no campo das relações sociais, neste caso, tratando da feira e hortomercado do bairro da Terra Firme. Neste sentido, busquei entender as interações e a construção da memória dos atores sociais que se inserem naquele contexto, sob as seguintes

categorias de classes: os que fazem parte de um tipo de atividade profissional, no caso, os trabalhadores da feira; um grupo de compradores denominados de consumidores da feira; e um grupo de moradores que foram classificados em duas categorias: os engajados nas lutas sociais do bairro e os não engajados, sendo considerados como indivíduos de classes diversificadas.

Os quadros da memória de classes mudam para adaptar-se aos novos valores que surgem na sociedade. Toda mudança nos quadros na memória coletiva de classes sociais conduz a uma mudança do seu sistema de valores de acordo com o tempo social destes grupos e das suas representações sociais, que variam de um grupo para o outro.

As lembranças coletivas mais importantes surgem e se conservam na parte da sociedade em que os homens exercem a sua atividade profissional não apenas em função da produção econômica, mas principalmente do capital social destas classes. Segundo Halbwachs (2004), quando ocorrem mudanças em uma sociedade, também mudam os quadros da memória de classe:

A memória coletiva de classe deve adaptar-se às condições modernas. O dia em que a sociedade for diferente do que era, no momento em que as tradições têm sido gestadas, aquela não encontraria mais em si mesma os elementos necessários para reconstruí-las, para consolidá-las e repará-las. Se veria obrigada a sustentar-se em novos valões e apoiar-se em outras tradições em melhor relação com suas necessidades e tendências atuais (HALBWACHS, 2004, p. 308).

Os quadros sociais asseguram às lembranças a ordem do tempo pela imagem; e a ordem do sentido pela ideia. Se os quadros sociais da memória são noções, é porque são passagens, mediações da imagem vivida numa sucessão temporal com significação, símbolo e ideia sobre a qual ela desemboca. O quadro configura uma dupla organização das lembranças: num tempo e numa lógica de sentidos.

E por uma série de reflexões nos parece que passamos de um objeto a outro, de um sentimento a outro, como se ao mesmo tempo em que no objeto e seu suporte exterior e no seu lugar, no tempo e no espaço, pensamos a sua natureza e significação. Em outros termos, objetos e acontecimentos se organizarão em novo espírito, de duas maneiras, segundo a ordem cronológica de seu aparecimento e seguindo os nomes que lhe dá sentido que lhe é atribuído em nosso grupo. Cada um deles corresponderia a uma noção que seria, por sua vez, uma ideia ou imagem (HALBWACHS, 2004, p. 282).

Ao tratar o quadro social da memória como lugar da organização, da temporalidade e do sentido das lembranças do grupo, Halbwachs (2004) responde às teses de Bergson (1999; 2006), que se contrapunham à imagem e aos elementos de uma memória inteligente e social. Sua resposta toma a forma de um mito do trem de madeira, que simbolizava o quadro de duração da imagem e na eternidade da ideia.

Os quadros sociais da memória estão na duração e fora dela. Fora da duração, comunicam às imagens e lembranças concretas, de que são fatos, um pouco de sua estabilidade. Mas eles deixam prender em parte no curso do tempo. Assemelham-se a esses trens de madeira que descem ao longo dos cursos d'água tão lentamente que se passar sobre eles de um lado a outro, entretanto eles caminham e não são imóveis. São assim os quadros da memória; pode-se, seguindo-os, passar também de uma noção a outra, todas duas gerais e atemporais, por uma série de reflexões e raciocínios que descem ou sobem o curso do tempo de uma lembrança a outra, mais exatamente seguindo o sentido que se escolha para percorrê-lo, quer suba-se a corrente ou se passe de um rio a outro, as mesmas representações nos parecerão ora lembranças, ora noção ou ideias gerais (HALBWACHS, 2004, p. 289).

O poder unificador da memória é relativo a cada grupo particular. Trata-se da experiência individual, da rememoração das lembranças familiares, religiosas, de classe e profissionais que o atestam. O indivíduo evoca suas lembranças auxiliado pelos quadros sociais da memória. Em outros termos, diversos grupos em que a sociedade se decompõe são capazes de reconstruir seu passado a cada instante (HALBWACHS, 2004, p. 289).

Este relativismo mostra que há tantas reconstruções do passado quanto grupos em que o indivíduo se faz presente, e essas reconstruções do mesmo acontecimento diferem segundo a deformação, a escolha e os esquecimentos que constituem a memória desses grupos. Mas, para Halbwachs (2004) “[...] temos visto mais frequentemente ao mesmo tempo que reconstroem, deformam, algumas vezes há ora fatos, ora detalhes de certos fatos que o indivíduo esqueceria se outros não guardassem as lembranças para ele” (HALBWACHS, 2004, p. 290).

Entende-se que os quadros sociais são os elementos catalizadores da memória e que, a partir disso, há sempre um jogo social de construção de sentidos. Dessa forma, nos diversos grupos surgem aqueles que serão os mediadores e/ou os guardiões da memória, os quais têm a função de garantir que determinadas dimensões do vivido pelos grupos, principalmente o familiar e o de classe, sejam mantidas na memória.

O marcos espaciais e temporais configuram-se nos espaços de memória como elementos materiais e simbolicamente constituídos pelo grupo social, transformando-se em espaços onde essas memórias são interpretadas de formas diversas pelos atores sociais. Percebe-se, assim, a complexidade da memória, pois resulta de uma multiplicidade de agrupamentos sociais e dos sentidos socializados. A memória torna-se assim um trabalho permanente no decorrer do tempo, através do qual os seus conteúdos são reconstruídos ou abandonados e até mesmo esquecidos pelos grupos.

Quando se projeta no estudo da memória social de grupos residentes em periferias de grandes cidades, busca-se compreender como se estruturam os sentidos da vida cotidiana e qual a sua importância e as implicações no campo da pesquisa sobre memória social.

3.3 - NOVAS ABORDAGENS SOBRE A MEMÓRIA SOCIAL A PARTIR DE HALBWACHS

Em seu primeiro trabalho sobre memória, Halbwachs (2004) levanta algumas questões problematizadoras sobre a esta temática. A primeira diz respeito à forma como o passado reaparece na consciência de cada um de nós. Esta questão reporta-se à antiga discussão sobre a ação de reconstrução da memória, que inicialmente foi atribuída a um processo subjetivo e individual, em que refuta os argumentos das teses psicologizantes como a de Blondel (1960), onde o autor defendia que a memória individual não era somente condição necessária, mas também suficiente para a recordação e para o reconhecimento da lembrança (CASADEI, 2010, p. 154), assim como a teoria de Bergson, com sua conservação e subjetividade da memória, já aqui exposta anteriormente.

Halbwachs (2004) estabelece duas diferenças entre a “memória coletiva” e a “memória histórica”⁴². A primeira é o fato de a memória coletiva ser uma corrente de pensamento contínuo, não artificial e espontânea, a qual retém um passado que ainda está vivo entre os membros de um grupo e que se limita a este grupo. Já a história, ao contrário, é construída a partir de muitas divisões e sistematizações, que está delimitada por um tempo e coloca-se acima dos grupos.

A outra característica é de que existem muitas memórias coletivas na medida em que cada grupo tem uma história e, por conta disso, os indivíduos possuem várias memórias entremeadas, enquanto que a história é universal e possui a memória oficialmente aceita. Para Halbwachs (2004, p. 85), “a história começa quando acaba a tradição, quando a memória social se decompõe e se esgarça até a ruptura”. Ademais, como afirma Casadei (2010, p. 158), quando a memória de uma sequência de acontecimentos perde o suporte do grupo há uma ruptura, pois, como já explicado, esta memória só pode ser exercida se os seus membros participaram dos eventos passados e estejam aptos a relatá-los.

Partindo do exposto, podemos questionar: por que o passado reaparece? Bem, na forma de memória seria para reafirmar a identidade dos grupos, como veremos mais adiante; na forma de história, para conservar um passado que deixou de ser tradição e reforçar os marcos temporais e locais em determinada época. Ocorre que esta segunda forma de ressurgimento do

⁴² Halbwachs (2004, p. 84) argumenta que as expressões memória coletiva e memória histórica não deveriam existir, pois acabam sendo contraditórios entre elas, já que se opõem em mais de um ponto.

passado muitas das vezes é instituída de cima para baixo, por alusão a datas comemorativas, personagens e lugares históricos que são definidos e instituídos como património, indiferente à vontade de memória dos grupos.

O que Bloch (1998) contrapõe sobre a concepção de Halbwachs (2004a) é que este condiciona a história “a um mecanismo de restabelecimento da continuidade da tradição” (CASADEI, 2010). Com base nos princípios da Escola dos *Annales*⁴³, Marc Bloch (2001) explica que antes os fatos históricos eram produzidos com a intervenção do historiador e, desta forma, os estudos da memória coletiva deveriam estar voltados para as causalidades das ações, pois nem se cogitava os estudos empíricos nesta área.

Neste sentido, Sogentini (2003) aponta que o problema da consideração halbwachiana, mais do que o caráter opositivo do vínculo e apelação ao caráter objetivo da história, reside na tensão entre a objetividade ingênua e a constatação da existência de uma função prática da história, detectada à luz da exploração das funções da memória. Este autor destaca a questão da transmissão da memória sintetizando em dois pontos que seriam, de um lado, a noção de que a tradição é contínua e, de outro, à atribuição de uma função especial para a história, relacionada à crítica a tradição (SOGENTINI, 2003).

Esta crítica de Bloch, no caso da tradição, é revista por Halbwachs (2004) no livro “A Memória Coletiva” (1950), quando inclui o direito consuetudinário no capítulo IV, a memória coletiva e o espaço. No entanto, não podemos negar a ausência da menção à relação de poder, que existe tanto no que concerne à memória quanto à história. Com relação à Memória, a manipulação ocorre a partir dos próprios grupos, no caso da memória coletiva, e do próprio sujeito quando selecionam o que se quer ou se deve lembrar e vice-versa.

Quanto à História, a manipulação ocorre pela forma como é conduzida, quem determina o fluxo da história são os “vencedores” que contam apenas uma versão dos fatos, deixando a história dos vencidos, dos sem história, dos marginalizados, sem voz. Isto mudou a partir do surgimento da Escola dos *Annales*, quando a história começa a visibilizar outros atores nas mais diversas vertentes: história das mentalidades, da cultura, do imaginário, do cotidiano, passando a olhar para a história dos autores anônimos.

⁴³ A Escola dos *Annales*.

Sorgentini (2003) exemplifica essa mudança na historiografia a partir dos trabalhos de dois autores: E. P. Thompson (1987; 1995) e Carlos Ginzburg (1994):

Cujo desenvolvimento no marco de novas aberturas teóricas, ao pôr em jogo distintos aspectos das relações entre memória, história e tradição, se tornam susceptíveis de serem lidos, fora de toda a pretensão de reconstruir uma genealogia como tematização de questões afins em um registro de reflexões similares (SORGENTINI, 2003, p. 104). (Tradução própria)

Em relação ao questionamento de Marc Bloch (1998), Casadei (2010, p. 158) afirma que ele se sustenta na crítica da noção de verdade, analisada a partir dos mecanismos de transmissão da memória coletiva. Para aquele autor, a legitimidade dos testemunhos não atesta a sua veracidade e seria necessário descobrir os motivos desse fato, ressaltando ainda que “enquanto subsistir a dúvida sobre suas origens, ele, ‘o testemunho’[grifo nosso] permanece em si mesmo rebelde à análise [...] acima de tudo, uma mentira enquanto tal é, a seu modo, um testemunho” (BLOCH, 1998, p. 98).

Neste argumento vemos embutido a questão da transmissão da memória que para o autor se estrutura em dois pontos: o primeiro seria o de que a noção de tradição não pode ser considerada contínua e o outro se refere à atribuição da função de crítica da tradição aplicada à história. Para Bloch (1998), não é possível distinguir entre o atual e o antigo devido à linha tênue entre o presente e o passado, que não pode ser definida pelo tempo matemático ou físico, o qual justifica a descontinuidade da tradição para o historiador. Isto ocorre porque “o passado se apresenta como um conjunto vivo de representações, que podem mudar tão intensamente, quanto o presente” (CASADEI, 2010, p. 159).

A teoria da memória de Halbwachs é considerada clássica para a reflexão desta temática no âmbito das Ciências Sociais. Todos os pesquisadores que estudam a memória focada em grupos sociais ressaltam a importância das considerações teóricas deste autor, se não como fundamento, mas também como ponto de partida para as suas pesquisas.

Candau (2012, p. 30) apresenta a memória como retórica holística,⁴⁴ onde inclui nesta definição o reagrupamento de indivíduos, representações, crenças ou recordações e elementos reais ou imaginários. Um dos contra-argumentos deste autor é em relação ao conceito memória

⁴⁴ Candau (2012, p. 29) define “retórica holística como o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos; conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos”.

coletiva, para o qual a metáfora da “memória coletiva” aplicada a um determinado grupo seria totalmente pertinente, se todos os membros do grupo fossem capazes de compartilhar totalmente suas lembranças que lhe foram transmitidas de acordo com as modalidades variáveis, mas determinadas e acordadas pelo grupo (CANDAU, 2012, p. 31).

O compartilhamento total das lembranças é impossível, visto que cada indivíduo tem um ponto de vista diferente sobre a realidade e, por conseguinte, fazendo com que se tenha diversas versões do passado, o que contradiz a ideia de coesão defendida por Halbwachs (1994). Para Candau (2012, p. 32), a definição dos conceitos de memória social e coletiva é difícil de ser aceita, pois, do ponto de vista empírico é impossível e ao mesmo tempo insustentável do ponto de vista teórico, já que encobre uma confusão tripla entre as lembranças manifestadas e as lembranças como foram memorizadas; entre a metamemória⁴⁵ e a memória coletiva e entre o ato de memória e o conteúdo deste ato. História e memória estão sujeitas às determinações do presente, além de que a representação do passado não escapa à intervenção de quem o retrata, isto é, no caso da memória, seriam os membros do grupo, os coletivos e os próximos, como define Ricoeur (2007, p. 134); e, na história, seriam os historiadores ao interpretar os fatos a partir do presente vivido. Neste sentido:

Toda a interpretação, que é uma atribuição de sentido ao vivido, se assenta sobre um mirante “temporal”, um ponto de vista, em um presente- ver-se a partir de um lugar social e um tempo específicos [...] Cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro, cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer (REIS, 2003, p. 9).

Retomando a crítica à tradição, Marc Bloch faz referência às sociedades medievais como essencialmente tradicionalistas e que estas “sonhavam em reviver a sua memória, mas está se tornou para aquelas, apenas um espelho infiel” (BLOCH, 1998, p. 231). Ele fala em falsas recordações quando se refere à memória coletiva religiosa, pois muitos dos ritos cristãos se mantêm com base em memórias que se fundamentam em dogmas que foram instituídos a partir de uma memória que se mantém com base em metas narrativas que se vinculam a esses ritos. As tradições inventadas e institucionalizadas persistem ao longo do tempo (HOBSBAWN; RANGER, 1984).

⁴⁵ Metamemória é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento sobre ela, assim como sobre o que diz dela. Estas dimensões remetem ao modo como o indivíduo se afilia ao seu passado e constrói sua identidade.

Nos quadros sociais da memória, Halbwachs se posicionou contrário a estes argumentos, quando afirma que nunca lembramos sozinhos e que a memória deixa de existir quando nos afastamos dos grupos. Confrontando estas teorias, ele estuda a localização do sonho, onde, afirma que estamos separados da sociedade. Neste sentido, Casadei (2010, p. 155) argumenta que esta hipótese delineada por Halbwachs justifica-se porque é justamente no sonho que se pode observar o momento em que o espírito está mais afastado da sociedade, desta forma, sem este suporte,

[...] parece que não existe outra alternativa que admitir que as recordações enquanto estados psíquicos, subsistem no espírito sob forma inconsciente, para chegar a ser conscientes quando se recorda, as recordações. Assim só em aparência o passado se destruirá e desaparecerá [...] (HALBWACHS, 2004 b, p 155) (Tradução Livre).

Segundo este raciocínio, o autor faz um segundo questionamento: Por que o passado reaparece? Ele apareceria se não se conservasse? Estas são questões que vão ser respondidas a partir do livro “A Memória Coletiva” (1950), quando Halbwachs rebate algumas críticas do historiador March Bloch (1925) relativas à construção de sua teoria. Este historiador fez comentários e análise sobre a proposição teórica de Halbwachs, destacando os seguintes pontos críticos: o primeiro se refere a não mencionar a possibilidade de passagem da memória de um indivíduo para o outro dentro dos grupos, isso porque, para Bloch, a memória é entendida como “fato de comunicação entre indivíduos” (BLOCH, 1998, p. 229).

De acordo com este historiador, para que um grupo social se lembre, não é suficiente que os seus membros conservem “no espírito” (grifo nosso) suas representações do passado ao longo do tempo, mas sim que os seus membros mais velhos transmitam essas representações aos mais jovens. Aqui temos o uso do termo representação no lugar de memória, o que reforça o entendimento deste último como um dado comunicacional.

Isto implica na sujeição da memória aos mesmos problemas que atingem a comunicação (CASADEI, 2010, p. 157) tais como a distorção de fatos e os erros na transmissão. Bloch (1998) considera as possibilidades de “falsas recordações” (grifo nosso) e enganos na memória, talvez devido tomar como referência a história, que se pauta na construção do passado a partir de evidências da ocorrência do fato. Isto é, não há a preocupação com a verdade dos fatos, mas sim com as suas versões que serão articuladas ao longo da transmissão nos grupos. Esta preocupação de Bloch (1998) refere-se à falta de clareza quanto às formas de enunciação e comunicação entre os indivíduos dentro dos grupos, assim como a ausência de referências específicas sobre a permanência da memória transmitida por várias gerações, num contexto em que apenas a verbalização da memória não seria suficiente (CORDEIRO, 2015).

Vemos em “Os marcos...”, que Halbwachs explica a dinâmica da construção da memória pelos indivíduos nos grupos, assim como sua manutenção condicionada à coesão e à solidariedade dos seus membros como pontuação destas lembranças entre eles, no entanto, não se menciona a transmissão desta memória intergerações nos grupos, e quando o faz se refere mais especificamente ao grupo familiar.

No texto “Memória Coletiva e memória Histórica (1950), do livro “A Memória Coletiva”, Halbwachs ([1950] 2004b) argumenta que a manutenção das memórias vai estar relacionada à própria dinâmica dos grupos. Quanto à transmissão de uma geração a outra, reforça que esta ação é essencial no grupo familiar, pois:

Ainda que uma criança não se aperceba de tudo imediatamente, e não distinga em seu avô os traços pessoais, o que parece explicar-se simplesmente pelo fato de que está velho, e que pertença à antiga sociedade na qual viveu, formou-se e da qual guarda sua marca, a criança sente, todavia, confusamente, que entrando na casa de seu avô, chegando em seu bairro ou na cidade onde mora, penetra numa região diferente, e que no entanto não lhe é estranha por que se amolda muito bem à imagem e à maneira de ser dos membros mais velhos de sua família (HALBWACHS [1950], 2004, p. 70).

Por outro lado, em grupos que não tem esta permanência mais estável e duradoura, como a família, a manutenção desta memória coletiva/social está condicionada ao jogo social da memória (CANDAU, 2012, p. 105), que implica na sua transmissão, mas também na reconstrução da lembrança. Quando esta transmissão não é possível, como imaginar o compartilhamento da memória, linguagem, convenções sociais e verbais, representações saberes, gestos, elementos que são capazes de fundamentar a identidade de um grupo e dos indivíduos?

Em relação a esta problematização que Bloch apresenta quanto a transmissão da memória no sentido inter e intra geracional, Cordeiro (2015) destaca que, além desta questão, há outra relativa à comunicação interindividual da memória que fica em aberto nesta teoria. Halbwachs não avança nesta discussão,⁴⁶ e em relação a isto ele afirma que a memória dos indivíduos se sustenta na do grupo e vice-versa. Ou seja, o passado reaparece por que ele faz parte da história vivida por cada indivíduo e cada grupo, desta forma, nas palavras de Lins de Barros (1989):

É no conceito de memória coletiva que se encontra a história vivida. Mas entre a sua posição e a dos historiadores há uma igualdade que é a do nível da realidade- ambos estão realizando recortes e construções de uma realidade sobre outra já construída se partimos da ideia de que qualquer sociedade e grupo social cria sua forma de classificação (BARROS, 1989, p 32).

⁴⁶ Sabemos que o último trabalho deste autor ficou incompleto devido a sua morte. Assim, não sabemos se ele iria aprofundar esta questão esclarecendo este aspecto em relação a memória individual.

Esta afirmação nos traz algumas reflexões, como o fato de o indivíduo lembrar determinados “episódios” de seu passado, em que viveu inteiramente sem a companhia de amigos, parentes, conhecidos, ou seja, sem um grupo que sustente aquela lembrança, a questão é: Como ele evoca estas lembranças que lhe são pessoais? Isso mostra que para Halbwachs (2004), a memória coletiva também classifica. Isto significa que a partir do momento que o indivíduo participa de um grupo como seu membro, ele contribui para a evocação e construção da lembrança que o grupo consegue realizar, por um processo que envolve diversas etapas. Estas etapas envolvem desde a evocação das lembranças, partindo das vivencias atuais, passando pela seleção, classificação, reconstrução das lembranças e, por fim, a rememoração.

Todo este processo passa pela concordância do grupo, por articulações, acordos entre os seus membros, que vão sustentar a permanência desta memória e a consciência coletiva do grupo em torno da mesma. Em suma, o que está em questão em referência à memória coletiva, “é a captação ou não da consciência coletiva, entendendo-se o passado que se perpetuou e ainda vive nesta consciência. A história, porém, não diz respeito aos homens enquanto elementos vivos e depositários de lembranças do passado [...]” (BARROS, 1989, p. 32).

Neste sentido, encontramos um momento em que Halbwachs procura explicar esta experiência: “Pode suceder que uns acontecimentos íntimos passem a um primeiro plano de nossa memória, e nos mostre os signos brilhantes ou escuros que marcam as linhas divisórias fundamentais e as voltas decisivas de nossa existência” (HALBWACHS [1925], 2004, p. 152). Ele entende que existem dois pontos importantes para a evocação da memória por parte dos indivíduos, um deles é a operação do pensamento em relação ao que se quer buscar no passado e a outra são os pontos de referências em relação aquele evento ou momento vivenciado.

3.3.1- A memória e sua construção na contemporaneidade

A memória social ocupa grande centralidade no cenário contemporâneo tanto a nível retórico quanto acadêmico, isto é resultado de uma notável efervescência técnica e conceitual que permeia este campo de saber. Isto ocorre por que, falar de memória implica na possibilidade de abordagens históricas, psicológicas, filosóficas e de tantas outras áreas que já se debruçaram sobre este tema a partir das características e demanda do conhecimento na sociedade atual.

O processo de globalização dinamiza e atualiza a memória, dialogando com o sentido de pertencimento, moldando o homem moderno que busca compreender o seu presente, seu passado e constrói as suas memórias de acordo com as identidades que vivencia nos grupos dos quais participa. Neste contexto, também se insere a luta empreendida pelos diversos grupos sociais, com o intuito de alagar o conceito de cidadania no interior da sociedade e nas relações de poder que permeiam as ações humanas, e aí também reside a importância do estudo da memória social.

Isto resulta em uma disputa de poder em todos os sentidos, do econômico ao político, até o poder da memória. Mas, qual é o poder da memória? O poder está em disputa constante, como afirma Foucault (1997). No caso da memória, esta disputa estimula a afirmação da identidade e pertencimento, não no sentido da reificação de uma imagem do passado, mas na construção e atualização destas imagens. E este exercício do poder empurra a memória para o passado (CHAGAS, 2014), mas ao mesmo tempo contribui para que os indivíduos busquem nestas memórias as referências para suas lutas cotidianas neste contexto em que reside o poder da memória. Isto estimula a Vontade de Memória, que caracteriza a necessidade dos grupos de manterem suas memórias preservadas.

A memória – voluntária ou involuntária individual ou coletiva- é, como se sabe, sempre seletiva. O seu caráter seletivo deveria ser suficiente para indicar as suas articulações com os dispositivos de poder. São estas articulações e as formas como elas atravessam e utilizam determinadas sobrevivências, representações ou reconstruções do passado que se analisa partindo do princípio que nenhuma forma de relação com o passado é, em si mesma (Santos 1993) emancipadora ou coercitiva (CHAGAS, 2002, p. 44).

O Problema da memória social vem sendo tema de discussão nas ciências sociais e humanas a partir do século xx, com as pesquisas de Halbwachs (1939) com ênfase na sociologia e de Bergson (1999) na psicologia social, principalmente pela necessidade de reconhecimento de pertencimento a um lugar e ao mesmo tempo pela perda de conexão do sujeito com este lugar, fato que toma forma nos discursos dos autores que tratam da modernização, do indivíduo na grande cidade moderna (SIMMEL, 1903, 2006).

A aceleração do tempo resultante da dinâmica da sociedade moderna ocidental, na veia do capitalismo, onde o indivíduo busca se encontrar no vazio da vida moderna intelectualística e dominada pela cultura monetária (SIMMEL, 1903), faz com que a memória seja um elemento importante para a construção de identidades de grupos e para a luta empreendida por diversos movimentos sociais em prol do reconhecimento de suas identidades construídas e reelaboradas ao longo do processo de vivência nas práticas cotidianas.

Neste cotidiano, os atores sociais constroem suas identidades segundo as suas experiências de vida e as normas e regras instituídas pelos grupos de que fazem parte nesta cotidianidade (HELLER, 1989). Eles constroem suas representações de mundo e seus conteúdos mnemónicos (CORDEIRO, 2015) que farão parte dos quadros sociais da memória (HALBWACHS, 2004) que constituem a sociedade.

Os quadros sociais aparecem em Halbwachs (1925) como um sistema composto por datas e lugares que surgem cada vez que se deseja recuperar um acontecimento (CORDEIRO, 2013). Ele também demonstra que é impossível conceber o passado sem as referências destes quadros sociais, que são a base para a reconstrução da memória coletiva. Assim, recordar seria reconstruir fatos, reinterpretar o passado à luz do presente.

Ecléa Bosi (1994, p. 27) vai neste mesmo sentido em sua obra “Memória e Sociedade”, ao afirmar que: “pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência”. Esta autora considera a linguagem um dos elementos principais da memória social, pois ela unifica e aproxima os indivíduos em um mesmo espaço histórico e cultural, construindo as lembranças a partir de vivências e experiências compartilhadas com os outros indivíduos. Bosi também ressalta o caráter político da memória, ao afirmar: “lembra é refazer, reconstruir, repensar com ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p. 55). Isto significa que o passado jamais será revivido tal qual como foi vivenciado por cada indivíduo. A cada lembrança “o passado é reinventado” conforme as representações sociais de cada época vivida.

Portanto, o trabalho da memória consiste na reconstrução da lembrança com base nas representações do presente, e isto significa que:

A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que pareça uma lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, por que nós não somos mais os mesmos de então e por que nossa percepção se alterou, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor (BOSI, 1994, p.55).

Este pensamento demonstra que a memória é viva e sempre está carregada por grupos vivos e, neste sentido, “está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longa latência e de repentinhas revitalizações” (NORA, 1993, p. 9). Isso é o que ocorre na sociedade pós-moderna, que está em constante transformação devido à gama de conexões e interseções de informações diárias.

A importância da memória para o grupo é ressaltada por Polak (1989), quando afirma que ela tem a função de manter a coesão interna neste grupo e de defender os pontos de referência da memória individual ou coletiva, que são definidos por ele como acontecimentos, personagens e lugares; e que são como os marcos ou quadros da memória propostos por Halbwachs (1925). Para este autor, a memória faz a operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, e ela integra-se com tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar o sentimento de pertencimento da coletividade.

Os lugares são referências fundamentais na construção das memórias individuais e coletivas, embora não sejam uma condição para a sua preservação, do contrário, os povos nômades não teriam memória. As memórias dos grupos também se referenciam nos espaços em que habitam e nas relações que constroem nestes espaços, visto que as mudanças ali ocorridas acarretam transformações importantes na vida e na memória dos grupos.

Neste sentido, quando Nora (1993) se refere a lugares de memória, está se referindo “aos lugares materiais onde a memória social é ancorada e pode ser aprendida pelos sentidos, são lugares funcionais que têm como objetivo alicerçar as memórias coletivas é lugar simbólico onde permitem a revelação e expressão da memória” (NORA, 1993, p. 37).

Reforçando este argumento, Augustin (2012) explica:

A estes lugares de memória vinculam-se a necessidade de reconstruir e interpretar reais intenções da continuidade das memórias de caráter coletivo ou individual, conferindo a esses elementos uma função social com significação dentro de seu tempo. Os espaços sociais, presentes na vida cotidiana de uma sociedade, apresentam um cenário ideal para observações e reflexões sobre esse conceito nas sociedades contemporâneas (AUGUSTIN, 2012, p. 124).

Aqui inserimos a noção de Lugar no sentido de pertencer, relacionada às experiências pessoais ou coletivas que resultam na construção de memórias que podem ser tanto as chamadas memórias oficiais quanto as memórias subalternizadas (ANDREANI, 2015, p. 344). Estes lugares associam-se ao ritmo e à dinâmica do tempo e sofrem transformações conforme as mudanças dos grupos, adaptando-se um ao outro.

Desse modo, podemos verificar como as recordações passam por diversas transformações ao longo do tempo. As mudanças decorrem das influências sociais que interferem nas relações entre os indivíduos e os grupos em que participam. Sendo assim, os membros do grupo esforçam-se para conciliar os modelos de comportamento que são produtos de sua cultura, e que vão se adaptando às realidades materiais no decorrer da história.

Os argumentos de Halbwachs mostram que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória coletiva, e que esta é indissociável do sentimento de identidade. Portanto, as memórias subsistem porque fazem parte de um conjunto de valores e acepções construídas pelo grupo.

Neste contexto, percebe-se que luta pelo poder em torno da identidade do grupo consolida os elementos que fazem parte de suas práticas sociais. Neste sentido, reportamo-nos a Le Goof (1996), que considera a memória um elemento essencial da identidade individual e coletiva, concebida como instrumento e objeto de poder entre as sociedades humanas. Segundo o autor: “Os homens lutam para tornarem-se senhores da memória e do esquecimento, as sociedades consideram o passado um modelo para o presente e buscam nele suas referências” (LE GOOF, 1996, p. 476).

Nas trocas de experiências e saberes as pessoas constroem os seus “quadros sociais da memória” (HALBWACHS, 1990, p. 9), que são os meios onde o social desemboca sobre o coletivo, isto é, sobre certo número de grupos. Nos quadros sociais, cada grupo constrói suas lembranças de acordo com os “arranjos sociais”, acordos tácitos entre grupos e elos que devem ou não ser mantidos pela memória social. Para Halbwachs (*Ibid.*, p. 47), o indivíduo recorda o seu passado por meio de mecanismos impostos pela sociedade, que são específicos de cada grupo, ou seja, para que as lembranças existam, devem estar associadas aos quadros sociais em que o indivíduo participa.

O processo de construção da memória baseia-se nas lembranças dos acontecimentos e das experiências dos indivíduos que compõem o grupo. Neste aspecto, destaca-se a importância da transmissão da memória, intergerações e dos mestres de memória que guardam em lembranças a história vivida por eles.

Os estudos empreendidos por Halbwachs (1990) contribuíram efetivamente para a compreensão da teoria da memória social. Para o autor, a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, em seus grupos e instituições.

A rememoração individual se dá na trama das memórias dos diferentes grupos com que o indivíduo se relaciona. Ela está impregnada das memórias dos que o cercam, pois, mesmo sem estar presente, a sua lembrança e a forma como vê o que se constitui a partir desse emaranhado de experiências, percebe uma unidade que parece ser só sua (HALBWACHS, 2004). Isto porque as lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, que o autor denomina “comunidade afetiva”. Segundo este autor, dificilmente se terá uma lembrança fora deste quadro de referências, tanto nos processos de produção da memória quanto na rememoração, onde o outro tem um papel fundamental.

Desta forma, no primeiro plano da Memória de um grupo destacam-se as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam tanto de sua própria vida quanto de suas relações com grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele (HALBWACHS, 1990, p. 49).

No entanto, deve-se ressaltar que os grupos não lembram apenas pelas suas próprias experiências, mas existem *as memórias oficiais*, já mencionadas, que, segundo Andreani (2015), configuram-se principalmente pelas ações precedentes das instituições que detêm o poder, tais como órgãos oficiais do governo, museus arquivos, nomeadas por Nora (1993) como Instituições de Memória e que instituem uma memória com *atos de invenções de bens* de memória por meio de uma apropriação do passado (TODOROV, 2000)⁴⁷.

Desta forma, a memória oficial se converterá em luta contra todas as lembranças questionadoras que a desarme ou deslegitime, pois:

O que está em jogo não é só uma visão nostálgica vivida, senão e, mas radicalmente, o marco sob o qual se estabelece como estamos vivendo e como queremos viver. Deste modo, as ações de invenções ou apropriações do passado implicam na instauração de uma política de memória (ANDREANI, 2015, p. 343)⁴⁸.

Podemos citar como exemplo os movimentos dos grupos de moradores de bairros populares, comunidades de favelas em torno da criação de museus comunitários⁴⁹, ecomuseus, museus de territórios. Essas experiências, que têm como objetivo promover a memória de grupos considerados à margem da história e visibilizaram estas memórias, reforçando os movimentos articulados por esses grupos sociais que se organizaram em torno de suas memórias como forma de resistência às situações impostas por grupos hegemônicos que dificultaram as vivências cotidianas referentes a diversas questões, inclusive o pertencimento ao seu lugar de moradia.

Por outro lado, a autora define o que chama de *memórias subalternizadas*⁵⁰, quando busca reconhecer o caráter da ação de fazer memória, que remete às relações de poder e, portanto, de resistência, pois incorpora o caráter dialógico das construções sobre o passado. Ela

⁴⁷ Tradução livre.

⁴⁸ Sobre política de memória, ver Moreno (2004). Presentación. In: **Historia y política** - Nacionalismo Español: Las políticas de la Memoria, 2004. p. 17-14.

⁴⁹ Lersche e Cuauhtémoc (2011) afirmam que o museu comunitário proporciona a criação coletiva toda vez que oferece uma oportunidade às pessoas que participem dos processos coletivos para expressar suas histórias de sua própria maneira. A pessoa criativa não aceita soluções dadas, busca inventar novas formas de abordar sua realidade e o museu comunitário é um espaço de organização para impulsionar novas propostas e projetos comunitários. Disponível em: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/oconceito-de-museu-comunitario.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2018.

contrapõe esta categoria à *memória subalterna* (TRAVERSO, 2005; ANDREANI, 2015), que remete a um caráter passivo e implicitamente assume uma fonte de irradiação de autoridade que exerce um controle alheio a qualquer oposição, com uma capacidade inquestionável de imposição e, sobretudo, incontestável. Andreani (2015) explica que:

Mediante a noção de “memórias subalternizadas” se assume que o que se produz é uma luta entre versões do passado, e que o fato que algumas delas discordam ou cobri uma posição hegemônica não implica que as outras tenham desaparecido, senão ao contrário (ANDREANI, 2015, p. 344).

Ainda neste sentido, a autora afirma que a noção de memória subalternizada define que o que se produz é uma luta entre versões do passado, segundo a concepção de Halbwachs (2004), de que os grupos constroem uma versão acordada do passado, além disso, para a autora, a sobreposição de uma memória sobre a outra não implica em seu desaparecimento, pelo contrário, esta transmissão da memória continua, como afirma Pollak (1993, p.8), a sociedade transmite cuidadosamente as recordações dissidentes nas redes de familiares e de amizades esperando a hora da verdade (ANDREANI, 2004). Assim, o enfoque de memórias subalternizadas busca visibilizar as memórias silenciadas, o não dito, o reprimido e subordinado, constituindo-se em uma política de memória que promove o questionamento, a interrogação e, inclusive, o antagonismo frente à memória oficial construída.

Nesta categoria de memória, nos reportamos ao Programa Pontos de Memória, implementado pelo governo brasileiro a partir de 2010, que tinha como premissa dar voz aos grupos “marginalizados”, para que contassem suas versões da história. Desta forma, em vários lugares considerados ou não considerados dignos de memória, viu-se surgir manifestações, vozes populares que buscavam mostrar o que se passava no cotidiano desses lugares.

Ao estudar a memória de um grupo social, busca-se compreender e descrever a forma com que os fenômenos sociais se apresentam para a consciência do indivíduo. Neste sentido, Halbwachs (1945) deixa claro que o que deve ser preservado do passado está em conexão com os valores simbólicos que o tempo projeta para o futuro, levando-se em conta os elementos mais significativos da expressão grupal ou comunitária. Neste aspecto, enfatiza-se a função da memória coletiva, que é de sustentar o sentido indenitário do grupo.

Ao considerar a memória relacionada ao espaço e ao tempo nos espaços urbanos, é possível afirmar que cada indivíduo escolhe os seus pontos de referência para situar-se neste contexto, considerando-se, assim, a carga simbólica desses lugares. Segundo Pesavento (2007), os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. Portanto, História e

Memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma audiência, reconfigurando uma temporalidade escoada (PESAVENTO, 2007, p. 2). Os lugares de memória são marcados material e/ou simbolicamente, transformando-se em espaços de enunciação (ACHUGAR, 2003 apud PIPERSHAFIR; DROGUETT, 2013, p. 26).

Estes enunciados que se buscam transmitir são constituídos de materialidade e dialogam com diferentes tipos de atores sociais, sendo interpretados de múltiplas maneiras. Isto mostra que uma mensagem pode significar uma coisa para os moradores de um bairro, por exemplo, e outra totalmente diferente para um não morador; ou uma mesma mensagem ter significado diferente para um ou outro feirante. Além disso, este significado muda de acordo com o contexto de interpretação, cujo resultado final provém da experiência com o espaço, na qual os significados sobre o passado se entrelaçam com os significados sobre o lugar.

Halbwachs (1990, p. 131) refere-se à influência do grupo sobre o espaço ao afirmar que: “quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele o transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem”. Os lugares recebem a marca de um grupo e a presença de um grupo deixa marca no lugar. Isto significa que todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social. Redefinidos na fisionomia e nas relações sociais resultantes das interações entre os indivíduos, as análises sobre estes lugares propiciam, de um lado, o entendimento da construção dos espaços e sociabilidades e, por outro, fornecem indicadores sobre as experiências de grupos que ocupam os lugares e os modos peculiares de habitar a cidade e de pertencer a um lugar.

A memória, por sua vez, tem um forte elo com a identidade, pois é a partir das vivências cotidianas que o indivíduo adquire suas experiências pessoais (THOMPSON, 1981, p. 15) argumenta que a experiência é a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento, isto é, a experiência é o que define e redefine as práticas individuais.

Neste sentido, Candau afirma que Bourdieu (2012, p. 22) em sua teoria sobre o *Habitus* descreveu bem essa “experiência muda do mundo como indo além daquele que procura o sentido prático”. Para este teórico, do ponto de vista corporal, as aprendizagens primárias são como lembretes que fazem o corpo e a linguagem funcionar, como a *Memória hábito*, de Bergson (1999); e a *Protomemória* de Candau (2012), que guardam os saberes ou conhecimentos adquiridos pelo indivíduo incorporando-os permanentemente à “[...] maneira durável de ser portar, falar, caminhar, e para além disso, sentir e pensar”. Isto representa o

habitus do indivíduo, o saber herdado, que depende do conhecimento do corpo para reproduzir os gestos e formas de fazer e dizer das práticas sociais destes feirantes, caracterizadas pelas astúcias do homem comum, como explica Certeau (1994).

Aqui podemos exemplificar o *habitus* que materializa a memória destes feirantes pelas performances que muitos realizam, para atrair seus fregueses, a fala, o modo de se dirigir ao freguês, tudo isto é ensinado e reelaborado constantemente na prática ou no fazer cotidiano.

Candau (2012) também aproxima o conceito de *habitus* de Bourdieu (1974) do conceito de Memória, quando afirma que este conceito tem tudo a ver com a Memória presente na sociedade contemporânea, visto que os indivíduos vão adaptando seus modos de vida atuais tendo como parâmetros aquilo que lhes foi repassado pelos seus antecedentes.

Na sociedade pós-moderna, onde o efêmero e a fluidez estão presentes, a carga de informação é tão intensa que dificulta ou até impossibilita a fixação de imagens e conteúdos que acabam sendo fragmentados pelo bombardeio de informações e, por conseguinte, os significados sociais tornam-se mais subjetivos e a memória se articula neste contexto.

Em relação à identidade, que, segundo Halbwachs (2004), contribui para a afirmação dos grupos sociais e da identidade dos indivíduos em relação a estes grupos, ressalta-se que na condição pós-moderna a identidade torna-se fragmentada, pois o indivíduo é composto por várias identidades, algumas até contraditórias, que seria a identidade descentrada definida por Hall:

Para significar o ponto de encontro, o ponto de “sutura”, entre por um lado os discursos e as práticas que nos tentam “interpelar”, no falar, ou nos envolver para que assumamos nossos lugares como sujeitos sociais de discursos particulares e por outro lado, os processos, que produzem subjetividade, que nos constroem como sujeitos dos quais se podem falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições de sujeitos que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000, p.111-112).

Segundo Almeida (2011, p.132), a memória na sociedade pós-moderna adapta-se às efemeridades, subjetividades e fragmentações do mundo atual, articulando as diversas imagens que são percebidas pelo indivíduo no seu cotidiano e atribuindo significados de acordo com sua percepção da realidade e dos acordos ou normas sociais aceitas pelo grupo naquele contexto. Desta forma, pode-se entender que a memória não se preserva de maneira integral ao longo do tempo e que esta não vai ser um “baú de memórias” onde as experiências do passado permanecem intactas, pelo contrário, estas lembranças passam por um processo contínuo de reelaboração, principalmente devido à carga de informações que o indivíduo recebe constantemente e que vai levando ao “esborratamento” (FENTRESS; WICKHAM, 1992) destas memórias.

Na realidade, estas imagens de continuidade ininterrupta costumam ser mera ilusão. A transmissão da memória é um processo de evolução e mudança. Porém, a mudança pode ser oculta para a própria comunidade, pois a sua reserva de recordações – as suas técnicas, as suas histórias e a sua identidade coletiva como algo que sempre foi assim (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 241).

Nas feiras vemos presente este contexto em relação à memória. Os feirantes trazem suas experiências de vida que “herdam” de seus pais e esta experiência é vivenciada cotidianamente com os fregueses que por ali passam e nessas interações constroem novas memórias, ciclo este que permanece mesmo na atual sociedade globalizada.

Assim, como afirmam Santana e Mollona (2013), a memória e identidade estão vinculadas e associadas em sua construção, como apontado por Rousso (1996), no sentido de que a memória pode costurar rupturas temporais e espaciais, servindo também como resistência à alteridade.

Neste sentido, Lovisolo (1989) explica que a memória funciona como uma âncora e como plataforma, porque como *âncora* possibilita a sustentação do indivíduo diante do turbilhão da modernidade e como *plataforma* permite que se lance para um futuro com “os pés plantados no passado criado, recriado ou reinventado como tradição”. Esta memória toma sentido de resistência e de transformação.

Santana e Mollona (2013, p.127) argumentam ainda que: “o processo de construção de memória e da identidade se faz sempre de maneira conflituosa e disputada com lembrança e esquecimento”. Estas disputas fazem parte das formas de interação, que são as bases para a construção da memória dos grupos e integrantes delas. Sem estas disputas de poder a memória não seria resistência, principalmente para os grupos ou indivíduos silenciados ou marginalizados pela história. Estes indivíduos anônimos (DE CERTEAU, 1984), esquecidos pelos grupos hegemônicos nos âmbitos social, econômico, político e científico utilizam-se da memória subalternizada para serem percebidos, em vista disso criam suas táticas por meio das práticas culturais e as feiras e mercados populares são uns destes exemplos, como veremos adiante.

3.3.2 - Memória, espaço e interações sociais

A obra Memória Coletiva visa contribuir para a compreensão do conceito da memória coletiva e do sentimento de pertinência a um grupo calcado nas relações sociais constituídas em torno de um passado comum e na memória compartilhada no campo histórico e simbólico. Dessa forma, as memórias individuais congregam a memória coletiva e histórica e incorporam elementos construídos pelo indivíduo e pelo seu grupo social.

A memória é viva e sempre carregada por grupos vivos e neste sentido está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações suscetível de longa latência e de repentinhas revitalizações” (NORA, 1993, p. 9).

A construção da memória decorre de um processo que se desenvolve ao longo do tempo nas interações do indivíduo com outros indivíduos nos espaços sociais durante sua trajetória de vida e convivência social (VELHO, 2004; LINS; BARROS, 1997). A lembrança é o resultado dessas interações no âmbito da família, com o grupo e entre grupos nos espaços de convivência: em casa, na rua, no bairro, no trabalho, entre outros.

Os lugares são referências importantes na formação das memórias individuais e coletivas. As memórias dos grupos também se referenciam nos espaços em que habitam e nas relações que constroem com estes espaços onde se seguem as mudanças ali empreendidas, que acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos. Segundo Peralta (2007, p. 6), os argumentos de Halbwachs atestam que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória indissociável do sentimento de identidade. Portanto, as memórias subsistem por fazerem fazem parte de um conjunto de valores e acepções construídas pelo grupo.

Desta forma, pretende-se mostrar que o sentido de memória social não está ligado apenas ao passado remoto ou acontecimentos e fatos que não existem mais, mas surge na cotidianidade dos grupos, sendo construído ao longo do contexto histórico e social do indivíduo. Nesta cotidianidade, o Homem assimila as habilidades necessárias para a sua aceitação no grupo, e neste processo constrói suas representações sociais que sustentam as “Tradições Inventadas” (HOBSBAWN, 1997) pelo grupo, que são necessárias para a sua aceitação.

A memória coletiva insiste em assegurar a permanência do tempo e a homogeneidade da vida, com o intuito de mostrar que o passado permanece e que nada tem mudado dentro do grupo e, junto com o passado, a identidade desse grupo também permanece, assim como os seus projetos.

Para Halbwachs (1990), os grupos têm a necessidade de reconstruir permanentemente as suas conversações, contatos, rememorações, efemeridades, usos e costumes, conservação de seus objetos, pertencimento e permanência nos lugares onde têm desenvolvido a sua vida, porque a memória é a única garantia de que o grupo prossegue sendo o mesmo, em meio a um constante movimento.

A cidade é um tema que há algum tempo desperta o interesse de pesquisa nas ciências sociais. Desde o surgimento da Escola de Chicago, na década de 1930, quando se percebeu que o espaço urbano podia ser uma rica fonte para estudos etnográficos, várias pesquisas foram realizadas com o intuito de interpretar a relação do ser humano com o meio urbano. Esta Escola representou uma primeira e importante tentativa de estudo dos centros urbanos, combinando conceitos teóricos e pesquisa de campo, com foco em problemas cotidianos em ambientes urbanos.

O modo de vida urbano passa a ser o objeto de estudo da antropologia na cidade, onde coexistem diferentes estilos de vida. Nesta perspectiva, With (1987) destaca que a característica mais significativa do modo de vida da cidade: “é a sua concentração em agregados gigantescos em torno dos quais está aglomerado um número menor de centros de onde irradiam as ideias e as práticas que chamamos de civilização” (WITH, 1987, p. 90).

O conceito de sociabilidade criado por Georg Simmel partiu da seguinte reflexão: Como a sociedade é possível? Ou seja, buscando compreender a sociedade moderna não como algo dado, mas constantemente construído, reconstruído e dissolvido pelos indivíduos através de interações recíprocas (FRÚGOLI JR., 2007).

A cidade, com seus bairros, ruas, praças, igrejas, mercados, feiras, enfim, espaços de sociabilidades tecidos por complexidades e singularidades expressas na memória das pessoas que deles se apropriam e a ressignificação do vivido. Esta relação de significados leva a Antropologia a buscar a interpretação das ações coletivas como forma de “estudo e pesquisa mais detalhada sobre o fenômeno da memória coletiva e da estética urbana, numa perspectiva que alia as análises macro e microssociológica dos fenômenos culturais na e da cidade (ROCHA; ECKERT, 1998, p. 12).

Os estudos antropológicos de comunidades urbanas contribuem, de fato, para o entendimento dos modos de vida em grandes metrópoles, trazendo à tona questões do dia a dia dos sujeitos pesquisados, que na maioria das vezes passam despercebidos pelo “olhar Blasé” (SIMMEL, 2005) presente no cotidiano das grandes metrópoles. Para este autor:

A sociabilidade seria uma forma lúdica, arquetípica de toda socialização humana, sem qualquer propósito, interesses e ou objetivo que a interação em si mesma, vivida em espécies de jogos, nos quais uma das regras implícitas seria atuar como se todos fossem iguais (FRÚGOLI Jr., 2007, p. 9).

Simmel (2006) destaca que nas relações de convívio com o outro e contra o outro há várias formas de interações sociais, algumas, inclusive, podem ser conflituosas.

Todas as formas de interação e sociação entre seres humanos com desejo de superar o outro, a troca, a formação de partidos, o desejo de ganhar, as chances de encontro e separação casuais, a mudança entre oposição e cooperação, o engodo e a revanche – tudo isso, na seriedade da realidade, está imbuído de conteúdos intencionais (SIMMEL, 2006, p. 72).

A articulação entre a sociabilidade e a memória social acontece no encontro nos diversos espaços, quando os grupos se articulam por interesses diversos, sendo a linguagem uma das formas dessa articulação da memória inter e intragrupal. Como afirma Bosi (1994), “a linguagem é o instrumento socializador da memória”, pois reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural vivências tão diversas, como o sonho, as lembranças e as experiências recentes. O que possibilita o surgimento da memória social nas cidades é justamente o fato de os grupos estabelecerem relações sociais que podem ser de dominação, cooperação e conflito, podendo variar no tempo e no espaço.

Com o desenvolvimento das grandes metrópoles os grupos sociais voltaram-se para problemas relacionados à preservação e valorização da cultura, da identidade e da memória social. O estudo da teoria da memória social, a partir do século XX, torna-se crucial para o entendimento desses grupos sociais. Neste sentido, no século XX, há a necessidade dos estudos sobre a questão da teoria da memória como instrumento de preservação patrimonial de grupos sociais ameaçados de serem suprimidos e/ou esquecidos pela história Linear, homogênea e oficial, que desencadeia com o sentimento de seu direito à memória como possibilidade de inspiração para o desenvolvimento da cidadania. Neste sentido, temos os seguintes exemplos: memória dos velhos, de E. Bosi; memória dos excluídos; memória de mulheres; os pontos de memórias, dentre outros.

Os espaços públicos urbanos têm um papel fundamental na ideia de sociabilidade, pois neles percebem-se interações entre diversos atores que ali se encontram e se relacionam. Essas interações que se estabelecem são pautadas tanto por interesses comuns quanto por conflitos, o importante é que ambos estimulam a construção de memórias individuais e coletivas no bairro. Alguns espaços públicos são produzidos inclusive a partir dessa possibilidade de interação, como os parques, as praças, as ruas e calçadas no ambiente urbano.

As feiras livres localizadas nos bairros/cidades, por exemplo, são espaços de encontro e de trocas, de confluência entre o rural e urbano nas grandes metrópoles e pequenas localidades, e se constituem como espaços privilegiados onde são vivenciados, exercitados e atualizados os elementos do modo de ser rural/urbano, representados pelos modos de falar peculiares, nos hábitos tradicionais de consumo, mas também nos novos hábitos, vistos nos produtos que são comercializados e nas estratégias criadas para sustentar as novas formas de relacionamento que se estabelecem nesses espaços.

A conformação desses espaços públicos se dá também pelas interfaces, dos ajuntamentos representados pela ocasião social, na qual estão presentes as técnicas de comunicação, encaixes, envolvimentos e engajamentos (GOFFMAN, 2010). Essas interações criam situações que são, na verdade, os próprios espaços públicos, cujas situações dizem respeito às performances dos atores sociais nos enquadramentos ou não aos seus pretensos papéis (GOFFMAN, 2002).

Entendemos que os mercados e feiras não são simples espaços de comércio, mas locais caracterizados por grande sociabilidade (SIMMEL, 2005), que ocorre a partir de várias formas de interação social que produzem diversas possibilidades de referências para a construção da memória social dos atores que fazem parte de seu cotidiano.

As feiras e mercados também se constituem como lugar de memória, além de lugar de resistências e disputas de interesses pela sua sobrevivência diante de uma economia que cada vez mais estimula o consumo de todos os tipos de produtos, principalmente aqueles mais globalizados, além das compras em cadeias de lojas de grandes grupos econômicos, deixando de lado as práticas de compras tradicionais que promovem a interface e a troca de interesses e de amizade entre os feirantes e seus fregueses. As interações que ocorrem nestes locais tornam esses espaços catalizadores de sentidos para as experiências de vida que ali se configuram. Estas vivências vêm a ser os alicerces para a construção de memórias diversas relativas a este contexto.

As interações que se estabelecem nas feiras e mercados criam formas de relacionamento e redes de sociabilidade entre os feirantes e seus fregueses, tornando estes lugares antropológicos (AUGÉ, 2005), ou seja, espaços catalizadores de sentidos para as experiências ali vivenciadas. Estas vivências vão ser os alicerces para a construção de memórias diversas relativas a este contexto.

Com a globalização e, consequentemente, o crescimento de grandes cadeias comércio a nível mundial e até mesmo a facilidade de comprar sem sair de casa vem contribuindo para que cada vez mais as pessoas mudem seus hábitos de fazer compras, de andar pelas feiras e mercados praticando o espaço, como argumenta De Certeau (1994), na modernidade, torna-se uma prática cada vez mais escassa. No entanto, ainda existem aqueles que têm o hábito de caminhar por estes espaços, encontrando amigos conversando com os feirantes, buscando o produto que encomendou e que foi pedido exclusivamente para ele. Estes tipos de prática do e no espaço da feira, que a torna um espaço social, um lugar de Memória (NORA, 1993) e de Sociabilidade (SIMMELL, 2005). Ao tratar sobre os dois temas, estes dois autores referem-se às transformações sociais advindas da modernidade.

A seguir, faremos uma contextualização teórica e histórica sobre as feiras como espaços de sociabilidade e de produção de saberes e significados. Neste sentido, apresentaremos um breve relato mostrando sua história, a partir dos trabalhos de Braudel (1996), Le Goff (1996) e Lefebvre (1991), que mostram os mercados e feiras como um importantes espaços de troca não apenas econômica, mas também social e cultural desde a Idade Antiga, passando por alguns outros autores, associando-os ao desenvolvimento das cidades principalmente na Idade Média na Europa, inclusive em Portugal (RAU, 1980), para entendermos como estes espaços se situam no contexto da sociedade atual, especialmente as feiras estudadas em Portugal. Partimos deste ponto para a abordagem das feiras estudadas, caracterizando-as e analisando-as a partir de sua inserção no conceito de cultura e patrimônio imaterial.

3.3.3 - Memória e vontade de poder

Pelo exposto, pode-se perceber que a memória surge de diferentes formas e em diversos lugares como afirmação do poder hegemônico dos políticos, dos diversos atores que fazem parte do contextos memoriais presentes nas diversas sociedades ao longo do tempo, sejam aqueles que exercem o poder, agência da memória no sentido de impô-la como uma memória de nação que imprime um passado que se quer oficial, sejam aqueles que constroem memória do cotidiano em face do Homem à margem da sociedade e da História considerada oficial, a história e memória do homem ordinário, segundo De Certeau (1994).

Esta construção/imposição de memórias é frequente, principalmente em relação aos patrimônios material/histórico, que retratam as memórias a partir do ponto de vista daqueles que procuram explicá-la, reconstruí-la, salvaguardá-la, concluindo-se aí desde o pesquisador até o

gestor da memória, que a partir de seus projetos buscam a coleta de relatos, de imagens, documentos e tentam contar a história local através de exposições, publicações que “materializam” e cristalizam a memória do lugar em Museus locais, casas de memória, museus comunitários, entre outros.

Mas estas memórias também surgem nos fazeres dos sujeitos comuns a partir das suas práticas sociais diárias, que retratam o *ethos* dos grupos, e que vão se atualizando ao longo da história. É esta memória que representa a memória coletiva, pois ela está viva e se refaz, se reconstrói por ela mesma no cotidiano dos grupos. Esta memória se constitui pelos próprios atores sociais que agenciam a história do lugar a partir de ações realizadas de forma simples no seu cotidiano, por meio de conversas com os moradores mais velhos, realização de encontros dos moradores, festas, manifestações para reivindicações e nas simples conversas do cotidiano, este movimento espontâneo de busca da memória, que no âmbito da museologia Chagas (2008) denomina de Vontade de Memória.

Este conceito foi tomado de referência de Nietzsche (2011), para quem a vontade de potência seria a própria essência de toda realidade, a luta das forças humanas, um impulso que reage e resiste no interior destas forças; uma multiplicidade de forças que se manifesta em diversas graduações em fenômenos sociais e políticos permeando a natureza do ser humano e o desejo de ser mais do que se é presentemente. Aplicado ao contexto da memória coletiva, este conceito define a manifestação ou o desejo de memória, a luta pelo poder e resistência dos grupos à margem da história, pelo registro de suas memórias subalternizadas, marcadas pelas lutas e conflitos para a afirmação de identidades de pertencimento a um lugar, um espaço social de memória dos grupos.

Com a ampliação da noção de patrimônio e da concepção de museus, as políticas públicas para essas áreas se multiplicaram, considerando-se os museus como parte do patrimônio e ambos sendo parte da memória social e coletiva. Diversas políticas direcionadas para cada uma dessas áreas começaram a ser definidas a partir do governo Lula (2003-2010), durante o qual foi dada grande ênfase às áreas de Memória, Patrimônio e Museus pelo Ministério da Cultura (MINC), sendo criadas estratégias de gestão voltadas para a valorização dos museus como agentes de desenvolvimento local e para a afirmação e valorização da memória social de diversos grupos até então não contemplados nas políticas governamentais de cultura e patrimônio.

Nesse período houve a reformulação da estrutura do Ministério da Cultura (MINC) com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com órgão responsável pela proposição das políticas de museus e memória no país, bem como pelas ações direcionadas para a memória de comunidades e grupos diversos da sociedade civil.

Também foi lançada por este Ministério a Política Nacional de Museus em 2003, que teve como princípios norteadores:

O estabelecimento e consolidação de políticas públicas para o campo de patrimônio e museu; desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas pela diversidade cultural do povo brasileiro; valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus; reconhecimento e garantia dos direitos de participação das comunidades, nos processos de registro e de definição do patrimônio a ser musealizado; incentivo a sustentabilidade e a preservação do patrimônio submetido ao processo de musealização e respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígena e afrodescendente, de acordo com as suas especificidades (AMAZONAS, s/d, p. 4).

A concepção da Política Nacional de Museus foi dividida em quatro etapas: a primeira consistiu na elaboração do documento básico para a discussão com representantes de entidades e instituições museológicas, que se fundamenta na Carta de Rio Grande⁵¹ e no texto “Imaginação museal a serviço da cultura”⁵²; a segunda etapa foi de apresentação do documento básico para debate público, com participação de gestores de museus, representantes de secretarias estaduais e municipais de cultura, professores universitários, representantes de organizações museológicas nacionais e internacionais; na terceira etapa houve uma ampla divulgação do documento por meio digital e reuniões presenciais, com participação de diversos atores sociais (professores, estudantes, pesquisadores, aposentados, jornalistas, técnicos e gestores culturais, líderes comunitários, educadores, artistas) que contribuíram para o aprimoramento da proposta inicial; e a quarta e última etapa foi de consolidação do documento por uma equipe formada por representantes do poder público e da sociedade civil (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2007).

A Política Nacional de Cultura, com ênfase no Patrimônio Material e Imaterial e nos Museus, contempla a memória social e coletiva a partir do novo sentido e do lugar que os museus ocupam na sociedade. Para Moutinho (2004), isso ocorre com a “Criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que tem como principal função articular os museus brasileiros sejam eles federais, estaduais, municipais ou privados; de qualquer porte e tipologia”.

A criação da Política Nacional de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus propiciou a elaboração de uma legislação direcionada para o setor de Museus, que regulamentou várias diretrizes propostas por esta política, tais como: a obrigatoriedade de Plano Museológico do IPHAN como ferramenta para o planejamento estratégico dos museus; a criação de museus regionais e centros culturais; a criação de associações de amigos que aparecem como sistema e representantes

⁵¹ Documento resultante do 8º Fórum Estadual de Museus, realizado em Porto Alegre (RS), em maio de 2002, em comemoração aos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, sob o tema *Museus e Globalização*.

⁵² Documento elaborado pelo Conselho Federal de Museologia, em 2002, que também serviu de base para a Política de Museus.

da comunidade local. Outro ponto importante foi a instituição do Estatuto de Museus, que definiu o conceito de Museu para efeito desta lei⁵³, além de estabelecer como princípios fundamentais: a promoção da cidadania, o cumprimento da função social; a universalidade de acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural, entre outras deliberações.

O programa de financiamento Memória e Cidadania propiciou um maior alcance de recursos para Museus em todo o Brasil a partir de 2004. Segundo o documento da Política Nacional de Museus, estas ações permitiram que diversos museus do país tivessem financiamento para suas ações. Isso possibilitou a democratização e descentralização do funcionamento público da cultura e o acesso de um maior número de pessoas aos espaços museais e a garantia da preservação da memória sob a guarda dos Museus.

Neste contexto de institucionalização e estruturação da memória no âmbito das políticas públicas, percebe-se dois movimentos: de um lado, um enquadramento da memória (POLLACK, 1999); de outro, o quadro proposto pela instituição, no caso, o IBRAM, que propõem uma memória social baseada em um roteiro e em uma construção de identidade baseada nos parâmetros dos índices de violência das grandes cidades em um primeiro momento⁵⁴. O objetivo deste programa foi de identificar, apoiar e fortalecer iniciativas de memória e museologia social pautadas na gestão participativa e no vínculo com a comunidade e seu território (IBRAM, 2017), ou seja, a intenção deste programa é buscar a memória dos grupos que se torna oficializada, por meio de ações fomentadas por recursos públicos. Por outro lado, esta mesma memória carrega o caráter de espontaneidade, pelo fato de que esses grupos, agora pontos de memória, já trabalhavam no sentido de valorização destas memórias através das ações agora estruturadas pelo programa.

No entanto, essas memórias vão se reificando e tornando-se representações do passado definidas por um determinado grupo, mas muitas vezes não representam a voz daquele grupo. Estas memórias ditas sociais acabam sendo definidas como as lembranças que representam a

⁵³ Art. 1º: Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Parágrafo único Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

⁵⁴ Os primeiros pontos de memória considerados pilotos resultaram da parceria entre os Programas Mais Cultura, do Ministério da Cultura, e do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça, tendo como referência a vulnerabilidade social dos bairros selecionados. Nos editais posteriores ampliaram-se os critérios buscando referências diversas de identidade.

história local, esquecendo-se que a memória coletiva/social se faz de versões do passado que estão em constante atualização.

O corpus desta pesquisa consiste, em primeiro lugar, nos relatos de história de vida de antigos moradores e feirantes do bairro da Terra Firme, em Belém-Pará. Naquele contexto socioespacial, foram definidos dois segmentos de narradores para as entrevistas. O primeiro segmento composto de feirantes foi representado por oito indivíduos que atuam no Hortomercado, e um indivíduo que atua na feira da Celso Malcher, totalizando nove interlocutores, conforme discriminado no próximo capítulo (Quadro 5). Para a coleta das narrativas de vida desses feirantes e moradores do bairro da Terra Firme, recorremos ao fundamento teórico da História Oral (THOMPSON, 1992, p. 17), na qual serão ouvidos os feirantes que atuam no local desde a fundação do Hortomercado e da Feira, em 1989, bem como os moradores do bairro que frequentam a feira mais de uma vez na semana. Partindo destes relatos, teremos a trajetória de vida desses feirantes, no seu trabalho na feira, identificando os marcos sociais da memória desses indivíduos.

Segundo Alberti (1990), a História Oral pode ser entendida:

Como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo[...]. Trata se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam (ALBERTI, 1990).

No desenvolvimento do trabalho de campo, logo de imediato percebi que não conseguiria realizar o que havia proposto inicialmente, de pesquisar a Feira, o Hortomercado e o Shopping Chão, pois cada um deles configurava um “núcleo” dentro do espaço da feira e do Bairro. Compreendi, ali, que a feira da Terra Firme, apesar de ter uma estrutura parecida com as demais feiras locais, era bem diferente, pois ela tinha uma organização sob uma lógica própria, uma “confusão” estabelecida que parecia não ser decifrável, mas que para os que viviam aquela cotidianidade parecia que eles se encaixavam exatamente ali.

Os atores sociais compreendiam a dinâmica daquele espaço público, rua, que ali funcionava como lugar de trajeto, de trânsito, de troca, de sociabilidades (SIMMEL, 1983), que se caracterizam por rituais de interações (GOFFMAN, 2011) com suas situações de conflitos, de cooperação, de disputas. Eles tinham suas táticas e astúcias (CERTEAU, 1994) para lidar com aquele cotidiano, cujas práticas e interações estão inseridas na dinâmica social do bairro da Terra Firme.

4 - TERRA FIRME DE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: O BAIRRO, A RUA, A FEIRA CENAS DA MEMÓRIA E DAS PRÁTICAS COTIDIANAS NO BAIRRO

4.1 - O PERCURSO DA PESQUISA: CAMINHANDO PELO BAIRRO EM BUSCA DE CONTEXTOS E LUGARES DE MEMÓRIA

Ao iniciar a pesquisa de campo ao bairro da Terra Firme, em um primeiro momento fiquei atordoada ao observar in loco o contexto da pesquisa, que era principalmente a rua e pensava: O que tem aqui? Um Caos? Uma profusão de pessoas e veículos ocupando o mesmo espaço sem uma “ordem” definida? Estas reflexões suscitaram-me algumas questões sobre o fazer na pesquisa, e questionava: Como me inserir naquele contexto? Como fazer aquele trajeto na rua? Como me aproximar das pessoas, dos feirantes no meio de seu trabalho sem atrapalhá-los? Enfim, passei por esse momento de reconhecimento do campo, para que pudesse me adaptar e adequar ao que havia proposto na pesquisa.

Quando me deparei com aquele “caos” instalado na rua Celso Malcher, que tem uma lógica própria, fiquei imaginando a dificuldade que teria para a realizar esta pesquisa, visto que a rua era ocupada por uma infinidade de barracas, pessoas a pé, bicicletas, carros e ônibus (Figura 4). Via as pessoas circulando em meio àquela confusão e me perguntava: Como eles se entendiam?

Figura 4 - Rua Celso Malcher, com Feira e Hortomercado.



Foto: Autora, 2016.

Logo de imediato, percebi que não conseguiria realizar o que havia planejado inicialmente que era pesquisar a Feira, o Hortomercado e o Shopping Chão, pois cada um deles configurava um “núcleo” dentro do espaço da feira e do bairro. Ali compreendi que a feira da Terra Firme era bem diferente, apesar de ter uma estrutura parecida as demais feiras locais, pois tinha uma lógica própria, uma “confusão” estabelecida que parecia não ser decifrável, mas para as pessoas que viviam aquela cotidianidade pareciam que se encaixavam perfeitamente ali. Eles compreendiam a dinâmica daquele espaço público, da rua, que ali funcionava como lugar de trajeto, de trânsito, de troca e de sociabilidades (SIMMEL, 1983), que se caracterizam por rituais de interações (GOFFMAN, 2011) com suas situações de conflitos, de cooperação, de disputas. Eles tinham suas táticas e astúcias (CERTEAU, 1994) para lidar com aquele cotidiano.

Para a coleta das narrativas de vida dos feirantes e moradores do bairro, recorremos ao fundamento teórico da História Oral (THOMPSON, 1992, p. 17), através da qual seriam ouvidos os feirantes que atuam no local desde a fundação do hortomercado e da feira em 1989, assim como os moradores do bairro que frequentam a feira mais de uma vez por semana. Partindo destes relatos, teremos a trajetória de vida desses feirantes, no seu trabalho na feira, identificando os marcos sociais da memória desses indivíduos.

Segundo Alberti (1990), a História Oral pode ser entendida:

Como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo[...]. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam (ALBERTI, 1990).

O corpus da pesquisa consiste, primeiramente, dos relatos de memória sobre a história de vida de antigos moradores e feirantes do bairro da Terra Firme. No universo pesquisado, foram definidos dois segmentos de interlocutores para as entrevistas: o primeiro segmento foi composto por oito feirantes que atuam no hortomercado e um trabalhador que atua na feira da Celso Malcher, totalizando nove narradores (Quadro 2).

O segundo segmento foi composto por antigos moradores do bairro, dentre estes: cinco moradores de áreas invadidas e engajados em movimentos sociais desde que foram morar no bairro, sendo um morador de área invadida e participante de movimento social específico, ou seja, todos participaram de ações promovidas por algum movimento social; e três moradores de áreas não invadidas, mas não engajados em lutas sociais, e que foram morar para o bairro pela compra de terreno (Quadro 3).

Quadro 2 - Característica dos narradores do segmento de Feirantes.

Nome	Idade	Tempo de Trabalho na Feira	Tempo de Residência no Bairro	Localização na Feira/ Hortomercado
Cícera Gomes da Silva	81	Desde o seu início*	60 anos	Hortomercado
Elivaldo Barbosa	60	32 anos	40 anos	Hortomercado
Raimundo Sérgio	57	31 anos	55 anos	Hortomercado
Carlos Lisboa	40	7 anos**	40 anos	Hortomercado
Francisco Perotes	60	16 anos	40 anos	Hortomercado
Jorge	58	31anos	48 anos	Hortomercado
Maria das Graças	61	30 anos	40 anos	Hortomercado
Miguel	62	12 anos	35 anos	Hortomercado
Selma Maria	53	20 anos	Morou no bairro por 15 anos	Feira da Celso Malcher

Notas: * Localizada na rua Dois de Junho.

**Assumiu o ponto desde a morte de seu Pai, mas já trabalhava com ele desde criança.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Quadro 3 - Características dos narradores do segmento de Moradores do Bairro.

Nome	Idade	Tempo que mora no bairro	Como adquiriu sua casa	Participação em Movimentos Sociais
Neemias Bezerra	76 anos	68 anos	Comprou o terreno	Não engajado
Rosilda Franco	72 anos	46 anos	Comprou o terreno	Não engajada
Iolanda Alexandrino	60 anos	+/- 25 anos	Comprou o terreno	Não engajada
Maria Madalena	70 anos	27 anos	Comprou o terreno porque a área já estava ocupada.	Engajada em Mov. Social
Fátima Guilherme	70 anos	37 anos	Invasão	Líder comunitária
José Maria	53 anos	53 anos	Invasão	Líder Comunitário
Sâmia	34 anos	27 anos	Invasão	Participa de movimento específico
Francisco Rosa	68 anos	39 anos	Invasão	Líder Comunitário
Batista	70 anos	42 anos	Invasão	Líder Comunitário

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

O número reduzido de entrevistados favorece a análise dos dados, visto que a seleção dos informantes está diretamente relacionada aos problemas e objetivos da pesquisa, devendo ser muito bem delimitada para este fim e, ao mesmo tempo, elaborada de forma clara para facilitar a compreensão do entrevistado. Desta forma, segui as orientações de Thiolent (1980), que define três etapas que devem ser seguidas para a realização de entrevista não diretiva: 1) escolha de um pequeno número de pessoas diversificadas, representativas do assunto estudado, cuja seleção deve incluir representantes das posições mais diversas, por exemplo: “para estudar o fenômeno religioso, serão selecionadas pessoas religiosas e ateias”, portanto, não se trata de uma amostragem, mas sim da seleção de indivíduos em função dos critérios do investigador; 2) gravação de entrevistas conduzidas sem imposição de problemática, cujo ponto de partida é dado pela instrução do pesquisador. No decorrer da entrevista, o entrevistador permanece numa situação de “atenção flutuante”, que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural sem questionamento forçado; 3) a análise do conjunto das entrevistas selecionadas (*corpus*) levanta as verbalizações, assim como as hesitações, os silêncios, os risos, os lapsos, etc., que são considerados reveladores de significação latente (THIOLLENT, 1980, p. 86).

Escolhemos a maioria dos feirantes entre aqueles que trabalham no Hortomercado, por dois motivos: primeiro, porque lá se encontram os feirantes mais antigos da Terra Firme; segundo, devido à “facilidade de acesso” aos feirantes e para a realização das entrevistas e observações. Quanto ao segmento de moradores do bairro, os informantes foram selecionados levando-se em conta dois aspectos: o tempo de moradia no Bairro, devendo ter pelo menos 20 anos de residência e atuação do indivíduo no bairro, além da frequência à feira.

Estas entrevistas foram realizadas em duas etapas; a primeira de janeiro a março de 2017, com os feirantes que trabalham dentro do mercado; e a segunda de setembro a dezembro de 2017, com feirantes que atuam fora do mercado e com os moradores do Bairro.

As entrevistas dos segmentos de feirantes foram realizadas no próprio Hortomercado, nos boxes de venda dos entrevistados durante o horário de funcionamento, pois mesmo tendo solicitado que a entrevistas fossem realizadas em horários diferentes e fora do hortomercado, os feirantes não concordaram, alegando falta de tempo e que tinham outras tarefas a fazer; e o único que concordou em marcar na sua casa, não conseguimos, pois ele desmarcou três vezes e acabamos marcando a entrevista no hortomercado.

Estas condições para a realização das entrevistas com os feirantes apresentaram aspectos limitantes, mas, ao mesmo tempo, proporcionaram a observação *in loco* da interação entre os feirantes e seus fregueses, mostrando, assim as formas de venda, de negociação com o cliente.

No entanto, a limitação devido às pausas durante as entrevistas quando chegava um freguês e o feirante precisava atendê-lo, enquanto isso, ficávamos observando as conversas em que aproveitávamos para identificar alguns aspectos relativos à interação entre eles.

Quanto aos moradores do bairro da Terra Firme, as entrevistas foram realizadas em suas residências, de acordo com os horários que eles estipularam, alguns reuniram-se em grupos na casa de um dos entrevistados, onde realizamos as entrevistas individuais com cada um deles. A seleção dos narradores foi definida a partir de um *survey* realizado com os feirantes do Hortomercado e da Feira da rua Celso Malcher, no período de novembro e dezembro de 2016, o que possibilitou obtermos o perfil desses atores tanto pelas questões respondidas quanto pelas conversas informais realizadas durante esta pesquisa, quando identificamos os interessados em participar da pesquisa e após a análise dos dados selecionamos os que se enquadram no perfil definido para os entrevistados: moradores nascidos ou residentes no bairro há pelos menos 25 anos e ao que trabalham na feira há pelo menos 20 anos.

Os relatos coletados por meio da história oral sobre a trajetória de vida dos sujeitos da pesquisa, no caso, os trabalhadores e frequentadores da Feira e Hortomercado da Terra Firme, nos permitiram conhecer os múltiplos sentidos que esses personagens/intérpretes conferem aos espaços onde convivem, revelando os comportamentos sociais que carregam as linguagens e percepções do seu tempo. Além disso, “[...] esses registros de narrativas orais ganham forte representação, pois permitem valorizar as trajetórias de vida que ficaram quase sempre no anonimato ou reduzidas a dados estatísticos em escrituras oficiais” (SARRAF et al., 2015, p. 5).

Portelli (1997) corrobora este argumento quando afirma que a memória está intrinsecamente ligada à experiência pessoal do sujeito que realiza o ato de rememorar. Para este autor, a história oral não é apenas uma técnica de pesquisa voltada para a coleta de narrativas do passado, mas também é:

Uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre sua experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma delas (PORTELLI, 1997, p. 15).

Sabe-se que embora a memória tenha um caráter individual, ela remete aos aspectos sociais e aos padrões culturais, ou seja, ela compreende dois níveis – o individual e o social – como já referido anteriormente. Estes dois padrões da memória resultam da interação entre indivíduo e o seu meio social, no entanto, “a apreensão das experiências concretas através do ato de rememorar é pessoal (ANTUNES, 2008, p 328).

Neste aspecto, a existência de semelhanças, distinções ou mesmo contradições nos relatos e depoimentos sobre um acontecimento específico não se caracteriza como fato restritivo para o estudo da memória, ao contrário, o caráter individual da memória impossibilita a existência de memórias idênticas, pois, embora os indivíduos tenham vivenciado o mesmo momento ou participado do mesmo acontecimento, cada um deles atribui um significado pessoal a sua memória, o que será evidenciado através da sua narrativa. Isto ocorre porque cada indivíduo tem uma visão de mundo diferenciada. No caso da Terra Firme, percebi que entre as lideranças comunitárias do bairro há pessoas que participam de partidos políticos, por isso têm um discurso que se coaduna com sua ideologia partidária. Outros não, mas lutam pela necessidade, por um ideal político apartidário; já outros não estão engajados e veem as lutas sociais e as mobilizações em prol dos seus direitos de forma distanciada, mesmo que os resultados sejam benéficos para toda a comunidade, como no caso do posto de saúde, do mercado, das linhas de ônibus etc.

Goulart (1989, p 69) ressalta que as distinções entre depoimentos sobre o mesmo tema ou de versões diferentes sobre um determinado evento não implica na impossibilidade de apreensão dos acontecimentos. Com base nestas considerações, dividimos os dois grupos para as narrativas de histórias de vida, como citamos anteriormente. No entanto, embora tenhamos separado estes dois grupos de relatos, na verdade, eles se misturam em algumas questões, por exemplo: como era o bairro da Terra Firme, fato que veremos no Capítulo 5, ao apresentarmos a história do bairro, com base na análise das narrativas destes interlocutores.

Para esta abordagem das narrativas, fundamento-me nas argumentações de Goulart (1989), ao esclarecer que esta separação em dois tipos de relatos, muitas vezes se misturam, mas concordo com ele que estas distinções são válidas, de fato, “[...] pode-se identificar nas falas, colagens entre fragmentos das várias versões. Estas narrativas foram gravadas em meio digital e depois transcritas para a análise dos conteúdos das narrativas” (BARDIN, 1977; BERTAUX, 2010), buscando associá-las com os demais dados da pesquisa.

Neste sentido, a história oral foi essencial para a percepção do passado do bairro da Terra Firme, visto que consegui encontrar pouco material escrito sobre a história o bairro. Sendo assim, o enfoque na modalidade história oral de vida possibilitou o acesso a outras fontes, como fotos, reportagens e escritos pessoais sobre o bairro. Em relação à história de vida, Nóvoa (2004) afirma que, mais do que o passado, as histórias de vida pensam o futuro, pois, além de revelar o passado contribuem para a construção do futuro, quando permitem perceber a relação entre os fatos, levando a repensar as trajetórias traçadas e a trilhar caminhos diferentes ou não, em busca do seu amanhã.

A observação de campo fundamentou-se, em um primeiro momento, no trabalho de Cornélia Eckert (2013) sobre a etnografia de rua, que “propicia uma exploração dos espaços urbanos investigados através de caminhadas no território da pesquisa (ECKERT, 2003). O ato de caminhar pelas ruas do bairro torna-se uma estratégia de interação com as pessoas e coisas que cruzamos nas ruas. Nesta pesquisa delimitei a área da etnografia de rua em um trecho na Rua Celso Malcher até a Rua São Domingos/Praça Olavo Bilac, abrangendo a parte central de comércio do bairro, iniciando na passagem Santa Helena onde começa a intensificar o comércio.

Com base em Eckert e Rocha (2003, p. 5), podemos argumentar que o pesquisador observa a cidade, o bairro, a rua como um objeto temporal, lugar de trajetos e percursos sobrepostos, urdidos numa trama de ações cotidianas. Para tal, deve mergulhar no ritmo urbano e perder-se na multidão, a exemplo do *Flaneur* apresentado por Benjamin (1989), devendo também situar-se nas conversas rápidas dos moradores, transeuntes, registrar o olhar descomplicado dos passantes, rabiscar desenhos, bater fotos, gravar cenas (ECKERT, 2003, p. 4).

Para estas autoras, a técnica da etnografia de rua propicia uma exploração dos espaços urbanos a serem investigados através de caminhadas “sem destino fixo” nos seus territórios. Esta orientação metodológica não se limita a redirecionar o olhar do pesquisador para a sua cidade por meio de processos de reinvenção/encantamento de seus espaços cotidianos, mas capacitá-lo às exigências do rigor nas observações etnográficas durante as ações que envolvem deslocamentos constantes no cenário da vida urbana (ECKERT, ROCHA, 2003).

Nesta caminhada pelo bairro percebemos a feira e as ruas principais como um palco onde transitam atores com performances diversas, uns com pressa, outros apenas observando, outros olhando com detalhes os produtos expostos para a venda, neste vaivém de pessoas, carros, ônibus, bicicletas, eu estava ali tentando fazer uma primeira leitura daquela “paisagem” que se apresentava na minha frente. Esta primeira observação serviu para verificar se as questões que buscava responder em minha pesquisa condiziam com a realidade ou com o contexto apresentado pelo mercado e feira. No decorrer desta “caminhada” pude fazer o reconhecimento do entorno e desconstruir muitas das questões e imagens preconcebidas que trazia sobre o lugar.

Desta forma, entendemos o que Geertz (1989) diz ao tratar sobre a piscadela burlesca, pois naquele lugar eu deveria estar bem atenta ao que se passava em minha volta. As questões que havia levantado anteriormente sobre a feira ser um dos marcos de memória do bairro parecia mais óbvio e, assim, reformulei a pergunta da pesquisa para a que apresentamos na metodologia,

visando evidenciar as interações que estão presentes no bairro, visto que ali se encontram diversas formas de relações, sejam elas amistosas ou conflituosas. Esta abordagem fundamenta-se em Simmel (1967) e Bauman (2003): o primeiro quando descreve a cidade moderna e toda a sua efervescência; e o segundo quando aborda a liquidez da sociedade pós-moderna.

Lage (2009) corrobora os argumentos anteriores, pois, para a autora, a etnografia é considerada uma descrição densa, por englobar uma multiplicidade de estruturas complexas que o antropólogo deve apreender e apresentar. De acordo com Geertz (1989), fazer etnografia é como “construir uma leitura” de um manuscrito estranho, que possui incoerências e exemplos transitórios. Dessa forma, o caminhar pelas ruas do bairro torna-se uma estratégia de interação com as pessoas com as quais cruzamos nesses percursos.

Para Eckert e Rocha (2003), a etnografia de rua consiste na exploração de espaços urbanos que são investigados através de caminhadas sem destino fixo no seu território.

Esta metodologia propõe ao pesquisador o desafio de experimentar a ambiência das cidades como a de uma “morada de rua” cujos ruídos, cheiros e cores a percorrer sugerem, direções e sentidos desenhados pelo próprio movimento dos pedestres e dos carros que nos conduzem a certos lugares, cenários, paisagens, em detrimento de outros (ECKERT; ROCHA, 2003, p. 4-5).

Com esta técnica tem-se a possibilidade de perceber as formas sociais (SIMMEL, 1983, p. 90) e as práticas presentes neste espaço. Sendo assim, traçamos um roteiro de observação que englobou o Hortomercado, a Feira e o Shopping Chão a rua Celso Malcher. A compreensão das formas de interação social fundamenta-se no referencial teórico de Simmel (Idem), que as define como sociação.

[...] a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana (SIMMEL, 2006, p. 60).

Esta demarcação teve como referência o texto “Caminhadas pela cidade”, de De Certeau (1998). Busquei fazer um mapeamento desses locais atentando para as formas de apropriação do espaço da rua pelas pessoas e grupos que por ali transitam e as situações de interações observadas. Esta observação foi realizada em uma primeira etapa dentro do hortomercado, por ser um ambiente mais controlável e fácil de se localizar para a observação, visto que neste espaço existe um mezanino onde podia observar o movimento da parte principal do Mercado (Figura 5).

Figura 5 - Observação no Mezanino, onde funciona a Administração do Hortomercado.



Foto: Alex Rodrigues, 2017.

Daquele local visualiza-se principalmente a parte posterior (fundos) e a lateral esquerda do mercado, onde se concentra a venda de pescado. Ali onde ficam o administrador da feira e o fiscal da Secretaria Municipal de Economia (SECOM), de onde se observava o movimento do mercado (Figura 6), mas durante o tempo que fiquei ali, eles sempre estavam na rua fiscalizando a feira.

Figura 6 - Vista parcial do Hortomercado da Terra Firme (Mezanino - setor de pescado).



Foto: Ana Silva, 2017

Na Rua/Feira a observação foi realizada durante o trajeto de deslocamento para o mercado (Figura 7), a partir da Passagem Santa Helena, ao longo da Rua Celso Malcher até o início da Rua São Domingos, em frente à praça Olavo Bilac. Nesta caminhada foram observados os cenários da feira e do seu entorno, o movimento das pessoas, os comércios, as casas, o trânsito de bicicleta, carros e ônibus. Desta forma, a pesquisa sobre a feira focou-se na metodologia da observação para a descrição dos cenários e as situações de interações.

Figura 7 - Mapa do trajeto da caminhada para observação da Etnografia de Rua.



Fonte: Lab. de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA), 2018.

Fonte: Laboratório de Análise Espaciais (LAENA/UFPA), 2018.

Na aproximação com os feirantes, num primeiro momento tentei familiarizar-me com os padrões rotineiros da ação que corresponde ao universo cotidiano deste trabalho, bem como identificar os principais agentes e sujeitos (trabalhadores da feira, fregueses, comerciantes, moradores das proximidades, entre outros) que fizeram parte da pesquisa. Desta forma, estabeleci outro ponto de observação dentro do mercado – uma lanchonete que funciona como

ponto de encontro dos feirantes – ali eles param para fazer seus lanches e conversar. Neste local fiquei a observar algumas situações de interação (GOFFMAN, 2010) que destaquei em relação ao comportamento dos feirantes e sua atuação no mercado, a interface entre eles.

Na primeira etapa da observação, entre novembro e dezembro de 2016, realizei o *survey* com aplicação de questionários para traçar o perfil dos feirantes e frequentadores da Feira e Hortomercado da Terra Firme. Defini três grupos para a entrevista: os feirantes de dentro do Hortomercado (num total de 50 questionários); os feirantes da Feira da rua Celso Malcher (50 questionários) e os frequentadores da feira (47 questionários). A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira entre os meses de novembro e dezembro de 2016 com os feirantes de dentro do Hortomercado (Figura 8).

Figura 8 - *Survey* realizado com os feirantes dentro do Hortomercado.



Foto: Autora, 2016.

A segunda etapa ocorreu nas duas últimas semanas de agosto de 2017, com os frequentadores da feira; e em outubro 2017, com os feirantes de fora do mercado. Esta fase da pesquisa de campo contribuiu para a aproximação com os feirantes, pois, durante a aplicação dos questionários tive conversas informais com eles, buscando contatos para futuras entrevistas e até mesmo informações mais detalhadas sobre as suas respostas. No entanto, na feira da rua, foi maior a dificuldade para minha aproximação dos feirantes, devido ao fluxo de clientes e a disposição dos feirantes na calçada e na rua, o que dificulta o estabelecimento de uma conversa longa se não fosse do feirante com seu freguês ou com um conhecido e, mesmo assim, muito focadas na compra, por causa do trânsito intenso naquele perímetro.

Outra situação relacionada à pesquisa na feira foi a negação por parte dos feirantes do lado oposto do mercado em responder aos questionários, mostrando sua resistência como uma tática para “invisibilizá-los”, pelo fato de muitos feirantes estarem trabalhando na feira de forma irregular, vendendo produtos não permitidos, como CDs piratas, comidas de origem animal que não podem ser vendidas na rua, remédios, etc., mas eles estão lá chamando seus clientes, ou seja, eles existem, mas não querem ser vistos, tanto que estão localizados às margens da feira, em locais que não estão à vista, o que lhes dá a possibilidade de fugir caso a fiscalização apareça⁵⁵.

Conversando informalmente com algumas pessoas que se encontravam nesta situação à margem da feira, percebeu-se que estes feirantes se concentram na área em frente ao hortomercado, onde se localizam diversas lojas, principalmente de confecções; outros feirantes que ficam “do lado oposto” estão ali há pouco tempo, em média, um ano, e foram trabalhar na atividade da feira devido à necessidade de renda.

A observação foi uma das estratégias utilizadas para a aproximação com os feirantes (Figura 9), visto que eu era uma “outsider” (ELIAS; ACOTSON, 2000), uma estranha, chegando ali como uma “fiscal”, alguém que veio para vigiar, como se verá no capítulo seguinte, onde relato minha experiência na etnografia de rua. Este estranhamento era visto no próprio modo de olhar dos feirantes em relação a minha pessoa. Após a aplicação destes questionários realizei a análise dos mesmos, a partir dos quais tive uma visão das características gerais destes atores, inclusive com a percepção da diferença do perfil entre os feirantes de dentro e os de fora do mercado, e o dos tipos de pessoas que frequentam a feira e o tempo de frequência delas neste local e que serão descritos no tópico sob a caracterização da feira.

⁵⁵ Esta atitude me lembrou os ciganos nas feiras que pesquisei em Portugal, pois estes sujeitos carregam um estigma muito negativo na sociedade portuguesa devido a questões históricas e de diferença cultural, que causa um clima de tensão entre os feirantes portugueses e os feirantes ciganos, sendo estes últimos colocados no final da feira, onde se concentra toda a sua etnia, que, segundo o sr. Joaquim S., da Câmara Municipal de Espinho, esta é uma estratégia para evitar os conflitos com os feirantes não ciganos. Por outro lado, este grupo étnico também se coloca à margem como uma tática para a preservação de seus valores. A etnia cigana tem uma comunidade muito fechada e com uma dinâmica bem diferente, pois eles têm sua própria lógica e estrutura social, que foge dos padrões estabelecidos pela sociedade. Eu tive com eles a mesma experiência, de negação em referência à pesquisa, pois eles não querem ser visibilizados para preservar suas tradições e usando a linguagem goffmaniana, sua fachada, ou seja, a imagem que se tem perante os não ciganos e os ciganos.

Figura 9 - Observação dentro do Hortomercado.



Foto: Karol Brito, 2017.

Para a captação das representações cotidianas sobre o bairro utilizei como estratégia metodológica a oficina e o percurso interativo, que permitiram coletar de dados que oportunizaram perceber o olhar dos indivíduos participantes sobre o lugar. A oficina denominada “Micro olhar sobre o bairro da Terra Firme” (Figura 10), foi realizada em maio de 2015⁵⁶, com a participação de 20 pessoas, sendo que 40% dos participantes eram de fora do bairro, o que foi importante para poder articular a discussão em torno das representações cotidianas sobre o bairro trazidas pelos moradores. Os participantes residentes do bairro eram estudantes, lideranças comunitárias, antigos moradores e professores. Os não residentes: artistas plásticos, estudantes universitários, professores e estagiários do Museu Goeldi⁵⁷. Como metodologia utilizamos atividades com tipos dinâmicas de grupo e compartilhamento das experiências, que foram gravadas em áudio e fotografias. Esta oficina foi realizada na Unidade de Polícia Pacificadora (UIPP) do Bairro, localizada na rua Celso Malcher.

⁵⁶ Esta oficina foi realizada como parte da programação da Semana Nacional de Museus, promovida pelo Instituto Nacional de Museu (IBRAM) e teve a parceria do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Ponto de Memória da Terra Firme.

⁵⁷ Dados obtidos pelas fichas de inscrição e livro de assinaturas.

Figura 10 - Cartaz de divulgação da Oficina Micro Olhar sobre o Bairro da Terra Firme.



Fonte: Museu Goeldi, 2015.

Spink, Menegon e Medrado (2014) consideram as oficinas como espaços de negociação de sentidos, com potencial crítico de produção coletiva de sentidos. No caso desta pesquisa o objetivo foi de verificar a percepção e interação dos moradores com os seus espaços de vivência. Para isto, realizei diversas atividades com o grupo, como caminhada pelas ruas do bairro, registros fotográficos das cenas cotidianas, para demarcar os marcos de memória – o que implica na representação dos lugares de memória identificados por esses moradores – visando compreender o ato de compartilhar os espaços do bairro e da cidade. Darei destaque para duas atividades: a construção da linha do tempo individual e coletiva do grupo; e a caminhada com olhar micro sobre a rua, visto que estas atividades deram as primeiras “pistas” (FERRAZ, 2011) para a etnografia de rua.

- Construção da linha do tempo individual e coletiva

O objetivo desta atividade foi identificar os marcos de memória individual, a fim de que os participantes percebessem a relação da sua memória com o contexto social e como estes se relacionam (Figura 11). Para a construção da linha do tempo coletiva, foram formados três grupos para que elaborassem a linha do tempo do bairro a partir de suas experiências (Figura 12a-d), na qual eram definidos os marcos de memória. Estes grupos foram compostos por pessoas do Bairro e de fora, para que os participantes que não residiam na Terra Firme pudessem ouvir as histórias de vida dos moradores e assim conhecer um pouco mais sobre o lugar.

Figura 11 - Construção da Linha do Tempo Individual.



Foto: Silva, 2015

Figura 12a-d - Sequência de fotos mostrando a construção da Linha do Tempo Coletiva.



Fonte: Autora,201

A seguir, apresento um quadro síntese das linhas do tempo coletiva que foram apresentadas nesta atividade (Quadro 4).

Quadro 4 - Síntese dos marcos de memória definido na Linha do Tempo Coletiva.

Grupos	Características	Formas de Elaboração	Marcos de Memória
Grupo 1	Composto por participantes de dentro do bairro, com tempo de moradia em torno de 35 anos; e participantes de fora do bairro.	Elaboraram uma linha destacando o tempo por anos e pontuando o que acharam de importante. O grupo definiu o início do tempo a partir de 1950 até 2012.	- Curtume Santo Antônio; - Campus de Pesquisa do Museu; - Surgimento dos Centros Comunitários; - Parceria do Museu Goeldi com a Comunidade; - Criação do Hortomercado e expansão da Feira Livre.
Grupo 2	Composto por moradores nascidos no bairro, na faixa de 20 a 35 anos.	Elaboraram sua linha tempo focado em imagens que lembram o passado do bairro.	- As brincadeiras, banho de rio, a convivência no bairro, as hortas, as sedes das festas; - A UIPP como um marco de memória negativo.
Grupo 3	Composto por professores, estudantes universitários moradores do bairro	A linha do tempo foi elaborada considerando décadas	- A relação do Museu com a comunidade; - A luta dos moradores pela melhoria do bairro.

Fonte: Elaboração a partir da Pesquisa de Campo, 2015.

- Caminhada pela rua Celso Malcher e São Domingos

Num segundo momento da oficina, foi realizada observação nas ruas Celso Malcher, São Domingos e Praça Olavo Bilac. Para isso, foram divididos quatro grupos que seguiram um roteiro de observação recebidos pelos grupos (Figura 13). O objetivo foi perceber o cotidiano do bairro, as diferenças, interações etc. Partindo destas observações foi realizada uma roda de conversa para compartilhar a experiência. Segundo Figueiredo e Queiroz (2013), a roda de conversa é uma metodologia que, além do pensar compartilhado, possibilita a significação dos acontecimentos. Desta forma, a partir dos relatos das experiências e da observação, podemos compreender que os participantes da oficina vivenciaram os espaços e perceberam aspectos que nunca tinham atentado antes.

Figura 13 - Observação nas ruas do Bairro da Terra Firme pelos participantes da oficina.



Fonte: Karol Santos, 2015.

A pesquisa de campo, com a utilização destas metodologias, propiciou a percepção dos indivíduos moradores do bairro, em relação à problemática estudada e o reconhecimento do grau de compreensão destes sujeitos acerca da memória social no contexto do bairro. No diálogo estabelecido entre mim (sujeito pesquisador) e o outro (sujeito da pesquisa) conformam-se as características da vida cotidiana onde se estabelecem os valores, as convicções relativas àquela realidade.

A memória, em sua materialização a partir das narrativas de histórias de vida, configura-se em uma representação do passado fundamentada nas representações do cotidiano que se manifestam de distintas formas, as quais são recortes simples de como se comprehende o mundo (VIANA, 2015). Esta mesma autora afirma que a representação traz à tona algo ausente, que ocorre sempre sobre algo circunscrito, delimitado, sendo uma parte representada do todo. Assim, estas metodologias contribuíram para responder à questão principal de uma pesquisa que trata do cotidiano do bairro.

Terra Firme, que lugar é este? O que acontece ali? E porque é assim? O contraste entre as histórias narradas pelos antigos moradores de um lugar que foi floresta, com igarapé e fazendas e a imagem destacada pela mídia acerca deste lugar e com a imagem real do cotidiano do bairro, leva-me a indagar: Quem são os moradores deste bairro? Quais são as suas histórias?

Como chegaram àquele lugar? Estas questões constituem o ponto de partida quando pesamos na memória do bairro, para saber como os moradores se relacionam com o espaço da feira e do hortomercado, entendidos como espaços ocupados onde eles vivenciaram suas experiências, transmitindo seus relatos, transformações em diferentes contextos sociais e históricos.

Além disso, pelos relatos, almejava-se conhecer como a Terra Firme é narrada, enquanto espaço vivido e espaço sonhado pelos seus moradores. Diante das contradições entre as imagens veiculadas pela mídia, que mostra o bairro como um lugar inóspito, de violência, e os relatos trazidos pelos moradores, a Terra Firme surge como um bom lugar para viver. Durante a pesquisa, percebi que este bairro era narrado pelos sujeitos da pesquisa como um lugar de luta, de tensões, de resistência, mas também onde encontram-se lugares de encontro e de apaziguamento da memória.

O bairro da Terra Firme se insere em um contexto mais amplo, o da cidade de Belém., neste sentido é importante para compreensão do micro contexto do bairro é importante enquadrar o bairro da Terra Firme na conjuntura histórica da cidade.

4.2 - PERCURSOS PERCEPTIVO INTERATIVO NO BAIRRO DA TERRA FIRME

O percurso pelas ruas do bairro da Terra Firme é uma forma de perceber de modo mais próximo, articulando olhares dos moradores e dos de fora. No final de 2015, foi realizado um encontro promovido pelo Ponto de Memória, que reuniu representantes do Norte e Nordeste do Brasil para articulação das redes de Pontos de Memória. No final deste encontro foi realizada uma visita ao bairro, em que o grupo saiu no final da tarde acompanhado à distância por uma viatura da polícia, para conhecer um pouco do bairro através de suas ruas. Nesta visita, passamos pelo jardim comunitário, as áreas onde jogavam lixo, o posto de saúde, enfim, nos locais que faziam parte do cotidiano e que eram mostrados pelos seus próprios atores. Ali, eu era uma visitante como os outros. Esta caminhada pelas ruas foi interessante, pois na ocasião pude ter um olhar distanciado, para além das fronteiras de minha pesquisa, e um micro olhar, como propus na oficina, como também pude ouvir o que os outros participantes comentavam sobre o “passeio”.

A partir desta experiência, surgiu a ideia de se elaborar um roteiro interpretativo do/no bairro na Terra Firme. Iniciamos a conversa com o Ponto de Memória, sugerindo que fosse elaborado um roteiro que fosse oferecido para os que quisessem conhecer o bairro. Confesso

que no início pensei: Será que alguém vai querer conhecer este roteiro que interessa apenas para eles? No entanto, depois comecei a compreender que para eles não importava se as pessoas quisessem conhecer ou não, mas importava que eles queriam mostrar o seu cotidiano, no sentido que trata De Certeau (1996, p. 31), como “aquilo que nos é dado cada dia”; de mostrar como consumiam ou praticavam o seu espaço e, ao fazê-lo, reafirmavam o seu pertencimento ao bairro e articulavam novas versões da sua memória coletiva.

Enfim, junto com eles, continuei a elaboração do roteiro, que acabou sendo inserido na programação da Semana do Meio Ambiente do Museu Goeldi, como forma de divulgar a atividade, visto que eles não teriam como fazer a divulgação em grande escala, mas também para aproveitar as possibilidades oferecidas para a execução da sua ação proposta. Sendo assim, o roteiro/percurso foi incluído na programação, realizada no sábado, dia 6 de junho de 2016, agora com uma outra roupagem. Foi definido um tempo, um começo e uma delimitação dos lugares que seriam incluídos, ou seja, tornou-se algo formal e institucionalizado, mas o meu objetivo com este percurso foi captar e perceber como este espaço é praticado e produzido no contexto cotidiano do bairro e como os “caminhantes” veriam estas práticas.

O percurso iniciou-se no Campus de Pesquisa do Museu Emílio Goeldi (MPEG) localizado na Av. Perimetral (Figura 14). Desde a década de 1980 o Museu Goeldi desenvolve projetos integrados com o bairro da Terra Firme e é um dos parceiros do Ponto de Memória no bairro. O Campus de Pesquisa do MPEG é uma referência para os comunitários devido à historicidade e parceria institucional, principalmente com o Centro Comunitário Bom Jesus, partir do projeto “Museu Goeldi leva Educação e Ciência à Comunidade”, que foi lançado em 1985, ampliando os objetivos comunitários ao participar de diversas ações de educação em ciências promovidas por esta instituição (Da Silva Brito, 2014).

Este projeto atualmente se articula com o Ponto de memória na realização das ações do Museu Goeldi que se voltam para o bairro. Algumas ações específicas continuam sendo realizadas com os moradores, como visitas ao campus de pesquisa do Museu; Visita ao parque Zoobotânico; oficinas realizadas com alunos e professores sobre temas pesquisados pelo Museu Goeldi; Festival de gastronomia inteligente.⁵⁸

⁵⁸ O Festival de Gastronomia Inteligente é uma ação promovida pelo Museu Goeldi juntamente com moradores do bairro da Terra Firme. Esta ação teve início na década de 1980, em parceria com o Centro Comunitário Bom Jesus, então nomeada de Alimentação Alternativa, tendo como objetivo introduzir uma alimentação que reaproveitasse restos de alimentos considerados saudáveis, mas que iam para o lixo, como cascas de banana, de ovo, entre outros, tudo isso com a finalidade de enriquecer a alimentação das crianças. Atualmente, o Festival de Gastronomia Inteligente é realizado no Parque Zoobotânico do MPEG, onde se realizam exposições e oficinas sobre alimentação saudável, contando com a colaboração de diversas instituições no âmbito municipal, estadual e federal, além de pequenos e médios empreendedores do ramo de alimentação.

Figura 14 - Parada do percurso Museu Paraense Emílio Goeldi.



Foto: Silva, 2016.

Na Av. Perimetral existe o Jardim Comunitário (Figura 15), que demonstra a resistência dos moradores em relação ao descaso do poder público, quanto à coleta de lixo no bairro. O movimento começou com duas moradoras (Fátima e Madalena) em uma área onde era jogado lixo, localizada entre o Museu Goeldi e a escola Mario Barbosa. Elas começaram a fazer o Jardim e solicitaram o apoio do Museu, mas houve algumas tensões nesta relação, como visto anteriormente.

Figura 15 - Jardim Comunitário na Av. Perimetral.



Foto: Ana Silva, 2016.

Saindo da Av. Perimetral entrando na Rua São Domingos, temos o terceiro ponto a ser apresentado no percurso será a escola estadual Brigadeiro Fontenelle que está no bairro há mais de quarenta anos, que é uma das representações de luta pela educação no bairro e, referência em mobilização comunitária. A escola oferece uma programação à comunidade com atividades culturais de cinema, dança e teatro (Figura 16).

Figura 16 - Parada Escola Brigadeiro Fontenelle.



Foto: Ana Silva, 2016.

Seguindo o trajeto, no final da rua São Domingos, encontra-se a Igreja de São Domingos Gusmão, em frente a ela existe uma das únicas praças do bairro, a praça Olavo Bilac, que foi cenário para diversas manifestações, luta e reivindicações. Este espaço público é referência para os moradores, pois além das diversas manifestações culturais que aconteceram e acontecem no bairro, pela parte da manhã funciona o chamado “shopping chão” onde são vendidas diversas mercadorias e serviços que são expostos no chão, por cima de lonas e matérias improvisados de onde provem o seu sustento (Figura 17).

Figura 17 - Parada Praça Olavo Bilac.



Foto: Ana Silva, 2016

Neste local percebe-se uma confluência de pessoas que trabalham, batem papo, passeiam, ou seja, é um dos principais espaços de sociabilidade do bairro, e ponto de referência para quem não é do bairro. Segundo relato de um antigo morador, a praça era um local totalmente diferente alguns anos atrás, pois era aberta e possuía bancos onde as pessoas sentavam para conversar, “uma pequena piscina” onde as crianças tomavam banho e a venda no local ocorria livremente, com pessoas de fora do bairro geralmente estudantes universitários em busca de recursos para viagens ou formatura. Hoje, a praça é gradeada e não há mais bancos e para a venda no shop chão paga-se uma taxa simbólica de R\$ 1,00 (um real) para a Paróquia de São Domingos Gusmão.

O quarto ponto de parada foi a Feira da rua Celso Malcher, que é outro local de muita representatividade no bairro. Assim como em outras feiras, a Feira da Terra Firme é um local de sociabilidade entre os moradores e faz parte da identidade cultural do bairro, também um espaço de intenso fluxo de pessoas. A maioria dos feirantes mora no bairro e herdou o ofício e os saberes de seus pais, avós e familiares. Nesta feira existe uma grande diversidade de produtos e, segundo os moradores, funciona inclusive à noite com a venda de pescado (Figura 18).

Figura 18 - Parada da Feira e Hortomercado.

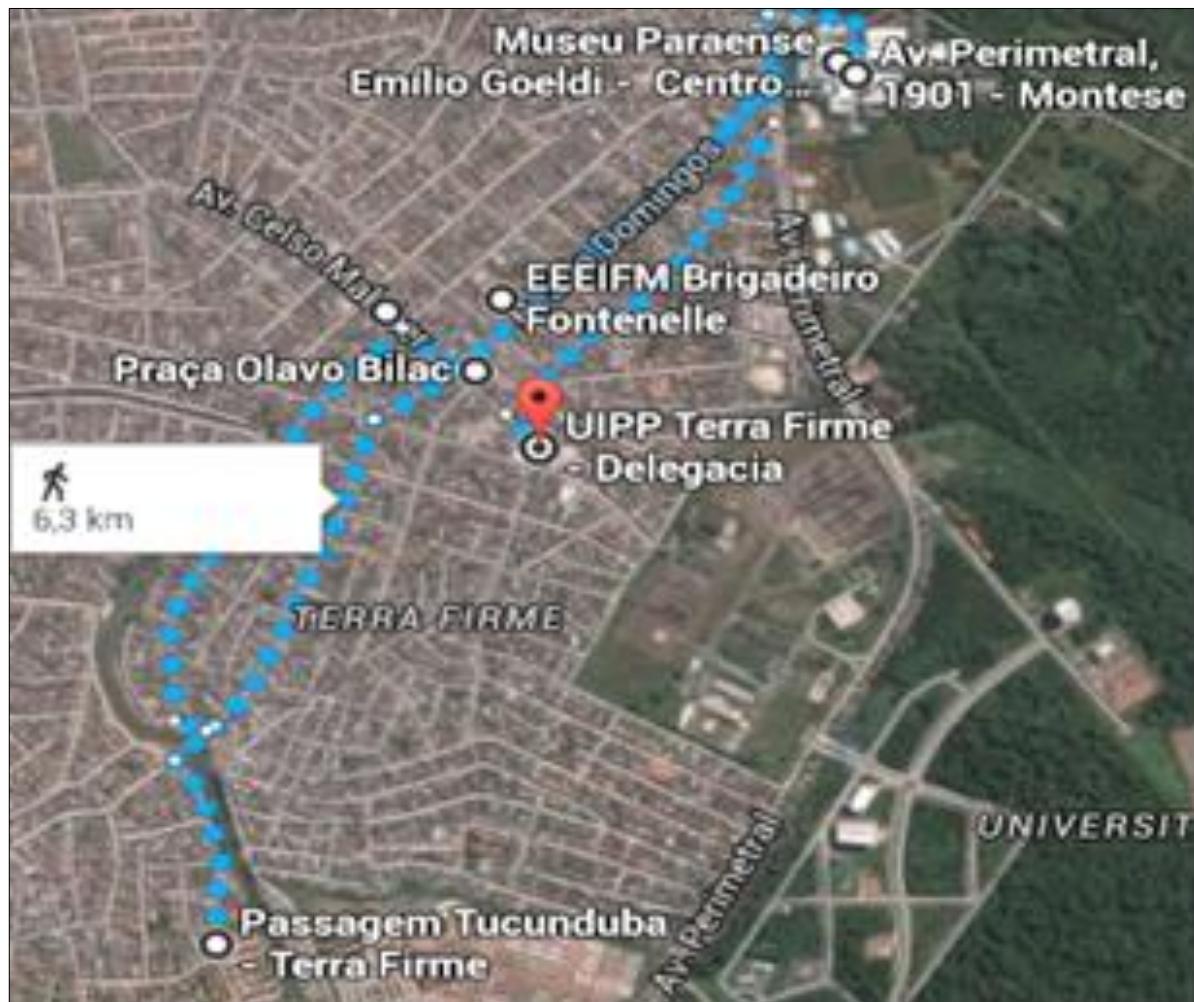


Foto: Karol Santos, 2016.

Para o próximo ponto de parada foi escolhida o Igarapé do Tucunduba, que era utilizado como espaço de lazer onde as crianças brincavam e tomavam banho. Porém, devido à expansão do bairro, as margens do Igarapé foram ocupadas e adotou-se uma nova dinâmica. Hoje, nas margens deste igarapé existe uma feira, com a peculiaridade de que nela é possível comprar produtos diretamente dos ribeirinhos que vêm das ilhas próximas a Belém. No entanto, pelo horário não se chegou a este ponto pela distância da caminhada até lá. Este trajeto tem cerca de 6,3 km, como apresentado no mapa do percurso (Figura 19).

Em cada parada, os próprios moradores que apresentaram o ponto de parada, o histórico, a representatividade e, principalmente, relataram sua relação com o lugar e suas memórias sobre ele. O percurso foi totalmente interativo para que não houvesse apenas uma exposição sobre alguns espaços de vivencia e memória dos moradores do bairro da Terra Firme, mas para que houvesse momentos de sociabilidade e interação entre participantes e moradores.

Figura 19 - Mapa do Percurso Interativo no Bairro da Terra Firme, Belém-PA.



Fonte: Google Maps, adaptado por Karol Santos, 2016.

Após o percurso realizou-se uma avaliação sobre o perfil dos participantes. Neste sentido foram feitas algumas perguntas a estes indivíduos sobre o que vivenciaram durante a caminhada, para isto, foi utilizado um formulário (Anexo), que foi respondido pelos próprios participantes. Esta avaliação serviu para perceber o movimento do bairro, pois o percurso foi no sábado pela manhã, devido neste dia as ruas estarem mais movimentadas e poder se perceber a efervescência do Bairro. Participaram deste percurso interpretativo 12 pessoas e, destas, 30% (4 pessoas) moram no Bairro e 70% (9 pessoas) são de outros bairros de Belém (Jurunas,

Cremação, Pedreira, Souza, Fátima, Reduto, Canudos). A maioria soube do roteiro pelo ponto de Memória, pelo Museu Goeldi e por pessoas conhecidas do bairro. A faixa etária dos participantes foi bem diversificada, variando dos 20 aos 60 anos, sendo que 50% eram estudantes de nível superior, 20 % professores, 10% técnicos de instituições museais e 30% donas de casas e profissionais informais e desempregados.

Quanto à questão principal: O que lhe chamou a atenção no Percurso? Os participantes destacaram vários aspectos que lhes chamaram a atenção durante o roteiro:

- A diversidade e dinâmica social da feira da Terra Firme;
- O compartilhamento de memórias entre os moradores e os de fora do bairro;
- A luta histórica que os moradores travam cotidianamente;
- As maravilhas do bairro;
- A escola Brigadeiro Fontenelle;
- O jardim construído em frente ao Museu Goeldi;
- A receptividade dos moradores;
- Dinâmica comercial do Bairro;
- O trabalho educativo com a comunidade;
- A fala dos moradores sobre a importância do Bairro.

Quanto aos pontos visitados, perguntou-se o que destacariam nesses pontos, os participantes declararam que esses lugares eram de grande importância para a comunidade, que representam as peculiaridades do bairro e que poderiam ser considerados estruturantes em relação à construção do lugar e de sua funcionalidade. Também acharam que o roteiro foi propositivo e educativo, com foco nas memórias compartilhadas com os moradores e que foram estrategicamente escolhidos, levando em consideração o histórico social e o acervo cultural e social do bairro. Por fim, destacaram a atitude dos moradores em “não apenas querer melhorias, mas, fazerem estas melhorias por meio de iniciativas criativas”.

O percurso serviu para observação “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), podendo-se identificar, descrever e refletir sobre aspectos peculiares vistos durante a caminhada pelas ruas do bairro através do olhar não só do pesquisador, mas também pelo olhar dos outros, do caminhante, do praticante dos espaços do bairro (CERTEAU,1994) e dos provindos de fora. Agora, como pesquisadora, detive-me em alguns aspectos que se apresentaram durante o percurso, dentre estes a presença de uma viatura da polícia⁵⁹ acompanhando o grupo, o mesmo

⁵⁹ Um fato que ocorreu na caminhada que participei em 2015 foi quando o grupo havia parado para ver o Jardim comunitário e todos se concentraram em um ponto formando um aglomerado de pessoas no mesmo lugar, um

que ocorreu na caminhada que fiz em 2015, percebi que a presença dos policiais trazia uma sensação de segurança para eles, visto que andavam despreocupados, fotografando e observando a rua. Por outro lado, isto mostra a preocupação dos próprios moradores em relação à segurança nas ruas, mas ao mesmo tempo, ressalto que a permanência deste poder no bairro através da Unidade de Polícia Pacificadora (UIPP) aparece para uns como um benefício, pois para estes moradores, a redução da violência no bairro é atribuída à chegada deste órgão no bairro, além de promoverem ações socioculturais desenvolvidas com crianças e jovens, envolvendo esporte e arte como formas de capacitação para a inclusão social, além de ser uma alternativa de lazer para um bairro que não possui espaços para este fim.

Por outro lado, há os moradores que contestam o espaço da UIPP, não como negação de suas ações e de seus benefícios para o bairro. Segundo estas pessoas o espaço agride e oprime os moradores, pois acham que o bairro não precisa somente de segurança, mas também precisa de saúde, saneamento básico, pois os moradores ficam à mingua, segundo as palavras dos próprios moradores. Neste sentido, percebi uma certa tensão, que é velada devido ao uso dos equipamentos e serviços oferecidos, uma forma de driblar a normatização do espaço.

Cada ponto do percurso foi indicado como um espaço praticado por estes moradores, que demonstram os laços tradicionais com o bairro. A perspectiva proposta por Magnani (2002), pode fazer perceber, mesmo que superficialmente, os padrões de comportamento dos atores sociais, cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos.

Durante a caminhada pude perceber as ruas do bairro com intenso movimento tanto de veículos quanto de pessoas. No sábado, percebia-se uma sociabilidade festiva (RODRIGUES, 2013), característica de bairros periféricos, nas casas, bares e outros espaços festivos encontrados neste trajeto. Nos bares, os sons automotivos anunciando festas ou algum produto comercializado, com músicas em alto volume. Ao longo da rua São Domingos podia-se ouvir e ver de tudo um pouco, principalmente no horário que por ali passava-se já se via um movimento em torno de compras entre as casas e a rua, a maioria estavam fechadas em função do risco de assaltos. Esta é uma característica dos bairros populares, onde as ruas são

jovem morador do bairro me abordou junto com um grupo participante do evento e perguntou se havia morrido alguém. Nós ficamos surpresos com o questionamento e perguntei por quê? Ela respondeu: “Aqui na Terra Firme se você vê um carro de polícia parado e um aglomerado de pessoas ou é assalto ou alguém que morreu”.

espaços praticados e palco de representações da vida cotidiana, isto é, elas têm alma, como diz João do Rio (2007).

Desta forma, ao longo do percurso pude identificar, além dos pontos anteriormente definidos, as manchas (MAGNANI, 1992) no bairro. Estas categorias apresentadas pelo autor caracterizam-se como áreas existentes no espaço urbano, que são dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam uma atividade ou prática predominante (MAGNANI, 1992, p. 22). No caso da Terra Firme, identifiquei no caminho manchas ligadas ao comércio, principalmente com vendas contíguas às casas: bares, lanchonetes, venda de verduras, de água, gás, farmácias, salão de beleza, sobretudo porque esta rua cruza com a Celso Malcher, culminando na parte central do bairro. Mas, além da mancha comercial, podia-se ver escolas, posto de saúde, igreja evangélicas, entre ouras.

Ao longo da Rua São Domingos via-se também as passagens que traspassavam a rua e que não foram adentradas naquele momento por questões práticas, como a questão do tempo, mas na visita realizada em 2015, quando adentrei pela Passagem São João para ver o Posto de Saúde, quando inclusive foi mencionada nos relatos a invasão do terreno onde seria o posto de saúde, além dos jardins comunitários e o Centro Comunitário Bom Jesus, que fez parte da história do bairro. Chamo a atenção para a inclusão do posto de saúde em outro trajeto do percurso, que mostra umas das maiores dificuldades da população pobre do Pará e do Brasil na atualidade. Na conjuntura política atual do país, vê-se cada vez mais o povo sendo humilhado e desprezado pelo poder público. Este posto de saúde foi conquistado pela luta dos moradores, como foi lembrado pelos moradores, pelo exercício democrático do orçamento participativo realizados na gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues (1998-2006), quando era definida a aplicação do dinheiro público, como relatou o sr. Zé Maria, morador do bairro e um dos condutores do percurso.

A escola Brigadeiro Fontenele foi outro espaço conquistado pela luta dos moradores do bairro, onde não havia escolas de ensino médio (antigo 2º grau), agora possui várias, como contou Madalena em seu relato, agora essa escola é considerada uma referência de ensino público no bairro, segundo moradores. Enfim, o simples ato de fazer o percurso é uma forma de resistência e de visibilidade; uma maneira de dizer para os que são de fora – como eu e os outros que passam por ali: “Ei nós estamos aqui, conquistando nosso espaço, mas queremos dignidade”.

5 - O CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DO BAIRRO DA TERRA FIRME EM RELAÇÃO À URBANIAÇÃO DE BELEM

Para a inserção da discussão relativa à memória do bairro da Terra Firme no *lócus* da Feira e Hortomercado Municipal faz-se necessária a contextualização histórica da formação do espaço social e urbano da cidade de Belém, que já foi abordado por vários autores, como Saint-Clair Trindade Jr. (xxxx), Rodrigues (xxxx), Cardoso (xxxx), entre outros. Nesta tese, apresento uma breve contextualização visando situar o bairro da Terra Firme no processo de ocupação de Belém.

O município de Belém pertence à Mesorregião Metropolitana de Belém, possui uma população estimada em 2017 de 1.452.275 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e atualmente possui 71 Bairros e 8 Distritos Administrativos. Como todas as grandes metrópoles, Belém sofre com problemas urbanos, tais como: congestionamentos, insegurança, déficit habitacional, precariedade de serviços públicos, deficiência no saneamento básico, dentre outros problemas resultantes da má gestão pública.

Na paisagem metropolitana percebe-se a presença de igarapés, várzea e terra firme, que são características ambientais da região amazônica. Toda a cidade é entrecortada por cursos d'água, fato que influenciou na sua ocupação urbana, na medida em que as áreas de terras não alagadas iam sendo ocupadas pelas classes mais abastadas, os pobres eram “*empurrados*” para as áreas alagadas. Esta característica geográfica da cidade tem grande importância na forma como as questões socioespaciais estão relacionadas à construção dos projetos e trajetórias de vida desses moradores de bairros mais carentes, como a Terra Firme, principalmente aqueles que chegaram ao início da sua ocupação e participaram das lutas pela posse das terras.

A expansão urbana de Belém começou no início do século XX, com o desenvolvimento de áreas mais afastadas do núcleo antigo da cidade, devido ao deslocamento de moradores mais pobres, destas áreas que foram ocupadas por uma população com maior poder aquisitivo (PENTEADO, 1968; RODRIGUES, 1996; MOURÃO, 1997; TRINTADE JR. (2016). O Intendente Antônio Lemos foi o responsável por remodelar a cidade dando a ela uma configuração aos moldes das cidades europeias, como Paris, que passou por reforma urbana no segundo Império, por ordem de Napoleão, sob o comando de Hausmann (PINHEIRO, 2011) e que serviu de modelo para Belém e outras cidades brasileiras naquela época. Esta reforma teve como foco o deslocamento de tudo o que não estivesse de acordo

com os padrões estéticos definidos pelo modelo francês, sendo assim, Lemos propôs uma política de “embelezamento para a cidade”, com espaços públicos como os bulevares, alargamentos de ruas e retirada de tudo que caracterizasse pobreza e miséria.

Foi no governo do Intendente Antônio Lemos que Belém passou por uma grande reformulação, expandindo-se além de seu núcleo histórico para o interior da cidade. Além disso, a cidade foi modernizada tendo como referência o estilo francês, buscando uma imagem de “cidade civilizada” (SARGES, 2002). Desta forma, segundo a autora:

Belém, portanto, tornou-se, sob certos aspectos, uma capital agitada, pretensamente mais europeia do que brasileira, dominada por um francesismo, especialmente no aspecto intelectual, que ressaltava as ligações da cidade com as principais capitais europeias, causadas de um lado pela dependência europeia, e por outro por uma relação cultural intensa com a França (SARGES, 2002, p. 159).

O intento modernizador de Antônio Lemos estimulou o surgimento de diversos logradouros públicos voltados para o “cuidado” da cidade por meio de estratégias de controle dos hábitos da população. Ao mesmo tempo, neste período imprimiu-se uma redefinição do espaço urbano distinguindo-se as áreas centrais que se destinavam aos burgueses e as áreas periféricas destinadas à população trabalhadora pobre (SARGES, 2002).

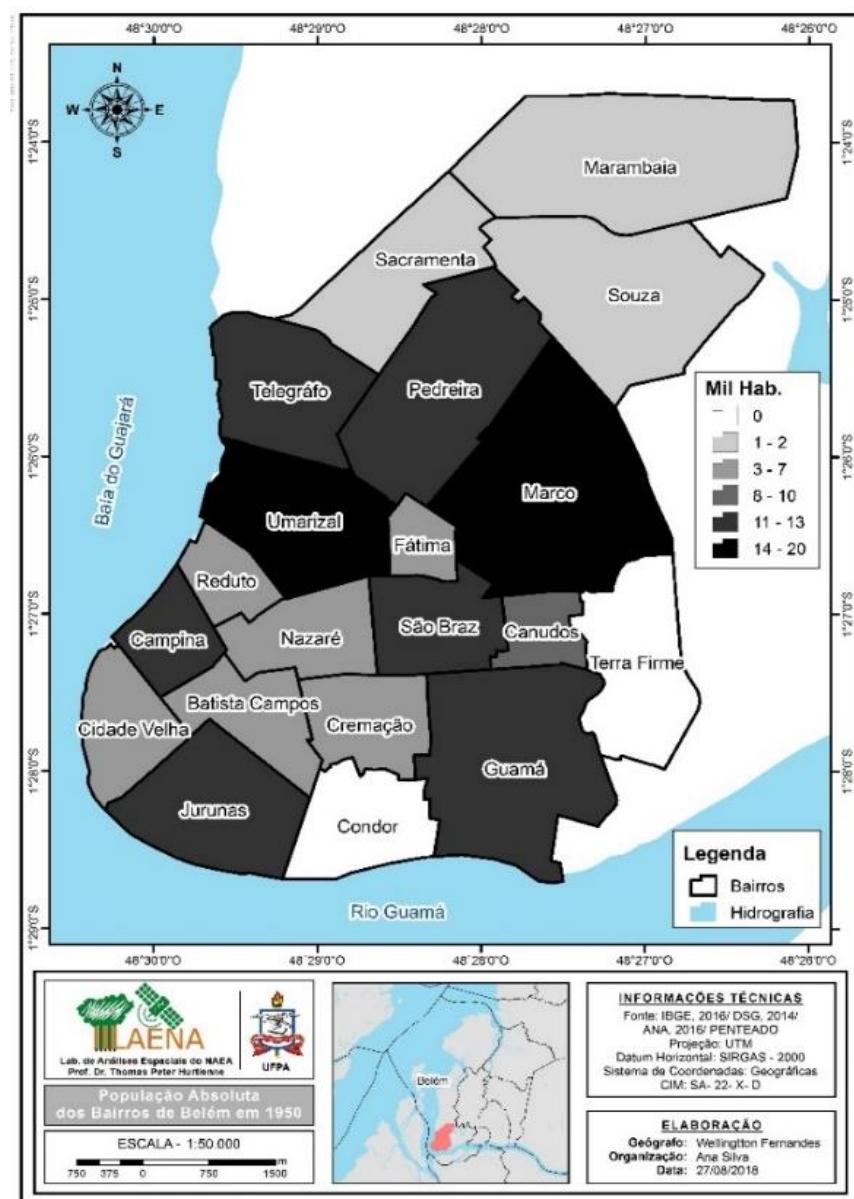
Foi a partir destas condições que vários bairros começaram a surgir após a 1ª Légua Patrimonial da cidade, no período de 1940 a 1960. Segundo Penteado (1968), a cidade começa a se ampliar e pode-se ver a localização de alguns bairros mais novos, como Marco, por exemplo, além dele a Terra Firme e a Marambaia, como se observa na configuração espacial da cidade na década de 1950, vista no mapa a seguir (Figura 20). O autor apresenta os bairros mais recentes ainda em formação e com uma população ainda inexpressiva. É neste período que o bairro da Terra Firme começa a ter seus primeiros habitantes como veremos nos relatos dos moradores.

O bairro da Terra Firme faz parte da bacia do Tucunduba que teve a sua ocupação a partir da expansão urbana em direção às áreas de baixadas, que se intensificou em Belém, principalmente a partir da década de 1940, como já referimos em parágrafos anteriores. Com a urbanização e o embelezamento da cidade realizada por Antônio Lemos, muitos moradores começaram a ser “excluídos” e transferidos das áreas centrais da cidade para o interior, surgindo assim muitos bairros novos nas regiões mais periféricas da cidade, principalmente nas áreas mais precárias em termos de saneamento e outros serviços básicos. Segundo Sanches e Couto (2010):

[...] até a década de 40 a ocupação urbana estava mais concentrada no centro da cidade. A partir das décadas de 60/70 e 80, que a periferia passa a sofrer um intenso processo de ocupação espontânea, impulsionada pelo êxodo rural, pela crise econômica e pela valorização do centro com expulsão da população de baixa renda para outras áreas, justamente aquelas sem ou com precária infraestrutura (SANCHES; COUTO, 2010, p. 3).

Este fato é corroborado pela obra de Penteado (1968), que demonstra que até a década de 1920, Belém concentrava o seu desenvolvimento em poucos bairros além da Cidade Velha e Campina, considerados como centrais, destes para frente, surgem outros como Reduto, Nazaré, Jurunas e com este desenvolvimento a cidade foi crescendo, caracterizando a nova área residencial da cidade com bairros residenciais pobres, que já se configuravam naquela época e “que se estendia pela periferia da cidade, onde são frequentes as “casas de madeira cobertas por folhas de palmeiras, algumas edificadas em terrenos muito úmidos e por isso mesmo elevadas sobre estacas; outras assentadas diretamente sobre o chão” (PENTEADO, 1968, p. 182).

Figura 20 - Mapa de Belém das décadas de 1950.



Fonte: Lab. de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (AENA), 2018.

Fonte: Penteado, 1968.

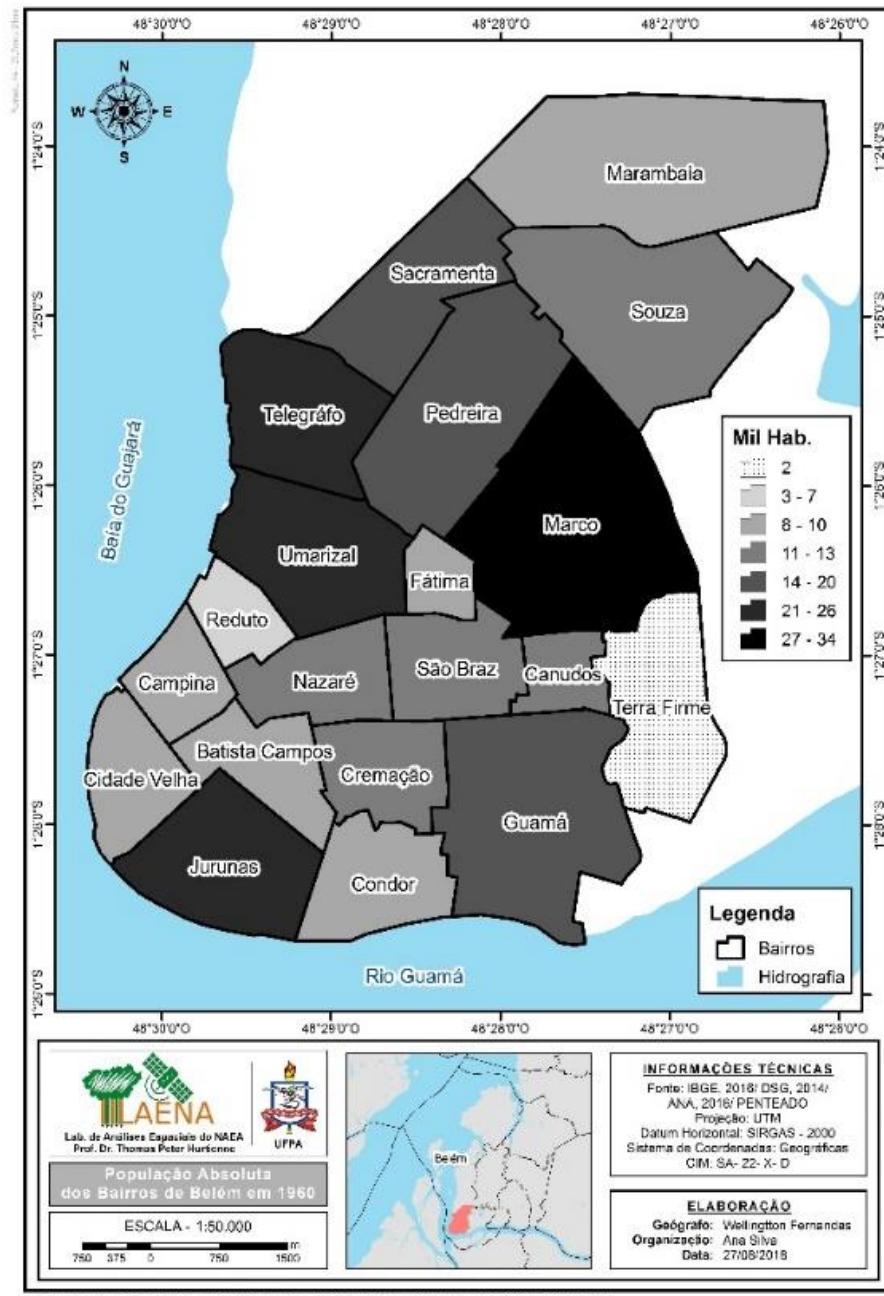
No mapa apresentado por Penteado (1966) pode-se observar que o bairro da Terra Firme ainda aparece sem moradores, sendo muito incipiente e possuindo características de floresta inundada, como veremos nos relatos de moradores que mudaram para o bairro à época. Nesse período da história da cidade, ainda não temos registros de dados exatos sobre a conformação espacial deste bairro, a não ser pela lembrança e nos relatos dos de moradores. Os dados apresentados por Penteado (1968) são baseados em levantamentos demográficos oficiais, no entanto, como se verá no relato de um morador que vive no bairro desde a década de 1950, ali já havia presença de moradores em áreas com sítios, inclusive com plantações de árvores frutíferas.

Com a reforma urbana promovida por Lemos durante as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, houve a mudança dos moradores pobres que não se encaixavam na imagem de cidade idealizada por ele, “expulsando o que julgava incômodo e incompatível com sua proposta *made in France*” (ALVES, 2010, p. 74). Assim, diversos moradores e serviços que não se encaixavam no centro, como definia o código de postura da época, deslocaram-se para as áreas alagadas ou alagáveis da cidade. O Tucunduba era uma dessas áreas, onde já abrigava o Hospital dos Lázaros, destinados a doentes mentais e pessoas acometidas de lepra, segmentos populacionais excluídos pela sociedade. Desta forma, como afirma Ramos (2002), este lugar seguiu então, a lógica da segregação socioespacial que marcou a história da cidade.

Não encontramos evidências ou registros históricos que definam o início do bairro da Terra Firme, no entanto, a partir dos relatos de antigos moradores do bairro, pode-se reconstruir fragmentos de sua memória coletiva. A referência escrita mais antiga encontrada sobre a Terra Firme, data da década de 1960, em Penteado (1966). Neste trabalho o autor apresenta um mapeamento da cidade de Belém descrevendo sua evolução urbana, nos mapas apresentados por ele, em relação a população, o bairro da Terra Firme só vai aparecer ocupado, a partir da década de 1960, com uma população de menos de 4.000 habitantes (Figura 21).

No mapa a seguir, pode-se perceber o bairro da Terra Firme na década de 1960, ainda com pouco fluxo de moradores e vê-se que este bairro ainda em formação tinha seus limites principais com o bairro de Canudos, que se formou a partir do desenvolvimento do bairro de São Braz. Canudos, o menor bairro de Belém em extensão territorial, surgiu a partir dos desvios da linha de trem da Estrada de Ferro Belém-Bragança.

Figura 21 - Mapa da cidade de Belém na década de 1960.



Fonte: Lab. de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Hurtienne (LAENA), 2018.

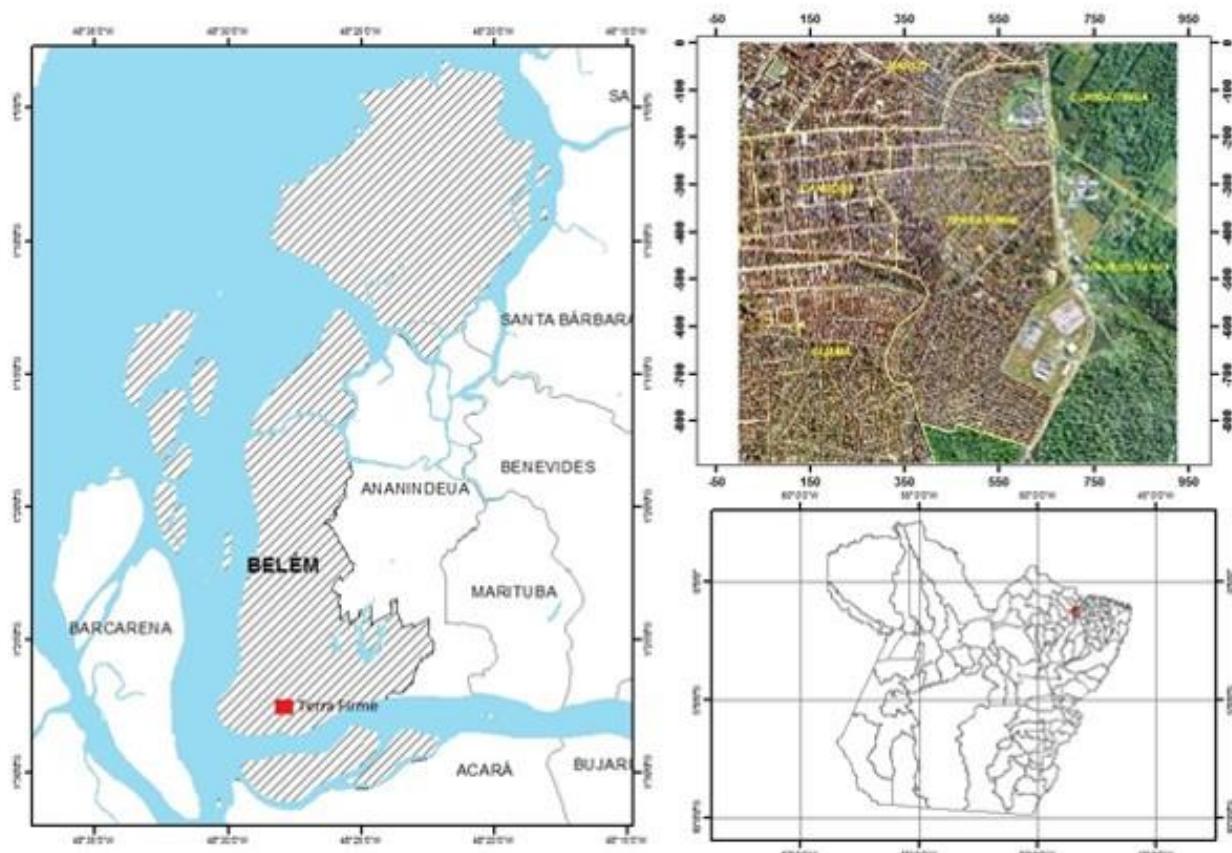
Fonte: Penteado, 1968.

Penteado (1968) apresenta a Terra Firme como parte do bloco de bairros do leste da cidade de Belém, que abrange os bairros de Nazaré, São Brás e Canudos, sendo que os dois primeiros seriam um misto de bairro residencial e comercial, pois o bairro de São Brás já abrigava o Mercado, que concordava com o Ver-o-Peso à época. Segundo o autor, esta área da cidade expandiu-se a partir da Estrada de Nazaré em direção ao Marco da Légua e teve um desenvolvimento mais intenso a partir da implantação da Estrada de Ferro Belém-Bragança, com início na praça de São Brás.

No final da Avenida Independência, o bairro de São Brás encontra sua maior expressão comercial no Mercado ali existente; rival do Ver-o-Peso, o Mercado de São Brás e sua feira gozam a vantagem de receber diretamente da região Bragantina a principal, a principal zona agrícola do Estado, grande parte do que ela produz especialmente para a farinha de mandioca. Este acesso tradicional ao mercado de São Brás foi garantido durante muitos anos pela Estrada de ferro da Bragança: hoje com a sua extinção os gêneros continuam a chegar por caminhões que acabam criando um centro de interesse comercial que se convertem também em ponto de partida das linhas de pau de araras⁶⁰, ônibus e micro-ônibus para os diversos municípios da ona Bragantina, do Salgado e Guamá (PENTEADO, 1968, p. 237).

Este bairro pertence ao Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), na área cujos limites abrangem os seguintes bairros: Guamá, Canudos, Universitário e Curió-Utinga (Figura 22). A parte mais antiga do bairro está situada nas proximidades do bairro de Canudos, logo após o antigo Curtume Santo Antônio.

Figura 22 - Mapa do bairro da Terra Firme.



Mina: LAENA/NAEA/UFPA, 2014

⁶⁰ Pau de arara é um tipo de transporte em caminhão, muito usado para transportar agricultores e moradores nas áreas rurais.

Pela Lei n. 8383/2005, no Art. 1º, que nomeia o Bairro, sua definição aparece da seguinte forma:

Art. 1º Fica denominado de "Terra Firme" o atual bairro de Montese, que compreende a área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Avenida Perimetral com as áreas da UEPa, segue contornando esse limite até a interseção com o Igarapé do Tucunduba, segue por este até encontrar a Passagem Nossa Senhora das Graças, flete à esquerda e segue por este até a Rua da olaria, flete à direita e segue por este até a Rua Silva Rosado, flete à esquerda e segue por esta até a Travessa Juvenal por esta até a Passagem Nazaré, sobre à esquerda e segue por esta e por seu prolongamento até a confluência da Avenida Ceará com a Passagem sem denominação, sobre à direita e segue por esta até a Rua Jabatiteua, sobre à direita e segue por esta até o canal do Tucunduba, flete à esquerda e segue por esta até a Passagem Monte Alegre, flete à direita e segue por esta até a Avenida Perimetral, flete à direita e segue por esta até o início da poligonal(Lei municipal nº 8383, de 13 de janeiro de 2005).

Pelo que nos mostra Penteado (1968), na década de 1960 o bairro de São Brás já começava a se configurar com uma estrutura parecida ao que existe hoje, sendo que naquela época o Mercado de São Brás (Figura 23) tinha uma importância comercial muito grande, visto que era o ponto de convergência dos produtos oriundos do interior do Estado, através da ferrovia esta condição permaneceu mesmo depois da extinção da Estrada de Ferro de Bragança que foi substituída pela rodovia. Atualmente este mercado encontra-se em pleno abandono pelo poder público municipal e se tornou um ponto de comércio que concentra de supermercado a bancos em seu entorno além da Estação rodoviária construída no local onde ficava a Estação de trem.

Figura 23 - Mercado de São Brás no início do século XX.



Fonte: PANTOJA, 2014

Penteado (1968) descreve este mercado com múltiplas funções: o comércio na sua área externa com lojas de tecidos, casas de ferragens, açouques, peixarias, secos e molhados, bares e botequins, barbeiro e sapateiro. Além disso, desde a década de 1960 já havia um centro comercial movimentado no seu entorno, como a praça Floriano Peixoto e arredores, com lojas de calçados, ferragens, oficinas de veículos, borracheiros, depósitos de carvão, bares, cafés, açouques e outros tipos de comércio que atendia não só aos viajantes vindos de Bragança e regiões adjacentes, mas também aos moradores do próprio bairro e de outros que lhe são próximos, como Canudos, Marco e Matinha.

No bairro de Canudos, que faz limite com a Terra Firme, embora fosse um bairro residencial de classe média, havia duas fábricas: uma de móveis e um curtume, que, segundo Penteado (1968), era um dos maiores de Belém, com 150 empregados. Neto et al. (1997) afirmam que na década de 1940, quando este curtume passou a funcionar, o ponto de acesso mais próximo do sistema viário era a Estação de Bragança, em São Braz.

Nesta época não existia qualquer comunicação da estrutura viária com o bairro de Canudos, confirmando a dificuldade de acesso aos operários até o curtume e a necessidade reconhecida pelos donos da indústria, do incentivo à fixação da moradia de seus empregados em áreas próximas ao curtume, inclusive dentro de sua propriedade (NETO et al., 1997, p. 15).

Alguns fatores contribuíram para a escolha daquela área para a instalação do curtume. Do ponto de vista mais amplo, pode-se destacar a viabilidade econômica devido ao contexto regional, além da localização próxima da estrada de ferro Belém-Bragança, e a existência do igarapé Tucunduba, que proveria a água necessária para a curtição do couro.

A proximidade do Mercado de São Brás, que servia de entreposto para as mercadorias vindas do interior do estado pela estrada de ferro Belém-Bragança, contribuiu para o desenvolvimento daquela área, sobretudo o surgimento de novos bairros, como Queluz (atual Canudos), que recebeu migrantes vindos do Nordeste, principalmente do Ceará. A princípio, essas pessoas se estabeleceram próximo aos bairros mais antigos, como Cidade Velha e Estrada Nova, às margens dos rios, mas depois migraram para áreas mais afastadas do centro, principalmente devido ao preconceito em relação a esses “retirantes”, como eram chamados pelos moradores locais.

Com a ida desses migrantes para o interior da cidade, começam a surgir outros bairros, adentrando aos ramais ao longo da estrada de ferro, ainda na primeira légua patrimonial. Este é o caso da Rua dos Cearenses, atual Avenida Ceará (Figura 24), onde percebe-se na imagem antiga da rua, característica rústica das moradias e das vias públicas do que viria a ser o bairro de Canudos. Lima (2011, p 336) caracteriza esta via pública no início de sua configuração:

A rua dos cearenses diferia sensivelmente daquelas observadas no centro. O calçamento era inexistente, como a pavimentação. A via nada mais era que um caminho forrado com vegetação rasteira entremeado de montículo de terra. A ausência de posteamento indica que a noite ela não era iluminada. Provavelmente, a escuridão era quebrada pela luz débil de candeeiros ou lamparinas acesas dentro das barracas. Estas, provavelmente edificadas de taipa de mão, eram habitações rústicas, cobertas com palha.

Figura 24 - Rua dos Cearenses, atual Avenida Ceará.



Fonte:<<http://professoraedilzafontes.blogspot.com>>

O movimento de migração da população pobre para lugares mais interiores das cidades, afastados do centro, caracterizou uma reação da elite da época em relação aos migrantes nordestinos que vinham para Belém em busca de melhores condições de vida.

Como demonstrado no mapa referente a organização dos bairros de Belém na década de 1960 (PENTEADO, 1968), a Terra Firme não existia como bairro, sendo mostrada como uma área sem residentes, apesar dos relatos coletados nas entrevistas realizadas com moradores destacarem que nesse tempo já havia pessoas naquele local, como relata o Sr. Neemias Bezerra, que chegou ao bairro na década de 1950. Ele descreve como era o bairro na época e como foi morar naquele lugar ainda criança e que reside na mesma rua até hoje. Segundo este morador, naquela época este lugar era um caminho na mata com poucos moradores, hoje este mesmo local é o centro do bairro, onde ocorre o maior fluxo de pessoas, principalmente devido à existência da feira, de comércio e do movimento de entrada e saída do bairro. Vejamos a narrativa de seu Neemias sobre a sua mudança para a Terra Firme:

Vim para cá em 7 de setembro de 1950, meu pai veio antes para cá, tirou um terreno aqui na, na, na que hoje é São Domingos, né, na época não tinha nome ainda era um caminhinho de roça aqui [...] é capim de estepe [...], se quisesse pisar mesmo, tinha que saber onde pisava senão [...]. Onde é a São Domingos, com Nossa Senhora das Graças, era uma roça de uma senhora antiga, chamada D. Josina, ela tinha quase 100 anos; ela tinha uma roça era macaxeira, cana, feijão, tudo ela tinha. Ela era descendente de escravo (Neemias Ribeiro, 76 anos).

O quadro a seguir (Quadro 5), sintetiza os relatos de moradores mais antigos, que chegaram ao bairro na década de 1950, e demostram como este bairro era no início de sua ocupação.

Quadro 5 - Como era o Bairro da Terra Firme na década de 1950 segundo moradores antigos.

Morador	Idade	Ano de chegada ao bairro	Relato	Fonte
Neemias Bezerra	76 anos	1950	Era... só curtume e mata [...], olha, naquela ponte ali, quando nós viemos pra cá, tinha, fizeram uma ponte de madeira dessa altura assim ó, três palmos assim, a gente andava de lá, né? [...] chegava no curtume pegava a ponte e vinha pá, pá, pá em cima da ponte, depois que foram, foi ramificando uma ruela aqui, outra acolá e tal, aí essa Celso Malcher aqui ninguém queria, era tudo alagado, ninguém queria, porque não interessava, hoje é o lugar mais valorizado é a Celso Malcher aqui (Neemias Bezerra).	Relato Oral Entrevista em janeiro/2018
Almir Oliveira	76 anos	1952	Olha estou na Terra há uns 50 anos. A Terra Firme era chamada de Terra Firme na parte alta, onde fica a igreja, mais ou menos ali no centro da Terra Firme; e pelo lado direito da Celso Malcher no sentido de quem vai para São Brás era só açaizal, igapó; tinha aí muito peixe, açaí, muruti e não morava ninguém aí, tinha ninguém aí não [...]. Já aquela parte da Celso Malcher pra lá era outro só mato também, só igapó, açaizal. A fauna aqui era farta, aqui tinha fartura, cutia, tinha paca, tinha tudo aí nesse mato aí. Porque aí era o seguinte, quando nós chegamos aqui isso era inteiro aqui a Perimetral era só um caminho. Ali onde está o NPI aquilo ali tudo era só mato, por ali andava tatu, cutia.	Inventário Terra Firme/Ponto de Memória, 2012
Aldo Abreu	—	1957	Quando cheguei aqui, eu tinha 20 anos, [...] não tinha nada aqui, era tudo alagado e até hoje alaga.	Inventário Terra Firme/Ponto de Memória, 2012

Fonte: Elaborado a partir dos dados das entrevistas como os moradores e do Inventário do Ponto de Memória da Terra Firme (2018).

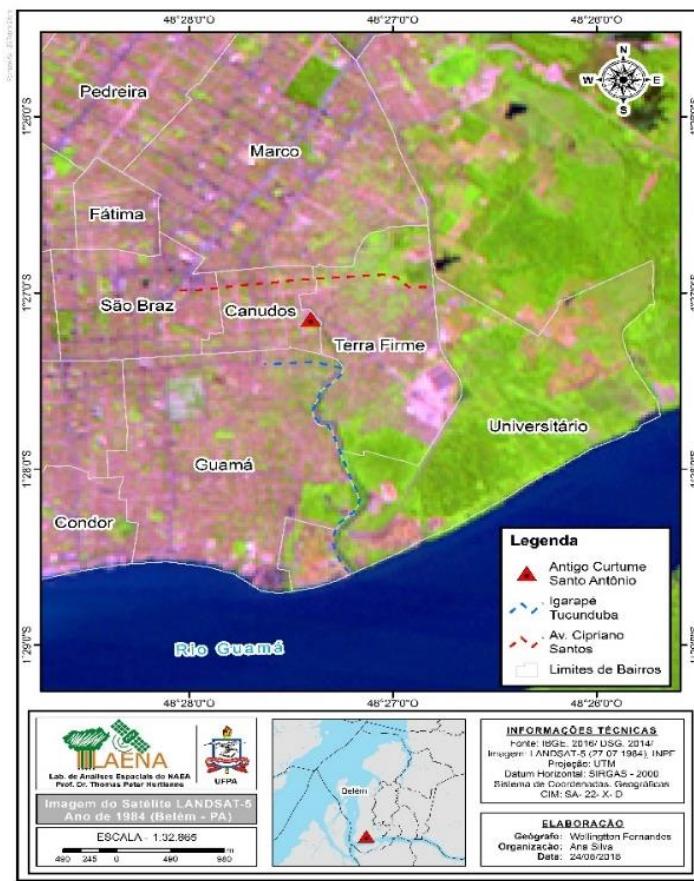
- Na época da entrevista realizada em 2012 pelo Ponto de Memória.

Percebe-se nos relatos uma característica marcante da Terra Firme: suas áreas inundadas, fato que contradiz o nome dado ao bairro, devido a sua estrutura física. Neste sentido, Barbosa (2003) caracteriza a Bacia do Tuncuduba no início da sua ocupação, quando surgiram novos bairros em áreas fora da rota do núcleo central da cidade, no limiar do séc. XX:

Com uma população estimada em 161.499 habitantes, a bacia do Tucunduba, localizada a sudeste da cidade de Belém compreende os seguintes bairros: Universitário, Terra Firme, Guamá, Canudos e Marco. “É composta de 13 canais, com 14.175 metros de extensão, dos quais 7.865 metros são retificados. O maior tributário da Bacia é o igarapé Tucunduba com 3.600 metros de extensão” O nome Tucunduba deriva provavelmente da existência do grande número da palmeira Tucun, existente às suas margens, dado pelos índios Tupinambás, seus prováveis primeiros habitantes (BARBOSA, 2003, p 12).

A área inundada do bairro deve-se ao fato de Belém ser uma cidade ribeirinha, como foi caracterizado anteriormente nesta tese, e que, segundo Alves (2010, p 73), é marcada pelo fluxo das águas, uma cidade de rios urbanos, composta por treze bacias hidrográficas, dentre as quais se destaca a bacia do Tuncuduba (Figura 25), localizada no sudeste da cidade de Belém, a segunda em área, com 10,55 km², abrangendo os distritos administrativos do Guamá (DAGUA), do qual a Terra Firme faz parte; o de Belém (DABEL) e do Entroncamento (DAENT). Este igarapé é afluente do rio Guamá, sendo formado por diversos cursos d'água, como: Lago Verde, Dois de Junho, Mundurucus, Gentil Bittencourt, Nina Ribeiro, Santa Cruz, Cipriano Santos, Vileta, União, Leal Martins, Angustura e Tucunduba, que se distribuem em 13 canais nos bairros da Terra Firme, Guamá e Marco (BARBOSA, 2003, p. 15-16).

Figura 25 - Igarapé Tucunduba, vista geral.



Fonte: Adaptado do Google Earth, agosto de 2018.

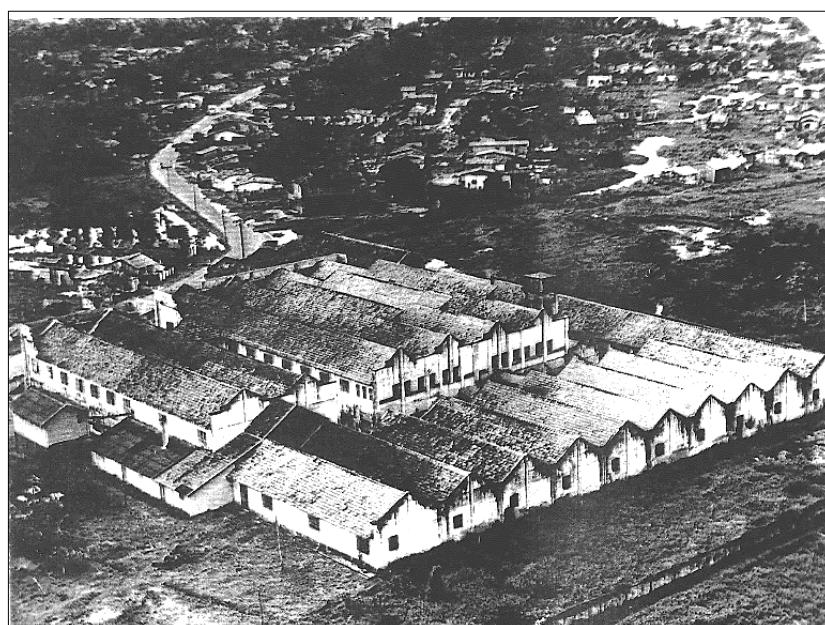
Nos relatos apesentados no Quadro 8, as narrativas dos antigos moradores mostram que o bairro ainda era pouco ocupado com uma área extensa de mata. As pessoas buscavam esta parte da cidade com a esperança da realização do sonho da casa própria, visto que o lugar ainda era pouco ocupado e possuía muitas áreas disponíveis como relata o Sr. Neemias Bezerra, quando questionado por que se mudou para aquela área que ainda era totalmente de mata.

É porque de lá, por causa era, era alugado, né? Alugado, papai era empregado da estrada de ferro, mas o, o nível do papai era um nível muito baixo, e ainda o papai não tinha condições, então quando tinha um senhor que também que era colega dele, que ele era, ele era funcionário da estrada de ferro e tinha um amigo dele que era soldador chamado Germano Feliciano, ele veio pra cá muito antes, né? Ele tinha vacaria aqui, né? Tinha horta, aí ele, ele, ele convidou o papai pra vim pra cá pra tirar um terreno, papai veio pra cá, tirou o terreno aqui, né? Tirou o terreno e daí viemos pra cá, construir também uma, uma casa de enchimento (Neemias Bezerra, entrevista concedida em 7 de janeiro de 2018).

Havia também aqueles que iam para lá pela oportunidade de trabalho, como no caso do curtume Santo Antônio, que se localizava no final do bairro de Canudos e início da Terra Firme, às margens do igarapé Tucunduba (Figura 26). Segundo Fonseca et al. (1997):

Quando o curtume Santo Antônio passa a funcionar na década de 40, o ponto de acesso mais próximo ao sistema viário era a estação de Bragança. Nesta época, não existia qualquer comunicação da estrutura viária com o bairro de canudos confirmado a dificuldade de acesso aos operários até o curtume e a necessidade reconhecida pelos donos da indústria do incentivo à fixação da moradia de seus empregados em terras próximas ao curtume, inclusive dentro de sua propriedade (FONSECA et al., 1997, p. 15).

Figura 26 - Vista área do Curtume Santo Antônio, por volta de 1960.



Fonte: Fonseca et al., 1997.

O surgimento do curtume teve uma repercussão relevante no processo de evolução do bairro de Canudos e, consequentemente, da Terra Firme, tendo sido um polo de intensificação de ocupação da região onde foi instalado. O curtume definiu o limite entre estes dois bairros, sendo que o último começa a se estabelecer com algumas moradias esparsas às margens do igarapé Tucunduba, a partir da rua da Olaria, segundo os relatos de antigos moradores. Fonseca et al. (1997) explicam que, a partir da expansão da cidade e da criação da estrada de Ferro Belém-Bragança, que contribuiu para a expansão da cidade após a 1ª Légua Patrimonial, muitos bairros começaram a se desenvolver devido ao acesso facilitado ao centro da cidade, entre eles o bairro de Canudos, contribuindo para a entrada em áreas vizinhas ainda sem estrutura (Figura 27a-b).

Segundo relatam vários moradores, o acesso até São Brás era feito a pé, como mostra o relato de seu Neemias sobre sua experiência quando garoto, quando vendia folhas de guarumã⁶¹ no mercado de São Brás, diz ele: “[...] quando era três horas da manhã saía daqui; eu com as folhas na cabeça, daqui até o mercado de São Brás, a pé por aqui até chegar lá [...] aí ia chegar lá amanhecendo o dia” (Sr. Neemias Bezerra).

Penteado (1986) descreve o início da ocupação do bairro da Terra Firme da seguinte forma:

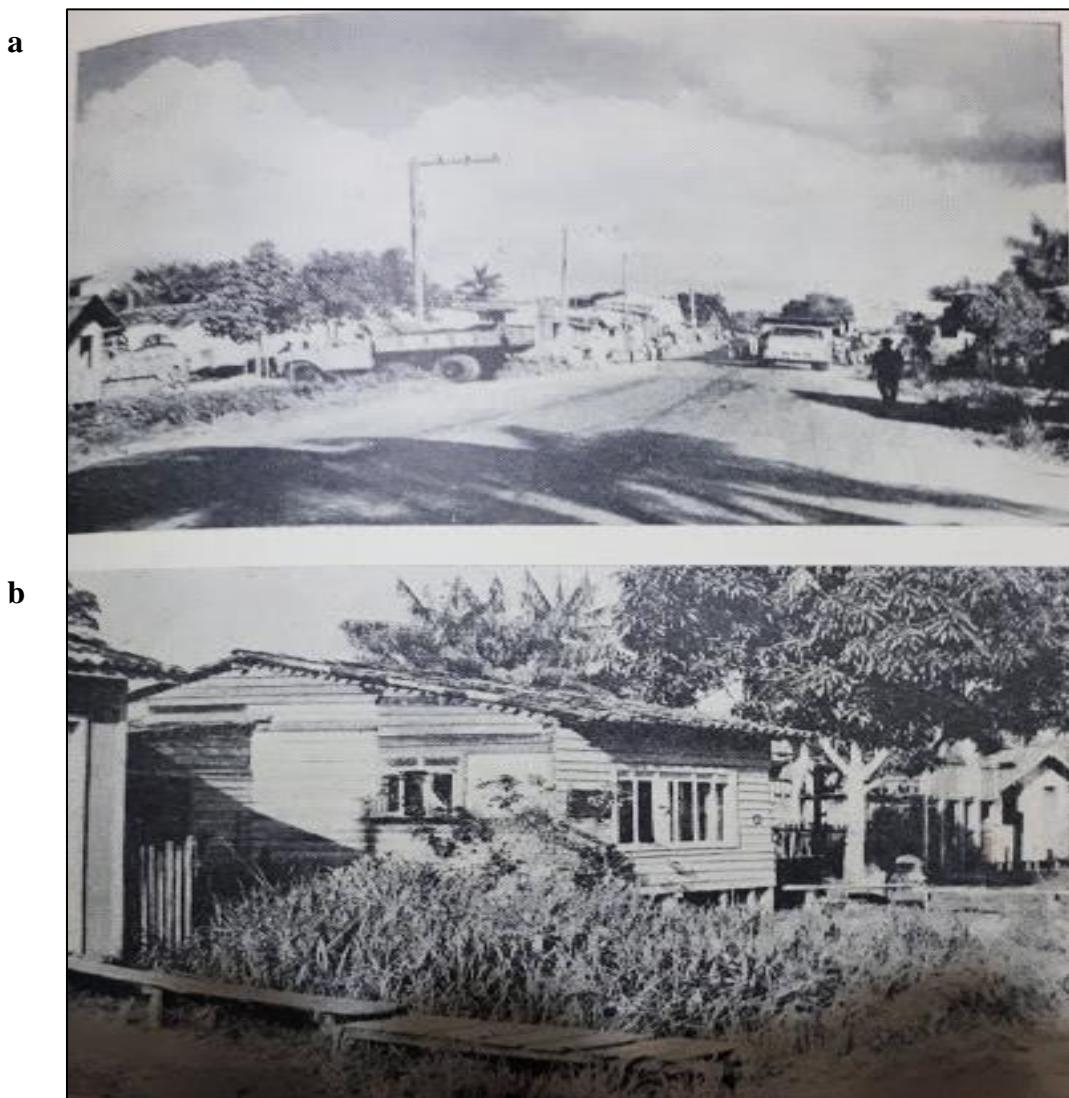
No início da década de 1960: escondido entre mangueiras e palmeiras, quase todo edificado com casas de tábua, colocadas sobre baixas estacas, cobertas com telhas ou folhas de palmeiras, o bairro tem um aspecto de provisoriação bem acentuada; apenas sua principal via asfaltada, foge a esta característica; por ela se atingirá a futura cidade universitária de Belém [...] as casas com suas passarelas, denunciando a existência do problema de enchentes durante o “inverno”; a presença de vidraças em algumas casas constitui um elemento a favor do melhor padrão de vida de seus habitantes, assim como a cobertura de telhas de barro (PENTEADO, 1968, p. 334).

Na imagem do bairro na década de 1960 apresentada por Penteado (1968), pode-se perceber o seu aspecto ainda rústico, como descrito na citação acima (Figura 27a-b), e que ainda permanece em algumas de suas ruas e passagens na atualidade. Ao contrário do que previu este autor a Terra Firme cresceu, e com todas as suas dificuldades se tornou um bairro populoso

⁶¹ O guarumã ou arumã (*Ischnosiphon* spp.) é uma planta fibrosa que ocorre em áreas alagadas. Possui talas finas e longas que servem para a confecção de artesanato como peneiras, cestos, balaios, entre outros, e suas folhas são grandes e durante muito tempo foram usadas nas feiras para embrulhar peixe e carne, segundo o sr. Neemias: “na época não existia saco plástico, nada disso, a carne e o peixe eram embrulhados em quatro folhas de guarumã” [...] “eu ainda lembro destas folhas quando criança, e minha mãe vinha do mercado com a carne” (explicação do Sr. Neemias sobre a folha de guarumã). Além disso, as folhas de guarumã também servem para fazer o moqueio de peixes. Sobre o assunto, ver: <<http://moqueio.blogspot.com/2010/09/guaruma-e-suas-utilidades.html>>. Acesso em: 2 ago., 2018. Para saber mais sobre o guarumã, ver: <http://repositorio.museu-goeldi.br/simplesearch?query=folha+de+Guarum%C3%A3&sort_by=scoreℴ=desc&rpp=10&etal=0&contributor_page=3>.

em pouco mais de 50 anos. Sua paisagem foi mudando devido a ação de políticas urbanas e ações de seus moradores que buscaram ao longo deste tempo legitimar sua cidadania pelo reconhecimento de seus direitos sociais.

Figura 27a-b - Imagens do bairro da Terre Firme na década de 1960.



Fonte: Penteado 1967.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, nas áreas mais afastadas do centro de Belém, inicia-se um processo de ocupação, impulsionado por vários fatores, entre eles o intenso êxodo rural, estimulado pela crise econômica da época após a Segunda Guerra, e pela valorização do centro, que acabava expulsando a população de baixa renda para as áreas da cidade que não contavam com serviços básicos de estrutura urbana, outro fator importante foi o aumento de migrantes vindo de estados vizinhos principalmente da região nordeste do Brasil, como por exemplo o Maranhão e do interior do Estado em busca de melhoria de vida na capital do Pará (Figura 27).

Segundo Alves (2010), com as migrações deste fluxo da população para as baixadas, houve uma intensa modificação em sua paisagem,

De um lado afetada pela ação de políticas públicas e de outros pelas ações dos moradores e dos movimentos de bairro, que buscavam legitimar a sua cidadania pelo reconhecimento de sua existência social, na medida em que pressionavam o Estado para o reconhecimento e o atendimento de suas demandas, tais como: moradia e infraestrutura (ALVES, 2010, p. 77).

Esta ocupação se intensifica principalmente nas décadas de 1980 e 1990, ao longo da Avenida Perimetral, em terrenos pertencentes à Universidade Federal do Pará (UFPA), quando começam as ocupações de áreas da universidade e da Eletronorte. Nesta época, já existia a Av. Perimetral, cuja abertura desta via foi outro marco para o desenvolvimento do bairro, pois a partir dela começou a ocupação das áreas mais próximas do cinturão institucional que hoje margeia esta Avenida.

Para a caracterização dos marcos sociais de memória dos moradores do bairro da Terra Firme, dividimos estes atores sociais em dois grupos que representavam o modo como adquiriram seus respectivos terrenos ou moradia no bairro, desta forma, destacamos: a) os que compraram seus terrenos e construíram suas casas; e b) os que ocuparam as terras consideradas da União. No primeiro grupo, duas pessoas relataram a compra de seus terrenos da família Acatauassú Nunes: sr. Neemias relatou que comprou o terreno onde construiu sua casa de um homem que era intermediário da compra de terrenos no bairro na época, chamado Tenente Sousa; dona Rosilda comprou de um senhor que já estava pagando o seu terreno para a referida família, ambos receberam suas escrituras no escritório da família, que funcionava no bairro de Nazaré. Estes dois moradores vivem em áreas opostas, mas próximas no bairro: Seu Neemias mora na Rua São Domingo entre Celso Malcher e Nossa Senhora das Graças; Dona Rosilda mora na Passagem São João entre Rua São Domingos e Av. Perimetral, locais bastante valorizados pela sua localização e, principalmente, por serem áreas que não alagam.

Este fato demonstra que, à época, esta grande área de mata da cidade já possuía tanto proprietários públicos como, no caso das instituições de pesquisa, educação e outras, quanto proprietários particulares, a exemplo das famílias supracitadas. Neste último caso, pelo que pude perceber pelos relatos, as pessoas poderiam comprar através de um intermediário, a exemplo do Seu Neemias ou comprar como repasse de alguém que já tinha a posse do terreno, como Dona Rosilda.

Dessa forma, a ocupação fundiária de Belém demonstra a organização espacial da área antes da atual configuração do bairro da Terra Firme, como descreve Mourão (1987):

Razoáveis porções do solo urbano de Belém foram apropriadas e nelas surgiram as fazendas de vacarias das famílias Lobo Guimarães, Leal Martins, Umbelina Quadros, Chermont, Santos Moreira, Pinheiro Filho, entre tantas outras. Algumas dessas, ou partes, foram sendo repassadas ou vendidas a parentes ou a outras famílias. Essas famílias, ou seus herdeiros, hoje constituem nos maiores proprietários privados das baixadas, onde, inclusive, se configura o conflito fundiário ora estudado (MOURÃO, 1987, p. 10).

Estes latifúndios urbanos, eram doações para famílias que detinham o uso dos mesmos, no entanto, estes proprietários alugavam ou arrendavam estes terrenos para terceiros. Existiam vários latifúndios urbanos em Belém, como os Lobos e Guimarães que “se localizavam nos bairros do Telégrafo, Pedreira, Marco, Matinha e Canudos, onde moravam centenas de famílias que pagavam alugueis dos pedaços de terras ocupados aos procuradores herdeiros destes proprietários (O LIBERAL, 1984). Esta situação teve fim no governo de Magalhães Barata que solucionou o conflito entre os proprietários e seus arrendatários, desapropriando os terrenos e destinando-os à municipalidade⁶². No caso da Terra Firme e suas adjacências, os latifúndios pertenciam à referida família Acatauassú Nunes, que tinha um sistema de arrendamento semelhante aos outros proprietários, pelo que demonstram os relatos destes moradores.

O outro grupo de entrevistados foram os moradores que chegaram no bairro a partir das ocupações dos terrenos ao longo da Av. Perimetral, que em sua maioria pertenciam à Universidade Federal do Pará. Os entrevistados deste grupo demonstram em suas narrativas as experiências coletivas de luta e resistência em busca de um lugar para morar.

Em referência à ocupação do bairro, Mourão (1987) afirma que a partir da década de 1940, extensas áreas localizadas nos limites e imediatamente após a primeira léguia patrimonial, foram cedidas ao governo federal, onde instalaram-se instituições públicas e militares. Estas instituições, ao lado das famílias latifundiárias e outras, tornaram-se as grandes proprietárias do solo alto e/ou alagadiço de Belém (MOURÃO 1987, p. 57). O processo de ocupação do bairro aparece como um marco na memória coletiva dos moradores que participaram pela luta por moradia.

⁶² Não encontrei pesquisas históricas sobre estes latifúndios urbanos. Para saber mais detalhes, ver Barbosa (2008) e Alves (2010).

5.1 - A TERRA FIRME ENTRE RUAS E ESTIVAS: AS PECULIARIDADES DE UM BAIRRO POPULAR

O fato de o Bairro da Terra Firme ter as ruas inundadas, sobretudo no período chuvoso, entre os meses de janeiro e março, o chamado “inverno amazônico” (Figuras 28 e 29), deve-se a dois fatores: o primeiro, porque este bairro tem a terceira maior área alagável (87%) e a sétima maior densidade demográfica da cidade de Belém, com 134 habitantes por hectare (RODRIGUES, 1996, p. 234), fazendo com que os moradores ocupem espaços inadequados para moradia, tais como as margens do igarapé Tucunduba, que atualmente encontra-se poluído devido aos detritos que ali são depositados.

Figura 28 - Rua Celso Malcher, no período chuvoso em Belém.



Foto: Ana Silva, 2017.

Figura 29 - Imagem de rua do Bairro da Terra Firme alagada.



Foto: Acervo Ponto de Memória.

Isto também explica o porquê da inexistência de prédios altos nesta área, devido à fragilidade do solo alagável. A este respeito, Rodrigues (1996) afirma que:

O bairro da Terra Firme é absolutamente horizontalizado, sua tipologia é absolutamente horizontalizada, sua tipologia urbana é favela. Foi estruturado em sítio predominantemente alagável, ou seja, em área de baixada, a partir da ocupação de uma extensa área institucional [...] dentro a primeira léguas patrimonial (RODRIGUES, 1996, p. 235).

O outro fator preponderante para este cenário de ruas alagadas é a ausência de políticas públicas para urbanização do bairro. As pavimentações realizadas no bairro foram somente das ruas principais: São Domingos, Celso Malcher (que ainda alagam) e a Av. Perimetral, que margeia o bairro e fez parte de um projeto maior com recursos dos governos do Estado e Federal⁶³. Mas o principal elemento relacionado a esta característica do bairro é o Projeto de Macrodrenagem do Tucunduba, que acaba sendo o principal trunfo do poder público para justificar a sua inoperância nesta ação.

Mas, por que o bairro se chama Terra Firme? Foi a pergunta que fizemos aos moradores. Seu Neemias explicou que o nome Terra Firme foi devido a existência de uma área mais alta, que não alagava: “[...] No início não chamava Terra Firme, começou a chamar Terra Firme por que para cá é firme, então chamava de Terra Firme, depois o ‘papudinho’⁶⁴ botou Montese” (Neemias Bezerra, entrevista em 10/01/2018). Vários moradores corroboraram a afirmação deste entrevistado em relação ao nome do Bairro, pois todos apresentaram a mesma justificativa para o nome do bairro, apesar dos relatos com versões diferentes e várias formas de contar a mesma história.

Formado por terras firmes e altas próximas às áreas alagadas pelo rio Tucunduba, no limite dos bairros de Canudos e Guamá, como descreve Alves (2010, p. 83), o bairro possui quase 84% de sua área em terrenos alagados, perdendo apenas para os bairros do Jurunas e Condor. Essa característica é evidenciada pelo relato de um dos seus moradores:

A rua era feita de estivas depois veio ponte de madeira, depois ponte de concreto, depois veio um lixão com muita mosca. Agora a Rua Lauro Sodré onde estou me referindo é aterro com muita lama (Leandro Costa, Inventário Participativo, Minc, p. 40).

⁶³ A duplicação da Av. Perimetral iniciou em 2013, e custou R\$ 70 milhões (Recursos do Governo do Estado e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social-BNDS). A duplicação abrangeu uma extensão de 5km, indo da Universidade Federal do Pará até a Feira da Bandeira Branca, incluindo os bairros do Guamá, Terra Firme e Marco Fonte: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/11/em-belem-avenida-perimetral-sera-duplicada.html>>. Acesso em: 2 jun., 2018.

⁶⁴ Este é o apelido do ex-prefeito de Belém Hélio Gueiros (1992-1998), que permanece na memória social, principalmente dos grupos que viveram no bairro durante a sua gestão.

Dona Francisca Rosa, mais conhecida como Chiquinha, que mora no bairro desde a década de 1980, também reforça esta imagem quando relembra que parte do bairro é alagada e outras não. Essas áreas não alagáveis são as “terras firmes”, enquanto as outras são as áreas inundáveis, que até hoje afetam as pessoas que fixaram moradia nesses locais (Figuras 30 e 31).

A rua tá “descapada” [grifo meu], mas alaga, fica no Joelho, Bom Jesus, Canaã, Primeiro de Maio, Cipriano Santos, é [...], a Lauro Sodré pra lá, meu pedacinho aqui, graças a Deus não enche, mas da Canaã, pra lá fica tudo cheio; aí a pracinha fica cheia, lá na São João, da São Domingos pra Lauro Sodré fica cheia; a Liberdade fica cheia, a Libertação fica cheia, a Leão, que é a rua do bairro que mais fica cheia, Primeiro de Maio fica cheio, Santa Helena a água dá na coxa do pessoal quando chove, qualquer chuva tá enchendo, por que? Os técnicos engenheiros eles não sabem, eu digo que eles não sabem porque aqui na Perimetral, aqui na Cipriano Santos, a gente cansou de explicar pro engenheiro, aí a gente dizia: “olha a água vem daqui da Liberdade, vai, vai, ela entra lá na São Jorge, vai desembocar pra cá, que no caso era pro canal, né? Que a água ia, não fizeram o que a gente mandou [...] (Dona Francisca Rosa, entrevista em 28 de dezembro de 2017).

Uma reportagem do Jornal O Liberal, de 1987, intitulada “Num local de áreas alagadas, a terra não é tão firme”, apresenta possíveis explicações para a denominação do bairro, que, por ironia, contradiz a sua imagem real. Nesta reportagem, uma moradora, Sra Cláisse Souza, afirma que: “o nome Terra Firme reflete o oposto desta palavra, pois o local é um lugar alagado, onde apenas algumas ruas coincidem com a denominação, como a Perimetral e São Domingos”. Outra moradora, Sra Madalena: “acredita que este nome, provém dos barrancos altos que haviam na Perimetral e foram destruídos para ceder aterro às demais ruas que surgiam. Hoje restam apenas algumas áreas altas onde está o Museu Goeldi” (JORNAL DOS BAIRROS, 1987, p. 3).

No entanto, esta característica de alagamento das ruas não é exclusividade da Terra Firme, pois outros bairros localizados em áreas de baixadas de Belém, como Guamá e Jurunas que têm sua geografia marcada pela presença do rio Guamá e de seus afluentes: a bacia do Tucunduba, no caso da Terra Firme e Guamá; e bacia da Estrada Nova, no caso do Jurunas (ALVES, 2010, p. 73).

Montese foi o nome dado ao bairro da Terra firme, pela a Lei 6 973, de 16 de dezembro de 1975, publicada no Diário Oficial do Município (DOM) em 17/12/1975, para homenagear a Força Expedicionária Brasileira (FEB), inclusive sugerindo a denominação das travessas e passagens do bairro com os nomes das batalhas e dos heróis brasileiros da Segunda Guerra Mundial. Esta Lei foi revogada pelo Prefeito Duciomar Costa, sendo outorgada a Lei nº 8383, de 13 de janeiro de 2005⁶⁵.

⁶⁵ Em 2001, foi apresentado um Projeto de Lei na Câmara Municipal de Belém pelo vereador Carlito do PT, sugerindo uma consulta à população, com base no capítulo 47, parágrafo primeiro da Lei Orgânica do Município de Belém, para verificar a preferência dos moradores quanto à denominação do bairro.

O nome Montese nunca se fixou na memória dos moradores, como será mostrado adiante. Este fato mostra como a memória coletiva prevalece, visto que esta denominação ficou restrita à Lei, pois, para os moradores, o nome do bairro sempre foi Terra Firme, e os nomes das passagens fazem referência às designações relacionadas aos contextos cotidianos do bairro, resultantes de uma construção coletiva, a partir das experiências vivenciadas coletivamente.

Segundo o Censo de 2010, a população do bairro da Terra Firme é de 61.439 habitantes, sendo 29.518 homens e 31.921 mulheres (IBGE, 2010). Em relação à faixa etária, o bairro possui mais da metade (64,6%) de seus habitantes na faixa etária entre 15 e 64 anos, e apenas 4,1% na faixa acima de 65 anos, o que reforça a sua característica de bairro jovem, visto que suas ocupações mais recentes datam do final da década de 1990.

Ao mesmo tempo em que concentra boa parte da população de baixa renda da capital, o bairro da Terra Firme sofre com a carência de serviços básicos, sobretudo saneamento, além de concentrar várias instituições de ensino e pesquisa, seus “vizinhos intelectuais”, dentre as quais destacam-se: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Pesquisa do Museu Emílio Goeldi (MPEG), Embrapa Amazônia Oriental, Eletronorte, Serpro, entre outras.⁶⁶ Nas entrevistas apresentadas no Inventário de Memória do bairro, vários moradores fizeram referência a estas instituições, destacando-se a Eletronorte como um dos marcos de memória, além do Museu Goeldi, devido às ações realizadas como os moradores, principalmente nas escolas, a partir do final da década de 1980.

Este é um dos fatos marcantes na memória coletiva da comunidade, como se verá nos relatos dos moradores no tópico sobre os marcos da memória coletiva do bairro. Eles afirmam que a Terra Firme é um lugar bom de morar, apesar das dificuldades e da imagem negativa do bairro, têm de tudo, inclusive a Universidade, o Museu Goeldi e a Embrapa. Estas impressões são declaradas nos depoimentos dos moradores no Inventário da memória do Bairro, realizado pelo Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme⁶⁷.

Este bairro é caracterizado pelo estigma da violência que se sustenta pela mídia com seu modo específico de narrar a violência (FEREIRA JUNIOR; COSTA, 2015; BRITO;

⁶⁶ Essas instituições concentram-se ao longo da Avenida Tancredo Neves, que é chamada Avenida Perimetral da Ciência.

⁶⁷ Em 2010, o bairro da Terra Firme foi inserido no Programa Ponto de Memória, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que contemplou localidades consideradas como lugares de alta vulnerabilidade social, e que desenvolviam ações afirmativas de memória social. Esses bairros receberam recursos para viabilizar os seus projetos e estimular ações de valorização da memória. No caso da Terra Firme, estas ações são desenvolvidas em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi. Disponível em: <www.museus.gov.br>; <www.museu-goeldi.br>

STEINBRENNER; MARTINS, 20017), pela pobreza, exclusão social, pela falta de infraestrutura e saneamento básico, resultado da expansão urbana que ocorreu na metrópole de Belém, como já se demonstrou anteriormente. No entanto, para Durham (2004, p. 383), “a uniformidade e a segregação relativa parecem favorecer uma sociabilidade local que distingue esta população das camadas mais abastadas”.

Ao longo dos anos de existência do bairro da Terra Firme pode-se ver a construção da sua imagem, principalmente pela mídia, com reportagens bem negativas. Na década de 1980, evidenciavam-se crimes ocorridos resultantes de brigas, bebedeiras, em que algumas chamadas das reportagens tinham o tom de comicidade; outras eram impactantes, expondo imagens fortes de pessoas mortas. Pesquisei em dois jornais de grande circulação em Belém: Diário do Pará e O Liberal. No primeiro, o Diário do Pará, 85% das reportagens sobre a Terra Firme referiam-se a crimes, mortes e brigas; no segundo jornal, O Liberal, também evidenciaram-se estes temas, mas de forma diferente, com uma linguagem menos agressiva, além de trazer também reportagens sobre o carnaval, a escola de samba do bairro, projetos desenvolvidos, o desprezo do poder público pelo bairro, enfatizando os problemas relativos ao cotidiano.

O suplemento Jornal dos Bairros⁶⁸, de O Liberal, trazia reportagens mais diversificadas, com ênfase em temas do cotidiano dos moradores, não apenas na violência, mas também saneamento, lixo, movimentos sociais, a luta dos moradores por urbanização das vias públicas, melhoria das escolas, saúde, transportes e outros. Na década de 1990, também se evidenciavam os mesmos temas com foco na violência, o que persiste até a atualidade. Ao fazer o levantamento sobre o bairro da Terra Firme nos jornais das décadas de 1980 e 1990, pude perceber que as principais manchetes das reportagens enfocavam os crimes cometidos no bairro. Essas reportagens traziam nuances que caracterizam as rotinas narrativas midiática sobre violência (FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2015). Essas narrativas usam estratégias discursivas que evidenciam a violência dando um tratamento que coisifica a discussão, tornando-a reificada. Estes autores “compreendem as narrativas midiáticas sobre a violência dentro de um processo de mediação, calcado na captação e na circulação de valores, símbolos e representações já existentes na realidade social, realimentando-os e atualizando-os (FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2015, p. 916).

O Jornal dos Bairros evidenciava diversos aspectos do bairro principalmente os que mostravam sua precariedade, falta d’água, lixo, lazer, e a regularização fundiária no bairro. Nos anos de 1987 e 1988 as reportagens enfocavam os aspectos relacionados a feira focando sua

⁶⁸ Jornal dos Bairros era um suplemento temático do Jornal O Liberal, que foi publicado até a década de 1990, e enfatizava os problemas dos bairros evidenciado em determinado dia da semana.

precariedade e a necessidade da criação do Horto mercado para a melhoria das condições da feira; em 1989 destacou-se os temas insegurança, entidades sociais no bairro e feira, principalmente o conflito em relação ao Horto mercado, mostrando a disputa por um lugar dentro deste espaço; em 1990 a ênfase foi na mobilização dos moradores pelas lutas sociais; lixo; Museu Goeldi; falta de água no bairro e outros; a criminalidade não é tratada da mesma forma neste jornal, pois este tinha o objetivo de informar sobre as problemáticas dos bairros utilizando uma linguagem narrativa diferente. A seguir, o Quadro 6 apresenta as principais reportagens sobre a Terra Firme publicadas no Jornal dos Bairros, Diário do Pará e O Liberal, entre 1987 e 2000.

Quadro 6 -Títulos de matérias publicadas no Jornal dos Bairros, Diário do Pará e O liberal sobre a Terra Firme, nas décadas de 1980/90 e 2000.

Ano	Título da Matéria
1987	Só novo mercado terminará com a confusão na feira
1988	Horto mercado vai modernizar feira da Terra Firme Terra Firme recebeu seu Horto mercado e parece satisfeito Mudança da feira satisfaz uns e desagrada outros
1989	Insegurança toma conta de moradores da Terra Firme Horto mercado: Feirantes pedem providencias da PMB Nova entidade na Terra Firme Feirantes e ambulantes em pé de guerra na Terra Firme Disputa de espaço continua no Horto mercado
1990	São Pedro enfrenta dificuldade Horto mercado da Terra Firme sofre ampliação
1991	Centro realiza campanha para a sede própria Cooperativa demarca lote na Perimetral Passagem Ligação é só lama e buraco Terra Firme organiza sua biblioteca: um convênio possibilitou o projeto no bairro Agricultores não querem sair da terra Alienação da Terra agrada entidades Coleta de lixo precária na Terra Firme Gincana agita a Terra Firme com jogos e eventos Nova invasão em área da Terra Firme Alfabetização para adultos em pauta Recuperada escola da Terra Firme O Museu Inaugura o Adolfo Ducker Porto improvisado na Terra Firme Todos os problemas numa só passagem na Terra Firme Qualidade da água desagrada moradores da Terra Firme Na Terra Firme Lazer se faz na rua Rádios taxi proliferam na cidade Escritório Jurídico na Terra LBA fará creche modelo na Terra Firme
1999	Terra Firme unida por uma mesma causa Terra firme emerge do pântano
2004	Insegurança preocupa na Terra Firme Terra Firme: Um cotidiano em escombros

Fonte: Diário do Pará; O liberal; Jornal dos Bairros (1987 a 1990 e 2004).

No Quadro 6, as reportagens entre os anos de 1987, 1988 e 1989 apresentam manchetes sobre a feira, os feirantes e as disputas pelo espaço no mercado, além do tema da insegurança, de posse de terras e lutas sociais pelos direitos a moradia. Estes noticiários evidenciavam a participação e a luta dos moradores pela melhoria do bairro e pelas suas principais necessidades.

Nas falas dos moradores de Belém, o bairro da Terra Firme tem sido citado nos noticiários mais recentes e em pesquisas acadêmicas como um lugar violento, de pobreza, exclusão social, falta de infraestrutura e saneamento básico (SILVA; SÁ, 2012; SANCHES; COUTO, 2010; COUTO, 2013), inclusive com casos de mortes e chacinas como as ocorridas no início de novembro de 2014.

Uma onda de homicídios provocou pânico na população de Belém. Na noite desta terça-feira (04), após confirmação da execução do cabo Figueiredo, da Ronda Ostensiva Tática Metropolitana (Rotam) da Polícia Militar, boatos de retaliação começaram a invadir as mídias sociais – que contavam ao menos 20 homicídios na região metropolitana. Após a morte do policial militar, internautas começaram a espalhar conteúdo audiovisual que retrata suposto confronto entre policiais e bandidos, nos bairros do Guamá, Terra Firme, Jurunas, Canudos e outros. Ao menos cinco homicídios foram confirmados até o final da noite de hoje e início da madrugada desta quarta-feira (05) (DIÁRIO Online, 04/11/2014).

A Terra Firme é marcada pela ausência de estrutura urbana e serviços públicos de qualidade, como saneamento, transportes públicos, vias públicas. Outros aspectos peculiares deste bairro são: a ocupação desordenada em áreas de baixadas, com alagamentos frequentes, além de problemas sociais como pobreza (relativa) e violência⁶⁹, que expressam a imagem negativa deste lugar. Nas conversas com os moradores mais antigos, alguns ressaltam que a violência presente hoje no bairro não existia há 30 anos: “todos se conheciam e tinha um objetivo que era a casa, todos eram amigos” (Dona Zuleica)⁷⁰.

Este bairro é estigmatizado como um dos bairros mais violentos da cidade, embora nos registros da Polícia Civil e Secretaria de Segurança Pública (2012) ele ocupe a 10ª posição, atrás de bairros como Jurunas, Guamá e Cremação. Esta imagem negativa não se concretiza nas representações de seus moradores, pois estes estão conscientes dos perigos do

⁶⁹ Nos últimos dois anos, as ocorrências de homicídios no bairro da Terra Firme diminuíram, embora ainda exista violência, o bairro não está mais entre os primeiros lugares; houve uma mudança neste cenário, talvez pela implantação da Unidade integrada de Polícia Pacificadora (UIPP), como alegam alguns moradores; ou pela expansão do território de violência, que nos últimos anos se ampliou inclusive para áreas nobres da cidade

⁷⁰ Líder comunitária, no depoimento durante a “Roda de Memória Museu, Mulheres e Cidadania”, realizada na Escola Brigadeiro Fontenelle, em 21 de setembro de 2013, na programação da “Primavera de Museus”.

bairro, no entanto, aprenderam a conviver com o medo e a insegurança que fazem parte de seu cotidiano, pois, para eles, existem problemas tão graves quanto a violência, como mostra Maria Dolores, (63 anos):

Eu espero na melhoria, eu acho que melhorou, naquele tempo era ruim, agora melhorou foi muito, muito mesmo. As ruas ficaram mais bonita e melhorou muito, mas tá faltando saúde. Até a violência melhorou, quase agente não ver [...], mas a saúde é porque eu tô precisando há 2 meses e não consigo levar meus exames e tão guardados e não tem previsão; e a maior de todas as melhorias que eu queria seria o posto no bairro (Inventário de Memória da Terra Firme, 2012, p. 64).

Por outro lado, a criação da Unidade de polícia pacificadora (UIPP) na Terra Firme, para alguns moradores contribuiu para a melhoria da segurança no bairro, principalmente pelas atividades oferecidas para os jovens como oficinas de teatro, música, práticas esportivas, entre outras ações. No entanto para outros moradores a existência deste órgão no bairro reforça o estigma negativo.

A memória do bairro expressa por seus moradores converge para um ponto em comum, que é o igarapé do Tucunduba (Figura 30), pois, como foi evidenciado, aproximadamente 90% de sua área era de solo alagado e o igarapé circundava toda aquela região, que mais tarde foi aterrada com lixo para que fossem construídas as moradias hoje existentes, o que ainda hoje ocorre no período das grandes chuvas, com o alagamento de muitas vias do bairro.

Figura 30 - Igarapé do Tucunduba.



Fonte: Ferreira, 1995.

Entre a população residente no bairro há uma rede de solidariedade entre os vizinhos e amigos, que se constitui como estratégia para suprir as necessidades e situações adversas do cotidiano, pois “na periferia, onde se depende de transporte coletivo difícil e caro, a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação destas redes”. A partir dessas relações que se constroem nas trocas comerciais e simbólicas, se estabelece a memória coletiva dos diversos grupos de moradores do bairro.

Na configuração espacial do bairro, predomina vias estreitas, passagens e becos com casas de madeira, alvenaria e taipa. Em algumas ruas existem pontes de madeira ou estivas, que facilitam o acesso e o trânsito dos moradores. Esta realidade vem sendo transformada em função da organização comunitária, que pressiona o poder público para a realização dos serviços de aterramento de ruas e passagens, construção e recuperação de pontes, limpeza das vias, recolhimento do lixo, entre outros.

Como afirma Silva & Figueiredo (2014, p 64) raramente este bairro é referido pelos seus fazeres e saberes culturais, e suas conquistas históricas raramente são detalhadas, a não ser com relação às lutas dos movimentos sociais que ali se estabeleceram, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. A Terra Firme apresenta um processo evolutivo muito similar dos demais bairros surgidos na primeira légua da cidade até a primeira metade do século XX em termos de estrutura da propriedade, da produção e dos níveis de sociabilidade.

Em decorrência do processo de expansão da cidade, com a implantação de vários bairros nas proximidades dos rios, e pela distância do núcleo urbano inicial da cidade, a ocupação inicial da Terra Firme se deu com a vinda de migrantes do interior do estado, de áreas ribeirinhas próximas de Belém e de outros estados vizinhos, como Maranhão, Ceará, entre outros (RODRIGUES, 2008; PENTEADO, 1968; CASTRO, 2006) como citamos em páginas anteriores.

Um exemplo deste processo foi descrito no relato de uma moradora do bairro da Terra Firme, apresentado por Alves (2010, p. 89), como uma característica marcante das áreas adjacentes ao Igarapé Tucunduba.

Olha aqui na nossa área mesmo tem muitos de outros estados, principalmente do Maranhão, pessoal maranhense tem muito, é demais, se você vier entrar ali numa rua que tem aqui que chamam passagem São João, você vai conferir você não vai achar muito paraense você vai achar mais é maranhense, e Acará, o pessoal do Acará, Igarapé-Mirim, esse pessoal de dentro quase do canal se a gente fizer uma pesquisa é mais do interior e na nossa área é muito difícil ser aqui de Belém, se chegar dizer

assim, você é aqui de Belém, não sou do interior, eu tiro por mim que também sou do interior, sou de Maracanã e onde vim me atualizar, aqui da área da universidade, aqui eu invadir aqui eu estou (ALVES, 2010, p. 89).

Os moradores das baixadas são na maioria migrantes de origem rural e ribeirinha, caboclos que querem transformar-se em outro de si mesmo, outro sempre desejado, ambicionado, mas que não faz desaparecer por completo suas identificações anteriores (PEIXOTO, 2009, p. 5).

Carmem Izabel Rodrigues (2008) afirma que o migrante pode reconhecer-se numa intercessão entre a cidade grande e os laços com seus lugares de origem.

Nesse contexto, os migrantes podem reconhecer-se numa experiência singular de pertencer à cidade grande, de serem cidadãos urbanos, modernos, cosmopolitas, sem perder definitivamente os laços com seus lugares de origem, ao mesmo tempo em que fabricam novos sentidos aos lugares Urbanos (AUGÉ, 1994; AGIER, 1998) existenciais, simbólicos e sociais (RODRIGUES, 2008, p. 65).

Neste sentido, para Rodrigues: “O bairro da Terra Firme é onde ocorre a maior presença de não naturais com cerca de 30% sendo 77,2% destes originários do interior do estado, destacando-se os municípios de igarapé Mirim, Castanhal, Muaná, etc., e 22,8% oriundos de outros estados, basicamente Maranhão, a presença dos naturais está na ordem de 70 % do total” (RODRIGUES, 1996, p. 244).

Este fato é comprovado por diversas pesquisas realizadas sobre a migração para a Amazônia, como ressalta Rodrigues (2008, p. 65).

Na Amazônia brasileira, diversos estudos comprovam a intensa circulação de migrantes entre os lugares de origem e de destino, especialmente por ocasião das grandes festas dos santos padroeiros de suas cidades de origem, quando participam ativamente desses eventos. Articulando antigas e novas redes de sociabilidade, os migrantes borram fronteiras entre o mundo rural e o urbano, estabelecendo pontes permanentes entre estes mundos em conexão, conformando suas múltiplas identidades de ribeirinhos e citadinos.

Durante a pesquisa, percebemos estas conexões entre o rural e o urbano, presentes principalmente nas falas das pessoas, não só no modo de falar, mas também no conteúdo das conversas, sobretudo quando falavam sobre comida e suas preferências por peixes como gurijuba, tamuatá, gó, piramutaba, entre outros, tal como a forma de consumir o peixe, seja com farinha ou com pirão. E quando falavam sempre mencionavam “ah eu lembro quando morava na minha casa, lá no interior!” As fronteiras entre o rural e urbano foram destacadas por With (1938) em seu texto “O urbanismo como forma de vida”, em que analisa a interpenetração

destes dois mundos, pois a vida urbana é influenciada pela vida rural, visto que muitos dos seus habitantes têm origem rural, e o urbanismo rompe as fronteiras da cidade, expandindo a sua influência para além de seus limites físicos. Neste sentido, Castro (2009) afirma que:

Na Amazônia boa parte da população que vive nas suas cidades desenvolvem trabalhos que decorrem de usos da floresta com expressivo número de produtos transformados pelo trabalho com a madeira, frutas, ervas, sementes. [...]. Evidencia-se também a relação cidade-floresta nas imediações das metrópoles, com maior densidade populacional, mas essas práticas são extensivas a toda a região, notadamente nas áreas de ocupação de habitat com associação floresta-rio, que permeiam a vida de cidade e de seu entorno (CASTRO, 2009, p. 35).

Georg Simmel (1997), ao analisar o homem na cidade, mostra que a vida nas metrópoles apresenta traços contrastantes, que se materializam nas atividades cotidianas, “em cada atravessar de rua, no ritmo e na variedade da vida social, econômica e ocupacional [...] (SIMMEL, 1997, p. 32). Segundo este teórico:

A metrópole foi sempre a sede da economia monetária, desde que a multiplicidade e a concentração da atividade comercial, diversos (Sic) meios de troca de uma dimensão impossível de assegurar [...]. Ora a economia monetária e do mínimo intelecto encontram-se em estreita relação entre si. Ambos requerem uma atitude pragmática no modo de lidar com as pessoas e com as coisas (SIMMEL, 1997, p. 32).

Nos relatos coletados em campo foi ressaltado o tempo em que o Igarapé do Tuncunduba era um lugar de lazer para os moradores, principalmente as crianças no passado, como será mostrado nos relatos dos moradores no tópico sobre as lembranças do bairro. Hoje, este lugar encontra-se poluído, devido ao lixo jogado ao longo de suas margens. Este fato também contribui para o constante alagamento das passagens e ruelas. O lixo é um dos principais problemas que prejudica a imagem do bairro, pois todos os lados das ruas encontram-se amontoados de lixo.

O contexto do bairro da Terra Firme é marcado por uma confluência de pobreza (relativa) e violência constituindo o estigma e a representação de imagem negativa; ausência de serviços públicos de qualidade, notadamente o transporte, e as vias públicas, saneamento, desordenamento das residências e ocupações em áreas insalubres, com alagamento em área de baixada (SILVA; FIGUEIREDO, 2014, p.65).

Na Terra Firme observa-se um arranjo espacial bem diversificado do comércio, pois, devido ao crescimento do número de moradores no entorno do Horto mercado, teve início a aglomeração comercial neste espaço, onde se encontram comércios diversos, tanto de pequeno quanto de médio porte, com lojas de redes comerciais de âmbito regional, como será visto no Capítulo IV: O Mercado e a Feira um palco de disputas, resistência e conflito.

Sendo assim, reafirma-se a formação Terra Firme como um território híbrido, onde há diversas formas de conflitos e resistências. Os problemas concorrem com traços e ações culturais complexas, com sentimentos de cooperação, trocas e conflitos, construção de laços de amizade, encontros fluidos ou ajuntamentos reivindicatórios e festivos, cenas propícias para o entendimento do bairro, das vizinhanças, de estimas, dos pertencimentos e da memória coletiva.

Como argumenta Halbwachs (1994), a memória coletiva fundamenta-se nas memórias dos diversos indivíduos que constituem os grupos sociais existentes no bairro. Desta forma, é a partir da memória desses moradores, que pretendemos definir os marcos sociais da memória deste bairro.

Nesta tese, apresentamos o bairro da Terra Firme pela história vista de baixo (SHARPE, 1992), com fragmentos de memória que apresentam cenas do passado e definem os marcos de memória de seus moradores. Ao iniciar esta pesquisa, tomamos como pressuposto que o marco de memória do Bairro seria a feira, no entanto, ao adentrarmos no Hortomercado para as primeiras observações e contatos com os feirantes, percebemos que esta hipótese não se confirmava, pois foram surgindo muitos outros pontos e identificados vários marcos de memória, entre os quais a Feira da Celso Malcher como marco espacial e as ocupações na década de 1980 como marco temporal.

Nos capítulos e tópicos seguintes apresentamos a Terra Firme com seus marcos de memória, iniciando pela Feira e Hortomercado que são os pontos mais movimentados do bairro, onde no passado havia apenas mata e rio, quando recebeu os primeiros moradores do bairro ainda na década de 1950. A seguir, mostramos a memória da resistência dos moradores que chegaram neste lugar em busca de moradia, lutando por um pedaço de chão. Essas lutas estão evidenciadas nos relatos dos atores sociais que narraram suas histórias de vida, os quais representam uma parte dos moradores do bairro que viveram experiências semelhantes. Enfim, destacamos que os marcos sociais da memória do bairro da Terra Firme se fundamentam em metamemórias (CANDAU, 2011), que retratam as diversas experiências vivenciadas nas artes de fazer do cotidiano (CERTEAU, 1994).

6 - O MERCADO E A FEIRA: PALCOS DE DISPUTAS, RESISTÊNCIAS E CONFLITOS

6.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS FEIRAS E MERCADOS: PORTUGAL, BRASIL, AMAZÔNIA

Neste tópico faremos algumas considerações sobre as feiras e mercados, explicando sua origem e significado no contexto da Europa medieval quando estas se estabelecem, em Portugal e no Brasil, considerando algumas características que são encontradas nos dois países. Este tópico fundamenta-se nas leituras de textos diversos sobre este tema e na pesquisa de campo realizada em Belém e nas cidades de Aveiro e Porto, em Portugal, durante os meses de abril a julho de 2017.

As feiras livres são fenômenos sociais muito antigos, que já eram conhecidos desde os gregos e os romanos. Georg Simmel (1997), ao falar do homem na cidade, mostra que a vida nas metrópoles apresenta um traço contrastante que se materializa nas atividades cotidianas “em cada atravessar de rua, no ritmo e na variedade da vida social, econômica e ocupacional [...]” (SIMMEL, 1997, p. 32).

O termo feira deriva do latim “feria”, no plural “feriae”, que significa dias consagrados ao repouso, festas, férias, repouso, folga, santo, feriado, visto que nestes dias os comerciantes preocupados em vender o excedente da produção reuniam-se próximo das igrejas, aos domingos, para comercializar seus produtos, já que estes locais apresentavam um grande fluxo de pessoas. Conforme Derrau (1982 apud PEREIRA, 2013, p. 2) “a feira é um mercado periódico acompanhado mais ou menos por uma atmosfera de festa”.

Isto se explica pelo fato de os dias de festas religiosas serem aproveitados para o comércio nos locais das manifestações. Estes dias, também eram de paz, ou seja, as lutas e brigas ficavam suspensas entre as diferentes classes sociais, inclusive os escravos. Sua importância cresceu a partir do século XI, quando ultrapassou o papel comercial, transformando-se, em muitas sociedades, como entreposto de trocas culturais, de aprendizado e de sociabilidade (BRAUDEL, 1979), além de espaço de consumo.

Braudel (1979) descreve os mercados e feiras como espaços públicos, onde a dinâmica social flui de forma espontânea, principalmente pelo grande fluxo de pessoas. As feiras tomaram força na sociedade medieval quando surgiram como espaços de troca dos excedentes da produção.

Para este autor, no século XV os mercados e feiras tornaram-se uma das engrenagens das cidades. As feiras frequentadas em dias fixos são centros naturais da vida social.

Nesses espaços as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam de ameaças às vias de fato; é nela que surgem incidentes depois processos reveladores de cumplicidades; é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudente; é nela que circulam as novidades políticas e outras (BRAUDEL, 1998, p.16).

As feiras se consolidaram na Europa, passando a ser consideradas como um dos aspectos mais importantes da organização econômica na sociedade ocidental medieval. Elas representaram o ponto de contato entre produtor e consumidor. Nesses espaços se concentravam a vida mercantil da época, em que a circulação de mercadoria era dificultada pela precária comunicação e ausência de segurança nas estradas (RAU, 1982, p. 33).

As feiras se desenvolveram com a intensificação do comércio no século XI. Nesse período, começa na Europa uma transformação na economia, na vida cotidiana e na paisagem das cidades (RAU, 1982). Isto ocorre porque a partir da decadência do sistema feudal, a Europa passa por muitas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas. Este sistema que se baseava na troca foi substituído pela comercialização dos produtos, pois os excedentes de produção dos feudos passaram a servir para a venda. Rau (1983) explica que:

As feiras da Idade Média surgiram quando o mundo ocidental saiu do entorpecimento e da estagnação econômica em que estivera mergulhado, desde que a expansão islamita quebrara as relações econômicas entre o ocidente e o oriente, no período em que a vida do ocidente europeu se transformou sob o impulso de uma nova atividade comercial que, como as invasões e as pestes, seguiu as grandes estradas naturais (RAU, 1982, p. 34).

Neste sentido Le Goff (1986) afirma que:

A essas mudanças está ligado – fenômeno capital – o nascimento ou renascimento das cidades. Sejam elas, novas criações ou velhas aglomerações, é o seu caráter novo e importante que determina o primado da função econômica. Etapas de rotas comerciais, articulações entre vias de comunicação, portos marítimos ou fluviais, seu centro vital fica ao lado do velho castrum feudal, do núcleo militar ou religioso, é o novo bairro das lojas, do mercado, do trânsito das mercadorias (LE GOFF, 1986, p. 8).

As feiras eram geralmente realizadas nos burgos, núcleos de população que se instalavam no entorno dos castelos, o que levou à ampliação urbana e novos muros foram construídos para abrigar esta expansão e para proteger as atividades comerciais ali realizadas. Sendo assim, é com o desenvolvimento das cidades que se ligam os progressos do comércio medieval (LE GOFF, 1986, p. 8).

As principais feiras da Europa Medieval ficavam na região de Champanha (França), em Genova e Veneza (Itália) e Flandes (atual Bélgica). Em um primeiro momento, as feiras promoviam atividades comerciais locais, e com o passar do tempo ampliaram seu espaço de negócios, comercializando produtos de várias regiões da Europa e dos continentes africano e asiático.

O desenvolvimento das feiras foi importante para a introdução da moeda como base de troca de mercadoria, com intercâmbio para diferentes partes do mundo, surgindo destas transações comerciais a figura do cambista, que contribuiu para o surgimento das instituições bancárias (LE GOOF, 1991).

Com o crescimento demográfico e o êxodo rural para as cidades medievais, o comércio foi interrompido pela criação de corporação e ofícios relacionados a esta atividade e consolidado pelo capitalismo primitivo, além do surgimento de uma classe social, a burguesia, preocupada com o lucro e a participação política (LE GOOF, 1991, p. 81). A feira neste período aparece como centro das cidades medievais, ponto de passagem dos viajantes.

Muitas vezes, as feiras eram realizadas nos espaços de devocão dos santos e das festas religiosas. Durante o período de realização das feiras era instituída a paz da feira, que proibia todo tipo de repressão ou punição aos que iam participar das feiras, esta era uma forma para garantir a participação de um grande número de pessoas nesses eventos. Como vemos nos relatos históricos:

No local onde se faziam as feiras existia uma paz especial, a paz da feira, que proibia nele toda a disputa ou vingança, ou todo o acto de hostilidade, com penas severas como castigo em caso de transgressão. Todos os que as frequentavam estavam seguros pela proteção outorgada pelo senhor territorial, o conductus. Guardas especiais, custodes nundinarum, fiscalizavam as transações e tinham a seu cargo o policiamento das feiras e a sua jurisdição (RAU, 1983, p.42).

Desta forma, vemos que as feiras eram manifestações abertas a todo o comércio, com transações que envolviam produtos caros e raros. Eram considerados como espaços de sociabilidade, aos quais Souto (1958, p. 12) caracterizava como pontos de reuniões periódicas entre mercadores de profissão. Centro de trocas por grosso, onde se procurava atrair o maior número de pessoas e produtos para comercialização. Pela sua dimensão e diversidade eram realizadas apenas uma vez por ano, devido à necessária preparação prévia.

As feiras também se destacavam pela sua função social e cultural, pois nelas se divulgavam notícias, histórias, lendas, poesias populares (SOUTO, 1958; 12), ou seja, eram espaços de vivência das práticas culturais, pois se tornaram um lugar de trocas de experiências e contatos na época medieval.

Vale ressaltar que a criação das feiras contribuiu para o aumento dos recursos financeiros do Reino, pois todas as mercadorias trazidas para as feiras pagavam impostos à Coroa:

Como fonte de receita para as entidades públicas que autorizavam as feiras, saliente-se que todas as mercadorias trazidas para as feiras pagavam postagens e todos os outros direitos que pertenciam à Coroa (...). Isto é os direitos que incidiam sobre a circulação de mercadorias, como a peagem e a portagem; os que incidiam sobre as transações como a dizima e a sisa; os que provinham do aluguer das lojas dos terrados, das licenças de venda paga pelos vendedores ambulantes (RAU, 1983, p.43).

Esta característica ainda ocorre atualmente em todas as feiras, mas com número de impostos menores. Para os feirantes são cobradas taxas para ocupação do espaço de venda, um tipo de permissão de uso. As regras são definidas por uma legislação específica, que define todos os critérios exigidos para a participação nas feiras atuais.

Além das feiras, outros espaços de comércio e sociabilidades à época eram os mercados. A diferença entre as feiras e mercados é o fato de que estes últimos, desde a antiguidade, destinavam-se a fornecer a alimentação da população local, e restringiam sua atividade durante a semana, na compra e na venda a retalho de produtos como ovos, galinhas, produtos agrícolas, tecidos [...]. As transações exigiam a movimentação de pouco dinheiro (SOUTO, 1958). Enquanto que as feiras eram temporárias e destinavam-se ao comércio e a venda de produtos oriundos de outras localidades, além de necessitar de uma grande estrutura para a sua realização em período determinado, e em curto espaço de tempo.

Braudel (1998) destaca que no século XV a feira e os mercados se tornaram as engrenagens das cidades, onde estes:

Eram frequentados em dias fixos, a feira é um natural centro da vida social. É nela que as pessoas se encontram, conversam, se insultam, passam das ameaças às de fato, é nela que nascem incidentes, depois processos reveladores cumplicidades, é nela que ocorrem as pouco frequentes intervenções da ronda, espetaculares, é certo, mas também prudentes, é nela que circulam as novidades políticas e as outras (BRAUDEL, 1998, p. 16).

Os mercados e feiras algumas vezes são referidos como sinônimos, devido terem a mesma função – de comércio. No entanto, estes espaços têm suas peculiaridades e, em Portugal, por exemplo, as diferenças são bem claras, pois as feiras são realizadas em período específico, podendo ser semanais, quinzenais ou mensais. Neste sentido:

O mercado cinge-se a um espaço mais restrito, enquanto que a feira se apesenta extensiva a mais localidades. O mesmo acontece a população alvo. Ao mercado acedia a população local e à feira deslocavam-se as populações locais e visitantes das províncias vizinhas. Conquanto, para que isto acontecesse à oferta de produtos e, em complemento, o programa cultural ou religioso tinha que ser bastante chamativo.

Percebe-se assim que estes factos tinham consequências no tipo de vendedores que lá se encontravam: enquanto o mercado era frequentado por pequenos vendedores locais ou regionais, enquanto que as feiras recebiam comerciantes nacionais ou mesmo internacionais (RAU, 1983, p. 57).

No Brasil, a feira-livre se faz presente desde o período colonial, sendo considerada uma tradição cultural ibérica herdada dos colonizadores portugueses. Mesmo com o advento da modernidade, estas feiras continuam vivas, tanto nas grandes quanto pequenas cidades, sendo que nestas últimas, muitas vezes são o único local de comércio disponível.

Segundo Araújo (2012, p. 49), as feiras sempre tiveram uma grande importância, não só no papel comercial das cidades, mas também no favorecimento dos entrepostos, mediante as trocas culturais e de aprendizado, onde transeuntes de diversas localidades se congregam e se estabelecem laços de sociabilidade. E como uma modalidade de comércio periódico, elas desempenham um papel importante no abastecimento urbano e possibilitam a geração de renda para uma parte da camada populacional do país.

Há localidades em que as feiras são diárias e vendem produtos diversificados, como artesanato, roupas, comidas, objetos de decoração entre outras mercadorias, como é o caso da feira de Caruaru (PE), Campina Grande (PB), Ver-o-Peso (PA). Algumas feiras vendem apenas produtos hortifrutigranjeiros, podendo ser diárias ou semanais; e as que vendem produtos diversificados, além de frutas, legumes e hortaliças. Outras feiras estão associadas ao Mercado, criando um núcleo comum entre eles, das quais podemos citar como exemplo, neste caso, as feiras do Ver-o-Peso e da Terra Firme, localizadas na cidade de Belém do Pará.

Tanto os mercados quanto as feiras, que estão presentes até hoje em todas as cidades do mundo, em maior ou menor intensidade, são caracterizados como espaços de sociabilidade e de trocas de experiências entre feirantes e seus fregueses (FILGUEIRA, 2006; SATO, 2007; VEDANA, 2004; SOUZA; RODRIGUES, 2014). Neles são construídas diversas memórias de várias gerações e com as mudanças de comportamento da sociedade em relação ao consumo estes espaços também se modificam tentando se adequar a ideia do “novo”, mas sempre mantendo a sua essência, que é a interação entre os atores que atuam nestas feiras e mercados.

6.1.1 - Feiras e mercados: uma aproximação entre Portugal e Brasil

Como foi exposto, as feiras são fenômenos sociais bem antigos e foram trazidas para o Brasil a partir da vinda da corte portuguesa. Esta prática social permanece hoje como espaço de negócios e de interações sociais tanto aqui quanto em Portugal. Para perceber as relações entre as feiras nestes dois países, realizei um estudo em Portugal, a partir da análise da construção da memória social e das formas de sociabilidades entre a Feira da Terra Firme em Belém do Pará (Figuras 31 e 32) e as feiras de Aveiro em Portugal, mas especificamente a Feira dos 28 (Figura 33) e Mercado Manoel Firmino, em Aveiro, Feira de Espinho, no conselho de Espinho, Custoia e Nossa Senhora da Hora, no Distrito de Matosinho em Porto⁷¹.

A Feira da Terra Firme e o Hortomercado da Terra Firme, agregado à feira, um espaço de comercialização de gêneros alimentícios (hortifrutis, peixes, carnes, farinha e outros produtos não comestíveis), objeto de estudo desta tese, é uma feira de bairro em local de ocorrência fixa e diária, tendo, portanto, um fluxo intenso de pessoas que transitam e trabalham neste espaço cotidianamente, dela trataremos mais detalhadamente em tópico específico.

Figura 31 - Hortomercado e Feira na Rua Celso Malcher, na Terra Firme.



Foto: Da autora, 2017.

⁷¹ Este estudo foi desenvolvido com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do Programa de Bolsa Sandwiche, no período de abril a julho de 2017, no Programa Doutoral em Estudos Cultural da Universidade de Aveiro sob a orientação da Profa. Dra Maria Manoel Baptista.

Figura 32 - Feira da Terra Firme na Rua Celso Malcher.



Foto: Ana Silva, 2017.

A Feira dos 28 (Figura 33) é uma feira mensal, de caráter tradicional realizada todo dia 28 de cada mês, onde são comercializados produtos de necessidade doméstica, como apetrechos de cozinha, jardinagem, mobiliário rústico, mas também roupas e calçados em tendas ou barracas de lona. Também foram analisados o Mercado Manuel Firmino, em Aveiro (Figura 34), que vende frutas, hortifruti, sementes, plantas e produtos afins, além de carnes, peixes e gêneros alimentícios, segundo fontes da Câmara Municipal de Aveiro.

Figura 33 - Feira dos 28 e Mercado em Aveiro, Portugal.



Foto: Ana Silva, 2017.

Figura 34 -Mercado Manuel Firmino, em Aveiro, Portugal.



Foto: Ana Silva, 2017.

Em Portugal, atualmente as feiras são realizadas em locais específicos criados pelas Câmaras Municipais, que incentivam sua realização periódica, tendo-se ainda a relação dessas feiras com as festas religiosas católicas dedicadas aos santos ou padroeiros locais. Outro aspecto a ser considerado em relação às feiras portuguesas, segundo Costa (2013), é que estas continuam a ser indispensáveis, demonstrando grande resistência e capacidade de adaptação às mudanças políticas, demográficas, culturais, sociais e econômicas que a sociedade moderna atravessa. Segundo o autor, isso se deve à função comercial e ao caráter social e cultural destas feiras, que mantêm até os dias atuais as práticas e tradições ancestrais.

No norte de Portugal existem hoje 145 feiras (COSTA, 2013), que variam entre periodicidades semanais e em datas específicas. A Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho (AFDP) classifica estas feiras da seguinte forma (Quadro 7):

Quadro 7 - Feiras do norte de Portugal por dias da semana e datas específicas.

Dia da Semana	Nº de Feiras
Segunda-feira	19
Terça-feira	13
Quarta-feira	13
Quinta-feira	13
Sexta-feira	10
Sábado	30
Domingo	15
Por datas específicas	32

Fonte: Costa, 2013.

Quanto à periodicidade, a AFDP faz a seguinte referência: feiras semanais são em número maior 97; as quinzenais 10; as mensais, 5 e as em datas específicas 33.

Interessa perceber como se dá a interação social neste espaço entre os feirantes e entre estes e seus fregueses; e se a partir destas interações estes constroem marcos referenciais de memória coletiva (HALBWACHS, 1994) em relação a estes espaços.

Estes marcos são definidos por pontos de referência espacial ou temporal, que marcam a vivência destes sujeitos e que definem as memórias fortes (CANDAU, 2012, p. 44), uma “memória massiva, coerente, compacta e profunda”, que organiza o sentido. Essa memória é encontrada em pequenos grupos e se caracteriza pela capacidade de estruturar os grupos humanos e de organizar sentidos, no que Candau (2012) denomina de “retórica holística”, interpretada como as grandes narrativas de memória.

No Brasil, há uma variação tanto em relação à configuração espacial quanto à estrutura destes espaços. Dependendo do lugar, as feiras podem ser semanais, diárias ou eventuais. As regras de regulamentação também variam de acordo com diversos fatores, desde os políticos, econômicos até os culturais, que têm relação com as tradições locais.

Tanto os mercados quanto as feiras, que estão presentes até hoje em todas as cidades do mundo em maior ou menor intensidade, são caracterizados como espaços de sociabilidade e de trocas de experiências entre feirantes e seus fregueses (FILGUEIRA, 2006; SATO, 2007; VEDANA, 2004; SOUZA & RODRIGUES, 2014). Neles são construídas diversas memórias de várias gerações e com as mudanças de comportamento da sociedade em relação ao consumo, cujos espaços também se modificam buscando se adequar à ideia do “novo”, mas sempre mantêm a sua essência, que é a interação entre os atores sociais que atuam nas feiras e mercados.

Existem as diferenças entre os espaços de mercados e feiras: Já vimos que as feiras são espaços ao ar livre que possuem uma dinâmica própria, mas o que caracteriza um mercado público?

6.1.2 - As feiras e mercados municipais em Belém: todo dia tem o que comprar

O surgimento das feiras livres em Belém representou a relevância da atividade comercial, contemplando as primeiras necessidades da população mais carentes da cidade, incluindo os negros, mestiços e mulatos (MEDEIROS, 2008). Isto porque:

A dinâmica da vida urbana, no decorrer no século XIX, estava intimamente ligada ao desempenho da economia local e regional, uma vez que o comércio serviu não apenas como atividade econômica, mas também possibilitou um maior dinamismo à vida social da cidade. Desta forma, nota-se que a relação entre economia e sociedade foi responsável por definir a relação da sociedade com o espaço, na qual novos elementos da vida social e espacial da cidade, passaram a definir as normas de reprodução do espaço urbano (MEDEIROS, 2008, p 37).

As feiras de Belém têm características bem diferentes das demais regiões do Brasil, como resultado da própria formação histórica, a forma de ocupação espacial e a localização geográfica da cidade. Medeiros (2008) explica que o surgimento das feiras em Belém se deu por etapas. As primeiras feiras livres surgiram no período da exploração da borracha, e estas se estabeleceram em pontos estratégicos da cidade. Primeiro, tem-se a feira localizada na margem do rio, onde hoje funciona o Ver-o-Peso, a feira mais antiga da cidade. Mais tarde, surgem com o desenvolvimento de mercados particulares, que depois cedem lugar às feiras nas vias públicas, como se pode perceber pelo discurso do intendente Antônio Lemos em seu relatório de Gestão, que no início do século XX já ressaltava a importância desses comércios para o abastecimento de Belém:

Na minha opinião de que os grandes Mercados não devem excluir os pequenos e de que quanto maior for o número destes disseminados pela cidade e pelos subúrbios, sobretudo nos pontos mais afastados, melhor servida será a população, com a especialidade a população pobre. Assim pensando, não me poupo em continuar a encorajar os proprietários destes pequenos mercados, hoje felizmente em número apreciável. Por vezes mesmo chego a visita-los, manifestando a minha satisfação pelo bom estado hygienico em que os encontro e verificando a eficácia da fiscalização nelles exercida pelos agentes da municipalidade.

Constantemente abastecidos de excelentes gêneros, de primeira qualidade, esses uteis estabelecimento conservam, todavia, os preços correntes dos seus congêneres que negociem em grande escala, oferecendo desse modo todas as facilidades aos consumidores (LEMOS, 1908, p. 155).

A expansão da primeira léguia patrimonial, o surgimento da Estrada de Ferro Belém-Bragança e, consequentemente, a ocupação dos terrenos urbanos nesses pontos da cidade contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento dos comércios populares. O rápido e intenso processo de crescimento urbano, sobretudo na segunda metade do século XX, incentivou o aumento do número de feira livres na capital. Atualmente existem 50 feiras em

Belém (SECOM, 2017), distribuídas em vários bairros. Outra característica peculiar das feiras belenenses é o seu funcionamento diário, de segunda-feira a domingo, funcionando com raras exceções à tarde e parte da noite.

Sem dúvida, os espaços de feira livre em Belém caracterizam-se pela rica e complexa experiência da vida construída cotidianamente pelos seus mais diferentes atores sociais. A construção de uma dada experiência nesses espaços pressupõe a reprodução de valores e significados inerentes a cidade e sua região mais próxima, nesse caso, as ilhas e cidades ribeirinhas e as cidades à margem das principais rodovias que recortam o Estado em diferentes sentidos (MEDEIROS, 2010, p. 38).

Segundo Medeiros (2010), as feiras livres em Belém são resultantes do processo de expansão urbana, principalmente nos bairros mais periféricos, que carecem de equipamentos urbanos necessários para a sobrevivência da população local e, enfim, contribuem para a manutenção da economia informal, com a possibilidade de recriar novas formas de sobrevivência para os grupos que ali se estabelecem.

Importa compreender como estas feiras se organizam, considerando o espaço físico, isto é, sua posição no lugar onde ocorrem e a forma como elas se configuram nesse espaço. Isto será relevante para o entendimento dos aspectos que serão abordados mais adiante em relação à feira da Terra Firme. Desta forma, e seguindo as análises de Medeiros (2010) e Almeida (2012), apresento cinco tipos de feiras características de Belém, com base na localização geográfica: as que se localizam à beira de rios e as que se organizam espacialmente pelas ruas e avenidas de bairros centrais e periféricos (MEDEIROS, 2010, p. 73). De acordo com sua forma e função, têm-se as feiras de dias específicos, as da cidade e as de bairro (ALMEIDA, 2012, p. 21). A seguir, apresento o Quadro 8, sistematizando as características dos quatro tipos de feiras.

A feira de bairro existe em maior quantidade, por sua característica de suprir diariamente as necessidades dos moradores do bairro. O seu horário de funcionamento se estende a dois turnos no máximo (manhã e tarde). Almeida (2012, p 22) explica que “nas feiras das cidades o trabalho realizado possui diversos momentos marcados pela duração de um dia de trabalho, circulação de clientes e dia da semana; nas de bairro, ele se liga muito mais aos produtos que estão sendo vendidos”.

Com esta variedade de horários, as feiras, buscam adequar-se à realidade da qual fazem parte, concentrando seu movimento em momentos diversos que podem ser durantes a madrugada e em parte da manhã ou à tarde se estendendo até a noite, dependendo, entre outros fatores, da sua localização e do público para qual se destina (ALMEIDA, 2012, 17).

Quadro 8 - Tipos de feiras de Belém.

Tipos de Feira	Características
Medeiros (2010) Feiras de beiras de rios (às margens do rio Guamá ou Baía do Guajará)	Cumprem uma função dentro do contexto de formação do espaço urbano bastante relevante. Estão localizadas em pontos estratégicos da cidade, próximas às principais Ilhas, como exemplo: Porto da Palha; Porto do Sal. Nestes espaços se estabelece uma liminaridade entre rural e urbano, além do reforço da imagem de Belém como cidade ribeirinha (TRINDADE JR., 2013) Estes espaços funcionam como ponto de articulação entre o continente e a parte insular da cidade, como mostram Silva e Castro (2014; 2013) e Rodrigues e Borges (2014).
Feiras livres nas ruas e avenidas	Possuem uma outra dinâmica de organização espacial pois ocorrem ao longo de ruas, com os equipamentos (barracas) em cima das calçadas. Geralmente existe estrutura de comércio que se forma em torno destas feiras. Ocorrem geralmente em bairros periféricos, com grande concentração populacional
Almeida (2012) As feiras de dias/ períodos específicos ⁷²	São realizadas apenas em um dia na semana, com programações específicas relacionadas aos temas da feira. Em Belém existem algumas destas feiras, por exemplo: a feirinha de artesanato na Praça da República; Feira de produtos orgânicos; Feira da Batista Campos (Cemitério da Soledade).
Feira da Cidade	Funcionam como “vitrines” de um grande mercado de artigos de predominância regional, que visam além da venda para os moradores da cidade, o comércio, ou a divulgação de seus produtos para turistas que lhe são constantes. Elas se localizam em lugares mais comerciais que residenciais e que possuem grande movimento. O Ver-o-Peso é um exemplo deste tipo de feira.
Feira de Bairro	Aparecem muito mais integradas ao cotidiano da população que está no seu entorno. É a feira frequentada pelos menos uma vez por semana, onde as compras realizadas satisfazem as necessidades diárias e o transito de turistas é bem menor, ou quase nulo neste tipo de feira. Elas são encontradas em quase todos os bairros da cidade e tem como clientes sua vizinhança; além de seus frequentadores-comerciantes.

Elaborado pela Autora: baseado em Ferreira (2010) e Almeida (2012).

⁷² Durante o meu estágio de Doutorado em Aveiro-Portugal, realizado no 1º semestre de 2017, observei vários tipos destas feiras que ocorriam uma vez ao mês ou quinzenalmente: Feira da Velharia (2º domingo) Feira dos 28 (todo dia 28); Feira de Março (todo mês de março, já se realiza há mais de 400 anos e atualmente tomou uma dimensão muito grande, sendo realizada em um grande pavilhão de exposição). Sobre as feiras de Portugal trato no meu relatório de estágio ainda não publicado (SILVA, 2017).

A feira é um espaço de consumo por excelência, mas, além disso, é também um espaço de sociabilidades onde se estrutura uma série de relações sociais, este fato é afirmado por várias pesquisas realizadas que mostram como este espaço é usado por feirantes e fregueses (VERDANA, 2004, 2008, 2013; NETO, LEITÃO et al., 2016; LEITÃO, 2010; RODRIGUES, 2014, 2017), evidenciando as trocas de saberes e fazeres que ali predominam.

Nas feiras existentes em Belém⁷³, incluem-se as regulares e irregulares, de acordo com o Decreto 26.579, de abril de 1994. Este mesmo Decreto define o que a Prefeitura Municipal entende como feira, em seu artigo 1º:

Considera-se “Feira Livre” o local previamente designado pela administração Pública Municipal, dotado de equipamentos a nível de varejo, voltada para o abastecimento de gêneros alimentícios a população, especialmente os de origem hortigranjeira (BELÉM, 1994, p 39).

Como resultado disto tem-se o crescimento do número de feiras na cidade, principalmente nas áreas periféricas, e muitas destas feiras que surgiram mais recentemente podem estar na categoria irregular ou não reconhecida, como informou a técnica da Secretaria de Economia do Município de Belém (SECON), que não soube precisar ao certo o número de feiras existentes na cidade (Quadro 9), segundo ela, os dados estavam sendo atualizados. Não há uma listagem atualizada das feiras de Belém, e no quadro apresentado em Medeiros (2010), a feira da Terra Firme não aparece, pois ela é considera irregular, pela forma como se constituiu, fato que será visto no próximo tópico, a partir dos relatos de memória dos moradores e feirantes.

Medeiros (2010, p 69) explica que a classificação de feiras livres regulares e irregulares é um resultado direto da expansão do consumo na cidade que fez com que estes espaços acabassem se confrontando com as normas da municipalidade e criando estratégias para burlar algumas regras estabelecidas que visam controle e ordenação do espaço público, entre elas a que define a formas de criação das feiras, estabelecida no mesmo decreto.

Art. 5º - As feiras livres funcionarão em vias e logradouros públicos ou em terrenos de propriedade municipal ou particular, especialmente abertos à população para tal finalidade, desde que instaladas e fiscalizadas pela Secretaria Municipal de Economia - SECON.

Art. 6º - Na elaboração dos projetos para padronização de feiras livres serão observadas, além das normas do processo de comercialização e urbanismo, as relativas à saúde pública, saneamento e limpeza.

Art. 7º - As feiras livres não poderão situar-se em raio inferior a 1.000 (mil) metros uma das outras, resguardando-se os casos já existentes.

⁷³ Informações obtidas em entrevista realizada na Secretaria Municipal de Economia (SECON), Departamento de Mercados, feiras e portos, pela técnica Luciele Pinto Emir, em 23/02/2017.

Quadro 9 - Demonstrativo das feiras e permissionários de Belém.

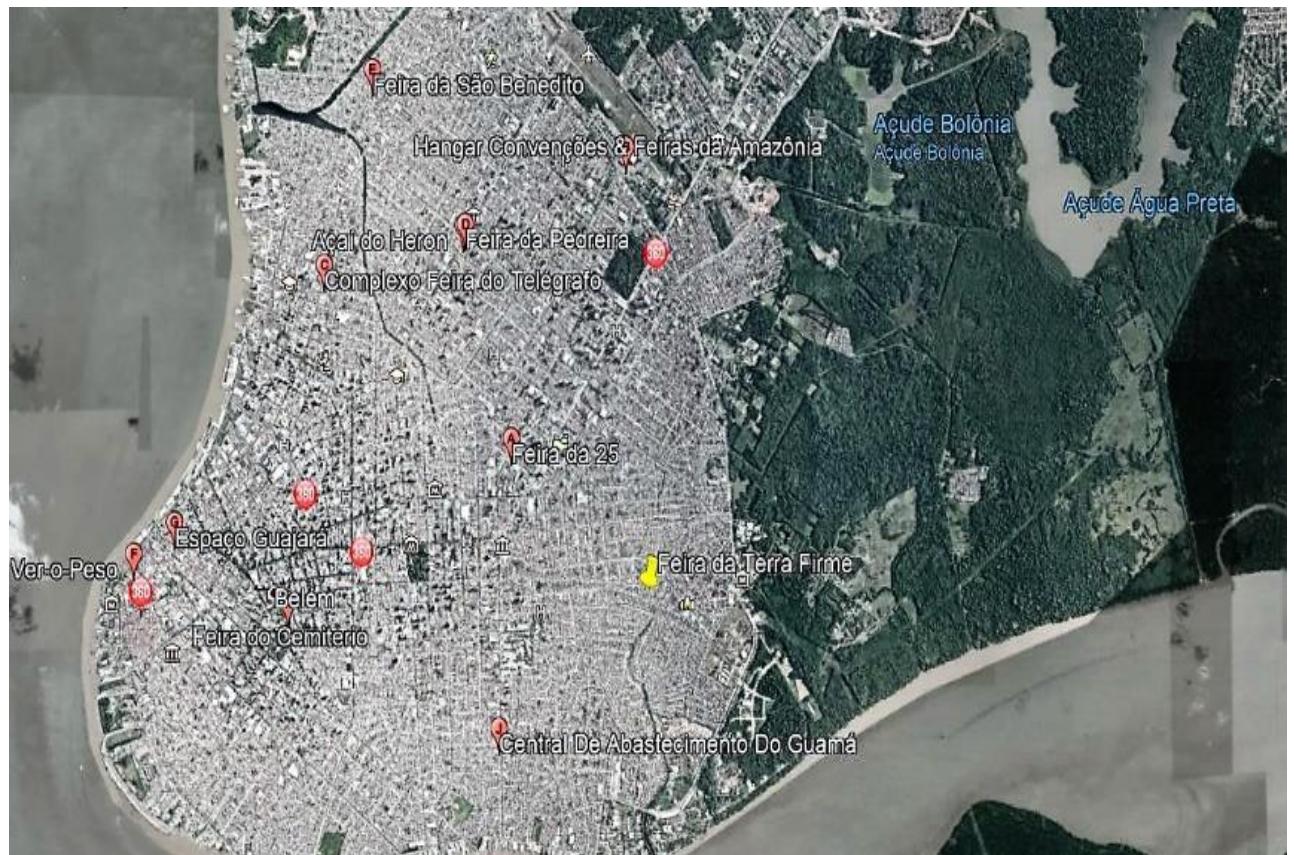
	Feiras Municipais	Permissionários		Total
		Cadastrado	Sem Cadastro	
1	Acatauassu Nunes	48	0	48
2	Augusto Corrêa	39	0	39
3	Bandeira Branca	153	4	157
4	Barreiro	0	725	725
5	Batista Campos	91	0	91
6	Campina	0	55	55
7	Comjunto Catalina	17	3	20
8	Cremação	143	0	143
9	Damasco (Cabanagem)	186	3	189
10	Entroncamento	164	90	254
11	Maracajá (Mosqueiro)	8	4	12
12	Marambaia	57	5	62
13	Mosqueiro	29	4	33
14	Mundurucus	7	5	12
15	Oito de Maio (Icoaraci)	240	0	240
16	Outeiro	0	0	0
17	Panorama XXI	28	34	62
18	Parque União (Tapanã)	0	344	344
19	Pedreira	175	0	175
20	Porto da Feira do Açaí	128	5	133
21	Porto da Palha	144	4	148
22	Porto do Açaí	50	0	50
23	Porto de Icoaraci	0	38	38
24	Providência	83	3	86
25	Sacramento	19	3	22
26	Santa Luzia	35	0	35
27	São Benedito	80	12	92
28	São Domingos	30	0	30
29	São Gaspar (Tapanã)	0	73	73
30	Tavares Bastos	181	0	181
31	Telégrafo	179	5	184
32	Teófilo Conduru	43	15	58
33	Ver-o-Peso	872	0	872
34	25 de Setembro	321	0	321
	Total	3.550	1.434	4.984

Fonte: Medeiros, 2010.

Neste quadro não temos a feira da Terra Firme, isto porque é considerada como uma feira irregular pela SECOM, pois está localizada na rua, infringindo a legislação municipal definida para estes estabelecimentos públicos. No entanto, estas normas acabam tendo um resultado contrário ao esperado. Isso é o que ocorre na maioria das feiras da cidade, onde se observa uma estrutura totalmente fora dos “padrões” definidos pela SECON. Na Terra Firme não é diferente. A Feira da Terra Firme tem características de muitas das feiras de bairros de Belém, por exemplo, a do Barreiro, do Entroncamento, do Telegrafo, entre outras. Quem passa por elas, vê o lado da desorganização que se apresenta, no entanto, por traz destes cenários existe o que poderia se caracterizar como atos de resistência, que se expressam pelo comportamento efusivo e contestador do feirante.

No mapa a seguir (Figura 35) pode-se visualizar a localização das principais feiras de Belém, sendo que o marcador da feira da Terra Firme foi identificado por mim, pois na identificação do Google aparece apenas o Hortomercado, que também é o que está registrado pela prefeitura. Dentre as feiras existentes em Belém, gostaríamos de destacar as seguintes: Ver-o-Peso; 25 de setembro, Batista Campos, Guamá e Pedreira.

Figura 35 - localização das principais feiras de Belém.



Fonte: Imagem modificada do Google, 2017.

6.2 - OS ATORES DA FEIRA: FEIRANTES E FREGUESES

6.2.1 - Os Feirantes de dentro do Hortomercado e os Feirantes da Rua

A feira da Terra Firme é composta por vários atores, mas os principais são os feirantes, os quais, podemos classificá-los como feirantes de dentro do hortomercado e os feirantes da rua, que a Prefeitura considera como “irregulares ou clandestinos”. Fizemos uma pesquisa inicial para traçar um perfil destes indivíduos e aqui apresentamos uma síntese desta pesquisa, fazendo uma análise comparativa entre os dois grupos.

Entre os feirantes do hortomercado e os da feira da rua Celso Malcher existem algumas diferenças em relação à faixa etária, no primeiro grupo a idade da maioria está em torno de 41 a 80 anos. Nesta faixa, os indivíduos atuam neste espaço desde a sua inauguração, sendo que o mais idoso já está na feira desde antes desta funcionar na praça Olavo Bilac, último espaço de funcionamento antes da construção do hortomercado. Em relação aos feirantes da rua, não existe muita diferença, pois os mais velhos estão na faixa de 46 a 52 anos (14%), de 53 a 60 anos (18%) e acima de 60 anos (14%). Ressalto, ainda, que esta feira tem em torno de 270 feirantes e o número de questionários passados para este grupo (50) corresponde a uma amostra de 5,4% do total.

Os pontos que diferenciam um grupo do outro são: a) O tempo de trabalho do feirante, que para os que estão no hortomercado fica entre 22 a 40 anos de trabalho, correspondendo a 46,73% dos informantes da pesquisa, no entanto, na conversa informal com outros feirantes não participantes do survey, que também confirmaram ter um longo tempo de trabalho nesta atividade. Isso mostra que dentro do mercado estes feirantes têm sua história de vida focada no trabalho com a feira, muitos iniciando desde jovens ou ainda crianças ajudando seus pais na lida diária.

Na feira da rua, este tempo cai para 30 anos (36% dos respondentes), o que corresponde ao tempo de existência da feira, sendo que estes feirantes têm suas experiências de vida na feira, geradas a partir da necessidade de renda, aproveitando a oportunidade de surgimento da feira na rua para ingressar na atividade. Neste caso, alguns já tinham experiência em outras feiras e outros afirmaram ter iniciado o trabalho como feirante ali, diferente do grupo do hortomercado, que trouxeram a prática de feirante das suas respectivas famílias.

Quanto à experiência em outras feiras, 65,91% dos feirantes do hortomercado afirmaram que não tinham trabalhado em outra feira anteriormente, e os que trabalharam vieram das seguintes feiras: São Brás, Ver-o-Peso, 25 de Setembro, Mundurucus, Entroncamento, na cidade de Belém

ou de outras localidades, como: Açailândia (MA), São Miguel do Guamá, Bragança no Pará. Quanto aos feirantes entrevistados na Rua Celso Malcher, ou feirantes de fora, como denomino, 78 % nunca tiveram experiências em outras feiras. Os que tiveram, citaram, além das já referidas em Belém pelo grupo do Horto, a do Guamá, da Cidade Nova e de cidades do interior do estado.

Uma diferença entre os dois grupos é quanto à presença feminina na feira. No hortomercado a predominância é masculina, principalmente no setor do pescado, onde os homens representam a totalidade⁷⁴. Na feira da rua, aparentemente há um número maior de mulheres. Estas feirantes fizeram interessantes relatos sobre a relação do trabalho e sua vida como mulher, pobre e mãe, elas lembravam de seus filhos pequenos e de quando os levavam para feira, pois não tinha com quem deixá-los; da necessidade de conciliar o horário do trabalho e os afazeres de casa. Podemos destacar alguns destes relatos quando lembramos de D. Graça, vendedora de ervas no hortomercado (Figura 36), quando relatou que ia para a feira e levava sua filha pequena que ficava na barraca junto com ela enquanto trabalhava; ou D. Selma, vendedora de legumes na feira da Celso Malcher (Figura 37), que relatou sua vida sofrida, pois precisou trabalhar desde criança e a necessidade de conciliar o trabalho de casa com o trabalho na feira. Ela relembra que trabalhou desde criança pela necessidade de ajudar a sua mãe a criar os seus irmãos.

Figura 36 - D. Graça, feirante, vendedora de ervas medicinais.



Foto: Pesquisa de Campo (fevereiro/2017).

⁷⁴ Nas feiras pesquisadas em Portugal, havia um equilíbrio entre gêneros, em alguns casos, víamos a maior presença de mulheres, como entre os ciganos; em outros, a família toda trabalhava e, portanto, homens e mulheres estavam presentes compartilhando as atividades. Em uma das feiras pesquisadas observamos esta diferença na Feira de Espinho, observamos o oposto da Terra Firme em relação à venda de pescado, pois a predominância era de mulheres, e identificamos apenas dois homens vendendo Bacalhau. As feirantes que vendem peixe naquela feira, segundo informação das próprias, vendem o produto do trabalho dos maridos, filhos, pais, irmãos etc.

Figura 37 - D. Selma, feirante, vendedora de legumes na feira da Celso Malcher.



Foto: Pesquisa de Campo (agosto/2017).

Há também aquelas feirantes que iniciaram este trabalho como uma forma de complementar o sustento da família, ou seja, tinham emprego fixo, mas trabalhavam na feira para complementar a renda e ainda tinham o trabalho de mãe e de dona de casa. Este é o caso de D. Cícera (82 anos), que vende produtos de armário no hortomercado. Ela afirma ser a mais antiga feirante do hortomercado da Terra Firme e contou como foi sua jornada nesta feira:

Eu comecei na, na pracinha. Aqui na 2 de Junho, onde abre assim, né? Da pracinha, eu vim pra praça da igreja, e da praça igreja, nós “tamos” aqui há 28 anos só eu agora, só tem eu da inauguração, 28 anos aqui dentro. Na 2 de Junho, eu trabalhava com frutas, trabalhava com frutas, armava e desarmava a minha barraca, quando eu passei pra segunda praça da igreja também, armava e desarmava; e mudei pra armário que é isso agora, né? mudei pra industrializado né? E [...] foi um sacrifício mana, a minha vida dá uma novela, se eu for de contar, por que aqui que é, foi, eu trabalhei no SESI 12 anos, pra criar sete filhos mais duas pessoas que aí fez nove, e entreguei meu emprego no SESI e fiquei só com a feira, né? E de lá pra cá foi trabalho até hoje, hoje eu digo assim, não tenho tanta necessidade, me aposentar e tá, tá, tá [...], mas eu gosto de trabalhar, muito, com essa idade, só enxergando de uma lado, mas não posso ficar em casa (D. Cícera, 82 anos, feirante, entrevista concedida em 28/08/2017).

No caso de Dona Cícera, hoje ela ainda trabalha na feira porque gosta, pois não tem necessidade; e seus filhos já tentaram tirá-la deste trabalho diversas vezes, sem sucesso. Por outro lado, D. Selma Portela (Figura 38), ainda continua trabalhando na feira pela necessidade. Sua história mostra um cotidiano muito semelhante ao de outras mulheres trabalhadoras. Em seu relato, ela demonstra um sentimento de emoção quando relembra os momentos difíceis que passou em várias fases de sua vida. Vejamos um pequeno trecho de sua história:

Eu comecei a trabalhar com 12 anos, porque a minha mãe tinha muito filho; ela nunca trabalhou na vida, meu pai era alcoólatra, também vivia mais desempregado do que empregado, aí eu e a minha irmã saímos pra trabalhar, né? Tinha que sustentar os outros menores, aí nós começamos a trabalhar assim, primeiramente foi no Ver-o-Peso, que vendia mingau, com o finado Alcídio, o Rei do Mingau e uma senhora que vendia tacacá, comida típica, trabalhamos muitos anos lá, mais de 10 anos, eu e a minha irmã [...], e aí toda a semana a gente recebia aquele dinheirinho, dava pra mamãe fazer as compras (choro), depois com o passar do tempo a gente foi já ficando madura, a gente vamo trabalhar, “arrajamo” filho e aí continuamos o trabalho, né? Somos de família pobre, mas graças a Deus nunca (choro) peguei nada de ninguém [...] o dinheiro ajudasse minha mãe, meu pai, aí minha família, né? Eu criei a minhas filhas tudo assim, trabalhando assim, trabalhei também muito tempo em casa de família, ao passar dos anos, antes de vir pra feira, trabalhei na casa de “advogado”, trabalhei 16 anos, fazia de tudo lá pra ele, me pagava um salário mísero, mas quando eu arranjei esse emprego lá na SERVNORTE aí eu passei a ganhar mais que um salário mísero, tinha ticket alimentação, tinha médico, aí eu pedi pra mim sair; ela não queria que eu saísse, porque lá (choro) eu era uma pessoa de confiança dela, aí não queriam que eu saísse, eu disse que eu tinha que sair, não precisava me pagar e aí foi assim, a gente trabalhava muito, hoje eu tô na feira, saio de madrugada, uma hora, duas horas, meia noite (choro), quando é 4, 5 horas tô na feira, ajeito a banca tem dia que eu vou embora 8 da noite, 7, às vezes quando eu tô muito cansada eu vou me embora 2 horas (D. Selma Portela, feirante da feira da Celso Malcher, bairro Terra Firme, entrevista concedida dia 07/12/2017).

Figura 38 - D. Cícera Silva, feirante mais antiga do Hortomercado.



Foto: Pesquisa de Campo (dezembro/2017).

Estas três mulheres feirantes fazem parte do universo feminino que trabalha na feira da Terra Firme e correspondem a 69,96% dos entrevistados de nossa pesquisa. A exemplo de outras feiras de Belém, como o Ver-o-Peso, por exemplo (FERREIRA, 2010, p. 165), a presença feminina predomina em atividades como: ervas medicinais; venda de polpa de frutas; venda de comida; venda de café/lanche, venda de natura, em relação à Terra Firme, podemos acrescentar a venda de hortifrutigranjeiros, confecções, armário e miudezas em geral.

Outra diferença é quanto aos tipos de produtos vendidos no Hortomercado e na feira da rua Celso Malcher. No primeiro espaço, os tipos de produtos são definidos pela Secretaria Municipal de Economia (SECON), que no Artigo 17 do Decreto 26.579/94⁷⁵, estabelece os tipos de produtos que podem ser vendidos nas feiras (Quadro 10), definindo inclusive os percentuais mínimos de equipamentos que devem constar no espaço (talhos, box, barracas etc.).

Art. 17. Nas feiras livres, somente poderão ser comercializados os produtos classificados nos grupos a seguir relacionados, respeitando-se os percentuais mínimos das quantidades de equipamentos por feira;

Quadro 10 - Tipos de produtos que podem ser vendidos nos mercados e feiras de Belém, de acordo com o Decreto n. 26.579/94.

Grupo	Tipos de Produto	Porcentagem para presença na feira
Grupo I	Hortigranjeiros: hortaliças, frutas e granjeiros (aves abatidas e ovos)	60%;
Grupo II	Farinha: farinha seca, d'água e de tapioca	12,5%
Grupo III	Frutos do Mar: pescado, mariscos e crustáceos	10%
Grupo IV	Mercearias: latarias, cereais, laticínios, condimentos e óleos	5%
Grupo V	Industrializados: armários, confecções, calçados; utensílios de cozinha e ferragens	5%;
Grupo VI	Comidas: refeições prontas, lanches, mingau e pratos regionais	2,5%;
Grupo VII	Serviços: sapateiros, relojoeiros e comércio de sacos plásticos e de pano	2,5%;
Grupo VIII	Outros: produtos de umbanda, ervas medicinais, plantas, flores ornamentais e artesanato regional	2,5%

Fonte: SECON, 1994

Os produtos vendidos no hortomercado seguem estas orientações, pois estão “passíveis de sanções” caso não cumpram as normas estabelecidas, correndo o risco inclusive de perda da permissão de uso do espaço. No quadro seguinte (Quadro 11) apresentamos os tipos de produtos vendidos neste local com a definição da quantidade de feirantes cadastrados segundo informação do departamento de feiras e mercados da SECON.

⁷⁵ O decreto 26. 579 de 14 de abril de 1994, dispõe sobre o funcionamento das feiras livres em Belém.

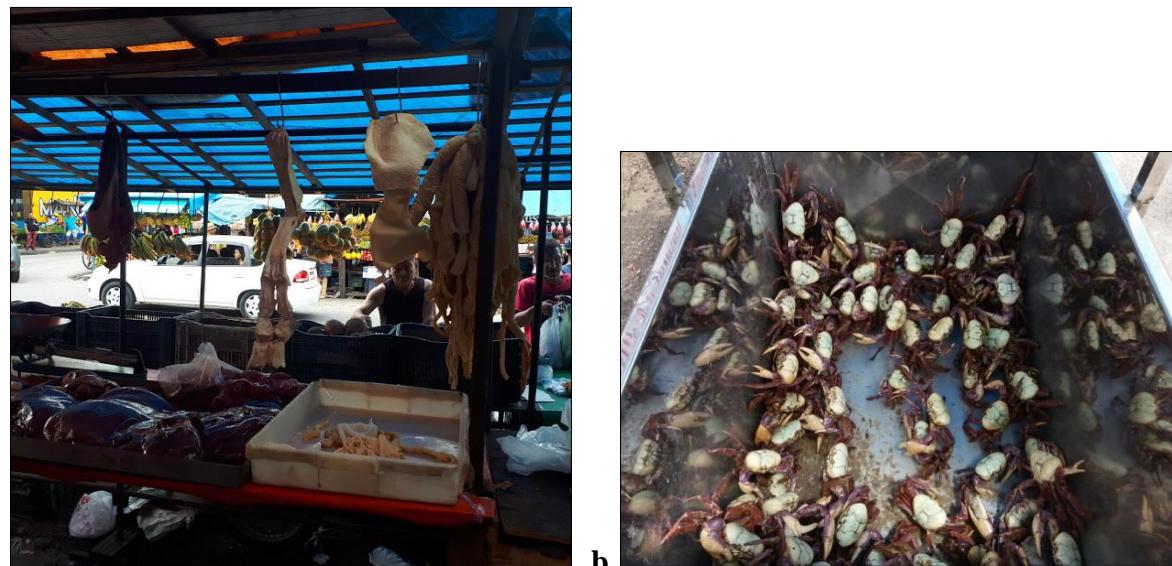
Quadro 11 - Tipos de produtos e quantidade de feirantes no Hortomercado segundo cadastro da Secretaria de Economia- SECON.

Setor	Feirantes Cadastrados	Feirantes não cadastrados	Total
Alimentação	7	2	9
Eervas medicinais	6	-	6
Farinha	18	7	25
Hortifrutigranjeiro	24	3	27
Industrializados	37	6	43
Mariscos	8	1	9
Pescado	22	9	31
Mercearia	1	1	2
Serviços	1	-	1
Total	124	29	153

Fonte: Secretaria Municipal de Economia (SECON). Pesquisa de Campo/2017.

Na feira da rua Celso Malcher ocorre o oposto do hortomercado, pois esta feira não é regulamentada pela SECON, por ocupar um espaço público de alto fluxo no trânsito de veículos e pessoas, o que não é correto segundo a legislação municipal. Nesta feira é vendido de tudo um pouco, inclusive a venda de alimentos como frango abatido, vísceras, peixes e caranguejo em barracas próximas ao mercado (Figura 39a-b), mercadorias com venda proibida pelo Decreto de que trata do funcionamento das feiras em Belém.

Figura 39a-b - Barracas de venda de vísceras (a) e caranguejo (b) na feira da Celso Malcher.



Fotos: Pesquisa de campo/2017.

Nesta feira também são vendidos CDs/DVDs de músicas, filmes e jogos “piratas”, remédios clandestinos e outros produtos considerados “ilegais”. É um espaço sem lei, livre para tudo e todos, apesar da fiscalização da SECON. Não há ações articuladas entre as secretarias municipais, como de Saúde e Meio Ambiente e Mobilidade Urbana para uma gestão compartilhada com a Secretaria de Economia ou uma fiscalização articulada dos produtos da feira.

No quadro a seguir (Quadro 12) podemos ver os tipos de produtos vendidos na feira da rua Celso Malcher. Os dados foram levantados a partir do *survey* realizado com 47 feirantes que estão localizados em barracas ao longo da rua, abrangendo 6,74% dos 337 feirantes que ali permaneciam no período da pesquisa.

Quadro 12 - Produtos vendidos na feira na Rua Celso Malcher.

Tipos de Produtos	Nº	%
Temperos e frutas	1	2
Caranguejo	1	2
Verduras e legumes	7	14
Frutas	8	16
Eletrônicos	1	2
Roupas	7	14
Ovos	1	2
Tempero industrializado	2	4
Cosméticos/produtos de beleza	1	2
Mariscos em geral	1	2
Hortifrutti	3	6
Brinquedo	1	2
Camarão	2	4
Polpa de fruta natural	1	2
Legumes	1	2
Vísceras	2	4
Lanches	2	4
Carne	1	2
Alho	1	2
Farinha	2	4
Semijoias	1	2
Frango	1	2
Conserto de panelas	1	2
DVD	1	2
Total	50	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Além dos produtos vendidos nas barracas da feira, existe o comércio do entorno, com açougue, lojas de confecções, calçados, supermercados, venda de açaí, de móveis, materiais de construção, lanchonetes, restaurantes, entre outros produtos. A dinâmica comercial do espaço é muito grande e se desenvolveu a partir do estabelecimento da feira naquele local.

6.2.2 - Consumidores, frequentadores e habitués do Hortomercado e Feira da Terra Firme

Para conhecermos os tipos de fregueses da feira e hortomercado da Terra Firme utilizamos técnicas diversificada de coleta de dados, mais especificamente três: a observação da feira e do hortomercado propiciou a percepção das relações e comportamento dos consumidores de maneira geral, com foco em algumas cenas de situações mais específicas (GOFFMAN,) vivenciadas com os feirantes, as formas de caminhar na feira e seus trajetos. Os questionários nos ofereceram dados sobre o perfil dos fregueses, com base nas seguintes variáveis: faixa etária; escolaridade; residência ou não no bairro; tempo de residência, profissão; tipos de produtos que costumam comprar; frequência de idas à feira. Para complementar esses dados, mantivemos conversas informais com os fregueses, o que nos permitiu saber um pouco mais sobre eles, como, por exemplo, seus comentários sobre a feira ou sobre o bairro, que os questionários e as observações não contemplavam.

Os questionários para os consumidores da feira foram aplicados com dois objetivos: o primeiro de caráter metodológico, para se obter um perfil dos consumidores que frequentam a feira e o hortomercado da Terra Firme; e o segundo de caráter mais prático, como uma tática de aproximação destes fregueses, a partir da conversa informal durante a aplicação do questionário, para que pudéssemos captar as percepções destes indivíduos sobre aquele espaço, além de percebermos as interações entre os feirantes e estes fregueses.

Foram aplicados 47 questionários (modelo anexo) nos espaços do hortomercado e da feira. Esta divisão não se deu de forma pré-definida, mas aleatória, pois os fregueses transitam por ambos os espaços que findam sendo um só. O que motiva a preferência desses indivíduos por cada um dos espaços é o tipo de produto que compram. Os que frequentam o hortomercado vão em busca de peixe e farinha, que são os principais produtos ali comercializados. Já os que ficam apenas na feira buscam frutas, verduras, carne, camarão, caranguejo e outros produtos mais específicos vendidos somente nesta área, como CDs, vísceras de boi, peças e equipamentos em geral e produtos a retalho, isto é, em pequenas porções com valores de R\$ 1,00 a R\$ 5,00.

A pesquisa com este grupo foi realizada durante duas semanas, no mês de setembro de 2007, o horário de realização das entrevistas e/ou aplicação do questionário ocorreu das 10h às 11h, por ser o horário de maior fluxo de fregueses em ambos os espaços. Abordagem junto aos clientes se dava após terem efetuado suas compras, quando então questionávamos se eles se importavam em responder a um questionário sobre a feira. Na ocasião, alguns não aceitaram, alegando pressa, mas a maioria concordou em colaborar com a pesquisa. Ao final do questionário, perguntávamos às pessoas mais velhas se elas se dispunham a conceder uma entrevista para a pesquisa, contando sua história no bairro.

O Questionário continha 16 questões e, dessas, 14 eram fechadas, com alternativas para marcar. As questões foram divididas em perguntas relativas ao perfil do freguês, quais sejam: sexo (01), Estado Civil (02), Escolaridade (03) e Profissão (08); as demais questões referiam-se ao Bairro: se reside no bairro da Terra Firme; há quanto tempo; quantas pessoas moram com eles; e, por último, as questões relativas à feira; frequência, o que costuma comprar, se tem preferência em relação a algum feirante; o que acha deficiente na feira ou o que pode melhorar.

A aplicação dos questionários caracterizou-se como uma forma de coleta de dados que nos propiciou uma visão mais “apurada” quanto ao perfil do frequentador da feira, pois, a partir desta pesquisa pudemos visualizar alguns perfis que incluiremos no grupo de atores frequentadores da feira. Neste aspecto, utilizamos a denominação “frequentadores” por considerarmos uma categoria de análise mais abrangente, podendo contemplar as seguintes subcategorias: consumidores, habitués, flanadores, passantes e os oportunistas. Tais categorias foram designadas a partir das observações relativas aos comportamentos desses indivíduos na feira e no hortomercado.

Os Consumidores – são aqueles que frequentam a feira para fazer compras pelo menos duas vezes na semana e geralmente são moradores do bairro, os quais classificamos como consumidores assíduos e os que não são do bairro classificamos como consumidores eventuais.

Os Habitues – são os indivíduos que vão à feira para passear, passar o tempo, tal como o indivíduo blasé, pois, segundo Simmell, ele pode passar pela feira todos os dias para ver os preços, as novidades; ele gosta do clima da feira, ele pratica a feira (CERTEAU, 1994). No caso, eles vão à feira diariamente não só para consumir, mas também para estar ali porque gostam do burburinho e do movimento tanto no hortomercado quanto na feira.

Os Flanadores – são indivíduos que refletem a imagem do *Flaneur*, como definido por Benjamin (2000). Segundo o autor, eles veem a cidade sem disfarces, que são parecidos com os habitués, no entanto, sua frequência é eventual naquele local, pois eles vão ali para caminhar livremente, flanar pela feira, observar, sem compromisso.

Os passantes – são os transeuntes que passam de bicicleta, de ônibus, de carro ou de moto, mas não param na feira e apenas olham o movimento, que geralmente passam por ali porque é o seu caminho. Ainda neste grupo identificamos os passantes que se tornam eventuais compradores, ou seja, na passagem pela feira param em uma barraca para comprar algum produto.

E, por último, os que denominamos de **oportunistas** – são os indivíduos que ficam parados nas calçadas ou esquinas observando o movimento e esperando a oportunidade de agir, assaltando alguém que esteja na feira no “vacilo”. Eles ficam em lugares estratégicos e de alguma forma se tornam invisíveis até cometerem um delito.~

6.3 - PERCEBENDO CHEIROS, SONS RUMORES E PAISAGENS NA FEIRA E MERCADO DA TERRA FIRME – ETNOGRAFANDO O LUGAR

6.3.1 - Os feirantes de dentro do hortomercado e os feirantes da rua

Ao adentrar no Hortomercado da Terra Firme pela primeira vez como pesquisadora fiquei um pouco desorientada, embora já tivesse estado naquele local ao menos duas vezes. Lembro-me que entre 2011 e 2012, desenvolvi uma atividade pelo Ponto de Memória da Terra Firme, quando eu era conselheira, para realizar uma Roda de Memória com os feirantes. O encontro foi marcado para 13 horas, articulado pelo administrador do mercado à época. Lembro que na ocasião participaram cinco feirantes (dois homens e três mulheres) e lá eles contaram um pouco de sua experiência de vida. Não lembro seus nomes, mas lembro de alguns relatos, como, por exemplo, a senhora que vendia ervas e levava a sua filha pequena com ela para o mercado, pois não tinha com quem deixá-la e, entre uma brincadeira e outra, alimentava-a com um prato de sopa.

Outra senhora falava com orgulho do filho dela, que já era doutor e que estava fazendo pesquisa sobre o bairro. Havia outros dois senhores cujas narrativas eu não lembro, mas foi

exatamente nesse momento que decidi pesquisar a memória dos feirantes do bairro, pois naquela roda de memória, que na verdade acabou como um grande bate-papo, foi possível ter uma visão geral sobre a vida desses trabalhadores e o prazer que eles tinham em trabalhar nesta atividade. Infelizmente, não temos o registro em áudio nem imagens daquele momento; e como foi um evento do Ponto de Memória, não houve a preocupação de gravação ou o registro foi extraviado. Naquela oportunidade, vi o mercado sem movimento, um ambiente escuro, calorento e recordo apenas as sensações diversas e difusas.

Voltando à época da pesquisa de campo, testemunhei o seu movimento habitual, bem diferente daquele dia da roda de memória. Foi possível sentir um espaço pulsante, com pessoas passando de um lado para o outro, uma sobreposição de vozes e de sons diversos, ao ouvir o barulho dos cutelos, das vozes, do pregão do peixeiro que chama o freguês, na repetição, como que para fixar as palavras e a qualidade do produto.

Ao caminhar pelo hortomercado percebi que chamava atenção de alguns feirantes. Neste dia de muito movimento, estranhei, pois pensei que passaria despercebida no primeiro momento. Notei a vivacidade daquele lugar em um bate-papo de alguns feirantes com seus fregueses mostrando a proximidade entre eles. Nas feiras e mercados populares esta sociabilidade é comum e está presente em diversas formas de interação que acontecem em forma de ritos organizados nas relações do cotidiano.

Ainda me situando no lugar, continuei minha caminhada pelo mercado e, encontrando um quiosque de lanche, resolvi sentar ali e tomar um suco. Pensei nisto como uma estratégia para me aproximar, estabelecer uma conversa e conseguir pistas para minha caminhada. No quiosque encontrei um homem tomando sopa e pensei nas cenas banais como aquela que poderia encontrar naquele mercado. Vi que o dono do quiosque travava uma conversa com outro homem que parecia ser eu amigo de longa data, devido ao tema do bate-papo: luta de causas na justiça, mas percebi que o dono da barraca ficou curioso sobre a minha presença. Observei que aquele seria um bom lugar para observação, pois tinha uma visão geral e próxima do cenário central da pesquisa.

Após tomar o suco, prossegui a caminhada observando os boxes de venda que estão distribuídos por setores: na área central do mercado ficam os talhos de carne e peixes, sendo estes últimos em maior quantidade e com grande variedade de peixes (Figura 40). Naquela hora, o mercado estava bastante movimentado. Logo depois dos peixes há um corredor de pequenas lojas com venda de roupas e miudezas como bolsa, cintos e outros.

Figura 40 - Vista geral do Hortomercado setor de pescado.



Foto: Autora, 2017.

O setor de hortifrutigranjeiros está organizado ao final do setor do peixe, para o lado da saída do mercado, sendo que próximos aos talhos de peixe ficam os tabuleiros com limão e tempero para peixe. Na Terra Firme esse contexto se apresenta claramente como em outros bairros mais recentes, em que as pessoas migram de suas antigas localidades em busca de moradia própria, neste movimento levam com elas memórias de suas experiências vividas neste lugar, que serão revividas e atualizadas.

Do lado esquerdo, direcionado à saída, encontram-se mais produtos industrializados e ervas medicinais. Do outro lado do mercado tem-se o corredor da farinha, com todos os diversificados tipos (fina, grossa, para farofa, farinha seca e de tapioca), com preços variando de R\$ 2,00 a 5,00 reais (Figura 41).

Figura 41 - Corredor de venda de farinha no Hortomercado da Terra Firme.



Foto: Autora, 2017.

O setor de pescado é onde percebemos os maiores burburinhos, com os sons aracterísticos do mercado, da batida forte dos cutelos cortando os peixes, a carne, que se mistura aos pregões dos peixeiros, com seus jargões, chamando os fregueses para a compra e garantindo um produto de qualidade. Vedana (2004, p 32) fala da percepção das frases gritadas pelos feirantes, sejam em tons de piadas ou deboche, sejam envolvendo o freguês em gentilezas ou estabelecendo uma espécie de “intimidade” nas relações de compra e venda (Figura 42).

Figura 42 - Hortomercado – setor de pescado com movimento de fregueses.



Foto: Autora, 2017

Saindo do mercado, na entrada central, encontra-se a venda de peixe seco, como o pirarucu, a pescada gó, o camarão, o caranguejo e o mexilhão, que faziam parte do grupo que ficava no interior do mercado, mas que preferiu ficar fora, por isso, ficam ainda no limite, bem próximo da entrada do hortomercado.

Caminhando pela rua Celso Malcher na direção da rua São Domingos percebe-se as barracas com vendas de frutas e hortifrutigranjeiros, com maior concentração no perímetro do mercado. A venda se dá em maços, pacotes, lotes ou fatias/pedaços, que variam de preços de R\$ 1,00 a 3,00 reais (Figura 43). Nesta esquina, no cruzamento entre as ruas Celso Malcher e São Domingos, há um intenso fluxo de veículos (carros, motos, bicicletas, ônibus, caminhões etc.) e de pedestres, misturados com as barracas que ocupam a rua. Neste cenário, vi configurada uma forte cena de resistência em que estes feirantes esquecidos pela prefeitura e, portanto, marginalizados, ignoram tudo o que é posto como regulamentação para a feira. Exemplos de um movimento que se desloca das fronteiras da dominação e das estruturas de poder, partindo de práticas de microrresistência, como mostra Certeau (1994).

Figura 43 - Barraca de frutas e verduras na feira.



Foto: Autora, 2017

Continuando esta caminhada, parto para as barracas que formam um corredor em ambos os lados da rua, sendo que no lado do mercado tem-se um “corredor”, como se fosse um túnel, que divide as barracas que ficam na calçada e as que ficam na rua. Fiz o trajeto de volta por cima da calçada. De um lado, pode-se ver barracas com venda de vísceras bovinas (bucho, mocotó, fígado etc.), algumas verduras, bijuterias e farinha. Uma miscelânea de formas e cores que dá uma visão das formas que estes indivíduos têm para manipular e usufruir da prática de fazer a feira (Figura 44).

Figura 44 - Barraca de vísceras na feira da Terra Firme.



Foto: Autora, 2017.

Já do outro lado da rua, tem-se uma diversidade de comércios, supermercados, mercadinhos, lojas de roupas, açougues, lojas de jogos eletrônicos, sapatos, alguns dividem espaços com moradias nos altos. Como classifica Guimaraes (s/d, p 6), existem três categorias destas residências que associam moradia e comércio ao longo da Celso Malcher. O primeiro tipo é o estabelecimento puro, que é só comercial; o segundo tipo é o residencial/comercial, misto de residência e estabelecimento comercial, o qual a autora define três subtipos: a) os independentes, quando a casa e o comércio são independentes; b) os sobrados, com prédios de dois andares e a residência em cima, e os conjugados em que o comércio integra à residência. No cenário da Terra Firme identificam-se os três tipos, sendo que o conjugado parece ter maior predominância.

Para o lado que vai em direção ao bairro de Canudos, o comércio vai espaçando, com a predominância de lojas de materiais de construção, fabricação de móveis, restaurantes e algumas barracas de vendas de frutas. Pelo levantamento, identifiquei a maior concentração nas imediações do mercado, na Celso Malcher com a passagem Lauro Sodré.

No decurso da pesquisa, uma das dificuldades durante a observação da rua foi o alagamento após grandes chuvas durante os meses de janeiro e fevereiro, pois a avenida se encontrava submersa devido às chuvas e a obra que estava sendo realizada na ponte, e que causava um descontentamento para os feirantes e fregueses da feira. Os ônibus passavam com bastante dificuldade nesse local e os carros mais ainda.

Ao observar o mercado do mezanino onde ficava a administração, tinha uma visão mais geral do ambiente central do mercado, com o setor de pescado e a variedade de peixes, o trânsito de pessoas e as interações nas compras entre feirantes e fregueses e as interações de trocas de favores entre feirantes. No entanto, não podia ver de perto ou ouvir as conversas que se desenrolavam, como conseguia no quiosque de lanche, onde podia perceber mais de perto o movimento do mercado (Figura 45).

Figura 45 - Interação entre feirantes e fregueses no hortomercado.



Foto: Autora, 2017.

Observando de cima, a visão era de todos os balcões lotados de peixes e o fluxo de fregueses que era mais intenso no horário das 10 às 11h, principalmente às quintas, sextas e sábados (Figura 46). Destaco dois boxes que me chamaram atenção, pelas formas que: 1) organizavam seu talho com Pescada Gó e outros dois bens em frente ao mezanino que tinha exposto uma variedade de peixes (Gó, Dourada, Piramutaba, Gurijuba, Pescada Amarela) a forma como compartilhavam, dividiam o trabalho e interagiam com seus fregueses (Figura 47).

Figura 46 - Vista da área do pescado com fluxo intenso de clientes.



Foto: Autora, 2017

Figura 47 - Diversidade de peixes vendida no hortomercado.



Foto: Autora, 2017

Os fregueses passavam por este corredor e a maioria parava no box de um rapaz moreno que ofertava peixes diversos. Os fregueses chegavam neste talho, olhavam perguntavam o preço e compravam os peixes maiores, como a dourada e depois a pescada gó. Enquanto no box de outro peixeiro que, por sinal, era irmão⁷⁶ do primeiro, ele atendia os clientes cortando os peixes grandes com o cutelo, seguindo um ritual no corte: primeiro cortava a cabeça, depois dava um talho na barriga do peixe e tirava as vísceras se o freguês pedisse, depois cortava as ventrechas e, por fim, o rabo. Em outro box ao lado deste onde ficava o seu irmão, os fregueses se amontoavam para escolher as pescadinhas. Neste talho, a forma de venda era diferente, pois os fregueses escolhiam e colocavam diretamente na balança, outros fregueses escolhiam e as colocavam em sacos plásticos para serem pesadas.

O barulho característico da feira mescla os gritos dos feirantes chamando os fregueses e o barulho das conversas e as batidas dos cutelos na carne e no peixe. O pregão do feirante chamando a atenção do freguês sobre o baixo preço de determinado tipo de peixe sobressai em alguns momentos ao barulho do cutelo. Estes sons tão característicos deste lugar, como podemos perceber em outras feiras e mercados da cidade.

O box com venda de pescada gó chamava a atenção, pela forma que o feirante arrumava no balcão uma montanha destes peixes pequenos e comecei a prestar atenção, como ele colocava os peixes em fileiras e separava em dois lotes. Fiquei curiosa em saber o porquê da disposição do pescado daquela maneira. Percebi que ele organizava o lote de uma forma em que os montes pareciam ordenados para chamar atenção dos fregueses, e então observei que os outros feirantes usavam a mesma técnica para organização, segundo eles “para dá uma boa visão”.

⁷⁶ Os dois peixeiros são filhos de um antigo administrador da feira que também é feirante, e que atualmente está administrando a feira em outro bairro.

Ainda observando do mezanino, atentei para a maneira como atendiam aos fregueses e como faziam para cortar os peixes grandes, com técnicas precisas, exatamente igual às do rapaz que cortava o peixe junto com seu irmão. No caso dos peixes pequenos, cortavam uma ponta da cabeça apenas, e as vezes tiravam as vísceras quando o freguês pedia.

Todas estas atividades realizadas diariamente pelos feirantes são conformadas por saberes, experiências e competências específicas. Para Vedana (2008, p. 46), indicam suas capacidades de interação com o outro e a participação no jogo social com os fregueses, e com outros feirantes, a maestria de instaurar as jocosidades e consolidar os vínculos.

Estes jogos sociais se dão pela articulação da palavra e dos laços de reciprocidade com seus fregueses, desta forma, o ato do pregão, por exemplo, em que o feirante apregoa seu produto para a venda, é uma de suas formas, assim como os trabalhos compartilhados entre os feirantes, que constroem laços sociais com seus fregueses e alcançam o sucesso do seu negócio (VEDANA, 2013, p. 46).

6.3.2 - A Feira e Hortomercado da Terra Firme: percepção, interações e sensações

Como exposto anteriormente, esta tese argumenta sobre como os feirantes do hortomercado da Terra Firme e seus fregueses se socializam, criam laços afetivos e sentimento de pertencimento e constroem suas memórias em relação ao espaço por eles praticado, segundo argumenta Certeau (1994). Buscou-se perceber como se constroem os laços de sociabilidade e de reciprocidade nestes lugares de memória do bairro, que muitas vezes aos olhos dos “outros” parece tão “carente”, não apenas no sentido de pobreza material, mas também em cultura, práticas sociais e memórias coletivas. Na Terra Firme, o surgimento da feira não tem uma data exata, mas pelo relato dos moradores e os feirantes mais antigos pude reconstruir a memória do lugar, onde se percebe que a feira se tornou um mercado para voltar a ser feira. Há várias versões de narrativas sobre o passado da feira, no entanto, há uma congruência nos relatos dos moradores, fato que não percebi nos feirantes. Quando indaguei sobre como era a feira no passado, muitos diziam não lembrar ou respondiam vagamente, a explicação para isto se sustenta em Cordeiro (2015), quando afirmar que a memória desaparece caso os componentes do grupo se desliguem, morram ou o próprio grupo sofra uma ruptura, e foi o que aconteceu com eles quando houve a transferência da antiga feira para o atual hortomercado.

Apesar da feira e do hortomercado estarem inseridos no contexto do comércio do bairro, a análise proposta busca outro viés, entendendo as sociedades humanas como organismos que não buscam apenas o lucro, mas que também se pautam em parâmetros estabelecidos pelo grupo e que, de alguma forma, estabelecem as relações sociais entre os sujeitos. Estas normas podem se estabelecer de diversas formas, desde uma troca de favores entre feirantes, quando um ajuda o outro por amizade, esperando a ajuda recíproca por parte do outro, até as formas de comercialização dos produtos entre determinados grupos, que estabelecem preços iguais para que ninguém saia perdendo. Aquele que não aceita este “acordo” não pode se considerar bem-visto pelos seus colegas.

As feiras, como lugar de consumo, são espaços de sociabilidades e territorialidades que são mantidos e reproduzidos pelas relações entre as pessoas. Ao visitar uma feira livre percebem-se como as relações sociais se diferenciam entre feirante e consumidor, feirante e feirante e entre feirante e fornecedor. Há uma aproximação entre o vendedor e o comprador no ato da comercialização, porém, a proximidade entre esses indivíduos só se realiza durante a feira e através dela, pois muitas vezes essas pessoas não se conhecem, nem se encontram no dia a dia, mas tão somente no ato da compra.

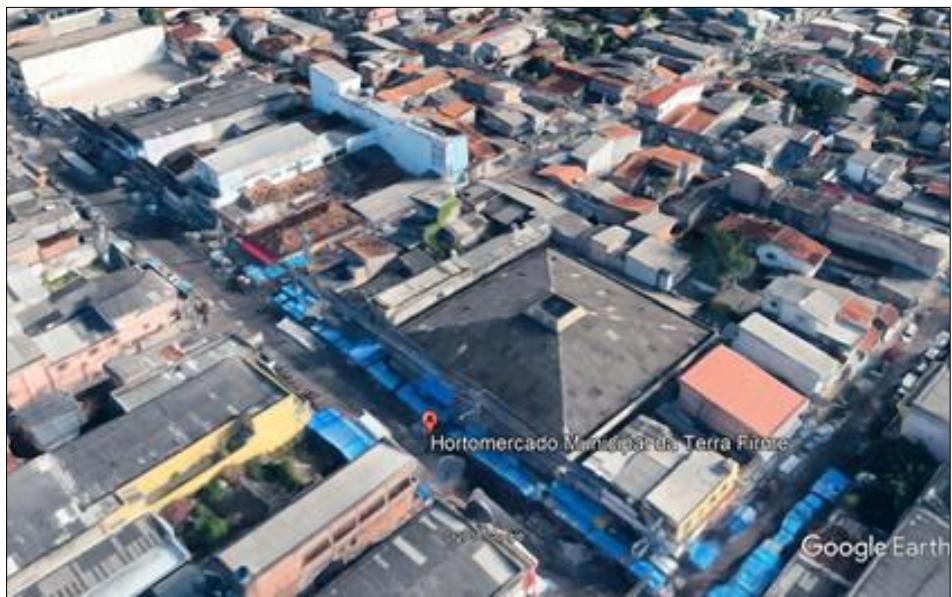
Portanto, trata-se de um lugar de percepções, sentidos e interações, onde redes de sociabilidades, reciprocidades e memórias são tecidas diariamente por feirantes e fregueses, sujeitos sociais que interagem trocando produtos, saberes e fazeres, criando estratégias de trocas diversas tanto de favores quanto de produtos. As feiras livres são espaços públicos de interações sociais, espaços simbólicos, um lugar de dádiva e reciprocidade onde a troca se fundamenta nas afinidades, nos laços de amizades e nos vínculos familiares (Figuras 48 e 49).

Figura 48 - Feira na rua Celso Malcher, em frente ao hortomercado.



Fonte: LAENA/NAEA/UFPA, 2014.

Figura 49 - Vista da feira e hortomercado da Terra Firme.



Fonte: Google earth pro.

A feira da Terra Firme localiza-se ao longo das principais ruas do bairro, uma área muito movimentada, onde se concentra uma ampla rede de comércio. Além do comércio, neste espaço também se encontram escolas, residências, igrejas evangélicas e católica e a maior praça do bairro – a Praça Olavo Bilac. Nesta praça localiza-se a igreja católica de São Domingos de Gusmão, por esse motivo, este espaço é conhecido como Praça da Igreja. Além disso, a praça foi e é palco de diversas manifestações políticas e culturais do bairro. Segundo relatos de moradores, na praça havia apenas a igreja, com bancos, árvores e uma piscina no centro, que era a alegria das crianças. Na década de 1980, a praça era ocupada por estudantes para venda de roupas usadas para arrecadar fundos para formaturas e viagens.

Além disso, todas as lutas sociais partiam ou convergiam para ali. Segundo D. Chiquinha, uma das antigas moradoras e liderança comunitária do bairro, os moradores saíam em caminhada e tinham o apoio do pároco da Igreja São Domingos. Atualmente, o espaço da praça foi “adotado” pela igreja, sendo inclusive gradeado, or solicitação do pároco atual, segundo eles, com a alegação de maior segurança. Novaes (2011, p 72) fala sobre a origem desta praça e a sua dinâmica no cotidiano do bairro. A origem está relacionada à necessidade de os moradores terem um espaço para convivência e lazer, para isso, eles escolheram uma outra área chamada piçarreira⁷⁷, que era para construir, uma escola, praça ou igreja. Ocorreu

⁷⁷ D. Madalena falou sobre esta área em seu relato.

que o terreno foi ocupado e os moradores acabaram escolhendo o local atual onde ela se encontra, ocupando o lugar central do bairro. A centralidade atribui a este local um *status* de ponto de referência na Terra Firme. Como praça central, ela apresenta duas configurações definidas por Pont (2011, p. 101):

Uma ligada diretamente ao comércio, serviço locais, edifícios públicos e também articulada com serviços de transporte, porém sua representatividade se liga a dimensão do bairro- pode ocorrer m uso residencial misto em sua área correlata, considerando a centralidade de mesma. A outra categoria se liga características predominante residencial do seu entorno imediato, onde atenderia principalmente atividades de lazer e de respiro da malha urbana.

A praça Olavo Bilac se encaixa perfeitamente nas características apresentada por este autor, pois, no seu entorno, encontram-se escolas, comércios, delegacia de polícia, pontos de taxi e de ônibus e residências, além disso, envolve uma gama de serviços e atividades que vão desde o simples encontro até práticas religiosas, políticas e culturais, fazendo com que o morador estabeleça uma relação para além do simples espaço físico da praça, visto que ela se torna um pedaço (MAGNANI, 1992) do bairro.

Apesar da praça ter sido construída pela Prefeitura, ela tem uma estreita relação com a igreja São Domingos de Gusmão, visto que está no terreno da Igreja e é administrada por ela, talvez por isso muitos moradores se refiram a ela como Pracinha da Igreja. Com base nos relatos de moradores, Novaes (2011) informa que a praça foi criada em meados da década de 1960, no entanto, de fato, foi construída pela Prefeitura em 1974, passando por reforma no final da década de 1990, e em 2004 foram colocadas as grades pelo Ação Social do Governo do Estado⁷⁸.

Percebe-se uma certa contradição em relação a este espaço, pois mesmo sendo um espaço público, a praça está sujeita à gestão da igreja. Nesta área também há outra uma categoria de feira, denominada popularmente de “Shopping Chão” (Figura 50), onde são vendidas roupas usadas, sucatas de computadores, livros e revistas, celulares, peças de fogão, peças para bicicleta, eletrodomésticos, etc., que são colocados em lonas ou plásticos no chão da praça. Para a comercialização neste local a paróquia cobra uma taxa de R\$ 2,00 das pessoas que comercializam na praça. Esta prática de venda teve início, segundo relatos de moradores do bairro, na década de 1980, logo após a saída da feira deste local, quando grupos diversos vinham vender roupas usadas para angariar fundos para variados fins.

⁷⁸ A Paroquia São Domingos Gusmão e atual igreja foram inauguradas em 1998.

Na praça há uma divisão no espaço de comércio: na parte interna, a venda predominante é de vestuário (90%) e lanches (10%). Do lado de fora, encontra-se uma grande variedade de produtos, em sua maioria são peças de computadores, celulares, refugos de diversos tipos. Nesta área, que fica na transversal da Rua São Domingos e paralela à Celso Malcher, não se cobra nenhuma taxa para vender (Figura 13). Um dos vendedores explica: “cada pessoa estende seu plástico no chão e coloca seus objetos pra venda. Qualquer um pode vender, só não pode é pegar o espaço do outro, pois isto acarreta conflito entre os vendedores”. O espaço é dividido informalmente, mas com normas de condutas muito bem definidas.

Figura 50 - *Shopping Chão* - venda na Praça Olavo Bilac.



Foto: Silva, 2015.

Como será visto a seguir, esta praça foi o último espaço de localização da feira antes de mudar-se para o local em que se encontra hoje, na rua Celso Malcher.

O Hortomercado da Terra Firme foi implantado há aproximadamente 30 anos, na década de 1980, na gestão do Prefeito Coutinho Jorge. Antes disso, nesse espaço havia um capinzal, com uma estância para venda de madeira. No início, logo após a inauguração, todos os feirantes estavam no interior do mercado, mas depois, com o crescimento de bairro e a necessidade das pessoas, a geração de renda, mesmo que de maneira informal, foram surgindo as barracas ao longo da calçada e da Rua Celso Malcher, como afirma o Sr. Vitorino⁷⁹, administrador do hortomercado. Além desta justificativa, houve ainda o fato de o espaço do mercado não comportar o número de feirantes

⁷⁹ Dados obtidos a partir dos relatos dos feirantes que participaram da Roda de Memória realizada dia 28/05/2012, como parte da programação da X Semana de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), sob a coordenação do Ponto de Memória do Bairro e do Museu Emílio Goeldi.

iniciais, fazendo com que o espaço ficasse reduzido para o trânsito dos clientes, mesmo com os seus 1.200 m². Isto fez com que parte dos feirantes se deslocassem para fora do mercado, gerando, com isso, uma grande tensão entre eles, como veremos adiante.

Dentro do hortomercado hoje encontram-se aproximadamente 130 feirantes, que trabalham na venda de carne, peixe, farinha, ervas e raízes medicinais, lanches e açaí. Na feira da Rua Celso Malcher existem cerca de 280 barracas com venda de frutas, verduras, roupas e outros. Além da feira, naquela rua há um intenso movimento de comércio, com lojas de pequeno e médio porte. A feira conta com um administrador vinculado à Secretaria Municipal de Economia (SECON), responsável pela gestão e organização do espaço. Esses trabalhadores não estão organizados por meio de associações das categorias: Associação dos Feirantes e Associação dos Peixeiros, portanto, no hortomercado há uma tensão entre as várias categorias de feirantes, e este fato dificulta o diálogo entre eles e a SECON, para alcançarem o seu objetivo maior, que é a organização e reforma do mercado pela Prefeitura.

O Sr. Jorge, que trabalha com a venda de pescado, relata que teve uma época no mercado em que havia uma comissão para organizar o espaço, mas que não foi adiante devido às divergências entre feirantes que não queriam pagar o valor cobrado para a manutenção do espaço:

Tinha uma comissão de, de pessoas que tomavam conta aqui, eu até fazia parte, mas só que a gente foi pego praticamente pra ser bode expiatório, nós fizemos trabalho, como é que diz? Trabalho grosso do outro, quer dizer que a gente trabalhava, tomava conta, se arriscava, tu tá entendendo? Por exemplo se a gente toma conta aqui do mercado, se a gente começar a cobrar, que a gente cobrava 02 reais, só quem pagava era a área do peixe, a área da verdura, a área da farinha, a área da, da, da umbanda, a área da industrializado nunca pagou pra nós, nunca pagavam, então quer dizer, preferia pagar pra outras pessoas que trabalhavam fora do mercado do que trabalhava pra dentro, ai fica difícil... é você querer contratar um vigia pra tomar conta do mercado, que são 2 por noite, né?(SR JORGE, Feirante do setor de pescado do Hortomercado , entrevista setembro/2017)

Os moradores do bairro reconhecem o mercado como um lugar de sociabilidade, como se observa na fala de Maria Odilene:

Duas ruas que eu gosto muito são Celso Malcher e São Domingos que é o meu trajeto, por que tem sempre uma atividade de feira e eu gosto muito de feira, né? Ali é um espaço alegre, de socialização, informação e de cultura, um lugar muito afetivo (Inventário Participativo, Minc, p.132).

Em seu relato, Sâmia Pantoja reforça a importância da feira para o bairro como um espaço de trabalho, como alternativa de geração de emprego, inclusive para pessoas de bairros próximos à Terra Firme, mas destaca que tem muita gente de fora não tem o compromisso de valorização do bairro.

É porque também a gente tem que observar o seguinte, que essa feira ela não dá emprego só pra quem é da Terra Firme, tem que gente que vem de fora, entendeu? E assim, a maioria das pessoas que vem de fora, elas não têm o valor do bairro, entendeu? Elas não valorizam, apesar de elas tirarem o sustento de lá e dependerem daquilo lá, entendeu? Eles não tão nem aí, porque eles moram no outro bairro, entendeu? Então pra eles tanto faz como tanto fez, agora as pessoas que moram aqui, entendeu? Que moram aqui por perto, que participam lá da feira lá, que tem lá, ela já tem mais interesse, entendeu? por que é algo local que é deles, não é de fora [...] (Sâmia Pantoja, moradora do bairro. Entrevista em 28/12/2017).

O que Sâmia relata, de fato, é verdade. Isso foi verificado no *survey* realizado com os feirantes da rua, havendo uma presença muito grande de feirantes de outros bairros e com pouco tempo de atuação nesta área, em torno de dois anos, por exemplo, ao contrário dos feirantes do hortomercado, que são mais antigos na atividade e, na sua maioria, residem no Bairro.

João Batista, líder comunitário que fazia parte do Centro comunitário Bom Jesus, relatou que na década de 1980, os feirantes chegaram a procurar este centro comunitário pedindo ajuda para pressionar a Prefeitura para a construção do mercado para ordenamento da feira neste espaço, o que foi conseguido parcialmente durante um tempo.

Então a feira foi se expandindo e ficou desordenada, um pra cá, outro pra ali, o outro já põe o tabuleiro no meio da rua, o outro [...] o outro já [...] entendeu? Então eu sempre digo isso aí, agora, agora, por exemplo hoje se eu for lá: “Pessoal, tá difícil de resolver esses problemas, a não ser que todos nós sentamos, né? com as comunidades, com os comerciantes” por que os comerciantes também reclamam, né? (João Batista dos Anjos, morador do Bairro. Entrevista em 28/12/2012).

O mercado se expande com a feira, para a Rua Celso Malcher, uma das principais ruas da Terra Firme, a espinha dorsal do Bairro⁸⁰. Mercado, feira e rua se transformam no principal espaço de encontros, interações e sociabilidades (Figura 51), mas também em arena de luta dos feirantes e espaço de resistência desta categoria, que quando passam para a rua ficam invisibilizados pela Prefeitura, que não a reconhece como uma feira livre “regularizada”.

⁸⁰ No período da pesquisa de campo, em janeiro e fevereiro de 2017, esta via estava interditada para obras de recuperação.

Figura 51 - Imagem interna do Hortomercado Municipal.



Foto: Ana Silva, 2012.

A Feira e o Hortomercado da Terra Firme sustentam as redes de sociabilidades e reciprocidades do bairro, mesmo com as transformações verificadas na dinâmica social, resultante do processo de modernização; e como as relações ali estabelecidas se associam a memória social do bairro. É importante compreender que a ideia de memória coletiva é definida a partir da premissa de que a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, com seus grupos e instituições. É no contexto destas relações que seus moradores constroem suas lembranças.

Nesse caso, a rua constitui um espaço de resistência para os feirantes, tornando-se uma arena simbólica (JOSEPH, 2000) de luta pelo seu lugar, para garantir o seu sustento. Ao mesmo tempo, torna-se um lugar de memórias subalternizadas (ANDREANI, 2015), onde os feirantes irão manifestar a sua revolta e descrença com o poder público.

6.3.3 - O Cenário e Interações no Hortomercado do Bairro da Terra Firme

6.3.3.1 - Interações sociais no Hortomercado da Terra Firme

Entendendo a interação sob a perspectiva de Goffman (2011), buscou-se perceber como elas ocorrem no Hortomercado da Terra Firme. Para observar as várias formas de interações dentro do mercado, foi necessário frequentar um boxe de lanche, local de encontro e parada dos feirantes e alguns consumidores. Tratava-se de um ponto estratégico, pois todos ali passavam e paravam, onde era possível ouvir as conversas, fazer contatos e

bater papo com os feirantes, estabelecendo redes de contatos. O dono do quiosque, Sr. Perotes, tinha uma facilidade de fazer contato e sabia tudo sobre a feira, mesmo não sendo um dos feirantes mais antigos

Nas observações realizadas neste espaço foi possível perceber que a forma de receber e interagir dos atores que fazem parte daquele cenário é específico e característico do ambiente de mercado. Os proprietários conhecem quase todos os seus fregueses e os que não conhecem, procuram conhecer. A performance de comerciante não é algo falseado, nesse caso, utilizam todo seu arsenal: suas fachadas pessoais, aparências e as maneiras que se articulam para as cenas.

Uma cena comum neste local é o encontro dos feirantes, a maior parte peixeiros, no momento de folga, quando param para tomar um café ou uma sopa. Neste momento, notam-se várias conversas que vão das fofocas às piadas, gozações e até intrigas. Entre uma sopa e um suco, um café ou refrigerantes, escuta-se as conversas dos feirantes que têm como foco o futebol, geralmente a gozação entre torcedores de times rivais, neste caso, Remo e Paysandu, mulheres, ocorrências cotidianas do mercado ou problemas vivenciados por eles. Esses tipos de conversa ressaltam o ambiente de trabalho masculino no setor de pescado.

As performances nestes encontros são diversas, têm-se aqueles que falam alto e gesticulam muito como forma de chamar a atenção para si; há aqueles que escutam calmamente degustando o seu lanche. Algumas vezes as vozes se ampliam parecendo que estão brigando, mas apenas trata-se de um momento de efusivo entre estes trabalhadores que compartilham experiências.

Estas cenas ilustram o tipo de abordagem dada por Goffman aos rituais cotidianos de interação. Goffman (2011) afirma que o mundo das interações se apresenta como uma multiplicidade de “Eus”, que vão se situar em sistemas variáveis de posições hierarquias, papéis e poder social que vão se materializar em códigos sociais próprios. Estes códigos são os que definem aquilo que o autor chama de fachada de cada ator social.

Outra cena marcante foi uma roda de conversa informal entre os peixeiros em uma segunda-feira, no final da manhã, em que compartilhavam um peixe assado por eles. Nessa roda percebe-se a descontração no momento em que estes trabalhadores já se livraram de sua rotina de trabalho, e ao mesmo tempo este espaço torna-se outro, voltado para o lazer. A cena demonstra a ideia de pertencer ao lugar, e as relações sociais, neste caso, parecem mais estreitas que o simples ato de compra, estabelecendo-se, portanto, o estar-junto e o pertencimento ao lugar.

A feira e o hortomercado se configuram em um palco das representações cotidianas, onde os atores feirantes e fregueses realizam suas performances. Neste sentido, é na feira que também desempenham seus papéis. Goffman (1985) faz uma análise dos papéis e representações nos mais variados ambientes e lugares onde convivem os indivíduos, por meio da linguagem dos gestos, olhares e conversas nas diversas situações do cotidiano.

Neste sentido, o indivíduo influencia a maneira como os outros o verão pelas suas ações. Por vezes agirá de forma teatral para dar uma determinada impressão para obter dos observadores respostas que lhe interesse, mas outras vezes poderá também estar atuando sem consciência disto. Muitas vezes não será ele que moldará seu comportamento, e sim o seu grupo social ou tradição a qual pertence (GOFFMAN, 1995, p. 21).

Entendemos aqui interação sob a perspectiva de Goffman (2011, p. 23), que a define como “a influência reciproca de um indivíduo sobre as ações do outro quando se encontram ambos em presença física”. Os mercados públicos são considerados como espaços de vitalidade (FILGUEIRAS, 2006), pois carregam um forte significado histórico e cultural, sendo considerados como referências das histórias de muitas cidades. Um poder simbólico que se materializa em práticas cotidianas, linguagens corporais e verbais. A efervescência destes espaços sociais representa os encontros e as sociabilidades que se estabelecem nas trocas cotidianas.

Para a caracterização das interações sociais que se configuram na Feira e no Hortomercado da Terra Firme, busquei selecionar algumas cenas cotidianas percebidas dentro do hortomercado e nos espaços da feira para incluí-las nas categorias de análise proposta por Goffman (2011, p 28): as interações focadas; a situação e o ajuntamento:

A interação focada: tratam-se de aglomerados de indivíduos que estendem uma licença comunicativa especial mutuamente e sustentam um tipo especial de atividade mútua, que possa excluir outros presentes na situação (GOFFMAN, 2010, p. 95).

Ainda segundo este autor, o **ajuntamento** é relativo ao conjunto de dois ou mais indivíduos, cujos os membros incluem todos e apenas aqueles que estão na presença imediata um dos outros em dado momento

A **situação** refere-se ao ambiente espacial completo, que ao adentrar uma pessoa torna-se um membro do ajuntamento que está presente ou que se constitui. Por último, a **ocasião social**, quando pessoas entram na presença imediata uma das outras.

A seguir, apresento as cenas produzidas no hortomercado e na feira, ajustadas em categorias de identificação, segundo a categorização de Goffman (2010):

1) Situação com interação focada: apresento alguns recortes do cotidiano do Hortomercado e da Feira, que denomino de cenas, as quais se categorizam como **ajuntamentos** ou como **situações** ou acabam envolvendo ambas as categorias, a partir das diversas incursões durante a pesquisa de campo.

Situação - Cena 1: Em frente do mercado um grupo de feirantes faz um pequeno tablado de madeira para a passagem dos fregueses. Eles pregam os pedaços de madeira com pregos, usando um banquinho para sustentar a madeira e a barra de ferro que cortavam para reforçar o batente. Na ocasião, comentavam sobre a ausência da Prefeitura em relação a sua responsabilidade pelo espaço. Conversavam de forma distraída, com piadas e brincadeiras entre eles; enquanto isso, as barracas em volta e as pessoas que por ali passavam não davam muita atenção para aquela cena, talvez por ser comum no cotidiano da feira. Quanto às barracas, de um lado, uma com venda de frutas onde dois feirantes estavam totalmente alheios ao que se passava a sua volta; e, do outro lado, uma barraca de venda de frutas e outra de camarão que parecia ser de um dos feirantes que fazia algum conserto, pois parou o trabalho para atender um freguês; enquanto isso, o feirante que vendia camarão acompanhava a atividade, fazendo comentários e brincadeiras com os colegas.

Ajuntamento - Cena 2: Esquina da rua São Domingos com a Celso Malcher, onde o maior fluxo é de carros, ônibus e motos. Muitos estudantes da escola Brigadeiro Fontenelle transitam de um lado para o outro. Na Praça Olavo Bilac, os vendedores do *Shopping Chão* já começavam a rotina de venda de seus produtos preocupados com a aproximação da chuva. Nas barracas de lanche do entorno apenas uma funcionava, ao lado, quatro mulheres conversavam distraidamente e no ponto de ônibus o fluxo de passageiros era intenso.

Situação que causa constrangimento - Cena 3: Eu estava circulando pelo hortomercado com um dos fiscais da SECON, quando um feirante me abordou perguntando se eu era fiscal da Prefeitura.

Ajuntamento - Cena 4: Uma agitação, um tumulto, algumas pessoas corriam, outras paravam para saber o que acontecia. As pessoas perguntavam: será um assalto? Outras diziam: o meliante está armado? Muitas pessoas se amontoaram em um mesmo lugar e ficavam olhando querendo saber o que acontecia, até que o burburinho diminuiu e as pessoas foram se

dispersando. Descobri que o ajuntamento tinha sido por causa de uma briga entre dois rapazes disputando fregueses para carregar suas sacolas.

Situação - Cena 5: Em um dos talhos de peixe, um peixeiro todo arrumado de camisa de manga comprida, óculos escuros, calça social, calmamente tira filés de dourada sem se importar com as pessoas que passam pelo corredor.

Situação - Cena 6: No final da manhã, um grupo de feirantes do hortoercado, todos peixeiros, reúnem-se comendo um peixe assado e conversam sobre as trivialidades, contam piadas e fazem brincadeiras entre eles.

Ajuntamento - Cena 7: Apreensão pelo fiscal da SECON de uma baqueta de frutas que estava em um carrinho de mão em frente ao hortomercado. Ele disse que fez vista grossa, que avisou que estes carrinhos não podem ficar na entrada do mercado, mas tinha necessidade de apreender para dar um susto.

Existem também algumas **situações que causam constrangimento**, quando os feirantes falavam uns dos outros ou do administrador da feira. Eram situações comuns para eles: comentários do fiscal causavam tensão entre eles, quando fazia comentários pejorativos sobre os feirantes, chamando-os de ignorantes, brutos e fazendo afirmações do tipo; “a senhora vai ver como eles são abusados”; ou “eles não entendem de nada, só sabem vender peixe”. O administrador não aceita comentários e críticas dos feirantes sobre a gestão da Prefeitura em relação ao hortomercado da Terra Firme. Ele conta revoltado que os feirantes acham que a Prefeitura deve arcar com a manutenção do mercado, ao afirmar: “eles que ganham dinheiro aqui, então eles têm que se responsabilizar”. Alguns feirantes fizeram comentários muito negativos sobre o administrador; disseram, inclusive, que pediram sua substituição.

6.3.3.2 - Cenário do hortomercado e performances dos feirantes

Na teoria de Goffman é evidente a importância que se dá às interações interfaces ou à copresença, para reforçar os vínculos que se estabelecem entre os atores na presença do outro. Este pode ser considerado o diferencial das feiras e mercados públicos, atrativo à parte aos habitués que frequentam o lugar. Para a análise das interações, trabalharemos com os seguintes conceitos definidos por este autor:

Fachada é um equipamento expressivo de uso intencional, inconsciente ou não, durante a sua atuação. Consideraremos como fachada todo espaço performático (palco) em que o indivíduo/feirante atua. A *fachada* (GOFFMAN, 2012) do Hortomercado, que na abordagem Goffmaniana representa todo o equipamento ou aparato performático utilizado pelos feirantes é formada pelo tripé cenário, aparência e fachada. As duas últimas se associam à fachada pessoal do feirante que Goffman explica que corresponde aos “equipamentos expressivos” que de modo mais íntimo se identificam com o próprio ator e devem segui-lo onde quer que vá.

Cenário, que será designado para as feiras, caracteriza os elementos “cenográficos” (banca, toldos, produtos, disposição das bancas, etc.). Ele é estático, permanece no mesmo local e tem como pano de fundo a representação/comercialização do produto e, no caso da feira, toda a “*indumentária*” do cenário desloca-se com o ator/feirante. Por meio do *Cenário* os indivíduos se impõem com determinado comportamento, um modo de ser próprio da representação, esforçando-se para que aquilo que aparenta ser, no jogo das interações, seja assimilado como tal.

Aparência, que faz parte da fachada pessoal, junto com a maneira. É o que define e diferencia o *status* social de cada indivíduo nas representações. A aparência está associada à maneira de vestir, de se arrumar para a sua “atuação”, pois através da aparência os indivíduos constroem representações e estereótipos com base na sua percepção sensorial.

Para Goffman (1985), tanto o cenário (palco) no qual a performance acontece quanto a aparência e o estilo do “executante são determinantes para a vida cotidiana. Conectando estes conceitos podemos ver que, na medida em que a interação social é pensada no término de relações diretas – por exemplo a ação que um indivíduo realiza para exercer certa influência sobre a audiência tem um papel central na mesma, o que temos como resultado é um indivíduo que constrói uma fachada de maneira constante para apresentar-se diante dos outros, no caso seus fregueses e companheiros de trabalho.

O espaço do mercado pode ser dividido em dois: o frontal, que possui três corredores onde predomina a venda de farinha, ervas, hortifruti, roupas, produtos de armário e bolsas. Do lado posterior e central, predomina a venda de pescado, com 30 equipamentos/box de carne, mariscos e lanchonete e uma área onde são colocados os freezers para acondicionamento do pescado que não foi comercializado. Esta área se

caracteriza como os bastidores do palco onde as cenas acontecem. No interior do mercado, a impressão é de que lá predomina a sujeira e a desordem. Contudo, trata-se de um espaço exíguo em que os feirantes puderam se organizar e operar, a despeito do abandono pelo poder público municipal para com o local, presente no discurso de quase todos os feirantes, como mostram alguns relatos a seguir (CERTEAU, 1994) (Figura 52a-b).

Figura 52a-b - Aspectos dos bastidores do Hortomercado (parte dos fundos).



Foto: Autora, 2017.

Ainda na parte posterior do mercado, fica a administração localizada em um mezanino, de onde o Administrador pode observar e fiscalizar todo o movimento da parte de venda do pescado. Inclusive, os “elementos cenográficos” que caracterizam as várias espécies ali comercializadas, como cartazes feitos de papelão com os nomes dos peixes, as formas de organizá-los sobre o balcão (Figura 53). Outro elemento importante é a maneira como os feirantes chamam os seus fregueses para comprar seu produto.

Figura 53 - Box de venda de pescado, cartazes de divulgação dos peixes



Foto: Autora, 2017.

As performances são diversas, tem os que “gritam” apregoando seu produto: “Olha aí a Dourada, baixou!” ou “Olha a Tainha novinha! Só tem aqui!”. Olha a Gó direto de Salinas; gurijuba da Vigia só 10 reais o quilo! Junto aos gritos dos feirantes outros sons se destacam no Mercado, o barulho dos cutelos cortando o peixe, o burburinho das pessoas que transitam pelos corredores em busca do melhor produto, o bate papo dos feirantes, enfim a cena cotidiana da feira mostra os vários tipos de personagens que atuam neste cenário. Isto mostra a marca de cada feirante, a arte performática feita por cada um destes artifícies de persuasão do cliente. (CERTEAU, 2004).

7 - OS QUADROS SOCIOESPACIAIS DO BAIRRO DA TERRA FIRME: AS RUAS, A FEIRA E O HORTOMERCADO ENTRE ÁGUA, IGAPÓ, ESTIVAS E PASSAGENS

As histórias de um lugar (TUAN, 1983; AUGÉ, 1983) seja ele um bairro, uma rua, vila, vilarejo ou uma cidade, podem ser narradas a partir de várias fontes. Estas incluem: documentos, fotos oficiais ou não, relatos, imagens, reportagens e outros tipos de documentos, inclusive objetos que guardem algum resquício de informações sobre o contexto estudado. Além destas, constam ainda as histórias orais guardadas na memória de seus moradores e contadas pelos que viveram e construíram ali uma história de vida, que se funda nas cenas vividas no cotidiano deste bairro, da rua, da cidade.

Para contar a história da Terra Firme optamos por abordar relatos orais, aqui denominados de narrativas de vida. Eles apresentam os percursos biográficos (BERTAUX, 2010) de indivíduos entrevistados e fundamentam o contexto memorial do bairro.

As narrativas que compõem o acervo de memória do bairro foram registradas por meio de história de vida de 18 indivíduos em dois grupos como já foi exposto anteriormente. A partir das narrativas de nove moradores, buscou-se contextualizar o bairro da Terra Firme. Embora se trate de um pequeno número de narradores, procurou-se uma representatividade, pois, dentre eles, existem os nascidos no bairro e os que vieram ainda jovens ou adultos, acompanhando a família; em busca de uma melhoria de vida e, principalmente, de um lugar para morar.

Thompson (1988, p. 185) afirma que a construção e a narrativa da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, “[...]constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros” e prossegue dizendo que “[...] as narrativas são utilizadas acima de tudo, para caracterizar as comunidades e os indivíduos e para transmitir suas atitudes”. Nesta pesquisa, as narrativas são utilizadas para contar as histórias de vida na perspectiva proposta por Bertaux (2010) de percursos biográficos. Ou seja, a descrição das trajetórias sociais destes indivíduos é marcada por situações do cotidiano.

Ressalta-se que a história de vida abordada nesta pesquisa é a temática (MEIHY; RIBEIRO, 2011), ou seja, ela não trata da totalidade da vida destes indivíduos, como fez Bosi (1998) em sua pesquisa a partir da memória dos idosos em São Paulo. Nesta pesquisa, busquei contar a história do

lugar pelos fragmentos das lembranças destes indivíduos, destacando os marcos/quadros de memória que eles destacam em relação ao bairro da Terra Firme. Neste caso, as memórias são como retalhos de uma grande colcha que será tecida pelo pesquisador. Para Portelli (1997):

A história oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos (Portelli, 1997, p. 16).

Thompson (1988, p. 185) explica que as narrativas são utilizadas para contar vidas individuais, visando transmitir valores, as verdades simbólicas; e não os fatos do incidente ou acontecimento descrito, que é o que menos importa. Como elas estão relacionadas a um mesmo lugar, é possível articular os fragmentos destas narrativas individuais e reconstruir a memória do lugar vivido. A partir disto, pode-se identificar indicadores de mudanças no bairro. Elas estão presentes e expostas nos relatos dos conflitos e sofrimentos aflorados; no contato com o novo lugar de moradia, na superação das dificuldades, nas estratégias de resistência, nas táticas cotidianas para a sobrevivência, na construção de vínculos e nos novos modos de vida no novo lugar de residência.

Para identificar e caracterizar os marcos sociais da memória dos moradores da Terra Firme, buscou-se determinar como esses indivíduos produzem sentidos acerca de suas experiências no bairro e constituem suas configurações indenitárias. Ademais, buscou-se perceber como eles pensam, sentem e vivem a Terra Firme (seja no passado, no presente ou no futuro); e entender como se configuram os marcos de memória da região, partindo da ótica destes moradores.

Buscou-se, assim, identificar fragmentos que caracterizem as seguintes questões nas narrativas: *vínculo com o lugar; cenários de infância e adolescência; cenas que se perderam no tempo, vínculo com o lugar de onde vieram para os que não nasceram no bairro; percepção das mudanças.*

Portanto, com base nos conceitos de Memória Coletiva, Quadros Sociais da Memória (HALBWACHS, 1994;2004) e Lugares de Memória (NORA, 1993; LE GOFF, 1992), propus o conceito de Contexto Memorial para definir a Paisagem da Memória (FREITAS; GRAEFF, 2010). Isto é, as situações e interações vividas no passado do bairro e que representam imagens e momentos que são investidos de afetos e emoções (NORA, 1993). Sobretudo, os que se apresentam como marcos, a partir dos quais as memórias individual e coletiva se sobrepõem, permitindo redefinir uma identidade e revitalizar os próprios percursos biográficos de cada grupo entrevistado (BERTAUX, 2010). Destarte, resultou a composição dos quadros sociais da memória da Terra Firme.

Os quadros de sociais identificados trazem em si o contexto memorial do bairro, que se pauta nas lutas sociais, na resistência, nas conquistas e nas “derrotas” dos moradores em busca de seu sonho de viver melhor.

A partir da análise das narrativas dos moradores foram identificados os seguintes quadros de memória: 1) paisagem de passado de florestas e águas; 2) o presente da rua e da lama; 3) os movimentos sociais: as lutas para sobrevivência; 4) a Feira e o Hortomercado, espaços de trocas e conflitos. Estes quadros foram considerados como marcos da memória do bairro, no sentido que estabelecem uma linha divisória convergente ao passado de luta dos habitantes. Em decorrência, revela-se a noção de pertencimento⁸¹ ao lugar e o sentimento identitário dos “terráqueos”, como se autodenominam os moradores da Terra Firme.

Outro aspecto importante de ressaltar nestes quadros de memória são as divergências de interpretações e as versões individuais sobre o passado. Vale ressaltar, que tais lacunas são consideradas, visto que as fontes relatoras de qualquer pesquisa oral são passíveis de lapsos e omissões. A fonte relatora é quem seleciona as lembranças a serem expostas, assim como define como estas estão relacionadas com o contexto social onde ela vive (HALBWACHAS, 1994; CANDAU, 2012; POLAK, 1989).

Isto fica claro quando se ouve relatos de dois grupos de moradores: os que participaram diretamente das lutas pela moradia – aqui denominados de moradores engajados – e aqueles que chegaram ao bairro antes destes movimentos e adquiriram seus terrenos por compra.

Percebe-se nas falas do primeiro grupo – moradores engajados – uma visão crítica da realidade. Já no segundo grupo, a maioria não compartilha dessa percepção analítica ou interpreta esta realidade (as lutas pela moradia) de forma superficial e, por vezes, recriminatória, ao denominar os moradores do primeiro grupo de invasores.

De acordo com Candau (2012, p. 33), a lembrança verbalizada, que é a evocação da memória, não reflete a totalidade da lembrança. Isto significa que nem sempre tudo o que a pessoa relata sobre a sua história apresenta o total da sua experiência vivenciada no passado. Segundo Bloch (1995, p. 59), isso acontece em função da multiplicidade de lembranças possíveis de um mesmo acontecimento, estimulada por contextos que mudam. A lembrança verbalizada tem um escopo antropológico considerável: ela mostra que a presença do passado no presente é bem mais complexa e bem menos explícita do que meras reminiscências.

⁸¹ Discutiremos em outro tópico a referência de identidade e o pertencimento do morador ao bairro em relação ao fato de ser da Terra Firme e pertencer à Terra Firme.

Os enquadramentos dos marcos da memória destes moradores levam a uma tipologia que foca nos quatro conteúdos memoriais apresentados, visto que resultam na síntese das experiências vivenciadas por estes sujeitos no cotidiano pretérito e presente do bairro.

Apresento, a seguir, os relatos e os respectivos quadros de memória. O enunciado das entrevistas respeita e está de acordo com a fala de cada entrevistado, não incorrendo em correções gramaticais. A transcrição literal das “falas” representa a dimensão sócio-histórica dos indivíduos. Ou seja, são resultantes da situação social a que eles foram submetidos ao longo de sua experiência de vida, sem acesso à escola ou ao ensino formal (RODRIGUES, 2004; CERTEAU, 1994).

A seguir caracteriza-se os quatros quadros de memória ou representações do passado que se constroem a partir do presente do bairro, como já foi explicado estes quadros foram construídos com base nas narrativas dos moradores entrevistados, desta forma, não caracteriza a totalidade da sua história e memória, mas, uma parte desta que mostra as lutas e o cotidiano destes atores presentes ao longo do tempo na construção do bairro.

7.1 - TERRA FIRME, PASSADO DE FLORESTA E ÁGUA: MEMÓRIAS DE LUTAS E PRÁTICAS NO/DO COTIDIANO

O passado de floresta e água, rio e igarapé: apresenta a imagem do bairro no passado, destacando as lembranças de infância dos moradores e a paisagem do bairro no começo de sua vivência no lugar. Esta paisagem de memória deixa o passado e se materializa no presente quando o morador relaciona através de suas narrativas as imagens do passado a sua visão do presente. Nesta *paisagem do passado de florestas e aguas*, as transformações da estrutura física do bairro, que promovem a ruptura com o passado rústico, são as mesmas que contribuem para condensar as imagens da infância perdida que conformam as sensações de nostalgia (FREITAS; GRAEFF, p. 31-32).

A paisagem que retrata o bairro como uma área alagada, com matas de igapó cercadas de igarapés e cortada pelo Tucunduba está presente em todas as narrativas dos moradores entrevistados. A imagem varia de acordo com a narrativa, como se pode ver no quadro dos relatos dos atores da pesquisa a imagem do bairro ao chegarem à Terra Firme principalmente os que foram para lá entre as décadas de 1950 a 1970, quando chegaram os primeiros moradores. Como conta o sr. Neemias Bezerra (Figura 54) que chegou ao Bairro na década de 1950:

Vim para cá com nove anos de idade, né? Meu pai veio antes, tirou um terreno aqui na, na que hoje é a São Domingos, né? Na época não tinha nome, ainda era um caminhãozinho de roça aqui, né? Era capim de estepe, conhece o capim de estepe? Se quisesse pisar, tinha que saber onde pisava, se não [...]. Então, ali na esquina da, da agora onde é a São Domingos era uma roça de uma senhora antiga chamada Josina, ela tinha quase 100 anos, ela tinha uma roça era de macaxeira, cana, feijão, tudo ela tinha. Ela era descendente de escravo (Neemias Bezerra, entrevista em 07/01/2018).

Figura 54 - Sr. Neemias Bezerra. morador da Terra Firme há 68 anos.



Foto: Autora, 2018.

Na década de 1970, Dona Rosilda Franco (Figura 55) chega no bairro, vinda de Maracanã. Ela passa a residir com sua madrinha na passagem São João, próximo a atual Av. Perimetral.

Sim, morei, primeiro quando foi antes de casar eu morei com a minha madrinha ali, né? Morei primeiro de tudo com ela e quando foi depois com meu marido, nós moramos, aí morei ali na Vila deles[?] meu primeiro filho, esse aqui, eu morei na vila, ele tava com um ano, aí eu mudei pra Liberdade, tive uma casa pra lá, depois nós mudamos mais na frente, de lá, nós compramos essa casa aqui [...], na época era de palha a casa, a casa era de palha, aí o meu marido trabalhava, tirava bico num táxi, aí ele reformou, ele era mestre de obra, o dono do táxi, ele reformou a casa pra nós, cobriu de telha, reformou, era de barro a casa, né? Hoje em dia nós já estamos aqui, quando essa rua aqui, que essa tinha, umas duas casas, uma casa grande na esquina, que era uma família, era uma casinha tipo um chalé de frente pra cá, pra essa rua mesmo, a outra, do outro lado, que é do agora é de Madeira, também era tipo chalé, do outro irmão, do outro irmão (era um pouquinho claro que tinha), passando tinha uma outra que era a primeira de altos e baixos desse meu lado, tinha uma casa também, um chalezinho de uma família que ela morava aí, ela e o filho, ela já era viúva, aí pra lá não tinha mais casas, aí depois esse aqui, esse meu vizinho, era uma vizinha daqui do lado, depois bem ali no centro dessa rua tinha uma jaqueira aí eu [...] (Rosilda Franco, moradora do Bairro há 46 anos, Entrevista em fevereiro de 2018).

Figura 55 - Rosilda Franco, moradora do bairro da Terra Firme há 46 anos.



Foto: Autora, 2018.

Em 1979, Dona Chiquinha (Figura 56) chegou para morar em uma área de invasão na atual passagem Lauro Sodré, vinda do bairro da Cremação para ter uma casa própria. Ela apresentou o seguinte relato sobre a sua chegada ao bairro:

É, meu nome é Francisca Rosa Silva dos Santos [...] e eu sou maranhense, cheguei aqui no Pará em 1980 e 90 e [...] em 75, agosto de 75, morei na Cremação, morei no Jurunas, em casa alugadas e morei na Conceição, na casa do meu cunhado, que era cedido pra gente, em 20 de janeiro de 79, nós vinhemos pra cá pra Terra Firme, já pra ocupar um terreno, porque tava ocupando e a minha cunhada mandou dizer se a gente quisesse era pra vim [...] aí como meu esposo estava trabalhando na Idea do Brasil, aí a gente decidiu que a gente ia também aventurar, que é uma aventura, né? [...] Era aqui na, entre a, era da Liberdade até aqui na Lauro Sodré, tinha até uma fazendinha, uma horta, grande, tinha até bois dentro, aqui entre a São Domingos e a Liberdade, era grande essa horta, já morava muito bem, uma outra horta que era aqui na área dos funcionários da Universidade que era dentro do [...], por debaixo da árvores, muitas árvores (Dona Chiquinha, entrevista em 28/12/2017).

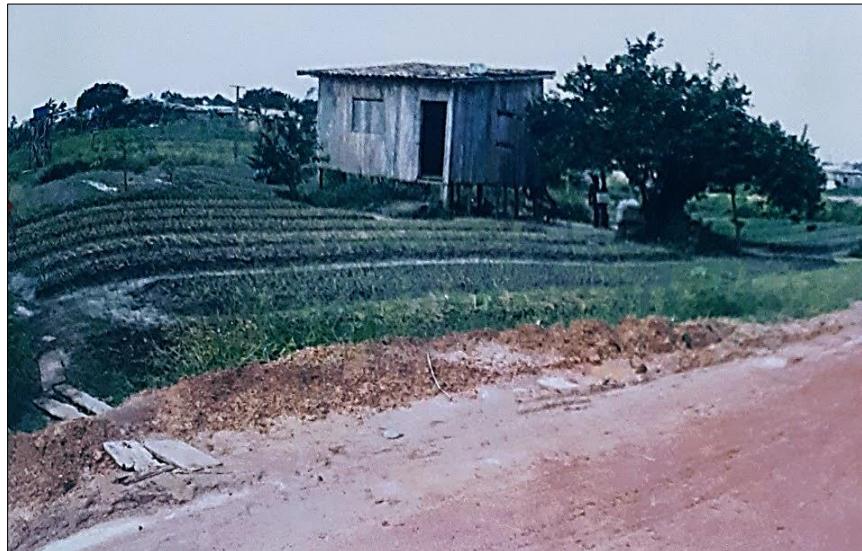
Figura 56 - Francisca Rosa (Dona Chiquinha), moradora do bairro da Terra Firme. Atual presidente do Ponto de Memória do Bairro; fez parte da diretoria do Centro Comunitário Bom Jesus.



Foto: Ana Silva, 2017.

Assim como Dona Chiquinha, vários outros moradores antigos fizeram referência à existência de hortas com plantações e criações no bairro, como mostra a Figura. 57, uma horta localizada na Avenida Perimetral.

Figura 57 - Horta localizada na Av. Perimetral.



Fonte: Ferreira, 1994.

Freitas e Graeff (2010, p. 32) explicam que o estudo da paisagem da memória de um bairro permite a recomposição das experiências sociais dos grupos urbanos que ali habitam. A partir das entrevistas de moradores e das fotografias antigas, eles afirmam que a primeira paisagem que vem à tona é do espaço poético onde se refugiam as experiências de um passado pensado a partir do presente.

Por sua vez, Eckert e Rocha (2001, p. 5) argumentam que a cidade é um território expressivo da experiência temporal contemporânea dos grupos sociais que nela habitam. Sendo assim, os relatos apresentados (Neemias Franco, Francisca Rosa Silva e Rosilda Franco) mostram as experiências iniciais destes moradores em um novo lugar, agregando a ele as experiências trazidas de suas vivências passadas em outros lugares.

Outro ponto relacionado à paisagem de floresta e água é quando os relatos trazem as lembranças da infância, que se reportam às brincadeiras, mas também há os momentos de lida, quando, além do brincar, as crianças buscam alternativas de sobrevivência e ajudar seus pais. Pode-se ver estas experiências nos relatos apresentados as seguir.

Seu Zé Maria (Figura 58), que nasceu no bairro há 53 anos, contou como via o bairro na sua infância e adolescência, carente de serviços básicos.

José Maria Vale de Souza, eu sou nascido e criado aqui no bairro da Terra Firme, eu nasci em 65 e quando na idade de, de 8, 9 anos que eu fui pra escola, então comecei a conhecer o bairro, então, é esse campo da Terra Firme que ele é muito antigo, era único local que as pessoas vinham brincar bola, então quando criança [ininteligível] esse campo da Terra Firme, as escolas eram muito carentes, não tinha quadra, né? E tinha a UFRA aqui, que atendia também alguns, algumas escolas pra fazer educação física, vinha aqui pra UFRA e eu morava aqui atrás do campo, onde é o terreno da Eletronorte, um pouco pra trás, então tinha uma comunidade, a Terra Firme, na época, era muito pequena, né? As ruas principais era só a Celso Malcher, não era asfaltada na época, né? Uns 10 anos, 11, 12 anos que a gente andava na Terra Firme, a São Domingos ela não ia até o final, ela pegava a Perimetral, ela não ia até o final, que de uma certa parte da [...] da passagem Brasília pra trás era tudo ponte, São Domingos, a Lauro Sodré também, da passagem Brasília pra trás era tudo ponte, a 24, então todas essas ruas era só ponte, tudo mato e o lazer nosso era escola, campo da Terra Firme, quando não, era apanhar fruta dentro do matagal, pescar dentro desse matagal aí, então a, a, foi tendo as ocupações Terra Firme, por exemplo, aonde fica centralizado ali o Centro Comunitário Bom Jesus era só um matagal, dendezal, dendezal não, era um monte de pé de miritizeiro, essas coisa, era alagado e teve a ocupação daquela área, o pessoal ocuparam, ganharam e foi povoando. e assim as outras comunidades foi, foram também avançando, foram também ocupação, então aqui atrás do campo tudo era mato, era só matagal, tinha povoado pequeno e depois as pessoas foram ocupando, ocupando, foi crescendo, só que a Eletronorte, quando foi pra ser feito, ela indenizou todo o pessoal que morava aí nessa área da Eletronorte (Zé Maria, morador da Terra Firme; Comunidade Flora Amazônica, Entrevista em 22/12/2017).

Figura 58 - Sr. José Maria, morador antigo da Terra Firme; atua com jovens na Comunidade Flora Amazônica e é conselheiro do Ponto de Memória.



Foto: Ana Silva, 2016.

Sâmia Maria Queiroz (Figura 59) chegou no bairro vinda do Maranhão com sete anos de idade. Em seu relato ela mostra uma vida sofrida, e a relação com o igarapé Tucunduba é marcada pela necessidade de sobreviver em um local em que não existia quase nada:

Bom, meu nome é Sâmia Maria Silva, hoje sou Queiroz (risos) [ininteligível] Queiroz, é [...] eu vim pra cá, na verdade, não sou daqui, nasci no Maranhão, no Gurupi, na divisa do Pará com o Maranhão, vim pra cá com sete anos de idade, é [...] com sete anos de idade, vim junto com a minha mãe, meus irmãos, meu pai ficou e assim a minha mãe veio pra casa da minha tia, que era aqui na Rui Barbosa, a gente passava tempo morando com ela, mas foi assim uma coisa muito difícil, porque minha mãe veio com seis filhos, então foi uma coisa muito difícil, não demorou muito a gente conseguimos alugar um quarto, era só um quartinho mesmo e “fumos” morar ali perto do Gabriel Pimenta, aonde é O Centro Comunitário Gabriel Pimenta, na época, é, tinha pouca casas, não era asfaltado, não era aterrado, nada [...], só era mesmo um caminhãozinho que tinha no meio do mato, praticamente lá tinha [...], existia um centro comunitário, existia o presidente de lá do Centro Gabriel Pimenta, esqueci até o nome dele agora, é [...] ele, a gente via, fiquemos lá um tempo alugados, de lá a gente foi pra rua Gabriel Pimenta, por que a rua Gabriel Pimenta, não é no centro Gabriel Pimenta, moramos lá também que fica bem aqui nessa, nesse canal aqui, em cima desse canal, nós moramos em cima desse canal e a gente passava um tempo lá também, mas foi pouco tempo e [...] depois disso o presidente do Centro Comunitário ele conseguiu um terreno pra minha mãe que foi lá dentro da invasão lá no Tucunduba e aí a gente fomos pra lá na época não tinha nada, tanto é que nós fomos os terceiro a chegar lá, eu me lembro muito bem que só tinha duas casas feitas, né? Nessa rua, a rua que a gente morava lá foi a [...] passagem Miranda, passagem Miranda entre a Liberdade e esqueço o nome da outra lá também, e aí nós fomos morar pra lá, minha mãe fez um quartinho só de tauba, de pau né? E a gente fomos morar pra lá, nós não tinha água encanada e nem tínhamos luz e nem tínhamos ruas porque a nossa rua era um “garapé”, um alagado, lá, na verdade, era um matagal, um alagado, aí depois a gente construímos uma ponte que era só até onde era a terceira casa, né? Que a terceira casa era mais atrás e a nossa era mais na frente, só até lá e assim que a gente chegamos lá; aí começou vim o resto do [...], da população e aí a gente construímos uma ponte maior e aí depois disso é [...] (Sâmia Queiroz, entrevista em 22 de dezembro de 2017).

Figura 59 - Sâmia Queiroz, moradora do bairro da Terra Firme; conselheira do Ponto de Memória, trabalha com crianças e jovens em uma igreja evangélica.



Foto: Ana Silva, 2016.

Sâmia mostrou a partir de seu relato como era a dificuldade de morar em um lugar onde não tinha água potável nem energia elétrica e sua vida de criança se resumia ao trabalho para ajudar a sua mãe, que saía para ganhar o seu sustento.

A água demorou muito a chegar porque nós pegávamos água lá no Guamá, a gente saía, a gente atravessava a ponte, né? Ia lá pro Guamá e a ponte que ficava lá no Guamá era uma ponte bem alta e a gente tinha que descer aquela ponte, pular lá embaixo porque o cano da água passava lá embaixo e quando a maré tava cheia não tinha como nós pegar água, porque a maré tava cheia; ela subia em cima do, do cano, né? Então a gente não pegava e outra coisa, a gente entrava na fila, porque toda a população que já tava lá pegava água no mesmo lugar, então não tinha de maneira alguma, não tinha, a São Domingos pra lá não era aterrada, São Domingos pra lá não tinha pista, né? E a gente não tinha feira, a gente não tinha nada, a gente vinha comprar pra cá pra essa feira aqui, né? E aí, com o tempo, na administração do Edmilson, a gente conseguiu, na verdade, antes da administração dele, a gente conseguiu pedir lixo, né? A gente fomos no lixo, depois do lixo que veio aterro, depois do aterro veio o [...]. Eles fizeram bloqueamento, não sei falar o nome dessa palavra, né? Colocaram bloqueio lá, aí foi a parte que melhorou, depois disso também a gente com o aterramento veio a energia, né? Porque de primeira a gente puxava no gato lá, aí veio a energia, aí veio a legalização, e com isso também veio a água, mas depois de um grande período, me lembro muito bem que quando a gente tava, quando a gente pegava água, né? (Samia Queiroz, entrevista em 22/12/2017).

Nesta narrativa vê-se uma experiência de vida sofrida, demostrada no tom melancólico da fala da narradora. As imagens trazidas pela moradora mostram a realidade de pessoas extremamente pobres que passaram por situações semelhantes, em busca de uma vida melhor. Neste relato, também se identifica que a ocupação imobiliária das áreas centrais da cidade “empurrou” a população pobre às áreas alagadas e sem infraestrutura básica. Daí resultam as estratégias de adaptação adotadas pelos moradores, para garantir a sua sobrevivência, isto é, eles criaram artifícios para que pudessem usufruir do espaço que lhe foi “destinado”. Sem saneamento básico, usavam a água do igarapé Tucunduba – à montante – para beber e cozinhar. Para terem água, faziam longas caminhadas carregando baldes no trajeto Terra Firme-Guamá-Terra Firme. As casas palafitas eram erguidas à jusante do mesmo igarapé, trecho onde eram despejados os detritos sanitários das moradias, interligadas por “pontes” precárias – chamadas “estivas”. Devido à falta de fornecimento regular de energia elétrica, apelava-se para as ligações clandestinas – “gatos”.

O universo infantil de Sâmia agregava o brincar e a lida do dia a dia. As idas ao igarapé do Tucunduba, no bairro do Guamá, eram marcadas pelo perigo de violência e assaltos, por parte das gangues de meninos do bairro vizinho, muito comuns na década de 1980, e que roubavam os moradores da Terra Firme. Havia também as disputas pelo domínio do espaço, tendo como personagens principais, os grupos de traficantes, dentre outros que também geravam tensões e conflitos no bairro.

Era longe, ficava longe, ficava distante, por que ficava em outro bairro e a gente tinha que atravessar a pista [...] foi a época das gangues, que tinha muita gangue, então o pessoal do Guamá, ele não se juntava com o pessoal da Terra Firme, quando eles achavam que tinha alguém da Terra Firme, né? Sempre eles assaltavam a gente, né? Roubavam, se a gente fosse de relógio, de qualquer coisa, eles roubavam e queriam bater, as vezes derrubavam a nossa água, não permitiam, principalmente bem na divisa, na divisa do Guamá com a Terra Firme, que é justamente na ponte, várias vezes a gente caímos, né? Com a lata na água na cabeça, entendeu? E é [...] teve uma vez que a minha irmã ela foi empurrada que varou a tauba aqui na perna dela fez uma brecha aqui, entendeu? Ela ficou um pouco meio coisa, mas graças a Deus assim não atrapalhou nada nela, então entrou, ficou muito feio, então assim foram experiências, né? (Sâmia Queiroz, entrevista em 22/12/2017).

Hoje, Sâmia tem uma vida confortável, mora numa passagem ao lado do campo da Terra Firme, próxima da Av. Perimetral. Na área de terra firme, ela mantém uma barraca de venda de camarão, onde o seu marido trabalha. Ela diz que apesar de não ter participado diretamente da luta, contribuiu para a construção do bairro, dedicando-se à educação de crianças e adolescentes, para tirá-los da rua e da possibilidade de ingresso na criminalidade.

Eu acho que minha grande luta, minha grande batalha, não foi correr atrás, né? De coisas para o nosso bairro, como os nossos colegas têm corrido, né? E eu vejo assim, que pra mim o fundamental e o mais importante, o que é indispensável na vida de um ser humano é a educação, né? Porque sem educação eu vejo que você não tem nada, não tem nada e a, e [...] eu bato nessa tecla em relação aos meus filhos, em relação à juventude de hoje, que eu coordeno projetos na igreja, já tive oportunidade de, de coordenar projetos na igreja que trabalha com jovens, que trabalha com adolescente, hoje eu trabalho com a escola dominical, sou coordenadora, aonde eu lidero várias classes, tanto de aluno, de várias classes, tanto jovem, quanto idoso, quanto criança, então eu, eu tenho uma grande oportunidade de procurar incentivar essa juventude a procurar, a correr através dos seus sonhos e mudar, mudar o seu estado, hoje eu moro aqui em frente ao campo da Terra Firme, né? É um campo aonde eu vejo muita coisa errada sabe [...], eu vejo jovens incentivando crianças a fumar droga, né? Eu vejo crianças bebendo e eu não sei, eu não entendo, eu não comprehendo porque que a mãe dessas crianças não percebe que algo errado com elas, porque a bebida, a droga ela deixa marca, ela deixa cheiro, né? E você fechar os olhos pra isso, você está fechando olhos o quê? Pra sua própria família, pra dentro da sua própria casa, né? (Sâmia Pantoja, conselheira do Ponto de memória da Terra Firme, entrevista em 22/12/2017).

O cenário pretérito, permeado por estivas, caminho nas matas e palafitas sobre o Tucunduba, hoje é uma paisagem modificada, apesar da falta de políticas públicas. Os moradores se utilizaram de táticas que, para Certeau (1994, p. 102), transformam as condições adversas em determinado instante, numa situação favorável para o grupo. Sendo assim, a necessidade leva a uma intervenção que “transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos” (CERTEAU, 1994, p. 102).

Este cenário reforça o argumento de Halbwachs (2004, p. 134): “Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele o transforma a sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu”.

Enfim, a trajetória de vida de cada indivíduo demarca o caminho a ser seguido e neste caminho é onde se insere em um tempo comprimido. Um tempo encapsulado em que as vivências definem o marco memorial do lugar e a ruptura entre o passado e o presente. No caso

da paisagem de florestas, rios e igarapé esta ruptura se reflete nas transformações de ruas que deixaram de ser de estivas e passaram a ser pavimentadas, as matas que não existem mais, o igarapé hoje poluído (Figuras 60 e 61).

Figura 60 - Imagem de moradias nas áreas de várzea do Tucunduba.



Foto: Figueiredo, 1993.

Figura 61 - Imagem do Igarapé do Tucunduba com casas construídas em suas margens.



Foto: Figueiredo, 1993.

Nas fotos pode-se visualizar a paisagem da Terra Firme ainda no início de sua ocupação. A primeira mostra um ambiente de várzea aterrada com lixo, uma infraestrutura mínima, poste elétrico, tubulação de abastecimento de água e alguns locais em contato com detritos, as casas de madeira e caminhos de estivas, dando uma ideia da ocupação de várzea e dos tipos de moradia. Na segunda observa-se as palafitas construídas nas margens do igarapé Tucunduba, onde chamo a atenção para o lado superior esquerdo, onde se vê um sanitário sobre o igarapé.

As imagens e as paisagens mais remotas fazem a ponte entre o presente e o passado e reinstituam lembranças de momentos que são ricos de significados aos moradores. Tais lembranças estão ligadas à rusticidade original do lugar e indicam as transformações tanto positivas quanto as

negativas. Com o acesso aos serviços de esgoto e energia elétrica, a floresta desaparece e em seu lugar temos as ruas e as casas, como mostra o mapa do bairro (Figura 62). As águas do Tucunduba permanecem, mas o igarapé, agora poluído, inunda as paisagens na época do inverno amazônico, problema resultante do processo de ocupação desordenada e degradação das matas ciliares.

O mapa acima retrata a paisagem atual da Terra Firme, onde o verde da floresta aparece apenas em uma pequena área onde se encontram a Universidade Rural da Amazônia (UFRA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), hoje das florestas e água só restou as águas do igarapé Tucunduba, agora não mais usadas para o la

Figura 62 - Mapa mostrando a configuração atual do bairro da Terra Firme.



7.1.1 - O presente da rua e da lama: as lutas por moradia no bairro

Outro quadro de memória parte do presente para o passado, pois é a partir da convivência no cotidiano que os moradores relembram o início da formação do bairro. *O presente das ruas na lama* é a paisagem de hoje que vem sendo percebida desde os primeiros moradores. As ruas do bairro da Terra Firme são estreitas e muitas não têm pavimentação. Estas características comuns em bairros periféricos de Belém, favorecem ao alagamento das vias de locomoção – pedestres e veículos – e transformam muitas ruas do bairro em verdadeiros rios (Figura 63).

Figura 63 - Rua Celso Malcher no período de chuva, as águas transbordam do igarapé.



Foto: Ana Silva, 2017.

O processo de ocupação desordenada se iniciou pelo curtume Santo Antônio. Nesse período, conforme relato de Sr. Neemias, a rua era apenas um caminho no meio da mata, que se estendia até o bairro de São Brás por meio de “estivas” de troncos de açaí (Figuras 64 e 65).

Era só curtume e mata [...] olha, ali naquela ponte ali, quando nós viemos pra cá, não tinha, fizeram uma ponte de madeira dessa altura assim ó [demonstra o tamanho fazendo gesto com as mãos], três palmos assim, a gente andava de lá, né? Chegava no curtume pegava a ponte e vinha pá, pá, pá em cima da ponte, depois que foram, foi ramificando uma ruela aqui, outra acolá e tal, aí essa Celso Malcher aqui ninguém queria, era tudo alagado, ninguém queria, por que não interessava; hoje é o lugar mais valorizado é a Celso Malcher, aqui, ela é só comércio (alguém fala que a Celso Malcher continua alagando), pois é, não mais [...] é porque depois que o pessoal fizeram casa dentro do igarapé, meu irmão, agora é vala aí pronto, o indivíduo vai chegando, vai encostando no esgoto, vai entupindo tudo, agora depois que eles fizerem essa drenagem tudinho ai, essa macrodrenagem aí vai escoar direito a agua [...] (Sr. Neemias Bezerra, 76 anos, morador da Rua São Domingos com a Celso Malcher).

Figura 64 - Curtume Santo Antônio: filial e matriz.



Fonte: Fonseca Neto et al. (1997).

Figura 65 - Vista do Curtume Santo Antônio na década de 1960.



Fonte: Fonseca Neto et al. (1997).

Hoje, o Curtume Santo Antônio não existe mais. Em 2007 este terreno foi desapropriado pelo governo do estado do Pará para a construção de um conjunto habitacional da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), porém, o projeto foi abandonado ainda na fase inicial. Hoje o local virou um terreno baldio, alagado e tomado pelo acúmulo de lixo.

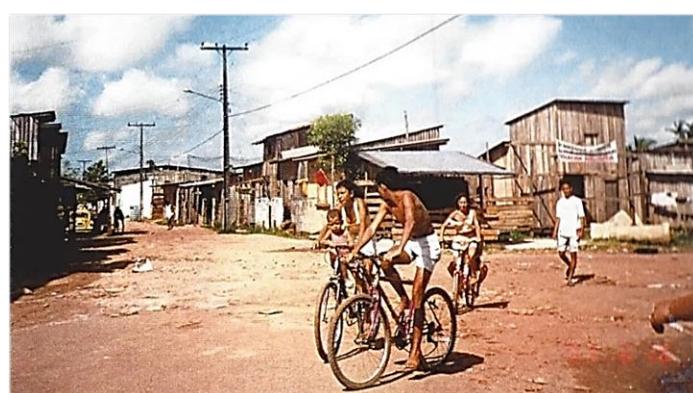
Pode-se ver no mapa (Figura 66): a) a área de localização do terreno do Curtume, no qual foi sugerido pelos moradores que poderia ser utilizado para um centro cultural e esportivo e até para a instalação da feira; b) a imagem do lixão que se encontra no local; c) a vista geral dos galpões do Curtume; d) a visão da rua da Olaria, no limite dos bairros de Canudos e Terra Firme (Figura 67).

Figura 66 - Mapa de localização do antigo Curtume Santo Antônio.



Fonte: Fonseca Neto et al. (1994)

Figura 67 - Imagem da Rua da Olaria, limite do bairro de Canudos com a Terra Firme - aproximadamente na década de 1970.



Fonte: Fonseca Neto et al. (1994).

Com a ocupação da área do curtume pelos moradores, inicia-se o desenvolvimento da Rua Celso Malcher.

Essa Celso Malcher que hoje anda de carro aqui nesse tempo agora, ela era de um lado e do outro, então tinha, tinha estiva de açaizeiro, a gente ia se equilibrando até lá, fazendo malabarismo até chegar depois do curtume que tinha, tinha o curtume Santo Antônio, que era [...] beneficiava couro, né? Então para lá, para cá tudo era alagado na época, na época de fevereiro a março, enchia tudo nessa época agora, mas muitas vezes a gente ia de canoa, tinha uma canoa de um senhor chamado Germano Feliciano (Sr. Neemias Bezerra, 76 anos, morador da Rua São Domingos com a Celso Malcher).

Num bairro, não se pode deixar de mencionar que as ruas são elementos fundamentais. Afinal, é nelas onde se vivencia a cotidianidade, pois se configuram como espaços de sociabilidades, de trânsito e de trabalho. Managni (1991) fala da rua sob o olhar antropológico. Nesta perspectiva, a rua é recortada por diversos pontos de vista, conforme a multiplicidade de aspectos dos usuários: suas tarefas, referências culturais, seus horários de uso e formas de ocupação.

A Terra Firme surgiu a partir da expansão do núcleo central da cidade. Fonseca Neto et al. (1997, p. 5-6) explicam que na administração de Dr. Moraes, “já haviam sido planejadas as travessas que cortam o bairro do Marco”, para isto, Antônio Lemos abateu a mata que existia, abriu calhas para o escoamento das águas pluviais, arborizou os dois lados da estrada e realizou a abertura e nivelamento do leito central da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Estas ações foram essenciais para o início do acesso à Terra Firme a partir da avenida Primeiro de Dezembro (atual João Paulo II) e do bairro de Canudos.

Quando o curtume Santo Antônio passou a funcionar na década de 40, o ponto de acesso mais próximo ao sistema viário era a estação de Bragança. Nesta época, não existia qualquer comunicação da estrutura viária com o bairro de Canudos, confirmado a dificuldade de acesso aos operários até o Curtume e a necessidade, reconhecida pelos donos da indústria, do incentivo à fixação da moradia de seus empregados em terras próximas ao curtume, inclusive dentro de suas propriedades (FONSECA NETO et al. 1997, p. 6).

Os moradores pioneiros do bairro chegaram no início da década de 1950. Na época, encontraram um lugar rústico e com as matas preservadas. A ocupação do bairro é retomada nos anos de 1970 e atinge o seu ápice na década seguinte, de 1980 – período que se registra o maior afluxo de pessoas ao bairro; motivados, em sua maioria, por oportunidades de trabalho e melhor qualidade de vida. A seguir apresento relatos de Madalena Pantoja, que já conhecia o bairro desde 1965 e optou por morar na Terra Firme na década de 1980.

Eu conheço o bairro desde a primeira vez que eu vim aqui no bairro foi em 1965, ainda não era propriamente um bairro, né? Ainda tava iniciando, aí quando tinha a primeira linha de ônibus, que foi o Canudos São Braz, aí eu fui com uma colega de onde eu trabalhava, aí o ônibus parava lá no início, depois em 1970 eu já vim procurar

terreno pra cá pra morar. Eu vim pela primeira vez gostei, achei bonito aqui, e vim procurar um terreno para cá, aí tinha terrenos ali no campo de futebol que é hoje o campo da Terra Firme, terreno tá lá, fui lá ver, ele era muito alagado, o bairro todo era alagado, mas lá era muito mais, aí eu marquei um terreno lá, mas não tinha condição de fazer. Não voltei mais para fazer, né? Eu morava muito longe, isto na década de 70, quando foi na década de 80 aí teve essa invasão de novo para cá, o bairro já tava, já era um bairro, né? Já estava todo mundo assentado e teve até invasão aqui nessa área, que tem uma área de piçarreira, aqui já quando eu vim também fui avisada já não tinha mais nenhum lote, tinha para vender, porque o pessoal tirava aqui [...] aí nós compramos este lote aqui por 20 (vinte) cruzeiros na época, ele tem, é 4 metros de frente por 14 de comprimento, é, começamos a construir quando foi em 10 de agosto de 1980 aí nós mudamos pra cá e a gente tá morando até hoje (Madalena Pantoja, moradora do bairro há 27 anos, entrevista em 27/12/2017).

O segundo relato é de João Batista dos Anjos, que morava no Jurunas e buscou a Terra Firme para começar a vida com sua esposa e filha. “Morador engajado” há 45 anos no bairro, João ainda não possui seu título de posse:

Ah, eu nasci, nasci e me criei no bairro do Juruna, estudei lá, ajudei o pessoal a construir a, a, a [...] paróquia da Nossa Senhora da Conceição, né?(..) e de lá eu fui pra igreja Santa Terezinha, né? Eu cheguei até a ir para o seminário, mas não foi a minha vocação em ser padre, entendeste? Aí eu tive que abandonar o seminário, por que? Por que eu achava que no seminário eu não tô contribuindo, né? Para comunidade: “eu tenho, que sair” eu dizia para os colegas lá, aí eu conheci Humberto Cunha, na época ele, eles estavam fundando o PT lá no Juruna, né? E aí comecei a participar, me envolver mesmo diretamente, chegava num momento que o meu pai brigava comigo: ‘Rapaz, ou bem tu estudas ou bem tu, tu vais tratar da comunidade’, aí: “Não papai, eu vou fazer os dois, eu vou para igreja, e estudar”. E aí eu fiquei, aí eu terminei meu estudo, né? Tenho curso técnico, tenho dois cursos, tem técnico e Administração, aí eu viajei, aí nessa minha viagem eu fiquei pensando: “Bom, agora eu vou cuidar um pouco da minha vida, né?” Ai já arranjei uma namorada; essa namorada, já tive filho com ela, uma filha com ela, né? É mãe das minhas três filhas, conclusão, aí eu lá no Juruna, aí eu pronto, na invasão lá da Radional, e aí eu não consegui pegar uma terra lá, quer dizer, consegui para os outros, para mim eu não consegui, [...]. Eu saí de lá, porque eu disse: “Rapaz, tu arranjas terreno para os outros e não arranja para ti? Não papai, quem casa, faz casa, então de hoje em diante, eu vou dar meu jeito” [...] aí eu me empreguei, viajei, fui lá pra Tucuruí, nem conhecia Tucuruí, fui para lá, quando eu cheguei de lá, eu vim para invasão da Terra Firme, ajudar a fazer eu e o Zé Flávio vim para cá, cheguei aqui, entrei nessa área aí, ajudei o pessoal hoje, né? É [...] 90% eu digo assim, que 90% da população da Terra Firme ainda não tem seu título de posse, mas eu acho que uns 30% têm, aí eu sempre comento isso lá na rua de casa, aí pô, eu moro aqui já a quase 45 anos e ainda não tenho título de posse, tem pessoa que chegou um dia desse lá já tem (João Batista, morador engajado nas lutas sociais do bairro, entrevista em 22/12/2017).

João Batista explicou que a emissão dos “títulos de posse” para os moradores foi uma questão tratada desde o início das ocupações. O Centro Comunitário Bom Jesus mantinha em sua sede um escritório jurídico conveniado com a Defensoria Pública do Estado do Pará e com a Universidade Federal do Pará (UFPA). No entanto, 90% dos processos de titulação ainda tramitam na Prefeitura, à espera de homologação. Segundo Batista, um total de 15 mil famílias da Terra Firme estão nessa situação.

Nós fundamos um escritório jurídico, dentro do Centro Comunitário Bom Jesus; esse escritório ele resolvia o problema da especulação no bairro, esse escritório, ele tinha era um convênio com a Defensoria Pública, né? Então tinha os advogados da universidade e da defensoria pública, do que resolver o problema de especulação, porque até coronel especulava aqui dentro da Terra Firme, tinha um coronel ali da polícia que ele tinha uma vila de casa, e nós conseguimos tirar essa vila dele e dar para o pessoal que estava morando lá, por que o pessoal não tem pra comer, vai pagar aluguel? Então foi uma briga acirrada que nós tivemos, e [...] quando o escritório saiu aqui do Centro Comunitário Bom Jesus, a gente já tava em torno de quê? De 15 mil famílias, entendeu? Que tá lá, e ainda, e um tempo desse eu assisti uma reunião lá na, na, na universidade e eles fizeram agora um convênio com um cartório e o dono do cartório mesmo se comprometeu [...] em dar 30 títulos de posse todo mês e isso não tá acontecendo, a gente não tem perna pra tudo, né? Ás vezes o pessoal chega comigo: “Amiguinho, Batistão, bora lá, bora lá, pô, tu conhece, tu tá lá no processo e tal, tu assinou também” aí eu digo: “Pessoal, bora tirar um dia pra gente ir lá, esse dia que lá, a gente for lá, a gente vai resolver”, aí eu conversei com um professor da universidade, ele me disse que todos os processos que foram feitos aqui nesse anos todos, tudo tá na prefeitura e esse cartório, diz ele, que tá trabalhando dentro da prefeitura, então falta o pessoal se organizar, né? A gente ir lá e cobrar para as pessoas que ainda não têm o título, é isso (João Batista, entrevista em 22/12/2017).

A partir dos anos de 1980/1990, iniciaram-se as ocupações das terras da Universidade Federal do Pará localizadas ao longo da atual Av. Perimetral. Uma das ocupações mais antigas é a da área do Bosquinho. Costa (1997)⁸², em sua dissertação de mestrado em Antropologia, “Lazer no Bairro da Terra Firme”, expõe o fato da seguinte forma:

No limite interior do bairro da Terra Firme destaca-se a área do bosquinho com o setor daquele bairro onde está localizada a associação de moradores Unidos na Luta que corresponde a uma ocupação surgida no início da década de 1980, que desencadeou, em anos posteriores um processo massivo de ocupações ao longo dos terrenos à margem da Av. Perimetral (COSTA, 1999, p. 13).

Após a ocupação desta área os moradores se depararam com as dificuldades de falta d’água, a dificuldade de acesso devido às vias alagadas e fora da rota do restante do bairro, visto que a Rua São Domingos não tinha entrada pela Perimetral e esta via ainda não estava pavimentada.

Ali pra Perimetral não tinha, né? Era um caminho, o pessoal, aquela casa ali do lado da Iolanda, que era do mesmo lado da que é do dono da casa dela, era uma mercearia de nome Forte, que chamavam de A Mercearia, chegou a ser até sorveteria, ele construiu a casa, depois construiu essa que a dona Iolanda mora, que agora é dela, não tinha muita casa aí, tinha minha madrinha, né? Era a própria casa e para lá, até ali, a São Domingos, não tinha, o ônibus não vinha pra ali não tinha, a gente ia apanhar ônibus lá na praça, ia apanhar o ônibus lá na praça, pra lá pra apanhar o ônibus lá na praça, quando era o período de inverno, aí os ônibus não passavam, ia apanhar lá no curtume, que era alagado naquela época, não era nem lá no curtume, não era no curtume, apanhava o ônibus no quartel da polícia, lá na Cipriano (Rosilda Franco, entrevista em fevereiro de 2018).

⁸² Esta área fica ao lado da Eletronorte e na época havia apenas uma rua com Terra Firme, as outras ruas eram todas alagadas e os moradores pediram auxílio às madeireiras para doação de tábuas com a finalidade fazerem pontes para transitarem no local (COSTA, 1997, p. 13).

Seu Neemias reforça este quadro de lembrança, quando fala sobre a Av. Perimetral. Ele contou que quando era “moleque” ajudou durante a sua pavimentação:

Ah perimetral pra cá, pra lá tinha pouca gente lá no Mateus do Carmo, tem um grupo [...] era uma roça, era casa de farinha ali, esse é o grupo Mateus do Carmo (Escola) e pra cá, pra cá tudo era mato, mato, aquela curva, só mata mesmo, açaizal [...]

Então para fazer essa estrada aqui, primeiro abriram essa estrada aqui, primeiro abriram a Perimetral que era Estrada do Agronômico, eu me lembro com 12 anos de idade [...] tinha os meninos trabalhando lá com martelinho num bolsão de aço para armar, aquela caixinha[...]. A gente ia daqui a pé [...]

Tinha ali na Perimetral, onde você passa ali, tinha ladeira, “não tem nada aqui”. Tanto é que se você passar ali, tinha ladeira, “não tem nada aqui”, tanto é que se você parar ali, for lá, olhar dentro lá daquele colégio, você vê ali pra baixo, então eles cortaram muito os picos da ladeira para poder rebaixar, né. (NEEMIAS BEZERRA, entrevista em dezembro de 2017).

Os moradores contam como foi a pavimentação das ruas do bairro, que foi feita por com lixo por cima do alagado e depois coberta com aterro de terra.

Foi o seguinte, ali bem, se você for aqui na, aqui na Esterlina Valmont, outro grupo que tem lá ali pra baixo, ali foi tirado o aterro ali, ali tinha um morrozinho, nessa época, nessa época não tinha pá mecânica, então que que eles faziam? Trator de esteira, é, cavavam aquela vala, cavava aquela vala, faziam uma arapuca em cima, né? Aí achavam aquela vala, aí o trator de esteira empurrava, empurrava aquele aterro ali, caia dentro, dentro da, da, da basculante então pra fazer essa estrada aqui, primeiro abriram a Perimetral, que era Estrada do Agronômico, na época, chamava Estrada do Agronômico reta do Agronômico, “Vamo na reta do Agronômico”, eu me lembro que eu com, com 12 anos de idade quando entrou o Guarasuco aqui em Belém, eu ia, era aquele monte de menino tudo trabalhando lá. A gente ia com martelinho num colchão de ar pra armar aquela caixa de madeira, aquela caixinha vedável onde colocava o Guarasuco aí a gente ia daqui a pé, a pé até lá, aí tinha ali na Perimetral, onde você passa ali, tinha uma ladeira que você chegava assim cansado (puxava a respiração mostrando o cansaço) “firmado assim” (pausa), tanto é que se você parar ali, for lá, olhar dentro lá daquele colégio, você vê um vagão (sic), ali pra baixo, então eles cortaram muito os picos da ladeira pra poder rebaixar, né? Foi assim a minha vida na Terra Firme (Neemias Bezerra, entrevista em dezembro de 2017).

Dona Chiquinha, que participou das lutas sociais no bairro, conta como era o Centro comunitário Bom Jesus quando iniciou o bairro, e que também foi aterrado com lixo:

Era igarapé, era tudo alagado, no Bom Jesus, Depois foi aterrado primeiro com lixo, todas essas ruas que eu falei, é, São Jorge, Val, Primeiro de Maio, Canaã, aqui a Jesus, a Lauro Sodré, a 24 de dezembro, a Leão, todas foram aterradas com lixão para depois vir o aterro, a gente agradece um rapaz que era fiscal do lixo, das caçambas, né? Ele ia lá pra Cremação, tinha um posto de queimar lá ná [...] (Dona Chiquinha, moradora e líder comunitária no Bairro da Terra Firme, entrevista em 27 de dezembro de 2017).

Nas imagens a seguir pode-se observar: a) as ruas do bairro da Terra Firme com o lixo jogado para o aterro da rua (Figura 68) e b) os moradores em frente ao Centro Comunitário Bom Jesus espalhando o lixo para diminuir o alagamento da área (Figura 69).

Figura 68 - Rua da Terra Firme com rejeitos orgânicos para aterramento.



Fonte: Jornal dos Bairros, 12/07/1989.

Figura 69 - Moradores da Terra Firme aterrando a área do Centro Comunitário Bom Jesus para horta comunitária.



Fonte: Acervo do Ponto de Memória da Terra Firme.

As práticas de produção do espaço adotadas pelos moradores demonstram uma forma de resistência em permanecerem no lugar ao qual passaram a pertencer. A memória deste tempo de luta está bem presente para muitos “moradores engajados” que participaram da saga em dotar o bairro do mínimo de condições de infraestrutura, para que pudessem ali residir e viver. Esta memória permanece viva e representa um marco de memória para o bairro, visto que todas as conquistas de melhoria do bairro tiveram como base as lutas sociais, a resistência à imposição dos detentores de poder político-econômico e da posse formal das terras localizadas nesta área.

A imagem do bairro hoje, é caracterizada por ruas estreitas (passagens) com casas de madeira ou alvenaria, muitas delas inacabadas ou as palafitas encrustadas nas margens do igarapé Tucunduba.

A lama é elemento comum nas vielas permanentemente alagadas ou naquelas que enchem durante o inverno. Toda esta paisagem de memória é resultado de um processo de apropriação do espaço que tem origem na forma de reprodução capitalista.

Ferreira (1995, p. 2) afirma que a cidade toma a forma da reprodução ampliada do capital. Ou seja, a cidade, ao molde capitalista, começa a surgir a partir da metade do século XX, com crescimento populacional em grandes cidades, principalmente nas metrópoles brasileiras e latino-americanas. O “inchaço populacional” é resultante da migração das pessoas vindas do campo em busca de oportunidades de trabalho. No caso de Belém, este aumento passou a representar progressivo aumento de problemas urbanos.

7.1. 2 - Os movimentos sociais: as lutas para sobrevivência

O depósito irregular de lixo nas áreas marginais do igarapé Tucunduba contribui para o alagamento das vias públicas e de diversas vias do bairro da Terra Firme. Como em outros bairros periféricos e ribeirinhos de Belém – áreas alagadas próximas a rios e igarapés – os problemas de alagamento de ruas resultam do descaso do poder público, que se omite e deixa no esquecimento a população que vive nesses bairros.

Iniciado há mais de 20 anos pela prefeitura de Belém e do governo do Estado, o projeto de macrodrenagem do Tucunduba permanece inacabado, mas continua a fazer parte dos discursos eleitoreiros das administrações municipais e estaduais a cada quatro anos. Há moradores que acreditam neste discurso e outros que cobram uma posição clara das duas instâncias do poder público, sem, no entanto, obterem as respostas sobre o que está sendo realizado.

As ocupações nas décadas de 1980/90 foram decorrentes da explosão de movimentos comunitários que sustentaram as lutas pela moradia. Estas lutas sociais estão presentes nos quadros de memória dos moradores, configurando a paisagem de resistência, que só tem sentido para além da vida cotidiana. A vida comunitária se insere e se ancora na vida coletiva e nas relações de sociabilidade que se estabelecem nos ritmos do cotidiano.

Desta forma, Alves (2010, p. 89) afirma que as agitações no bairro em torno das ocupações suscitaram a necessidade de organização dos moradores para além das lutas e mobilizações. As ações político-sociais políticas passaram a ser vivenciadas isolada ou coletivamente, dentro e fora de entidades, como centros comunitários, associações, grupos de mulheres, jovens católicos e grupos culturais e esportivos que emergiram na cena pública do bairro ao protagonizarem isolada ou coletivamente as ações político-sociais. Neste sentido, pode-se perceber nas falas de Batista e Zé Maria as formas de engajamento nesses movimentos. Batista já trazia um histórico de participação social desde a sua juventude no bairro do Jurunas. Morando no bairro e engajado no Partido dos Trabalhadores (PT), tornou-se líder comunitário

na sua mudança para a Terra Firme. Zé Maria, desde jovem também desenvolvia ações comunitárias na área do esporte. Ao morar na Terra Firme, envolveu-se nas lutas pela moradia, em especial na ocupação Flora Amazônica, onde reside.

Então, quando eu cheguei aqui era o bairro era muito atrasado, né? Não tínhamos saneamento, não tínhamos uma água potável, não tínhamos energia elétrica e aí surgiu uma ideia do pessoal que já estava aqui antes de mim, da gente fundar o centro comunitário Bom Jesus, aí esse centro comunitário ele foi fundado em cima de uma questão periódica que foi a questão da moradia, né? Mas aí a gente discutia com os colegas, né? Com o Zé Flávio, com o seu Matias, com a Chiquinha, Zé da Pracinha, que [...], que fámos iniciar essa luta, que não era só nessa questão da moradia, era a questão também do saneamento, né? Nós tínhamos um saneamento básico na área, né? Nós tínhamos nossas ruas asfaltadas, então se deu uma grande luta nesse período aí todinho, né? A gente cobrava mesmo do governo, porque o governo, eles não recebiam a gente, eram governo radicais mesmo, esses que tão agora ainda dá, uma vez ou outra tão recebendo a gente, esses do passado aí, né? Finado Hélio Gueiros, o Almir Gabriel, esses aí nunca receberam a gente, então a gente tinha que tá peitando eles, e aí nós puxamos o grito de é... é... o grito da Terra Firme, esse grito da Terra Firme foi que veio dar assim um êxito pra nossa luta, né? (João Batista dos Anjos, líder comunitário do bairro, entrevista em 27/12/2017).

No relato de João Batista pode-se inferir as várias articulações feitas pelos moradores para a melhoria do bairro através da associação de bairro, além do reconhecimento do próprio morador que conta a sua experiência na militância comunitária, da importância deste movimento para alcançarem as melhorias para o bairro.

Em termos de ação política, as estratégias escolhidas por estes sujeitos para tornar possível sua convivência, tentando torná-la pacífica e agradável se dava por meio da improvisação de atividades esportivas, de lazer e religiosas, como de integração entre os comunitários, para buscar garantir sua unidade e o estabelecimento de um sentimento de pertencimento com relação ao lugar ocupado (ALVES, 2010, p. 89).

Estas práticas do espaço social são permeadas pela astúcia (CERTEAU, 1994) destes homens e mulheres para construírem a sua realidade no novo lugar de vivência, cujas experiências vividas no passado foram essenciais para a constituição do presente. Ao resgatarem as memórias do espaço social nas interações do dia a dia, geram-se tensões e posições que conformam uma ordem política social singular, como argumenta Andreoli (2015, p. 342).

Nos relatos dos “moradores engajados” da Terra Firme, percebem-se as estratégias utilizadas para vencer as dificuldades, sejam as impostas pelo ambiente natural impróprio, seja a ausência de serviços públicos e as condições socioeconômicas precárias destes indivíduos. Neste sentido, as narrativas mostram as várias formas de se utilizar da astúcia e do seu saber para garantir a sobrevivência neste local, sejam pelas ações realizadas pelos movimentos sociais, associações comunitárias ou nas realizadas pelos sujeitos que atuam em seu próprio cotidiano.

Exemplo disso, tem-se o relato de Fátima Guilherme (Figura 70), conhecida como Fafá, líder comunitária atuante, mora no bairro desde 1972 e liderou as ações político-sociais promovidas pelo Centro Comunitário Bom Jesus:

É... meu nome é Fátima, Fátima Guilherme, o apelido é Fafá, sou líder comunitária mais ou menos uns 35 anos, sou de Peixe-Boi, Pará, do interior de Peixe-Boi, nordeste paraense e vim pra cá pra, morar na Terra Firme em 72 pela primeira vez, era alugada, morando alugada, aluguel, sem condições de pagar, eu desempregada, minha irmã desempregada, uma amiga desempregada, saí daqui, depois voltei depois de uns dois anos eu voltei a morar na Terra Firme, agregada, depois resolvi ocupar um terreninho lá no gapó, era na Rui Barbosa com a São Pedro, ocupei um pedaço de chão lá, que era pântano aí foi a minha primeira casinha lá, morei lá uns dois ou três anos, não deu pra eu ficar mais, conflito lá com moradores, terra toma, querendo invadir os terrenos e tal, aí eu encontrei esse espaço que eu moro aqui, estava à venda, fazendo 37 anos isso, aí eu vim morar aqui nesse local que eu tou, eu tou há 37 anos, era da União, hoje eu já tô sabendo que o Estado comprou essa área aqui, não é mais da União, é do Estado; na verdade é de quem mora, porque a gente mora e cuida, principalmente a gente que é líder comunitária, a gente cuida mais do que Estado desse pedaço aqui e a gente tem essa história de luta aí muito grande (Fátima Guilherme, líder comunitária, entrevista em 30/09/2017).

Figura 70 - Fatima Guilherme, líder comunitária da Terra Firme.



Foto: Karol Santos.

Dona Fafá construiu a sua casa e sobreviveu no bairro dividindo seu tempo entre os afazeres domésticos, a luta pela moradia e a profissão de cabeleireira. Mãe solteira, criou e educou os filhos todos já formados. Ela fez muitos sacrifícios para conseguir conciliar os papéis de mãe, dona de casa e de líder comunitária para realizar o sonho de ter sua casa própria.

Então, é direito de morar, a garantia de ter onde morar, eu sou órfã desde cinco anos, meu pai era tabelião, era músico, morreu rápido, depois morreu a mãe rápido e, e, não teve como [...] deixou terreno, não era latifundiário não, mas deixou um terreninho pra cada filho, casas, mas o pessoal que me criou, eu fui criada como escrava, eu fui escrava dessa raça aí; ele não tinha interesse, eu não tinha casa, não tinha onde morar, eu novinha, eu, eu era abrigada por um monte de prostituta, a gente sabia o que era prostituição, mas eu ia pra vila pra morar, nas vila, se não ia morar na rua, depois que eu saí da casa me jogaram pra rua, aí eu fui morar na [...] e eu tinha muito desejo de ter onde morar, eu ficava pensando: "E se eu morrer com a minha mãe, onde meus filhos vão morar, sabe? Então, pra mim, por isso que eu não saí da luta (Fátima Guilherme, líder comunitária, entrevista em 30/09/2017).

Muitos se interessam em morar na Terra Firme, porque é um bairro próximo do centro, por isso que muita gente que vive lá não quer sair, mesmo enfrentando todas essas dificuldades:

É um bairro sete quilômetros distante do centro, quer dizer, é próximo, né? Perto de tudo, aí o pessoal fala que é um bairro violento, mas é um bairro desassistido, se tivesse é [...] programa de educação, tivesse uma educação de qualidade, ocupação para essa juventude, lazer, não tem nada! Como não pode ter violência? Não, mas a gente olhando lá para cima e só vê roubalheira e serve de exemplo para os meninos daqui de baixo, sabe? Então a gente vive então fazer projeto tentando colocar escola comunitária, já fizemos muito, muito, muito disso no centro comunitário servia para isso, hoje tá quase desativado e a luta é muito grande, começou a história de luta começou pelo direito de morar (Fátima Guilherme, líder comunitária no bairro da Terra Firme, entrevista em 30/11/2017).

Fafá estima que 70% da terra, do espaço da Terra Firme é “ocupação”, reafirmando as observações de outros entrevistados, sejam moradores ou os pesquisadores que estudaram a questão fundiária na área do Tucunduba (ALVES, 2010; MOURÃO; BARBOSA, xxxx).

Aqui é só latifúndio, era UFPA e Acatauassu, era só latifúndio, Acatauassu comeu muito dinheiro desse povo sofrido aqui e a Universidade deu muita porrada na gente pra não ocupar, mas a resistência foi maior e nós continuamos a morar, ai o pessoal diz que tem uma indústria de invasão, como tem uma indústria de invasão se tá tudo ocupado? Se há necessidade de moradia, eu moro aqui há 37 anos, eu só tenho essa casa aqui; eu nunca peguei outro terreno, sempre meus filhos hoje têm uma [...] têm casa o resto mora de aluguel, um comigo [...] (Fátima Guilherme (Fafá), líder comunitária e militante das lutas sociais no bairro da Terra Firme, entrevista em 30/11/2017).

A Terra Firme se desenvolveu como bairro a partir das ocupações organizadas,⁸³ que ocorreram ao longo da Av. Perimetral a partir das décadas de 1980/90. Tal evidência contraria a inferência de Penteado (1965), ao afirmar que o bairro estaria fadado a desaparecer, em função da expansão do campus da Universidade Federal do Pará. A despeito disso, obteve-se uma mínima estruturação do bairro, após as tensões e conflitos enfrentados pelos moradores. Para enfrentar as dificuldades que encontraram no seu caminho, os “moradores engajados” usaram a criatividade e o apoio de instituições e/ou atores sociais para driblar a “ordem imposta” e realizar ações político-sociais.

Os movimentos sociais sobre moradia foram muito importantes para as lutas dos moradores dos bairros pobres não só de Belém, mas também de outras cidades brasileiras. Eles tomaram impulso no final da década de 70, ainda durante a ditadura militar, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, tomou forma no regime político pós-ditadura e se consolidou na abertura política da Constituição de 1988, que garantiu e ampliou diversos direitos ao cidadão, entre eles o direito à moradia (CARDOSO, 1994; GOHN, 2002; ALVES, 2010).

⁸³ Ocupação organizada é como as lideranças comunitárias denominam as invasões ocorridas a partir da década de 1980.

Para melhor compreensão da importância dos movimentos sociais neste contexto trago um trecho de Gohn em que explica que:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento a partir dos interesses em comuns. Esta identidade é amalgamada pelo princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados (GOHN, 2007, p. 251).

O trecho exposto pela autora pode associar-se aos relatos apresentados por Fafá, Batista e Chiquinha com referência ao Centro Comunitário Bom Jesus, considerado o mais antigo e o mais atuante em relação as lutas sociais na Terra Firme. Segundo moradores, ex-diretores ou ativistas, o Centro contribuiu de diversas formas para a conquistas de melhorias no bairro. Conforme Dona Fafá, as ocupações espontâneas na Terra Firme iniciaram na rua em que hoje se localiza a sua casa, na Rua São Domingos esquina com a passagem Bom Jesus, perímetro onde se encontra a sede do Centro Comunitário Bom Jesus:

A primeira ocupação organizada foi a Bom Jesus, nosso Centro Comunitário [...]. Começou aqui onde nós estamos, essa aqui, daqui pra lá foi a primeira ocupação organizada, porque na época foi construída a Eletronorte, e muita gente veio de lá, é, morava e trabalhava, vivia, ali onde é a Eletronorte, ali, ali eles tinham horta, criavam gado, criavam porco, criavam galinha, viviam e sobreviviam [...] aí veio a Eletronorte, botou o povo de lá, tudinho mixaria, merreca de dinheiro [de indenização] (grifo meu), tiveram que sair de lá, aí fizeram negócio de primeiro mundo lá e a gente continua no quarto [mundo] (grifo meu); agora, agora já estamos no quarto [mundo] (grifo meu) (Fátima Guilherme, líder comunitária da Terra Firme, entrevista em 30/09/2017).]

Os relatos de Fafá contrapõem-se ao apresentado por Costa (1999, p. 13), exposto anteriormente, em que cita a área do Bosquinho como sendo a primeira ocupação (Figura 71). Ocorre aqui o que Halbwachs (1994) denomina de seletividade da memória, ou seja, aquele que recorda traz à tona a lembrança da forma como a vivenciou. Isso não significa que os fatos não sejam verídicos, mas apenas uma versão diferente do passado, isto porque as duas áreas foram ocupadas, sendo que a do Bosquinho foi ocupada primeiro, depois foi desocupada e indenizada, e os moradores foram para outras áreas do bairro, entre elas a Passagem Bom Jesus. Nesta antiga ocupação foi construída a Eletronorte e na área circunvizinha surgiram novas ocupações e associações comunitárias, como a “Unidos na Luta” foco da pesquisa de Costa (1999).

Figura 71 - Mapa 1, com vista geral da área de início de ocupação espontânea do bairro da Terra Firme – área ao lado da Eletronorte.



Fonte: Google Maps, 2018.

No Mapa 2 (Figura 72), com visão aproximada, destaco a localização da casa de Fafá e do outro lado da Av. Perimetral pode-se visualizar parte da área. Nesta área, segundo a versão de seus moradores, ocorreram as primeiras ocupações espontâneas, com pessoas vindas de outros bairros ou de outras áreas da Terra Firme. Esse trecho da avenida é hoje ocupado por instituições públicas como o Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi, a Eletronorte e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

Figura 72 - Mapa 2: Área do surgimento das primeiras ocupações espontâneas na Terra Firme.



Fonte: Google Earth Pro, 2018.

Para Dona Fafá, muitos dos moradores da passagem Bom Jesus antes ocupavam a área da Eletronorte, de onde foram despejados. A partir de então, teria surgido o Centro Comunitário Bom Jesus e, por conseguinte, diversos outros espalhados pela Terra Firme:

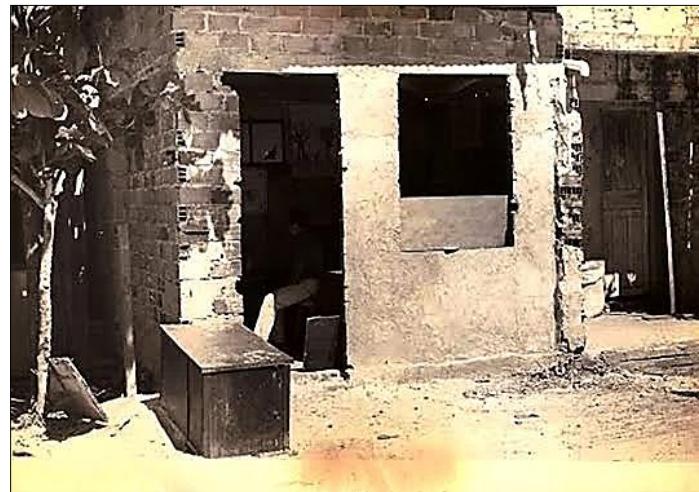
Tá bem aqui na frente ó [...] é essa casa verde aí é de lá; outra família aqui é de lá, mais pra lá ainda tem muita gente que veio é, da onde era a Eletronorte, que, que morava, criavam nesse, tempo não tinha CEASA, de lá levava pra feira pra vender verdura, então a primeira ocupação foi do Centro Comunitário Bom Jesus, o Bom Jesus foi fundado em 28 de junho de 1978, depois eu vou ver direito se é esse o número, eu tenho como ver isso, tá? Então, é, mas é por aí, 78, olha, nem a CUT ainda não existia. Olha como ele é o mais antigo, primeiro era organizado, antes disso tinha espocado assim como eu morei, tinha uma menor lá atrás da Eletronorte, não chegaram a me atingir lá, lá atrás da Eletronorte, tinha alguns pontos que eram ocupados, o resto era tudo Acatauassú, e as pessoas tinham todo mês que pagar pro Acatauassú, agora eu não sei pra quê ele nasceu com tanta terra, sabe? Acatauassú, pessoal ia lá só deixar dinheiro pro homem lá, pros Acatauassú, tá entendendo? E o resto era da Universidade, aí quando empurra o povo da Eletronorte, vai morar aonde? Na rua? Aí foi que espocou a [...] o Bom Jesus, aí daqui, olha só, Bom Jesus, cada centro que eu falar é uma área de ocupação: Bom Jesus, União de Todos, Fé em Deus, Unidos na Luta, Unidos Venceremos, Parque Amazônia, é [...] da Avenida Perimetral, Nossa União, Dom Guido, tudo isso é ocupação, Universal [...] tem mais, tô contando 10, eu cheguei a contar uma vez 22 ocupações no bairro da Terra Firme, 22, entendendo? (Fátima Guilherme, líder comunitária da Terra Firme, entrevista em 30/09/2017).

A partir de seu relato, Fafá demonstra a importância que o Centro Comunitário Bom Jesus teve para o bairro (Figuras 73, 74, 75). Ela reforça que “o Bom Jesus é o centro comunitário mais [...] foi o primeiro, o mais antigo do bairro, foi um centro comunitário, muito, muito bom” (Fátima Guilherme, líder comunitária da Terra Firme, entrevista em 30/11/2017).

Destaca também que, hoje, os centros comunitários do bairro têm sua atuação limitada a determinadas ações sociais, a creche, por exemplo, e que as reivindicações políticas, dos direitos, ficam sob a articulação de algumas lideranças, como a própria Fafá. A Terra Firme chegou a ter mais de 20 centros comunitários entre as décadas de 1980 a 1990. Quando questiono quem atua nestes centros hoje, ela explica que:

Só pessoas, um ali na [...] no Tucunduba, foi vendido, o cara vendeu o centro comunitário, aqui próximo foi entregue pra um político, virou uma escola com o nome da mãe, do pai, sei lá, dele, é [...] o Bom Jesus tá ocupado por um grupo de pessoas que só fazem festa, é lamentável que eles não tenham entendimento, sabe? E alguns moradores apoiam, pior que tem quem apoie, né? Tá piorando a nossa situação por conta disso, a gente precisa da unidade do, da, da entidade pra continuar nosso projeto, sem o Centro Comunitário tá sendo difícil pra nós, e outros [...], outro foi ocupado ali, o São Francisco de Assis foi ocupado, os moradores ocuparam, e eu tô vendo a hora ocuparem o Bom Jesus, tô vendo a hora ocuparem o Bom Jesus, porque a velha guarda não se propõe, sabe? Eu fico muito, eu digo que às vezes é covardia, sabe? Às vezes eu digo mesmo: “Covardia de vocês terem abandonado o Bom Jesus”, uma ferramenta de luta, tem CNPJ, tá? eu já até chorei de, de, de [...] (Fátima Guilherme, líder comunitária da Terra Firme, entrevista em 30/09/2017).

Figura 73 - Centro Comunitário Bom Jesus - imagem década de 1980.



Fonte: Ponto de Memória.

Figura 74 - Centro Comunitário Bom Jesus na década de 1990.



Fonte: Acervo do Ponto de Memória.

Figura 75 - Centro Comunitário Bom Jesus Imagem década de 2012.



Foto: Autora, 2017.

Atualmente, o lugar que serviu para reuniões de moradores, para as articulações das ações para as reivindicações de melhoria para o bairro; teve seu prédio derrubado e transformado em um espaço para futebol e festas. Nos relatos ficou clara a revolta e a tristeza das pessoas que participaram dessas lutas em relação ao descaso da atual gestão do Centro Comunitário Bom Jesus.

[...] ele é regularizado, CNPJ, eu até chorei, hoje eu não sei como é que tá, hoje eles resolveram derrubar tudo e aterrarr, eu coloquei ainda 22, é oito carrada de aterro, achando que eles iam construir o centro comunitário e eles dizem que é, é uma área para as crianças jogarem bola, na verdade pra fazer festa.

[...] só ficou aquele lá atrás, aquele que estava sendo enterrado, que dava pra levantar alvenaria, eles derrubaram, outro mandato deixou um, um [...] um espaço assim, como é que a gente diz? Um quadrado assim, para levantar alvenaria, deixou estrutura, eles serraram e aterraram, ficou um salão bacana para a festa, haja festa, até que um dia desse a polícia baixou aí, tirou as crianças, os de menores e proibiu, já voltou de novo, entendendo? Já voltou, tem algum politiqueiro por trás, dando apoio, sabe? Então, é, o Bom Jesus tá resumido aí isso daí, lá atrás foi construído, é [...] material da Universidade, nós fizemos ali, eu pelo menos varava duas horas da manhã com um sopão, todo mundo trabalhando, Chiquinha pra um lado, Chicona pro outro, Zé Flávio, muita, muita gente trabalhando, é, e a gente, nós estamos se é, se, dá pra retornar, mas tem que fazer abaixo assinado, dar entrada no Ministério Público, quem vai encabeçar? A pessoa que estava com vontade de encabeçar que inclusive trouxe eles para aí, está muito doente e disse: “Não, Fafá, hoje é [...] hoje eu tô fraca, mas eu vou tirar eles daí”, mas que jeito? Eu não vou tirar, sabe? Eu não vou brigar, fossem pessoas mais conscientes até faria, mas não tem consciência (Fátima Guilherme, líder comunitária, entrevista em 30/09/2017).

Dona Francisca Rosa (Chiquinha), também teve uma participação importante no centro comunitário Bom Jesus, ela fez parte da diretoria, mas também era monitora na escolinha, ela contou como começou sua atuação como liderança:

Logo me convidaram pra participar da comunidade e eu comecei a participar, aí fizeram uma assembleia elegeram três; votaram em três pessoas pra ser as monitora da, da escolinha que eles fundaram dentro do centro comunitário pra, pra fortalecer mais a nossa luta aqui no bairro, que a gente lutava não só pela, pelos terrenos, mas também por água, por luz, que não tinha nada era só mato e capim [...], tinha uma área que tinha de piçarra que a gente, chegou a deixar pra, pra fazer uma igreja católica, só que depois de um certo tempo, anoiteceu vazia e amanheceu cheia de casinhas coberta de plástico, papelão (Francisca Rosa, moradora e líder comunitária da Terra Firme, entrevista em 28/12/2017).

Madalena Pantoja também relatou o início do Centro Comunitário Bom Jesus, onde participou de diversas manifestações para reivindicação de melhorias no bairro:

Participei muito, para muitas reivindicações que as pessoas estavam precisando aqui no bairro, na época que eu vim pra cá, tinha começado, né?, a construir o Centro Comunitário Bom Jesus, era pouca água, era lama, mesmo assim as pessoas frequentavam, nós frequentava é, nós, eu digo [...] eu digo moradores daqui dessa época, tudo pra reivindicar o que faltava, porque nós não tínhamos água encanada, a água era de poço, nós não tínhamos energia, era lamparina e a gente começou a reivindicar, tava precisando, né? (Madalena Pantoja, moradora do bairro, entrevista em dezembro de 2017).

As conquistas pelo Centro Comunitário Bom Jesus foram muitas, desde água potável, energia elétrica até a escola de segundo grau, como relataram Batista e Madalena.

[...] nós conseguimos um bocado de coisa na Terra Firme, nós conseguimos saneamento, nós conseguimos, é [...] energia elétrica para o bairro, aí conseguimos aí através dessa luta, nós conseguimos uma escola de segundo grau para o bairro, né? E assim foi se dando, a questão também da feira, nós pedimos organização da feira, a revitalização da feira, então isso foi uma luta assim, é uma luta que foi muito árdua, porque a gente, a gente praticamente nem dormia, né? Porque a gente tá dentro do Centro Comunitário, na escola, né? Dirigindo a escola, eu e a Chiquinha, fazendo tudo, brigamos pela questão dos salários das monitoras, né? A gente queria ver elas ganhando um salário, é [...] pelo menos um salário mínimo, mas não foi possível isso, mas nós conseguimos pelo menos é [...] conseguir que elas ganhassem a metade do salário mínimo, mas a gente precisava dar uma ajuda para elas, então é isso, eu acho que a nossa luta continua (João Batista dos Anjos, entrevista em 27/12/2017).

Madalena ressalta a importância da Escola de 2º Grau para o bairro, pois os jovens tinham que estudar em escolas no centro, como aconteceu com os seus próprios filhos.

Porque as coisas, eu penso assim, a feira é perto, tudo que a gente procura tem, nós temos muita coisa aqui, é, colégio, foi uma reivindicação nossa, né? Uma época nós não tínhamos escola de segundo grau, quando meus filhos terminaram assim, o fundamental, que era o Brigadeiro Fontenele; tinha que ir lá pro meio da cidade pro Orlando Bitar, o outro estudou aqui na Almirante Barroso, não lembro agora o nome, isso, Souza Franco, porque nós não tínhamos colégio de 2º grau e depois com a reivindicação, hoje nós temos, vários colégios de 2º grau (Madalena Pantoja, entrevista em 28/12/2017).

Dona Chiquinha lembra que no bairro chegaram a existir 30 centros comunitários, hoje existem apenas alguns que, segundo ela, não têm a mesma expressividade daquela época, a maioria funciona apenas como creche ou com oficinas que oferecem para as comunidades.

[...] e tem, e tinha o Centro Comunitário da Paz, né? Que hoje também não é mais centro [...] tá morando aonde era a área do centro lá na casa, é lá, só o que tem lá no da Paz, é, os jogos, porque tem uma área de jogo, né? Tem a escolinha, depois passou a ser a escolinha do Zenaldo agora, nem a escolinha eu acho que não tem mais, que ela mora lá dentro, e tinha o centro da dona Clarice, também não existe mais, Nossa União, que era lá pra outra área, também não existe mais, tá só o local lá, disque pra construir os centros, nunca constrói, os centros mesmo que eram de lutas que se mobilizavam pra conseguir alguma coisa pro bairro foram por água abaixo (Francisca Rosa, entrevista em 28/12/2017).

Dona Chiquinha relembra também um acontecimento importante ocorrido no bairro, que foi a instalação do Escritório Jurídico, em parceria com a Universidade Federal do Pará, que funcionou no Centro Bom Jesus para tratar das titulações de terra. Pelo seu relato, percebe-se que foi um dos momentos mais significativos para os moradores. Todos tinham a expectativa de ter definitivamente o seu terreno. A criação do Escritório Jurídico era uma esperança e uma estratégia para fortalecer a luta pelos títulos de posse.

Era pra [...], a gente queria titulação dos terrenos, a gente reunimos cinco bairros: Canudos, Terra Firme, Marcos, não, Guamá, Canudos, Terra Firme e [...] Marco e Curió... aí a gente se reunia no Bom Jesus, pra, pra tomar decisões pra ver o que fazer pra, aí chamamos a Universidade, primeiro que temos um seminário grande com o [...] bairro até a porta do reitor da Universidade, pra reivindicar melhorias na área e pedir que [...]. Deu muita gente, deu em torno de dez mil pessoas, daí a gente começou a trabalhar aqui no bairro pra, pra arranjar dinheiro, fazíamos bingo, promoções pra arranjar dinheiro pra ir até Brasília falar com o secretário de educação, né? O ministro, né? Ministro da Educação, porque aqui, a área era pra fins educacionais, aí com essa ida pra Brasília de três militante, que foi o Zé Flávio, foi a Ritinha e o... tinha um outro também, não tô lembrada do nome, que foram pra Brasília, com o dinheiro das promoções que a gente arrecadava, eles foram pra Brasília pra falar com o ministro da educação, inclusive eles trouxeram o ministro da educação, vieram aqui, vieram aqui pra Universidade, vê com assembleia que houve no Bom Jesus, que até caiu assoalho [...] gente [...] até pelas janelas, todo o lado tinha pessoas e quando se trata de moradia, dá muita gente e ele nessa assembleia, ele garantiu que as terras ia, eram da Universidade, que no caso é federal, né? E era pra fins educacionais, só que ia, ele ia dar um jeito de conseguir passar pra fins sociais, e assim foi feito e nós lutamos pela titulação, pela titulação, participamos do Conselho da Universidade Federal do Pará, era cinco pessoas também, era o Zé Flávio, Zé da Pracinha, Zé Maria do Guamá e [...] Zé Maria, Zé Flávio, Zé da Pratinha, eu [...] ainda tinha mais um e tinha também o...(Francisca Rosa, entrevista 28/12/2017).

Até hoje os antigos moradores esperam pela expedição de seus títulos. É o caso do seu Batista, que participou da luta e ajudou vários moradores a conseguir seus títulos. Fátima considera que a mudança em referência à participação e à desestruturação dos centros comunitários se deve à descrença do povo em relação ao poder público. O contexto político e social atual teria provocado uma anomia social e a falta de participação. Dona Chiquinha, por sua vez, considera que o fato de os moradores já terem conseguido o seus objetivos, que era a moradia e a melhoria do bairro, faz com que eles se acomodem e se conformem com o que têm:

[...] e depois de [...] e nesse decorrer tudinho, nós também, é [...]. Fizemos convênio através da Helena, fizemos convênio com o museu, né? Eles vieram até o Centro Comunitário, ver a situação da comunidade e até hoje a gente tem esse trabalho com o museu, como você bem sabe, tinha um trabalho com o museu já de 30 anos, é onde nós também conseguimos, é [...] fundamos o Ponto de Memória, hoje nós tamos no Ponto de Memória da Terra Firme, e [...] sempre eu digo isso pra comunidade: “Pessoal, é [...], tudo que você vê nesse bairro aqui hoje, essa escola de segundo grau, escola de primeiro grau, isso não veio à toa pra nós, foi muita luta, pegamos sol, pegamos chuva [...] (Dona Chiquinha, entrevista em dezembro/2017).

Esta experiência citada por Dona Chiquinha refere-se à parceria firmada com o Museu Emílio Paraense Goeldi (MPEG), que no final da década de 1970, adquiriu a área para a construção do seu Campus de Pesquisa, do outro lado da Av. Perimetral (Figura 76), bem de frente para as primeiras ocupações. Neste local havia uma área de “lazer” para as crianças, inclusive com um laguinho onde eles nadavam, chamado Lago Azul. Com a abertura do Campus, alguns moradores começaram a “invadir” a área do campus para jogar bola e ocorreram depredações no espaço. O MPEG adotou a estratégia de estreitar os laços com a comunidade. Convidou as lideranças dos centros comunitários para diversas reuniões:

[Em] 1985, a direção do Museu Goeldi, preocupada com as constantes depredações cometidas no patrimônio do seu Campus de Pesquisa, localizado no bairro da Terra Firme, por moradores das cercanias, e no intuito de incentivar “política de boa vizinhança”, solicitou à Divisão de Museologia, à época, através do setor educativo [...] que elaborasse, junto com a Associação de servidores do CNPq (ASCON), uma programação de atividades desportivas destinadas às crianças e jovens da redondeza, o que não obteve o efeito desejado, visto que, principalmente os jogos de futebol realizados pelos adultos próximo ao setor de botânica, provocaram muito barulho, perturbando o trabalho dos pesquisadores, causando a destruição de canteiros e o trânsito de pessoas vestidas de modo inadequado (shorts, sem camisa) transitando pela área do Campus (QUADROS, 1996, p. 10).

Figura 76 - Entrada do Campus de Pesquisa do Museu Goeldi, na Av. Perimetral.



Fonte: <https://www.museu-goeldi.br/assuntos/o-museu/Campus.png>

Após esta experiência negativa, foram coletados dados sobre as características, o perfil socioeconômico dos moradores da Terra Firme. Posteriormente, foram realizadas atividades educativas, culminando na elaboração do projeto “Museu Leva Educação à Periferia”⁸⁴. O projeto desenvolve um leque de ações direcionadas aos moradores, envolvendo as diversas áreas de pesquisa científica do MPEG. O carro chefe destas atividades são o Festival de Gastronomia Inteligente (QUADROS, 1996) e as visitas aos acervos científicos do Museu, na atividade denominada Museu de Portas Abertas. Esta aproximação do Museu com a comunidade levou à criação do Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme, que será apresentado no final deste tópico.

Dona Fafá ressalta em seu relato as várias articulações políticas do Centro Comunitário Bom Jesus em prol da melhoria de vida no bairro: reuniões, assembleias e os Grito da Terra I e II. Mobilizações que resultaram, dentre outras melhorias, no aterramento do bairro, na extensão de linha de ônibus Canudos-Praça Amazonas, nas escolas de 2º grau e no Posto de Saúde.

⁸⁴ Atualmente o projeto substituiu a palavra periferia por comunidade, ficando denominada: “O Museu leva Educação à Comunidade”.

Como diz D. Madalena: “hoje em dia nós não temos tudo no bairro, mas a gente tem muito, tem muito que a gente precisava e ainda falta muita coisa também, mas de onde nós viemos nós moradores, nós temos um pouco” (Madalena Pantoja, entrevista em 28/12/2017).

Das estratégias para a melhoria do bairro, destacamos o aterramento das ruas alagadas com lixo. Pode-se perceber o sentimento de resignação, esperança e ao mesmo tempo uma certa resiliência em relação às suas condições de vida, além do “orgulho” de terem conseguido aqueles resíduos para aterrarem a rua. como mostra o relato de D. Madalena:

Esta área aqui, que chamava Área da “fundaçāo” (sic), era uma área para fazer uma igreja e depois foi invadida, tudo era alagado, só está partezinha aqui que não era alagado, o resto tudo era alagado, até perto da Lauro Sodré pra lá, então a reivindicação que a gente fez era pra aterro, pra aterrarr, só que eles, é, a prefeitura, né? Eles trouxeram primeiro o lixo, porque como era muito alagado levou muito aterro, né? Aí vieram jogar tudo, é lixo, lixo, lixo de toda a espécie, doméstico, hospitalar, enfim, era todo tipo de lixo, aí jogavam caçambas e caçambas de lixo aqui, muito lixo, todas as pessoas já reclamavam, porque o odor era muito forte, né? Mas não entendiam que aquilo no futuro era tudo para a gente, pois depois eles iam jogar o aterro, não entendiam. Mesmo já tinha feito reuniões, várias reuniões, que é pra jogar primeiro camada de lixo pra depois jogar aterro por cima, muita gente questionava por causa do odor, era muita mosca, era horrível, mana, e depois com o tempo eles mandaram o, o aterro, e com a isso a gente foi conseguindo, depois conseguimos a água, conseguimos energia, conseguimos coleta de lixo, com o tempo, né? Não rápido assim, porque demora muito, a gente pede, reivindica, mas pra vir demora muito, né? .(MADALENA PANTOJA, entrevista 28 de 12 de 2017)

Outra ação estratégica de destaque consiste na coleta de lixo produzido pela comunidade. Exemplo disso é a criação do Jardim Comunitário (Figuras 77,78, 79) localizado na Av. Perimetral, entre a Rua São Domingos e a Passagem S. João. Dona Fafá e Dona Madalena são responsáveis pela criação do jardim, a partir de vários mutirões com a vizinhança e articulações junto a instituições e ao poder público.

[...] aí a gente via essa, esse lixão, essa área de lixo, muito lixo, tinha muito rato, rato, barata aí, e o pessoal de lá, moram ali em frente, parece que nem se preocupavam com isso , nós, já pra cá, eu, Fátima, já ficamos preocupado; era o odor também, jogavam animais mortos pra lá, ficava horrível, aí nós começamos a convidar a maior parte do, dos moradores daqui dessa rua aqui, da Liberdade, a gente iniciou, também desse lado daqui também tinha lixão, aí e tudo, aí nós fomos pra lá e a gente iniciou, aquele bando de lixo, limpamos, três mulheres e três homens [...] começamos eu, Fátima, e a Maria, por lá aí depois passou algum tempo, nós iniciamos o lado de lá, lado onde também era lixão, aí trabalhamos na Perimetral, aí tava vindo mais pessoas pra ajudar, né? Aí muitas pessoas gostaram da ideia e já fizeram também conosco, aí passamos pra parte de lá da Perimetral, aí conseguimos um trator da, da empresa, né? Ai a Fátima e a Sueli faziam parte escavação (sic), trabalho de pavimentação da Perimetral, com moradores, aí elas conseguiram que o trator viesse raspar o lixo, aí tirou tudinho o lixo, com o tempo conseguimos aterro pra jogar naqueles buracos enorme que jogavam o lixo e aí depois que jogaram aterro, trator pra espalhar trator pra espalhar a terra todinha,

aí nós começamos a plantar, plantar [...] aí depois jogamos o lixo pra fora, a gente vai levando o jardim, eles vão levando lixo e jogando lixo, mas ainda jogam, ainda jogam aí eu coloco placa, a gente coloca placa [...] é porque eu gosto muito de plantas, de cuidar de plantas, de jardim, de flores e aí eu vivo cuidando [...] dá muito trabalho, mas nós tamos até hoje, todo, todo o dia vou pra lá, até umas nove horas, vou pra lá limpar [ininteligível] muitas pessoas também já estão nos ajudando, as pessoas estão nos ajudando; é difícil, mas a gente vai levando... (Madalena Pantoja, entrevista em 28/12/2017).

Figura 77 - Lixo ao longo da Av. Perimetral.



Foto: Autora, 2016.

Figura 78 - Visita ao jardim comunitário no percurso interpretativo.



Foto: Autora, 2016.

Figura 79 - Jardim comunitário na Av. Perimetral, entre o MPEG e a Escola Mário Barbosa.



Foto: Autora, 2017.

Dona Fafá também apresenta sua versão sobre o jardim, dando destaque à omissão das instituições como Museu Goeldi, UFRA, entre outras próximas ao local.

Eu passava, eu passava por lá, eu via muita garrafa vazia cheia d'água com larva de dengue, aí todo dia eu que passava, eu virava, virava, pisava, pisava, aí aparece [...] eu sempre tive vontade de fazer alguma coisa aí, faz tempo que eu já tinha conseguido reunir dez mulheres [...] num conseguimos nem ajuda do museu, que era a Elizabeth, a doutora Elizabeth, nem da UFRA, nem da EMBRAPA, aí aparece uma pessoa, funcionária, hoje ela é doutora, funcionária da Universidade, me convidou pra fazer, é [...] um projeto lá perto da casa dela. Ela me convidou, foi um prato cheio, que eu já tinha vontade, aí nós, a Madá, eu convidei a Madá, passou na televisão, eu consegui, eu consegui o Liberal pra fazer a cobertura, televisão, o rádio, tudo, tudo, televisão e jornal, aí ela abandonou, ela abandonou e ela é doutora, tá morando distante, ficou bonito lá na frente da casa dela, ficou linda [ininteligível] branco [ininteligível] foi primeiro, como nós tínhamos prometido, que isso seria só [...], lá seria o primeiro de uma série e eu levei muita gente da comunidade, inclusive o rapaz que tá aí no centro, é, ele levou gente, eu levei, eu levei um bocado de gente pra gente fazer o abraço verde, tá? O abraço verde, nós [ininteligível] a imprensa lá e nós garantimos o [ininteligível] público que era a primeira de uma série, aí pensa mana, se eu prometi eu sou horrível, se eu te prometer, sabe? Só se eu tiver doente pra não cumprir, aí eu fiquei pensando, porra, o pessoal vai apontar na minha cara: “É! Tu disseste que ia continuar, tá vendo só?” Aí na minha cara não diz, só se eu tiver uma boa justificativa pra não fazer, aí eu disse: “Madá, bora continuar, bora, bora, tu topa?”, “Topo”, “bora”. Aí fizemos uma daqui, aquele pequenino, os moradores ajudaram pra caramba, sabe? Que fizemos do lado de lá, depois fizemos do lado de lá, vai fazer três anos [...] (Fátima Guilherme, líder comunitária, entrevista em 30/09/2017).

Dona Fátima relembra da luta para conseguir que fizessem a coleta de lixo nas estreitas passagens ao longo da Av. Perimetral, e da omissão ou acomodação dos moradores e instituições em relação às situações cotidianas do bairro. Percebe-se, neste movimento, as dificuldades em

torno do Jardim e o “jogo com os acontecimentos transformando-os em ocasiões”. A criatividade e o saber fazer dessas pessoas giram em torno de uma memória que se relaciona ao espaço e suas mudanças ou adaptação ao grupo, como apresenta Halbwachs (2004).

Mas não botaram (água) como o Flávio (representante do Museu Goeldi) garantiu que ia fazer a caixinha e botava água, botava um bocado de água, quem fez a caixinha, quem comprou tudo, quem comprou a torneira, fomos nós, né? Aí ele só colocou a água, não sei nem como ele colocou essa água, porque eu entrei numa reunião de cúpula com um monte de cano na mão, torneira, saco, ele olhou pro, pro funcionário: “Vai ver o que que a Fafá quer”, porque eu ia entrar, ia lá com ele, com tubo, saco, tudinho, aquele monte de cano, ele disse: “bota essa, essa praga vai, vai querer encher saco aqui”, aí foi o jeito [...] não tive outro jeito, mas aí surgiu [ininteligível] necessidade, muito lixo, dengue, dava muita dengue por aqui, o povo aqui tá [...], como sempre, é um abandono do Estado, a ausência do Estado que fez a gente fazer isso daí[...]. Eu gosto de planta, demais de planta, demais, aí fizemos sem recurso nenhum, eu tô fazendo uma campanha pra ver se as pessoas dão pelo menos 10 reais por mês, porque a Madá tem um filho, ele trabalha, ele capina, capina, capina, desempregado, com filho com meningite, o neto dela teve meningite, aí aqui e acolá eu vou pedindo pra todo mundo 10 reais, eu dou pra ele, essa semana dei 50, mas dezembro, me lembro que paguei 450 pra ele, a Ângela mandou 100 lá do Sindicato, aqui e acolá, os amigos, 10 reais dá pra dá, 10 reais dá pra todo mundo dar e a necessidade maior foi acabar com o lixão, sabe, mostrar pra Prefeitura, aí muita gente pensa que o prefeito que faz, sabia? É: “Ah olha, é tu que faz isso?” Outra hora uma funcionária do Posto de Saúde: “Olha o prefeito faz isso tão bonito, o povo não ajuda”, eu disse: “Quê?” Prefeito? “Claro, o prefeito não bota remédio, mana, vai botar flores pra gente, ao contrário, o povo faz isso tão bonito, o prefeito não ajuda” Ela foi embora, outra vez, outra hora eu vou saindo com um monte de ferramenta no ombro, aí a mulher disse assim: “É tu que faz isso Fafá?” Eu disse: “É”, “Eu te juro que era o [...] pensei que fosse o prefeito”, porque tem aqueles gradis da SEMMA, eu pintei tudo de verde, apaguei com o nome SEMMA, e na campanha os cabo eleitoral usaram isso aí, a Madá viu e não me disse nada [...], cê's tão vendo o cara falando com um bocado de, de amarelo, isso aqui atrás, eu disse: “Que foi?”, “Eu vim me embora”, “Porque tu foi embora Madá?”, “Porque tu não disse que é mentira, vou já chamar a Fafá”, que eu ia lá e dizia: “É mentira”, aí o que eu fazia? Eu atravessava com uma bandeira enorme 50 pra lá, e pregava bem no meio, quando eu ia limpar lá, pegava bem pra eles veem que não era, mas é, foi assim a minha, a minha necessidade de ter uma vida melhor, meio ambiente, a qualidade de vida, sabe? É isso que faz a gente fazer isso daí [...], a ausência da prefeitura (Fátima Guilherme, líder comunitária, entrevista em 30 /09/2017).

A organização social, aliada à força da atuação política da comunidade do bairro, foi revigorada pela atitude dos moradores em adotar os centros e associações comunitárias, sociais e religiosas como cenários de apoio às suas reivindicações por mais direitos sociais junto ao poder público. Simultaneamente, tal dinamismo transformou esses espaços em pontos referenciais de integração das ações comunitárias no campo da cultura, da educação profissional e do atendimento integral à família, garantindo a união e o sentimento de pertencimento com relação ao lugar ocupado (ALVES, 2010, p. 87).

7.1.3 - O Hortomercado e a Feira como marco de memória: memórias fragmentadas, resistência, tensões e conflitos

O quadro de memória *A Feira e Hortomercado espaços de trocas e conflitos*, mostra a importância do espaço da feira para o bairro e como as representações deste espaço se configuraram ao longo do tempo. Inicialmente, com o surgimento da feira como um espaço para a compra de alimentos; depois, ponto de encontro. Em seguida, tornou-se um área de venda de produtos hortifrutis cultivados nos quintais dos moradores e, por fim, principal centro comercial do bairro. Neste contexto, a rua transforma-se em feira e arena de disputa entre os feirantes por um “espaço para sua sobrevivência”. Ao mesmo tempo, torna-se em um pedaço (FRUGULI) de grande representatividade simbólica para os moradores da Terra Firme. A partir das narrativas dos moradores e feirantes, identificam-se os conflitos e disputas no espaço de luta e resistência que caracteriza o bairro atualmente.

Certa vez, enquanto esperava passar a chuva após um evento na escola da comunidade Flora Amazônica, Zé Maria me falou: “A feira da Terra Firme começou pelo clipe do ônibus que existia na Pracinha da Igreja”. Segundo ele, “clipe” era o local que ficava no final da linha de ônibus Canudos-Praça Amazonas e onde começaram a surgir as barracas de comidas e pessoas vendendo frutas, que eram cultivadas em hortas no bairro. Antes disso não existia feira no bairro e os moradores compravam em feiras de bairros vizinhos, como São Brás e Guamá.

Esta é uma versão da história deste pedaço do bairro onde se desenrolavam diversas cenas, mas existem outras versões, como a do seu Neemias, que chegou a Terra Firme na década de 1950. Segundo ele:

No tempo de menino, é, tinha um açougue, um açougue que se chamava Carne Verde, era a carne, Carne Verde, aí tinha um açouguezinho que só funcionava dia de domingo, e aí tinha que ir pra lá 4 horas de manhã, quando não botava uma pedra lá pra dizer “Sou eu”, né? (risos) e, quando não, ficava lá, tinha um camarada lá chamado era Ceará, chamava Ceará ele [...]; rapaz, o cara era divertido; rapaz, aquela mulherada tudo na pista, amanhecer o dia, esperava amanhecer o dia, pra chegar a carne pra comprar um quilo de carne [...]; hoje não, você chega numa feira dessa é carne pra tudo quanto é lado, mas na época, naquela época irmão, pois é, pois é, então foi assim, tinha o açougueiro, chamava Suíça, era Pipita e Suíça, já morreram já, já morreram, ainda tem um tio deles que mora aí, que depois foi, foi, foi, é [...] criando corpo a Terra Firme e tal (Sr. Neemias, entrevista em janeiro de 2018).

Quando indagado, seu Neemias confirmou a demolição e o aterrramento do clipe, mas disse que não lembrava da configuração da feira nos anos de 1950, apesar de morar bem próximo. Ele afirma “não costumar andar por lá por causa da confusão”. Segundo as pesquisas em jornais da

década de 1980, a feira funcionava na praça Olavo Bilac, defronte da Igreja São Domingos, antes de ser transferida para o local onde se encontra atualmente. As reportagens ressaltavam, desde então, a precariedade do espaço e o desejo dos feirantes de se mudar daquele local.

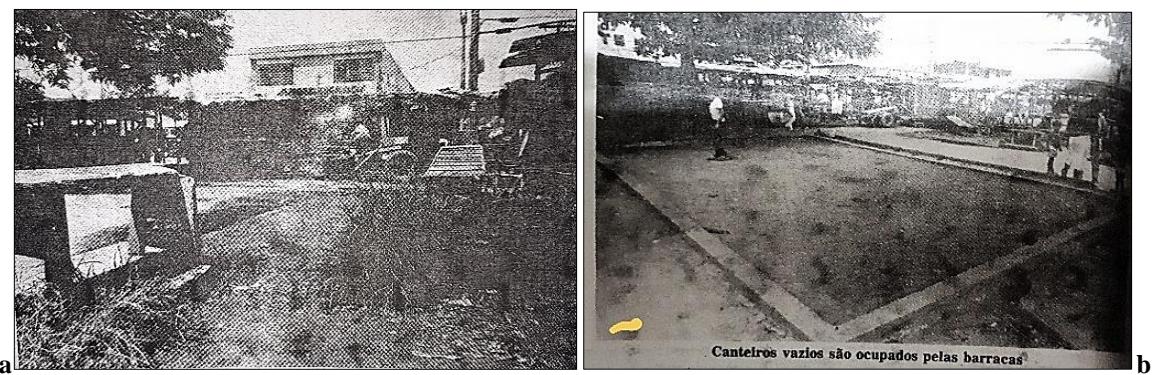
Dona Madalena afirma que quando chegou ao bairro, em 1981, ainda não existia o mercado, só a feira. Como o número de feirantes que ficavam na rua era muito grande, resolveu-se construir o Hortomercado em um local desapropriado pela Prefeitura.

Só que era menor, era rua do mercado foi reivindicado também, pra que, é, organizasse a feira, tirasse a feira da rua e colocasse tudo pra dentro do mercado, foi reivindicação dos moradores daqui [ininteligível]; foi feito isso, não sei, foi na década de 2000, há muito tempo, né? [...]

É, foi mais ou menos assim, é [...] então, pra tirar, pra botar tudo, pra organizar, pra colocar os feirantes para dentro do mercado, só que a feira não era tão grande, e, só que as pessoas foram pra, pra dentro do mercado achavam que a [...], o movimento era menor que lá fora e muitos voltaram e ocuparam de novo a rua e hoje em dia tá uma desorganização total, estão fechando com a rua, porque já tem as barracas que tão na calçada e aí tem [...] as pessoas botam mais barracas na rua, então tem horas pra passar de ônibus é um caos, porque a rua é tão estreita, de tanta barraca e aí voltaram tudinho para fora do mercado pra fora [ininteligível]; claro que ali não podia acomodar todo mundo e aí não tem uma organização; tem tudo, tudo que você procura tem, a feira funciona o dia todo praticamente. Tem quem fica trabalhando até lá pelas oito, nove horas da noite e a feira tem tudo que você quer, né? É farmácia, é supermercado [ininteligível], só que desorganizada; falta uma organização pra que liberasse um pouco [...]. É porque as pessoas quando buscam trabalhar lá na feira por falta trabalho, e aí vai aumentando, o desemprego, né? Cada uma quer colocar um negócio pra trabalhar, né? (Madalena Pantoja, entrevista em 28/12/2017).

A foto a seguir (Figura 80a-b) mostra o espaço antes da organização da feira, onde se vê os quadrantes onde ficavam os feirantes antes do Hortomercado. Observa-se, ao fundo, várias barracas de venda, carros passando nos fundos e que ainda não havia a grade.

Figura 80 - Espaço onde se localizava a antiga feira na praça Olavo Bilac, em 1987.



Fonte: Jornal O Liberal, 29/09/1987.

Segundo Dona Rosilda Franco: “A primeira feira, a primeira feira, não tinha o mercado. Era bem ali onde que era a Big Ben, a senhora lembra ali na praça? Bem ali na Big Ben ao lado da praça”. Ela relembra como era a feira quando era mais jovem:

Sim, bem ali na frente aqui com a, com a, frente com a pracinha da igreja, a nossa igreja também não era assim, as pessoas vendiam peixe ali, não tinha o mercado. Os peixeiros da época vendiam peixe ali, bem ao lado da Big Ben. Eles vendiam ali na São Domingos, como se fosse sair para a Liberdade, sem ser essa rua, a outra, vai varar ali; tinha as pessoas que vendiam carne de porco, era cortado, tinha um senhor, seu Bié, eram veteranos ali, eles vendiam carne de porco, vendia o peixe, era retalhado na frente daquela pracinha, não tenho a data assim, o ano, mas depois, com o tempo foram fazendo, foi melhorando e as pessoas levaram consigo, tinha até o meu vizinho que morreu agora recente, em janeiro, eles vendiam banana, tinham aqueles carros de madeira grande assim, né? Eles vinham, vinham ali, bem onde o ônibus dobra, quando o ônibus consegue chegar aí na feira que ele parava bem aí, bem do lado é onde ficavam os filhos dele, os rapazes ficavam com carro de banana lá, eram dois rapazes com carro de banana, ficavam do lado de quem vai pra Celso Malcher, como se fosse pra lá. Aí quanto a feira, aqui na rua as pessoas vendiam, na época, no carrinho de madeira, pessoa vendia verdura, vende no carrinho de mão, as pessoas vendiam verdura, na época, além de venderem peixe lá, tinham pessoas que por aqui vendiam nas ruas, peixe, também no carrinho de mão, era balança, o carrinho de mão, tinha aqueles rapazes que vendiam verdura nas casas, pessoas só iam na feira, comprar peixe, porque já vinham no carro de mão vender a verdura deles, né? Vendiam peixe, vendiam víscera, tudo assim, na feira de lá do ano, que foi do mercado (Rosilda Franco, entrevista em janeiro de 2018).

Carlos Lisboa, vendedor de farinha no hortomercado, trabalhou na feira desde criança com o seu pai. Ele relatou a sua experiência e reforçou a imagem de sujeira da feira na praça, que é ratificada pelos outros feirantes entrevistados.

Na feira da Terra Firme, que já foi na praça, na praça que o terreno não é da Prefeitura, é terreno da igreja. Era, a feira em si, a população é muito imunda, não vai parecer que é cultura, é imundice mesmo, daí era aquela sujeira, imagina uma feira na frente da igreja e as barracas eram fixas de madeira, era muito rato, era aquela sujeira [...], aí foi, foi em cima, foi embaixo, até que a Prefeitura arrumou uma área, tem uma pracinha ali, tem uma pracinha aqui na 2 de Junho, pequena, aí provisoriamente foi pra lá, até que arrumaram esse terreno aqui, lá por 86, 88 foi inaugurado esse mercado, só que o movimento caiu muito pra quem trabalhava ali [...] porque de lá pra cá surgiram vários comércios, que a feira era dali pra lá, dá pra praça pra lá, acabou que veio pra cá, aí o pessoal achou muito longe, a gente gosta de comodidade, né? Tem gente que não entra no mercado, porque é apertadinho, compra logo bem ali na porta, entendeu? (Carlos Lisboa, feirante do hortomercado, vendedor de farinha).

Em 1987, o Jornal O Liberal publicou a seguinte matéria: “Só novo mercado termina com a confusão na feira”. A questão tratada era sobre a precariedade da feira da Terra Firme, que na época atendia aos bairros de Canudos e Terra Firme e estava alojada na praça Olavo Bilac. Um trecho da reportagem dizia:

Como não há um mercado para servir a população, os moradores da Terra Firme e Canudos são obrigados a fazer suas compras num amontoado de barracas caindo ao aos pedaços, sujas, inadequadas para a venda de gêneros alimentícios. A feira não resistiria a uma fiscalização da Saúde Pública, que há muito não passa pelas imediações da praça Olavo Bilac, bem defronte da Igreja São Domingos Gusmão. O número de ratos nas casas na área de influência da feira, segundo seus moradores é alarmante (O LIBERAL, 29/11/1987).

Esta matéria mostra a ansiedade dos moradores e feirantes para a construção do mercado central no bairro. A matéria menciona ainda a solicitação da comunidade, via abaixo assinado, para a resolução do problema, pedindo a agilidade do prefeito, pois, segundo eles: “As coisas aqui estão ruins e não podem mais ficar assim. Sujeiras, barracas velhas, ratos, valas podres não dá mais tem que acontecer uma mudança. O Mercado está para ser inaugurado. O prefeito deveria apressar “tudo” (O LIBERAL, 29/11/1987).

Devido à situação crítica em relação à falta de higiene, a Feira da São Domingos (nesta época era chamada assim devido a sua localização na praça da igreja) foi considerada a mais “pitiú⁸⁵” da cidade. “E para piorar a situação, a feira é armada sobre o asfalto na Avenida Celso Malcher, fazendo com que os veículos circulem perigosamente, quase atingindo os consumidores” (O LIBERAL, 29/11/1987).

O Hortomercado foi inaugurado em 26 de março de 1988. A reportagem de O Liberal, de 01/03/1988: “Hortomercado vai modernizar a feira da Terra Firme”, mostra que o novo equipamento seria bem estruturado e conseguiria abrigar todos os feirantes.

O Hortomercado traz muitas inovações no que se refere aos equipamentos internos, os hortifrutigranjeiros ficarão espalhados no interior do mercado, em 95 tabuleiros com capacidade de suportar 700 quilos de mercadoria. Os vendedores de farinha terão possibilidade de guardar seu material no local e para isso contarão com um depósito com capacidade de armazenar entre 7 a 10 toneladas de farinha, haverá 34 estrados para venda deste produto e 30 talhos para comercialização de peixe e carne. No setor de marisco destinado ao caranguejo e ao camarão. Oito também serão as barracas padronizadas para venda de comida e ainda dentro do mercado ficarão lojas onde funcionarão as estruturas maiores dos industrializados (O LIBERAL: Jornal dos Bairros, 01/01/1988).

Toda esta estrutura e aparato, inclusive com uniforme e cursos, seguia as regras estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 26579/94, que dispõe sobre as feiras. Com a nova estrutura, os feirantes tiveram de se adaptar e seguir as regras comportamentais impostas aos atores sociais que ocupavam o novo espaço.

⁸⁵ Este termo é um regionalismo que se refere a um cheiro muito forte, geralmente desagradável, algumas vezes se associa ao cheiro do peixe.

Após a inauguração, seguiu-se uma crise entre os feirantes. A tensão foi gerada a partir da abertura do mercado pela Prefeitura, pois inicialmente havia 243 feirantes inscritos. A administração do espaço se comprometeu para que todos tivessem seus espaços, no entanto, não foi o que aconteceu.

Segundo dona Cícera Silva, 81 anos, a mais antiga feirante, atuou na feira anterior (da pracinha que ficava na 2 de Junho) e de lá foi para o hortomercado. Ela afirma que havia 40 feirantes e foram para o hortomercado 160 pessoas.

Esta situação gerou uma disputa pelos lugares na feira. Os feirantes que ficaram fora do mercado se instalaram na rua Celso Malcher, em frente ao Hortomercado. Enquanto isso, a SECON entra na disputa para tentar impor a ordem, apreendendo as mercadorias dos feirantes que ocupavam as ruas vizinhas. Pois, pela lei eles não podiam ficar na rua, e o mercado tinha sido inaugurado justamente para resolver este problema. Na reportagem “Feirantes e ambulantes em pé de guerra na Terra Firme”, publicada em O Liberal, de 15 de agosto de 1989, ou seja, cinco meses após a inauguração do Hortomercado, pode-se ter perceber essa tensão:

A tentativa de paralização das atividades do Hortomercado da Terra Firme marcada para o último dia 10 não se concretizou, pois, a Secretaria Municipal de Economia (SECON) interveio, colocando na avenida Celso Malcher (área de concentração dos ambulantes) em frente ao prédio uma equipe de policiais militares e três Kombi com o “rapa”.

As opiniões divergiam entre os que eram contra e os que eram a favor dos métodos da SECON de apreender as mercadorias. Agostinho Castro, feirante do Hortomercado, critica a organização do espaço pela Prefeitura.

Desde a entrega do Hortomercado houve problemas, disse que inicialmente foram alojados no prédio, 282 feirantes, mas a capacidade do local era para apenas 105, com a concorrência da feira paralela, o número inicial caiu para 207 vendedores, sendo que muitos trocaram o Hortomercado por feiras livres em outros bairros. Logo após a entrega do Hortomercado foi prometido pelo prefeito a ampliação das laterais preenchidas por vendedores, mas não aconteceu (O LIBERAL, 15/08/1989).

Este acontecimento foi o início do que se configura hoje a feira da Terra Firme, pois, depois desta confusão nunca mais os feirantes saíram da rua; e o que era para ser uma solução acabou contribuindo para manter a mesma situação. Com a mudança para o Hortomercado desencadearam-se várias questões: a primeira foi que muitos feirantes não ficaram dentro do mercado e criaram uma feira paralela como forma de resistência contra a SECON e as próprias normas impostas pelo Código de Posturas. Desta forma, esses atores saíram da categoria de feirante para ambulante. A

outra questão foi a tensão que se estabeleceu entre os feirantes do Hortomercado e os feirantes de fora. Não há conflito explícito, mas a tensão está muito presente. Eles reclamam da feira e da desorganização. Mesmo assim, ainda foi a melhor opção ficar no mercado:

Aí como a gente zelou pelo bem-estar, nosso bem-estar, aqui é mais higiênico do que trabalhar na rua, no sol, na chuva, com o rato passando por cima do pé, que tem mesmo aí; nós ficamos aqui dentro, mas muita gente que tá aí fora, tem sua barraca aqui dentro, tem uma barraca aqui dentro mas só usa pra depósito e vai trabalhar lá fora, isso quer dizer que não adianta fazer outro mercado maior, porque o pessoal vai de novo pra rua, e com o desemprego grande, o que mais tem é gente querendo entrar na feira, na barraquinha, um negócio [...] (Carlos Lisboa, feirante, vendedor de farinha).

Dona Selma Portela, que é feirante na rua e atua há 20 anos com a venda de verdura, afirma:

Vinte anos atrás [...] para o que está hoje, não teve muita mudança não, eticamente é o mesmo tempo, tempo, que tava, não evoluiu nada, porque acho que um canto quando evolui, ele prospera, né? Prospera e aqui na feira do jeito que nós começamos praticamente tá até hoje, não teve evolução nenhuma (Selma Portela, feirante da rua, vendedora de hortifrutigranjeiros, entrevista em setembro/2017).

A resistência dos feirantes que se estabeleceram na rua Celso Malcher resultou na feira atual, que não é reconhecida pela Prefeitura, ou seja, não é regularizada e, por isso, não aparece nas listas oficiais da SECON. Hoje, ela ocupa a área entre a passagem Vilhena e a Rua São Domingos esquina com a Praça Olavo Bilac. Isto gera controvérsias em relação à feira, no entanto, ela já faz parte da paisagem cotidiana do bairro. Mesmo com os entraves, o uso cotidiano do espaço constrói diversas memórias sobre ele.

Seu Neemias lembra da Celso Malcher como um caminho no meio da mata, por entre os igarapés. Hoje, ele reflete a partir desta lembrança: “Em relação a Celso Malcher – é o principal, é o lugar mais valorizado é aqui; se tu for aqui, tem aluguel de cinco mil ali, é loja, é material de construção, é, tem tudo ali” (Sr. Neemias Bezerra, morador do bairro da Terra Firme). A feira contribuiu neste sentido, principalmente devido ao grande fluxo de pessoas e a centralidade do lugar.

Uma questão fica no ar em relação à feira da rua Celso Malcher: retirar ou não a feira deste local. Conversando com os seus frequentadores, percebem-se opiniões diversas, pois todos concordam que a feira hoje é algo que atravessa o trânsito local. No entanto, ela é necessária e questionam onde a vão colocar se retirarem dali? Os moradores não veem alternativas de outro local, a não ser a área do antigo curtume, desapropriada pela Prefeitura e hoje abandonada. Com respeito a esta questão, alguns moradores afirmam que existem projetos para a área do antigo curtume, sem mencionarem claramente quais são.

Durante a pesquisa, o mercado da Terra Firme esteve parcialmente “isolado”. A ponte sobre o igarapé Tucunduba, que liga o bairro ao centro, estava em reforma há meses. Para chegar ao hortomercado de ônibus, era necessário contornar a Av. Perimetral. De automóvel, o acesso podia ser feito através de algumas passagens, se não estivessem alagadas. Em função disso, os comerciantes da feira e do hortomercado reclamavam do baixo fluxo de comercialização de seus produtos⁸⁶. Na Figura 81 pode-se verificar como fica a rua Celso Malcher no período do chamado inverno amazônico.

Figura 81 - Imagem da Rua Celso Malcher após as chuvas.



Foto: Ana Silva, 2017.

Seu Miguel, peixeiro do Hortomercado, questiona o projeto de reforma da ponte. Ele argumenta também que a falta de organização e manutenção do mercado, as chuvas e as inundações prejudicam o trabalho de diversas pessoas. Segundo ele:

[...] desde quando esse caso começou, saiu da feira que veio pra cá, esse mercado foi muito bom, cada dia que passa estão perdendo muito freguês aqui, muito, por causa dessa rua, que já vai quase cinco meses que não termina isso aí, como diz o cara, tava falando ontem na televisão, exibem todo tipo de projeto [ininteligível] roubando governo, tudo isso, não sei o que o cara tava falando na televisão, me esqueci o nome desse negócio [...], mas esse mercado já foi muito bom, agora tá jogado, tem que ter uma administração feroz aqui nesse mercado, muito feroz [...], a pessoa que tava aqui primeiro administrador, era um cara legal, era tudo organizado, tinha uma senhora chamada dona Zuleica, era dona de box aí, a administradora era uma bela pessoa, gente boa mesmo, ajeitava tudinho, tudo era organizado, tudinho limpinho, mas agora, depois que entrou esse administrador aí, diversos administradores, foi uns e outros, depois desse aí já veio outros [...] (Seu Miguel, peixeiro do hortomercado, entrevista em dezembro/2017).

⁸⁶ A Celso Malcher, uma das principais ruas da Terra Firme, que dá acesso a outros bairros de Belém, ficou interditada por mais de seis meses devido a uma obra da Macrodrrenagem da Bacia do Tucunduba, realizada pelo governo do estado, na ponte da rua da Olaria com a Passagem Cabral, logo no início da entrada do bairro. Este atraso causou transtorno para todo o bairro, inclusive para a feira, que teve seu fluxo de fregueses reduzido. Este fato levou a protestos dos moradores para a conclusão da obra, que ocorreu em maio de 2017.

O administrador ao qual seu Miguel se refere é o da feira, que não tem uma boa receptividade entre os feirantes, produzindo uma forte tensão e animosidades de ambos os lados. Essas tensões diárias dentro do hortomercado iam além das rusgas, mágoas, mas faziam parte das formas de lidar com o conhecimento. O administrador se irritava com a “rebeldia”: “Estas pessoas não entendem só querem criticar”. Por sua vez, alguns feirantes o culpavam pelos problemas do mercado. Estas questões serão tratadas nos tópicos sobre as cenas cotidianas do mercado, onde destaco algumas situações de constrangimento (GOFFMAN, 2011) identificadas no local.

Tudo isto é consequência dos fluxos resultantes do consumo do espaço, a dinâmica do cotidiano do bairro, pelo seu acelerado crescimento. Em menos de 50 anos a Terra Firme saiu de pouco mais de 4 mil moradores na década de 1950 (PENTEADO, 1966) para uma população de 61.439 moradores (CENSO, 2010). A área toma forma de um bairro produzido de acordo com a necessidade dos moradores. Neste aspecto, busco em Appadurai (1996, p. 24) o fundamento para esta argumentação, quando aborda os surgimentos dos bairros: “A produção de bairros tem sempre bases históricas, significa dizer que os bairros são o que são por que são o oposto de ou derivam de outros bairros já produzidos”.

Na Terra Firme, esse contexto se apresenta claramente como em outros bairros mais recentes, em que as pessoas migram de suas antigas localidades em busca de moradia própria. Neste movimento, levam com elas as memórias de suas experiências vividas, que serão revividas e atualizadas.

Quero refletir aqui sobre a dinâmica do espaço público a partir de três eixos definidos por Dardi (2017, p. 16): a concepção de espaço público de moradia; a apropriação deste espaço pelos moradores; e o espaço público como campo de tensão, englobando as várias dimensões que o compõem como materialidade, o plano histórico, cultural e político para alcançar sua dimensão simbólica.

Na concepção do espaço público como espaço de moradia, o bairro muda a partir da perspectiva de quem olha: o morador, os teóricos do urbanismo e os técnicos do Estado, como planejadores da cidade. Na apropriação do espaço pelos moradores, há os que podem ser projetados, produzidos. Mas a dinâmica da apropriação pode ser bem diferente de como estes foram concebidos funcionalmente. Uma coisa é projetar o espaço, outra é como este espaço será apropriado pelos seus usuários, uma vez que está carregado de disputas e desvios. Aqui insere-se o caso do Hortomercado, como espaço público que foi projetado para atingir um determinado fim, mas que não foi atendido na perspectiva dos feirantes.

O espaço público pode ser entendido como campo de tensão entre seus diferentes atores, seja o Estado, técnicos, associações de moradores, organizações sociais, moradores, entre outros produtores/usuários deste espaço na produção de territorialidades. É preciso tentar entender as disputas existentes para compreender os diferentes desvios. Neste caso, a feira que se formou no entorno do Hortomercado e, como forma de disputa pelo espaço, ocupa a rua e dificulta a aparente função de circulação.

Desta forma, Dardi (2017, p. 17) conclui que o espaço público gera a intersubjetividade, definida pelos processos de entendimento com que se efetuam na rede de comunicação estabelecida nestes espaços, pensando-os como um lugar de intermediação de poder entre Estado e sociedade (RABOTNIKOF, 1997).

Toda esta experiência de lutas e resistência que faz parte da história do bairro da Terra Firme, contribui para que muitos movimentos culturais se constituam neste local e valorizem a memória dos diversos grupos sociais que ali se situam. Por outro lado, o histórico do bairro também é marcado por episódios de violência, como nos afirma Couto (2013). Foi em função deste aspecto que o bairro foi inserido no Programa Pontos de Memória do Governo Federal, gerido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O programa propôs a valorização de trabalhos voltados para a memória social, realizados em bairros considerados de alta vulnerabilidade.

A seguir faremos uma breve exposição de como este programa surge e a inserção do bairro da Terra Firme como Ponto de Memória em Belém, sendo o único representante da Região Norte, pois o programa foi suspenso e não houve mais editais para seleção de outros bairros.

7.2- A TERRA FIRME NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DE MEMÓRIA

A Política Nacional de Museus (PNM) proposta em 2007 pelo Ministério da Cultura (MinC) estabeleceu um debate sobre a questão dos museus brasileiros, com os diversos segmentos culturais relacionados ao tema. A sua construção seguiu uma linha participativa, com reuniões envolvendo pessoas de diversos setores: responsáveis por museus; profissionais de entidades museológicas de diferentes tutelas e representantes de instituições acadêmicas, entre outros. O documento que a fundamenta ressalta que essa política tem como premissa a democratização do acesso aos bens culturais produzidos; bem como dos dispositivos de

estímulo e incentivo à dinâmica de produção de bens culturais representativos de diferentes grupos sociais e étnicos existentes no país.

Nesta perspectiva surgiram em todo o território nacional espaços museais voltados para a valorização e preservação do patrimônio das comunidades e ao incentivo à inclusão social e cidadania por meio do desenvolvimento de ações voltadas para novos processos de institucionalização da memória. Os museus comunitários e o Programa Pontos de Memória (PPM) se inserem neste processo de afirmação e valorização da memória social.

Para Chagas (2008 apud MORAES, 2011): “estas experiências são baseadas na musealização do território e na ênfase dada às relações sociais, valorizando os processos naturais e culturais e não os objetos enquanto produtos da cultura”.

A Política Nacional de Museus buscou contribuir para o “empoderamento” destas comunidades em relação ao seu “direito de Memória”. Para Chagas:

Ainda que as vontades de memória, de patrimônio e de museu não sejam exclusividades da contemporaneidade, na atualidade elas ganham uma dimensão especial, em virtude de seu vínculo com o campo da comunicação e da política. Memória, patrimônio e museu acionam possibilidades comunicativas e estéticas, e também possibilidades políticas. De outro modo: projetos poéticos e políticos distintos e muitas vezes conflitantes são acionados por diferentes vontades de memória, de patrimônio e de museu. Por esse caminho, pode-se compreender o quanto há de tensão e de disputa no exercício do direito à memória, ao patrimônio e ao museu (CHAGAS, 2010, p. 05).

Com base nestes pressupostos, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) lança o Programa Pontos de Memória, apresentado em 2010 no IV Seminário Internacional de Museus. A ideia deste Programa surgiu como iniciativa do Ministério da Cultura (MinC), a partir da experiência Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (Cultura Viva). O objetivo: contribuir para que a sociedade conquiste espaços, troque experiências e desenvolva ações de incentivo à cultura e à cidadania, de forma proativa buscando articular a parceria entre sociedade civil e poder público (CHAGAS et al., 2010, p. 261).

Em dezembro de 2009, o Programa Pontos de Memória foi lançado em Salvador, durante a I Teia da Memória, na qual são apresentados os 12 Pontos de Memória pioneiros. Estes foram escolhidos com base em dados do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), em locais de alta vulnerabilidade, e que já vinham manifestando sua vontade de memória por meio de ações como peças audiovisuais, exposições sobre história do lugar contada por seus moradores, entre outras. Na ocasião, foi apresentada a proposta do programa e as experiências de cada localidade (Figura 82).

Figura 82 - Teia da Memória em Salvador - lançamento do Programa Pontos de Memória.



Foto: Acervo pessoal da autora, 2009.

O Programa Pontos de Memória teve ainda entre seus objetivos apoiar a criação de museus em localidades que possuem comunidades caracterizadas pelo alto índice de violência, além de trabalhar na reconstrução e proteção da memória social e coletiva a partir de moradores, origens, histórias e valores dessas comunidades. Este é o caso do bairro da Terra Firme, em Belém, Pará, que foi incluído no PPM pelo seu histórico de violência, mas também pelas articulações da comunidade local com o Museu Paraense Emílio Goeldi, por meio de parcerias em oficinas de memória social, festivais e nas exposições desenvolvidas.

Na perspectiva do Programa Pontos de Memória, as comunidades dos bairros periféricos se empoderam no sentido de buscarem afirmação de seu capital social e simbólico (BOURDIEU, 1987). Isso se dá a partir do protagonismo dos sujeitos nas ações voltadas para a memória social e o patrimônio, interessados na construção de uma memória coletiva que organize um discurso de identidade. Nesse contexto político, destacam-se as disputas simbólicas e as tensões entre essas redes de memória dos sujeitos sociais. Ocorrem também lutas pela revisão da memória, que acabam se tornando um recurso em busca de mudanças e melhorias para as comunidades envolvidas no Programa.

Em 2010 iniciam-se os seminários para a implementação dos 12 Pontos de Memória. O seminário do PM da Terra Firme se realizou no auditório do Campus do Museu Emílio Goeldi. Estavam presentes para o lançamento do Ponto aproximadamente 100 pessoas, entre moradores, lideranças comunitárias, convidados e os representantes do IBRAM. Na ocasião foi

constituído o conselho gestor do Ponto, composto de 12 membros indicados durante a plenária e aclamado pelos participantes⁸⁷. Durante o evento houve a apresentação de vários grupos culturais da Terra Firme: grupos de capoeira, carimbó, Polo São Pedro (grupo de percussão composto por crianças, que atualmente não existe mais).

Em 2011, o IBRAM, através do Departamento de Difusão Fomento e Economia dos Museus (DDFEM), lançou o primeiro Edital dos Pontos de Memória, na modalidade concurso. O edital previa o reconhecimento e premiação de 48 iniciativas de práticas museais e processos dedicados à memória social. Além disso objetivava reconhecer e estimular estas iniciativas, a fim de fomentar sua continuidade e sustentabilidade, na perspectiva da Museologia Social.

Na fala dos representantes dos PPM é recorrente a referência aos recursos disponibilizados para a estruturação dos pontos pioneiros e a necessidade dos “produtos” que retratem as ações de museologia realizadas pelos comunitários. No entanto, estes recursos não foram suficientes para a conclusão de todos os objetivos propostos, fazendo com que estes Pontos de Memória fossem buscar parcerias com outras instituições ou participação em editais para cumprir os planos propostos pelos grupos.

Destarte, os sujeitos sociais tornam-se protagonistas no processo de construção e implementação das políticas públicas de cultura e, por conseguinte, da memória e do patrimônio. Estas últimas voltam-se para os grupos sociais que não tiveram suas histórias expostas ou narradas oficialmente (MOURA, 2012, p. 88).

O direito à memória ou a mencionada “vontade política de memória”, a que se refere a Política de Museus releva os direitos culturais e humanos, no que diz respeito ao direito à participação dos indivíduos na vida cultural. A Política Nacional de Museus vem contribuir para o enquadramento desses atores sociais no processo, seja pela participação nos grupos de articulação, como agentes da memória, seja pela sua atuação como expectador ou observador, mas, de alguma forma, esses sujeitos se inserem na arena pública (CEFAI; VEIGA; MOTA, 2011, p. 32) onde a memória social está em constante disputa de poder.

Em 2014, foi realizado o 6º Fórum Nacional de Museus em Belém. O tema central do evento foi o Programa Pontos de Memória. Entre outros temas, foi discutida a estrutura do Comitê Consultivo dos Pontos de Memória, constituído por representantes de todas as regiões do Brasil

⁸⁷ O conselho Gestor do Ponto de memória da Terra Firme Tem caráter deliberativo, sendo composto por 12 membros. Com exceção de alguns membros que se desligaram, sua composição continua com os mesmos membros de oito anos atrás.

(Figura 83). Neste evento foi realizado um cortejo com participação de grupos culturais diversos: Carimbó, Capoeira, Movimentos Afroculatrais e Afrorreligiosos. Foi a resistência manifestada no próprio espaço do poder institucionalizado, no Hangar Centro de Convenções da Amazônia.

Figura 83 - Cortejo cultural no 6º Fórum Nacional de Museus em Belém-PA, 2014.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Em 6 de setembro de 2017 foi publicada a Portaria nº 315 do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Em seu Artigo 1º, a Portaria institui o PPM como política pública:

Instituir o Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, visando à formulação de políticas públicas aplicáveis às ações de museologia social. Parágrafo único. O Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados parte integrante e indispensável da memória social brasileira (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2017, p. 6).

O Artigo 2º define o que é Ponto de Memória:

Compreende-se por Pontos de Memória os núcleos de iniciativa comunitária constituídos de forma autônoma em relação ao poder público, geridos de forma participativa pelas próprias comunidades, para a identificação, pesquisa e promoção de seu patrimônio material e imaterial, e que utilizam metodologias da museologia social visando ao reconhecimento e à valorização de sua memória coletiva. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2017, p. 6).

Com a portaria do IBRAM, oficializou-se uma prática comum aos movimentos sociais, que já a implementavam bem antes da institucionalização dos Pontos de Memória (PM). Afinal, estes agentes sociais já salvaguardavam e valorizavam sua memória através das suas astúcias e criavam táticas para dar visibilidade aos seus fazeres. Os Pontos de Memória viriam para sistematizar a proposta de dar voz aos que não eram ouvidos. Assim, as histórias de vida a serem registradas pelos PM focariam o cotidiano de resistência e de dificuldades vividas pelos moradores da Terra Firme.

Após o lançamento do PM da Terra Firme, em 2010, houve um período de encontros dos conselheiros para a elaboração de um Plano de Ação, conforme as orientações do IBRAM. Foram

aprovados projetos com recursos que resultaram em um jornal, um vídeo e no Inventário Participativo do bairro, desenvolvidos com jovens residentes no bairro. Para tanto, eles foram capacitados em oficinas de inventário participativo, vídeo e elaboração de Jornal (Figura 84).

A reedição do Jornal “O Tucunduba”; vídeo sobre a feira do bairro; realização de inventário e exposição. Os recursos para estes produtos foram arcados pelo próprio programa que destinou em sua primeira edição uma verba para os pontos selecionados elaborarem seus inventários de memória e mais um produto baseado nestas informações coletadas; no caso da Terra Firme foi a exposição e uma publicação. Para os outros produtos foram alocados recurso de editais (SILVA, 2016, p. 52).

Figura 84 - Jornal “O Tucunduba”: nova edição produzida pelo Ponto de Memória.



Fonte: Acervo do Ponto de Memória.

Quanto à Exposição “Terra Firme de Tudo um Pouco”, ela foi elaborada com o objetivo de mostrar as diversas faces do bairro e teve a participação de jovens do bairro que participaram de oficinas realizadas com o intuito de aproximá-los do contexto museográfico, design de exposição, visando contribuir para sua concepção e elaboração.

A exposição foi montada pelos próprios comunitários na quadra da Paróquia da igreja de São Domingos e aberta ao público na tarde do dia 12 de janeiro de 2013, dia em que a cidade de Belém completava 397 anos. A inauguração foi marcada pelo lançamento da cartilha educativa “Um Ponto de Memória na Terra Firme”, e pela presença de diversas instituições que sempre apoiaram as atividades do bairro. Entretanto, o destaque desse momento foi a participação de um número grande de moradores no lançamento da exposição, colaborando com críticas, observações e sugestões ao conteúdo expositivo, os quais serão considerados na concepção do futuro museu comunitário e na conquista de seu espaço físico definitivo (BRITO, s.d., p. 10)

Como vimos, desde 2010 o PPM vem sendo desenvolvido no bairro. Propõe-se a valorizar/resgatar as vozes dos sujeitos que não são ouvidos em sua história social, como os feirantes das diversas categorias e os moradores do bairro, que em sua quase totalidade se caracterizam como indivíduos de baixa renda e muitos oriundos do interior do estado. O PPM teve como base principal ações voltadas para a museologia social.

Com base nas proposições do museu integral e da museologia social¹⁰ que sugerem práticas museológicas comunitárias que permitam apresentar as histórias, o patrimônio e a realidade social nos espaços dos museus. Essa ação provoca transformações nas comunidades na medida em que estimula a prática da rememoração de fatos sociais, culturais, históricos e políticos como instrumento de valorização da memória e identidade popular, visando o desenvolvimento e a sustentabilidade (BRITO, s.d., p. 5).

O Ponto de Memória da Terra Firme busca reforçar a luta pela identidade e autorreconhecimento dos moradores que constroem suas histórias de luta e conquistas e delas guardam as memórias dos vários momentos vividos. Dessa forma, tem-se a valorização de práticas comunitárias que buscam o desenvolvimento e a coesão social, em prol de melhorias das condições de vida e o reconhecimento da identidade dos diversos atores participantes deste processo. A fala da vice-presidente do Conselho d Ponto de Memória da Terra Firme demonstra o sentimento de pertencimento ao bairro, ao afirmar que: “Os moradores do Bairro da Terra Firme têm orgulho de morarem no Bairro e se identificam eu sou da Terra Firme”.

Ao longo dos oito anos de funcionamento, o PM da Terra Firme promoveu várias oficinas, reuniões, encontros com segmentos específicos como professores, donas de casas, e estudantes. A culminância do Programa, em sua primeira etapa, resultou em uma cartilha e na exposição itinerante Na Terra Firme tem de tudo um pouco, inaugurada em 2012. A exposição foi elaborada em parceria com o Museu Paraense Emilio Goeldi , a partir de oficinas realizadas com moradores (SILVA; QUADROS, 2012). O recurso aplicado nesta exposição foi do próprio programa que, nesse primeiro momento subsidiou as ações realizadas pelos 12 pontos piloto.

O Inventário Participativo da Terra Firme teve como meta a criação de Museu Comunitário, com a finalidade de “assegurar o direito à memória das classes populares enquanto direito à cidadania e ao poder da comunidade de auto reconhecer como sujeitos sociais que produzem história” (INVENTÁRIO, 2012). Dentre essas práticas de musealização, projeta-se um roteiro de visitação das principais ruas do bairro. Tal prática vem sendo realizada em outros Pontos de Memória, como o Lomba do Pinheiro, no Rio Grande do Sul e na Favela da Maré, no Rio de Janeiro.

Cabe reforçar e esclarecer para onde devem ir, com a ideia de um espaço físico para um museu comunitário. Penso, com base nos preceitos da Museologia Social, trabalhar com memória não necessariamente precisa de espaços, pois muitas vezes reificam a memórias, tornando-as fragmentadas e estáveis, sem atentar para as tensões e os conflitos nela existentes, conflito de versões, de interesses, de poder. Isto é o que caracteriza o jogo da memória, que se joga continuamente, quando se quer reconstruir ou salvaguardar o passado.

No discurso do poder público, com estas ações há o “empoderamento” dos moradores, a valorização do bairro e a oportunidade de novas alternativas econômicas, no entanto, a realidade é um pouco diferente. Após 2016, foi suspenso o repasse de recursos públicos que financiavam as ações e os Pontos de Memória em todo o país ficaram à deriva. Alguns passaram a funcionar como museus comunitários e outros continuaram como Ponto de Memória, mesmo depois dos cortes de recursos.

Diante deste quadro, o Ponto de Memória da Terra Firme dispõe de um pequeno grupo que busca viabilizar ações voltadas à educação patrimonial e assim desenvolver a noção de pertencimento ao lugar entre os moradores. Como diz Dona Chiquinha, do PM da Terra Firme, “Tem que gostar muito da Luta”. Nesta afirmação, reflete-se a resistência presente na luta dessas comunidades.

Neste sentido, o Ponto de Memória da Terra Firme continua realizando ações, a maioria em parceria com outras instituições e a articulação em rede vem sendo uma forma alternativa e criativa para viabilizar as suas ações.

Enfim, o cenário das políticas públicas de cultura e, por conseguinte, da memória e do patrimônio, no qual seus sujeitos sociais tornam-se protagonistas no processo de construção e implementação destas políticas, volta-se para os grupos que não tiveram sua história narradas (SILVA, 2016, p. 52). Portanto, o direito à memória ou a vontade política de memória a que se refere a Política de Museus, focaliza o vínculo aos direitos culturais e humanos, que concerne ao direito à participação cidadã na vida cultural e referenda os quadros sociais de memória identificados nesta pesquisa. Este é um ponto que deveria ser estudado em pesquisas posteriores sobre o bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Memória, entendida como fenômeno social, compreende um complexo sistema de representações do e sobre o passado, que se articula entre os indivíduos integrantes dos grupos sociais, e que se configura pela articulação das suas lembranças individuais e coletivas ao longo de um tempo e espaço determinados. Neste sentido, buscamos Halbwachs (2004), para quem a memória coletiva/social sustenta-se na memória de cada indivíduo dos grupos sociais de que faz parte, significando que um mesmo indivíduo possui tantas memórias sociais quanto grupos que participa e, ao mesmo tempo, a memória do grupo tem tantas versões quantas forem narradas pelos seus detentores.

Esta memória está diretamente ligada à referência de identidade tanto dos grupos quanto dos indivíduos, dando a estes a noção de pertencimento e reconhecimento de sua história e do grupo que faz parte. Os referenciais dessas memórias estão pautados em marcos sociais, que se definem através do espaço, do tempo e dos acontecimentos, como mostramos no desenvolvimento desta tese. Em linhas gerais, estes marcos sociais de memória nortearam o problema de pesquisa aqui apresentado, qual seja: “Como se constituem os quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1994) do bairro da Terra Firme e como o Hortomercado e a Feira se configuraram como lugar de memória (NORA, 1992) e de pertencimento ao lugar?” Para esta abordagem, levamos em conta o contexto histórico e social do bairro da Terra Firme, pautado nos conflitos, disputas e resistências que o caracterizam ao longo de sua história. Nesta parte final da tese, apresentamos algumas considerações que concluímos sobre essa questão, além de propomos futuras abordagens relativas à memória social deste bairro.

Os marcos sociais da memória coletiva do bairro da Terra Firme foram caracterizados a partir das formas de interação, estratégias e táticas de resistência e configuração de identidades dos atores sociais (feirantes e antigos moradores) que participaram da pesquisa, tendo como perspectiva o fortalecimento do sentimento de resistência e pertencimento ao lugar percebido nas suas trajetórias e experiências de vida, o que ficou claro pelas narrativas dos interlocutores.

O que percebemos a partir destes relatos foi destacado em quatro marcos de memória apresentados no Capítulo 7: Os marcos de memória do bairro da Terra Firme: as ruas, a feira e o hortomercado: entre água, igapó, estivas e passagens. Estes marcos se fundam no espaço/lugar onde as pessoas vivem seu cotidiano e suas práticas de vida.

Neste contexto, podemos verificar que dois lugares são destaques nas narrativas de memórias dos atores da pesquisa, sendo estes: as ruas e o Hortomercado. Estes espaços do bairro trazem marcas das lembranças dos moradores, nas adversidades do cotidiano vivenciadas por eles ao longo do tempo, portanto, consideramos que “a paisagem do passado de florestas e águas; o presente da rua e da lama; os movimentos sociais: as lutas pela sobrevivência; e a Feira e Hortomercado como espaços de trocas e conflitos” são os marcos de memória social identificados a partir das narrativas de seus atores sociais.

Os lugares são referências fundamentais na construção das memórias individuais e coletivas, embora não sejam uma condição para a sua preservação, do contrário, os povos nômades não teriam memória. As memórias dos grupos também se referenciam nos espaços em que habitam e nas relações que constroem nestes espaços, visto que as mudanças ali ocorridas acarretam transformações importantes na vida e na memória dos grupos sociais. Isto, de fato, foi verificado nos relatos dos atores aqui apresentados, quando ressaltaram as mudanças ocorridas em determinados lugares do bairro, um exemplo foi a rua Celso Malcher, onde está localizada a feira, que no passado era o caminho de ligação com o resto da cidade, e que aparece nos relatos como uma trilha na mata que passava sobre o igarapé do Tucunduba.

Ao analisar os quadros de memória (HALBWACHS, 1994) de um bairro como a Terra Firme, que possui tantas memórias, identificamos muito mais memórias que pudemos registrar, memória subalternizadas (ANDREANI, 2015), que remetem as relações de poder e de resistência e incorporam o caráter dialógico das construções sobre o passado, produzindo uma luta entre versões do passado. Desta forma, as memórias coletivas, quando articuladas, criam quadros de memórias que retratam os momentos vividos, ao ver como a Terra Firme é discursivizada como lugar vivido e sonhado (POLLAK, 1989). Nestas memórias, temos como marco da memória coletiva os movimentos sociais: as lutas para sobrevivência, onde os atores da pesquisa relataram suas experiências na luta pelo lugar de moradia.

As narrativas dos moradores da Terra Firme expressam o seu apego pelo bairro, o que foi percebido quando questionados sobre o desejo de sair daquele local, todos os entrevistados foram categóricos ao afirmar que não sairiam da Terra Firme, mesmo com todas as dificuldades que ainda enfrentam. Ao acessarem e expressarem suas memórias, estes moradores trazem à tona um panorama de acontecimentos vividos e sua relação com o modo que seus atores se constituem por meio de seus percursos biográficos (BERTEUAX, 2010).

Estes acontecimentos focam na vinda destes sujeitos para o bairro, na infância vivida naquele lugar, para os que vieram crianças; na construção da moradia e a luta pela melhoria da qualidade de vida para os que vieram construir sua família no Bairro e na vida de trabalho para aqueles que passaram a atuar em vários serviços no bairro, inclusive na Feira. Para os que nasceram naquele lugar, as referências de memória pautam-se em narrativas relacionadas à infância e às vivências de brincadeiras e de trabalhos, como recordaram Neemias e Sâmia, para quem o trabalho na infância foi uma forma de crescimento pessoal, para eles, naquele tempo o espaço do bairro era propício para o brincar, pois a natureza chamava a isso no ambiente de floresta e rio. A ênfase em tais acontecimentos passa pelas “tradições locais”, pela participação sociopolítica destes homens e mulheres na comunidade [grifo meu], memória (NORÁ,1993) que culmina em sua identidade de trabalhador e morador e seu papel de “guardião da memória”, “brigando por sua visibilidade e melhoria no bairro” (BAGNO, 2016).

Em suas narrativas de memória estes atores mostram o bairro da Terra Firme como “o melhor lugar para morar”. Para eles, o bairro é um lugar de vivência, experiências e aprendizado. Na tensão entre o lugar vivido e o lugar sonhado, coexistem as dificuldades do cotidiano e a resistência destes moradores, que é o principal fator de convivência e coesão, mas também de sociabilidade. Esta tensão é percebida, seja no espaço temporal ou físico, no primeiro caso, pode-se destacar as tensões durante as ocupações dos terrenos da Universidade Federal do Pará durante anos de 1980 a 1990, quando os moradores foram retirados de seus “barracos” pela polícia, inclusive com suas crianças. Temporal, porque a busca por uma moradia era um marco importante para aqueles homens e mulheres que lutavam para manter sua dignidade e qualidade de vida.

No caso da tensão no espaço físico, enfatizamos a Feira e o Hortomercado, onde se encontra a disputa de poder entre feirantes e entre estes e a gestão municipal através da SECON, na pessoa do administrador do hortomercado, o que acaba resultando em alguns conflitos identificados ao longo da pesquisa. Conflitos marcam formas de resistências. Percebemos nos relatos dos feirantes os discursos em relação às normas instituídas pela Prefeitura, diante do descaso do poder público para com o bairro. O lugar sonhado dos feirantes da Terra Firme é terrem o espaço do Hortomercado adequado para que eles trabalhem de forma digna e que os seus clientes possam ter um lugar agradável para transitar.

Ao considerar a memória relacionada ao espaço e ao tempo nos contextos urbanos, é possível afirmar que cada indivíduo escolhe os seus pontos de referência para situar-se neste contexto, considerando-se, assim, a carga simbólica desses lugares. Segundo Pesavento (2007), os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são,

ambas, narrativas do passado que presentificam uma audiência, reconfigurando uma temporalidade escoada (PESAVENTO, 2007, p. 2). Para Achugar (2003), os lugares de memória são marcados material e/ou simbolicamente, transformando-se em espaços de enunciação.

A identidade de um lugar (GRUPTA; FERGUSON, 2000, p. 21) surge da interseção entre o seu envolvimento em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e sua construção cultural como comunidade ou localidades, as quais se referem tanto a um espaço físico quanto aos quadros de interações, desta forma, o bairro torna-se um espaço político de enunciação.

Estes enunciados que se buscam transmitir são formados de materialidade e dialogam com diferentes tipos de atores sociais e são interpretados de múltiplas formas. Isto porque uma mensagem que significa uma coisa para os moradores do bairro, por exemplo, pode significar outra totalmente distinta para quem não é morador ou mesmo uma mesma mensagem pode ter significados diferentes para um ou outro feirante. Além disso, este significado muda de acordo com o contexto de interpretação. O resultado final surge de uma experiência com o espaço, na qual os significados sobre o passado se entrelaçam com os significados sobre o lugar.

Moita Lopes (2001) afirma que a concepção de que há um entrelaçamento entre memórias, narrativas e configuração identitária é que por que estes conceitos são dinâmicos, são construções sociais e recriados nas interações que se inserem na linha do tempo dos grupos sociais. As configurações identitárias, quanto a relação com o espaço, com o lugar e as memórias, em seus fragmentos de lembranças e esquecimentos são elementos dinâmicos, mutáveis, constantemente atualizados nas narrativas e nas relações sociais.

Os lugares recebem a marca de um grupo, ou seja, a presença deixa marcas no lugar. Isto significa que todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social. Isto resulta em uma disputa de poder em todos os sentidos, do econômico ao político, até o poder da memória. Qual o poder da memória? O poder está em disputa constante, como afirma Foucault (1997). No caso da memória, esta disputa estimula a afirmação da identidade e do pertencimento, e este exercício do poder empurra a memória para o passado (CHAGAS, 2014). E isto estimula a vontade de Memória, que caracteriza a necessidade dos grupos de manterem suas memórias preservadas.

Verificamos que os feirantes e moradores do bairro da Terra Firme têm o Hortomercado e Feira da Celso Malcher como pontos de referência de memória, mas para eles este não é o único marco de memória em relação à feira, pois esta já funcionou em vários locais anteriormente, inclusive no espaço onde hoje existe a Praça Olavo Bilac, que abriga o Shopping

Chão. Pelos relatos, vimos que este foi o local do surgimento da feira do bairro. Percebe-se que este “pedaço do bairro” (MAGNANI, 2003), desde o início de sua ocupação, sempre abrigou comércios e se expandiu nos últimos 15 anos.

Mesmo com todas as dificuldades e descaso da SECON, que não reconhece oficialmente esta feira, os feirantes que ali trabalham criam estratégias e táticas de resistência que sustentam o seu sentimento de pertencimento ao bairro, buscando valorizar sua referência de identidade de feirante e morador do bairro, para aqueles que integram estas duas categorias; e a de feirante da Terra Firme, para aqueles que apenas atuam ali como trabalhadores.

Quanto aos fatos marcantes na memória dos feirantes, destacamos os acontecimentos focados na Feira e Hortomercado, como a inauguração do mercado; o remanejamento dos feirantes para este espaço; a disputa pelo espaço; a resistência dos feirantes criando a feira da Celso Malcher; as disputas de poder entre agentes da SECON e feirantes; a relação com os fregueses; as brigas entre feirantes e os casos de violência e roubos na feira.

Como visto, os argumentos de Halbwachs mostraram que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória, e que esta é indissociável do sentimento de identidade. Portanto, subsistem porque fazem parte de um conjunto de valores e acepções construídas pelo grupo, neste contexto, percebe-se a luta pelo poder em torno da identidade que consolida os elementos que fazem parte de suas práticas sociais. Neste sentido, Le Goff (1996) considera a memória um elemento essencial da identidade individual e coletiva, sendo concebida como instrumento e objeto de poder entre as sociedades humanas.

A principal função social da memória é favorecer a coesão do grupo social e garantir a sua identidade. No entanto, na sociedade moderna, ao se pensar nas atuais práticas sociais e na própria dinâmica dos grupos, surgem tensões e conflitos presentes no cotidiano, que se materializarão na memória, visto que são expostos nas diversas versões das narrativas de memória dos indivíduos, possibilitando a concepção de diversas memórias: a dos excluídos, das mulheres, das minorias etc,

Nesta pesquisa, a memória foi tratada na perspectiva do social, ou seja, a memória de grupos sociais. Considerando a subjetividade de cada membro do grupo e a importância das interações sociais para a construção de uma memória coletiva, uma questão atual que norteia as pesquisas sobre memória, na perspectiva de compreender como a memória dos grupos se constrói a partir das situações criadas no cotidiano, além de buscar entender como se constituem os laços de identidade e de pertencimento dos indivíduos aos seus respectivos grupos, com base nas suas referências de memória.

A memória é sempre conflitiva, dividida entre o lado sombrio e o ensolarado; é feita de adesões e de rejeições, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitações e renúncias, mas principalmente de lembranças e esquecimentos (CANDAU, 2012, p. 72). Pollack (1992) pontua que a memória é um fenômeno construído tanto social quanto individualmente, que denota a estreita relação entre memória e identidade concebida como valores disputados. Os sentimentos de identificação e de pertencimento expostos pelos atores da pesquisa estão presentes nas suas narrativas, que trazem suas versões da memória do Bairro da Terra Firme, mostrando que as memórias são atos que se materializam a partir do individual.

O cotidiano dos praticantes do bairro (CERTEAU, 1994) foi centrado no contexto da vivência neste bairro marcado pela exclusão social, além da violência, da pobreza e da falta de infraestrutura e saneamento básico, características presentes na maioria dos bairros suburbanos da cidade. Este fato é resultante do descaso do poder público para com as áreas mais afastadas dos centros das grandes cidades, que passam a ser ocupadas a partir da expansão urbana que ocorre nas grandes metrópoles, principalmente na segunda metade do século XX.

A problemática da memória também se associa a conceitos relacionados à cultura, entre os quais se destacam o patrimônio cultural imaterial, aqui entendido como a materialização da memória, principalmente no que se refere ao patrimônio imaterial. A memória também se relaciona a espaços como bibliotecas, arquivos e museus, que estão voltados à conservação de acervos e salvaguarda da memória de grupos sociais que se institucionalizam e correm o risco constante de desaparecimento na sociedade global. No entanto, em bairros periféricos como a Terra Firme a presença destes espaços é bem escassa, nada se tem neste sentido e a população fica à parte da ideia de preservação da memória e patrimônio. Mas isso não significa que estas pessoas não tenham uma produção cultural, pelo contrário, no bairro encontra-se uma riqueza de grupos culturais, como bois, grupos de capoeira, grupos de dança, de teatro, entre outras manifestações populares.

O lugar sonhado dos feirantes da Terra Firme é ter um lugar adequado e digno para o seu trabalho, o mesmo ocorre com os feirantes da Celso Malcher, pois são invisibilizados pela Prefeitura, que não reconhece aquele local como feira. Embora os feirantes permaneçam no local seguindo as normas instituídas pela Prefeitura, esta ignora suas demandas e as infrações que ocorrem ali, como a venda de remédios industrializados, venda de carne, barracas na rua entre outros desvios encontrados. Desta forma, estes feirantes preferem manterem-se marginalizados e invisibilizados, do que visibilizados e reconhecidos, pois neste caso terão que cumprir com as normas instituídas pela administração pública.

Outra questão é a falta de organização política dos feirantes, que não possuem uma associação ou entidade afim que articule as suas reivindicações. Percebemos que estes sujeitos não aceitam este tipo de organização devido às experiências passadas que marcaram de forma negativa sua memória e, para eles, não é interessante tais articulações. Eles seguem usando a estratégias de embate e resistência às regras impostas, como já mencionamos anteriormente.

Em relação ao espaço, lugar e memória, Certeau (1994) afirma que um determinado espaço só se torna um lugar quando é ocupado e nele ocorrem dinâmicas de movimento através do uso, sendo então ativado e transformado, “tornando-se um lugar praticado”, ou seja, os espaços estáticos são transformados em lugares pelas ações das pessoas que lhe dão vida.

Partindo desta argumentação, auferimos que Hortomercado da Terra Firme, lugar que congrega diversas dimensões social, político e cultural, espaço de interações sociais constitui-se como marco de memória do bairro, pois é um ponto de referência para os seus moradores que surge em diversas versões da memória social da Terra Firme. Neste espaço, que está marcado pela tensão e a resistência da feira por atos visibilizados e invisibilizados que materializam memórias e reforça o poder popular. Desta forma, a feira torna-se um patrimônio do bairro. Aqui, entendo patrimônio não aquele instituído pelo poder oficializado, mas instituído pela memória subalternizada do bairro.

Outro aspecto relevante que consideramos nesta tese é o papel dos lugares na evocação da memória, não apenas como lugares de memória como definiu Nora (1992), mas como mostra Tuan (1983) em relação a paisagem do mundo urbano, como as grandes cidades que guardam as feições das estratégias de vida de seus moradores e os seus projetos de sonhos e desejos que compõem os repertórios cotidianos do Bairro. Aqui, procuramos abordar a temática da memória com foco no cotidiano e no contexto de vida dos sujeitos e de suas experiências com a família, o trabalho, configurando, assim, os quadros sociais da memória.

Ao identificar as paisagens de memória do bairro ou seus marcos sociais, identifica-se a representação das várias fases por que passaram seus os moradores com suas práticas cotidianas: O passado de floresta e águas; o presente da ruas e lama; os movimentos e as lutas para a sobrevivência e o Mercado e feira como espaço de trocas e conflitos. Estes marcos foram narrados pelos moradores, quando cada um deles trouxe as suas versões acordadas de seu passado. Os lugares recebem a marca de um grupo, ou seja, presença deixa marca no lugar. Isto significa que todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado pelo grupo é uma reunião de todos os elementos da vida social.

O enquadramento da memória no bairro da Terra Firme se sustenta a partir das interações sociais que se estabelecem no tempo e no espaço evidenciados nas narrativas de vida de seus atores sociais como vimos nos relatos apresentados pelos seus moradores e feirantes destacando que a memória não pode ser considerada como produto da lembrança de um único indivíduo, visto que o seu conteúdo está em constante reelaboração através da comunicação que se estabelece a partir das interações cotidianas.

Desta forma os indivíduos criam significados para os espaços públicos do bairro, que são configurados e modificados por processos interpretativos construídos pelos atores que interagem nestes espaços em que se encontram e constroem suas representações sociais do passado e do presente. Estas representações envolvem significados partilhados pelos membros do grupo, os quais permanecem de forma implícita nas práticas sociais e enfatizam o papel ativo dos atores sociais em suas estratégias de sobrevivência e resistência. A resistência é conflitante, provoca embates e disputas (PRIOSTRI, 2010), como vimos na feira e hortomercado do bairro. Isso ocorre devido às diversas representações do passado e do presente que sustentaram as lutas e histórias vividas para a conquista de seus sonhos, neste caso, o lugar de moradia.

Enfim, compreendemos a memória como uma teia de sentidos que articula lugares, pessoas e acontecimentos, a partir da qual os sujeitos constroem suas representações sobre o lugar ao qual pertencem. A memória tem um caráter seletivo, pois nem tudo pode ou deve ser lembrado. Ao mesmo tempo, ela é construída de forma individual e coletiva, produzindo uma estreita reação com os sentimentos de identidade. Sendo assim, a memória social constitui-se a partir das interações sociais e dos seus processos comunicativos e discursivos. Nestes processos são compartilhados os diversos pontos de vista que compõem o grupo e constituem suas trajetórias e narrativas de vida.

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, Hugo (Coord.). **Derechos de memoria.** Actas, actos, voces, héroes y fechas: nación e independencia en América Latina. Argentina: Universidad de la República, 2003.
- ALBERTI, Verena. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 29 maio 2016.
- ALMEIDA, Alexandre P. Sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa, PB. **Revista Brasileira de Sociologia da Educação**, v.10, n. 29, ago., 2011.
- ALVES, Edivânia Santos. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994).** 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- ANDREANI, María José Reyes. Construcción de políticas de memoria desde la vida cotidiana. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 341-350, Aug. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00341.pdf>>. Acesso em: 25 maio, 2017.
- ARISTÓTELES. Da memória e da reminiscência. _____. **On the soul – parva naturalia – on breath.** Harvard University Press; Cambridge, Mass.1986.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994. 111p.
- AUGUSTIN, Roberta L.; AUGUSTIN, Sérgio. Memória e suas implicações na vida cotidiana: análise teórica. **Metis: História e Cultura**, v. 11, n. 21, p 115-130, jan./jun. 2012.
- APPADURAI, Arjun. Etnopaisagens globais: notas e perguntas para uma antropologia transnacional. In: **Dimensões culturais da globalização.** Lisboa: Teorema, 2004.
- BAGNO, Silvana. Memória, pertencimento e identidade em Narrativas de moradores do Fallet, Rio de Janeiro, 2016. 257 fls. Tese (Doutorado em Memória Social) Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- BACHELARD, G. A poética do espaço In: **Os pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- BARBOSA, Maria José de Souza. **Estudo de caso:** Tucunduba. Urbanização do Igarapé Tucunduba, gestão de rios urbanos. Belém: UFPa, 2003.

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARTLETT, F. [1832]. **Remembering: a study in experimental and Social Psychology**. London: Cambridge University Press, 1977.
- BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- _____. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **44 Cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BAUMAN, Z. **Vida em fragmentos sobre ética pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BEGSON, Henri. **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BELEM. Decreto n. 26.579. Dispõe sobre o funcionamento de feiras livres no município de Belém e dá outras providencias. **Diário Oficial do Município**, Belém, 14 abr., 1994.
- _____. Lei Municipal n.8383. Denomina de “Terra Firme” o atual bairro de “Montese”, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Belém, 13 jan., 2005.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativa de vida a pesquisa e seus métodos**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**. De senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BORDREUIL, S. La rue sociable, formes élémentaires et paradoxes. In: BRODY, J. **La rue**. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2005.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRAUDEL, Fernand. **O jogo das trocas**. Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

BRITO, Carlota Cristina da Silva. Terra Firme, de tudo um pouco: uma experiência com um Ponto de Memória. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS, MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO, 4, 2014. Rio de Janeiro, Madrid, Lisboa. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014. 1 CD.

BRITO, Rosaly S.; STEINBRENNER, Rosane M. A.; CUNHA, Elaide M. A voz de grupos periféricos em Belém: autorrepresentação, mídia e disputa de sentidos. **Esferas**, ano 6, n. 10. Jan./jun., 2017.

CAMARGO, A. História oral e política In: MORAES, M. de. **História oral**. Rio de Janeiro: Diadorm; Finep, 1994.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNALHAL, Juliana P. Maurice Halbwachs e a questão da memória. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 5, n. 56, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.espaçoacadêmico.com.br/index.html>>. Acesso em: 21 set., 2015.

CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de Memória Coletiva. **Espaço Acadêmico**, v. 9, n.108, p.153-161, maio, 2010. **Revista Espaço Acadêmico**

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinar. Petrópolis: Vozes, 1994. v.1.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinar. Petrópolis: Vozes, 1996. v.2.

CEFAI, Daniel; VEIGA, F. B.; MOTA, F. Arena pública: por uma etnografia da vida associativa, In: CEFAI, D. et al. (Orgs.). **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EDUFF, 2011.

CHAGAS, M. et al. (Orgs.). **Democratização da memória**: a função social dos Museus Ibero-Americanos. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

CHAGAS, Mário. Diversidade museal e movimentos sociais. In: CHAGAS, Mário; STORINO, Claudia M. Pinheiro. (Orgs.). **Ibermuseus 2**: reflexões e comunicações. 1. ed. Brasília: IPHAN/DEMU, 2008. v. 2. p. 59-69.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA Inês. Apresentação. In: CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. (Orgs.). Dossiê Museologia Social. **Cadernos do CEOM**, v. 27, n. 41, 2014.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. Influência de Emile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p.101-111, 2003.

_____. **Por uma sociologia da memória**: análise e interpretação da Teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs. 2015. 166f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Letras) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, Antônio Maurício. **Lazer e sociabilidade**: usos e sentidos. Belém: Açaí, 2009.

COUTO, A. C. Redes criminosas e organização local do tráfico de drogas na periferia de Belém. **REBESP**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 2-13, jan./jul. 2013.

DELEUZE, G. **Bergsonismo**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

DETIENNE, Marcel. **Os mestres da verdade na Grécia Arcaica**. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A Dinâmica da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DURKHEIM, Emile. Representações individuais e representações coletivas. In: DURKHEIM, E. **Sociologia e Filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970. p. 39.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luzia Carvalho. Etnografia de Rua: estudo de antropologia urbana. **Revista Iluminuras**, v. 4, n. 7, 2003.

ELIAS, N.; SCONTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRAZ, Camila B. R. A cartografia do cotidiano como aproximação metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

FERREIRA JUNIOR, S. do E. S.; COSTA, A. C. Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na mídia impressa da Amazônia Paraense. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: POLITICAS E CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS, 2015. Belém. **Anais...** Belém, NAEA, 2015. p. 913-925.

FREITAS, F de P. Brizola de; GRAEFF, Lucas. As paisagens da memória do bairro Harmonia, em Canoas-RS: um estudo a partir dos relatos etnográficos e relatos orais. **Revista Iluminuras**, v. 11, n. 6, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/18326/0>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

FONT, Mauro. **A praça em movimento**: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FONSECA NETO, J. F.; ROSSETTI PINHO, T. Z. **Curtume Santo Antonio**: o objeto arquitetônico como elo articulador de relações sócio-espaciais: estudo de caso. Belém: Universidade Federal do Pará/Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1997.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **Sociabilidade Urbana**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GEERTZ, Clifford. **Suq**: the bazar economy in Sefrou. Meaning and order in Moroccan Society. Three essays in cultural analysis. London; New York; Melbourne, 1979.

_____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, E. **Comportamentos em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos adjuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

- GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus- Estudos Interdisciplinares em Memória Social** [s.i], v. 7, n. 13, mar. 2009.
- GRUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença In: ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.
- GUIMARAES, A. C. Rodrigues. **O Lugar do Comércio**: um estudo antropológico sobre a sociabilidade do Bairro. [s.l]: Associação Brasileira de Antropologia, 2008.
- HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- _____. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.
- HELLER, A. **O quotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- HESÍODO. **Teogonia – a origem dos deuses**. Tradução comentada de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JOÃO DO RIO. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: MartinClaret, 2007.
- JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microssociologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- LAGE, Giselle Carino. Revisando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 97, jun. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Espaco/Academico/index>>. Acesso em: 1º out., 2011.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- LEFÉBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques. (1924). **O apogeu da cidade medieval**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEROI-GOURHAN, André (1965). **O gesto e a palavra**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2001.

LERSCHE, Teresa Morales; CUAUHTÉMOS, Camarena. **O campo**. Disponível em: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/oconceito-de-museu-comunitc3a1rio.pdf>>. Acesso em: 17 ago., 2018.

LEITÃO, Wilma Marques (Org.). **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no Mercado de Belém**. Belém: NAEA/UFPA, 2010. 269p.

LIMA, A. E. F.; SAMPAIO, J. L. F. **Na feira a gente encontra de tudo...: aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara-Ceará**. [s.n.t]. Mimeo.

LOVISOLI, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

LUKES, S. Emile Durkehiem: su vida y su obra-estudio histórico-critico. Madrid: Centro de Investigación Sociológica, 1984.

MAGNANI, José G. Cantor. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. Revista Tempo social, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003.

_____. De perto e de dentro: nota para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n.49, jun., 2002.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Aramed, 2004.

MEDEIROS, Jorge F. da Silva. **Feira e Feirantes em Belém (PA)**: as novas formas de apropriação do Território da/na Metrópole. Belém: Universidade Federal do Pará; Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

MEDEIROS, Jorge F. da S. **As feiras livres em Belém (PA)**: dimensão geográfica e existência cotidiana 2010. 118f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. (Org). **(Re) introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. História; RIBEIRO, Suzana L. Salgado R. **Guia prático de história oral:** para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MENESES, U. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da Memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, dez. 1992.

MENEZES, U. B. Os paradoxos da memória In: MIRANDA, Danilo S. (Org). Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: SESC, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Inventário Participativo do Bairro da Terra Firme.** Projeto Desenvolvimento Institucional e Técnico-Operacional para Ampliação e Consolidação de projetos relacionados à Memória Social no Brasil. Consultoria: Camila Moura Simões. Brasília: MinC, 2012. 220p.

MINAYO, Maria Cecilia de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MOREL, Marie Pierre. Memória e caráter: Aristóteles e a história pessoal. **Dissertatio**, UFPel, v. 30, p. 11-44, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo (Org.). **Georg Simmel:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

MORENO, Javier (Coord.). **História y política.** Nacionalismo español: las políticas de la Memoria. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2004.

MOURA, C. F. S. **Relatório do Microprojeto Território de Paz “As Diversas Linguagens da Cultura no Bairro da Terra Firme”.** Belém: Ponto de Memória da Terra Firme, 2012. 200p. Mmimeo.

MOURÃO, Leila. **O conflito fundiário urbano em Belém (1960-1980).** A luta pela terra de morar ou de especular. 1987. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1987.

NOVAES, Raquel Santos de. **A dinâmica de uso da praça Olavo Bilac no contexto da cidade de Belém.** 2011. 118f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

PLATÃO. Fédon. In: **Diálogos:** Fédon - Sofista - Político. São Paulo: Ediouro, s.d.

_____. **Fedro, ou da Beleza.** Lisboa: Guimarães, 1990.

- PARK, Robert E. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun, 2007.
- PEIXOTO, Rodrigo. Estetização da espúria, negação da vida popular nas margens de Belém e resistência ribeirinha. In: ENCONTRO DA SBS NORTE, 2. Amazônia: mudanças e perspectiva para o século XXI. 2010. Belém. **Anais...** Belém: NAEA; UFPA. CD II.
- PEIXOTO, R. C. D.; ALVES, E. S. **O movimento social do bairro do Guamá, o Tucunduba e sua vizinhança acadêmica**: um debate sobre identidades no FSM de Belém. Belém: UFPA, 2009. Mimeo.
- PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém – Estudo de Geografia Urbana**. Belém: Universidade Federal do Pará. 1968. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, v. 2).
- PEREIRA, Marcele. Museologia social e sociologia das ausências no contexto da Amazônia brasileira: uma aproximação teórica. In: **Cadernos Sociomuseologia**, n. 6, 2015. Disponível em: <revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/download/.../3364>. Acesso em: 25 fev., 2016.
- PIPER-SHAFIR, I.; DROGUETT, R.; INIGUEZ-RUEDA, L. Psicología social de la memoria: espacios y políticas del recuerdo. **Psykhe**, Chile, v. 22, n. 2, 2013.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>>. Acesso em: 20 ago., 2017.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 14, set. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>>. Acesso em: 26 ago., 2016.
- QUADROS, H S A. O Museu Paraense Emílio Goeldi e a comunidade do Bairro da Terra Firme: Educação ambiental mostrando novos rumos. Belém: UFPA/NUMA, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAMOS, José Messiano Trindade. **Entre dois tempos.** Um estudo sobre o Bairro do Guamá, a Escola ‘Frei Daniel’ e seu Patrono. Belém: UFPA, 2002.

RAU, V. **Feiras medievais portugueses.** Lisboa: Presença, 1980.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: EDUNICAMP, 2007.

_____. **La lectura del tempo pasado: memoria y olvido.** Espana: Arrecife, 1999.

ROCHA, Ana Luiza; ECKERT, C. **Etnografia de rua:** estudo de antropologia urbana. [s.l.], 1998. Mimeo.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do bairro do Jurunas:** sociabilidade e construção da identidade em espaço urbano. Belém: NAEA, 2008.

RODRIGUES, C. I.; SILVA, L. J. D.; MARTINS, R. F. **Mercados populares em Belém:** Produção de Sociabilidades e Identidades em Espaço Urbano. Belém: NAEA, 2014. v. 1. 352p.

RODRIGUES, Edmilson B. **A Aventura urbana:** urbanização, trabalho e meio ambiente. Belém: NAEA, 1996.

ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa:** uma introdução. Porto Alegre: PUCRS, 2014.

ROUSSO, Henry. Sobre a história do tempo presente: entrevista com Henry Rousso. Revista **Tempo e Argumento – Fontes do Tempo Presente**, Florianópolis, v. 1, n. 1, Jan/jun., 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANCHES, S. B.; COUTO, A. C. O. O Tráfico e a periferia: a (re) produção da violência urbana na cidade de Belém-PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16, 2010. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/downloadphp?Trabalho=2789>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SANTANA, Marco Aurélio; MOLLONA, Massimiliano. Trabalho e ação coletiva: memória, espaço e identidades sociais na cidade do aço. **Horiz. Antropológico**, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 125-148, jun. 2013.

SANTO AGOSTINHO. Confissões. In: **Os Pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 1984. Livro X 7-26 (Sobre Memória); Livro XI (Sobre o Homem e o Tempo).

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, out., 1998.

SANTOS, Myriam S. Museus e Política de Memórias. **Cadernos Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em: <ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/>. Acesso em: 25 fev., 2016.

SANTO JUNIOR, Paulo de Tarso Nunes. **Máscaras, mascarados e oprimidos**: do boi de máscaras de São Caetano de Odivelas ao Teatro de rua do Bairro da Terra Firme - Belém/Pará. 2012. 115f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka Tatú, 2002.

SATO, Leny. **Feira Livre**: organização, trabalho e sociabilidade. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. **Sociologia**. Moraes Filho, E. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Ana Claudia dos S.; FIGUEIREDO, Sílvio L. Memória sociabilidade e espaço público: relações sociais e políticas de museologia social. In: CASTRO, Edna R. de; FIGUEIREDO, Sílvio L. (Orgs.). **Sociedade, campo social e espaço público**. Belém: NAEA, 2014. p. 58-73.

SILVA, Ana C.dos S.; QUADROS, Helena S A. Museu Goeldi leva educação e ciência a comunidades Amazônicas. In: **Educação Museal**: experiências e narrativas. Brasília: IBRAM, 2012. (Prêmio Darcy Ribeiro, 2010).

SILVA, Eugénio Alves. As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. **Revista Angolana de Sociologia**, v. 12, p. 77-99, 2013.

SILVA, M. S. R.; SÁ, M. R. Medo na cidade: estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém (PA). **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 2, p.174-188, jul./dez, 2012.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v.11, n. 2. p. 577-591. out. 2005.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

- SMOLKA, Ana Maria Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educação e Sociedade**, ano XXI, n. 71, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a08v2171.pdf>>. Acesso em: 20 nov., 2015.
- SORGENTINI, H. Reflexión sobre la memoria e autorreflexión de la historia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 103-128, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbh/v23n45/16522.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- SPENCE, J. **O palácio da memória de Matteo Ricci**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicol. Social**, v. 26, n.1, p.32-43, abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 jan., 2015.
- SUDAM-Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Monografia das Baixadas de Belém**. Belém: SUDAM, 1976. 2 v.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. **Formação metropolitana de Belém (1860- 1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.
- TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Lisboa: Unipop, 2005.
- THOMPSON, P. **A voz do Passado**: História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992
- TORRE, Irene V.; GAONA, Sandra R.; CORREDOR, Daniel V. Cartografía social como metodología participativa y colaborativa de investigación en el territorio afrodescendente de la cuenca alta del río Cauca. **Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr.**, v. 21, n.2, p.59-73, 2012.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- TULVING, E. Memory: Performance, knowledge and experience. **European Journal of Cognitive Psychological**, v. 1, p. 3-26, 1989.
- URTEAGA, E. Vida y obra de Maurice Halbwachs. **Pensamento**, v. 69, n. 258, 2013
- VEDANA, Viviane. Fazer feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, v. 19 n. 39, 2013.

VELHO, G. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (2003).

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

WELHING, A; WELHING, Maria. Memória e História: fundamentos e convergências In: WELHING, Maria j. et alli. (Orgs) **Memória social e documento**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro. UNIRIO, 1997. p. 11.

WILM, Luciana Almeida. **Todo dia é feira**: estudo sobre a colocação de bens e pessoas no comércio jurunense. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

YATES, F. A. **The art of Memory**. Chicago: Chicago University Press, 1966.

MATÉRIAS DE JORNAIS

DIÁRIO DO PARÁ. *On Line*. **Madrugada de execuções na capital paraense**. Belém, 4 nov., 2014. Acesso em:12 nov., 2014.

JORNAL DOS BAIRROS. **Disputa por espaço continua no horto**. Belém, 19 ago., 1989

JORNAL DOS BAIRROS. **Feirante e ambulante s em pé de guerra na Terra Firme**. Belém, 15 ago., 1989.

JORNAL DOS BAIRROS. **Só novo mercado terminará com a confusão na feira**. Belém, p. 6, 29 set. 1987.

O LIBERAL. **Hortomercado vai modernizar feira da Terra Firme**. Belém, p. 7, 1º mar., 1988.

O LIBERAL. **Mudanças da feira satisfaz uns e desagrada outros**. Belém, p. 6, 1º mar., 1988.

O LIBERAL. **Terra Firme recebeu seu hortomercado e parece satisfeita**. Belém, 12 abr. 1988.

APÊNDICES

APÊNDICE A
Pesquisa sobre Perfil Socioeconômico dos Consumidores da feira da Terra



Pesquisa sobre Perfil Socioeconômico dos Consumidores da feira da Terra Firme

Este Levantamento sócio faz parte da Pesquisa de campo da Tese MEMÓRIA, SOCIALIZAÇÃO E PERTENCIMENTO: ESTUDO DAS INTERAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS DE FEIRANTES E MORADORES DO BAIRRO DA TERRA FIRME EM BELÉM-PA desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará sob a orientação do Prof. Dr. Silvio Figueiredo, e tem por objetivo traçar o perfil dos feirantes que trabalham na Feira da Terra Firme

1.sexos

- () Feminino
 () Masculino

2. Estado Civil

- () Casado (a)
 () Solteiro(a)
 () Viúvo(a)
 () Separado(a)

3. Escolaridade

- () Analfabeto(a)
 () 1º Grau incompleto
 () 1º Grau completo
 () 2º Grau incompleto
 () 2º Grau completo
 () Superior Cursando
 () Superior completo

Formação superior dos entrevistados: _____

4. Você mora no Bairro?

- () Sim 40
 () Não 7

5. Se sim, há quanto tempo mora no Bairro? _____

6. Se não, em que bairro mora? _____

7. Quantas pessoas moram com você? _____

8. Qual a sua profissão? _____

9. Com que frequência vem a Feira?

- () Diariamente
- () 1 a 2 vezes na semana
- () 3 vezes na semana
- () 2 vezes no mês
- () Não soube responder

10. Por que você compra nesta feira? _____

11. O que você costuma comprar na Feira? _____

12. Você tem algum feirante que compra com frequência?

- () Sim
- () Não

13. O que faz você comprar deste feirante? _____

14. O que você acha da localização da Feira? _____

15. Você acha que a feira deveria mudar de lugar?

- () Sim
- () Não
- () Não Sabe

16. Você Acha a feira importante para o bairro?

- () Sim
- () Não

Por quê? _____

APÊNDICE B
Pesquisa sobre Perfil Socioeconômico dos feirantes da Terra Firme.



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

Pesquisa sobre Perfil Socioeconômico dos feirantes da Terra Firme.

Este Levantamento Socioeconômico faz parte da Pesquisa de campo da Tese MEMÓRIA, SOCIALIZAÇÃO E PERTENCIMENTO: ESTUDO DAS INTERAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS DE FEIRANTES E MORADORES DO BAIRRO DA TERRA FIRME EM BELÉM–PA desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará sob a orientação do Prof. Dr. Silvio Figueiredo, e tem por objetivo traçar o perfil dos feirantes que trabalham na Feira da Terra Firme.

Nome do feirante: _____

Localização: () dentro do Mercado () rua

1. Que Tipo de produto vendido? _____

Faixa Etária:

() 18 a 24 anos () 25 a 31 anos () 32 a 38 anos () 39 a 45 anos

() 46 a 52 anos () 53 a 60 anos () acima de 60 anos

2. Sexo:

() Feminino () Masculino

3. Estado Civil:

() Casado () Solteiro () Viúvo(a) () separado(a)/Divorciado(a)

() outros

4. Escolaridade

() 1º Grau incompleto

() 1º Grau Completo

() 2º Grau Incompleto

() 2º Grau Completo

() Superior cursando

() Superior Completo _____

5. Você tem Filhos? () sim () Não Quantos ? _____

6. Há quanto tempo você trabalha como feirante? _____

7. Trabalhou em Outra feira antes da Terra Firme?

() sim Qual ? _____ () Não

8. Quanto tempo trabalha na feira da Terra Firme? _____

9. Você mora no Bairro?

() Sim () Não

10. Se sim, há quanto tempo mora no Bairro da Terra Firme? _____

11. Se não, em que bairro mora? _____

12. Quantas pessoas trabalham com você? _____

13. O que você faz quando não está na Feira? _____

14. Há que horas você chega na Feira? _____

15. Onde compra os produtos que vende? _____

16. Qual o melhor dia e horário de movimento na Feira?

17. O que você faz quando sobra produto vendido?

(Esta pergunta só para quem vende produtos perecíveis)

18. Você faz parte da associação dos Feirantes?

() Sim () Não

19. Qual o trabalho da associação?

21. Qual as condições para a permanência como permissionário no Mercado?

APÊNDICE C

Termo de consentimento livre e esclarecido



**NAEA - Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos**

**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido- PGDSTU**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu.....

....., residente na _____, cidade _____, Portador do RG _____, autorizo Ana Claudia dos Santos da Silva, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Universidade Federal do Pará, em Belém do Pará-Brasil a realizar entrevista gravada exclusivamente para o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Universidade Federal do Pará/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de Tese de Doutorado intitulada e **MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA: PRÁTICAS E INTERAÇÕES SOCIAIS NA FEIRA E HORTO MERCADO DO BAIRRO DA TERRA FIRME, EM BELÉM-PA**, orientada pelo Prof. Dr. Silvio J. de Lima Figueiredo. Fica consequentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e de Pesquisa, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor e respeito a identidade do entrevistado.

Assinatura do entrevistado

Local e data: _____

ANEXO A
Decreto Municipal N.º 26579/1994



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

Imprimir

LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS

Decreto Municipal N.º 26579, 14 DE ABRIL DE 1994.

20/04/94.

Dispõe sobre o funcionamento de feiras livres no Município de Belém, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, decreta:

CAPÍTULO I

Conceito e Finalidade

Art. 1º Considera-se “Feira Livre” o local previamente designado pela Administração Pública Municipal, dotado de equipamentos padronizados, removíveis ou não, destinados às atividades comerciais a nível de varejo, voltada para o abastecimento de gêneros alimentícios à população, especialmente os de origem hortigranjeira.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Economia da Prefeitura Municipal de Belém, por força da Lei Municipal nº 7.341, de 18 de março de 1986, desenvolver as atividades de planejamento e administração do sistema de feiras do Município de Belém.

Art. 3º Fica delegada ao Secretário Municipal de Economia competência para criar feiras livres, localiza-las, suspender-lhes o funcionamento, remaneja-las e extingui-las, total ou parcialmente, em atendimento ao interesse público e respeitadas as exigências higiênicas, viárias e urbanísticas em geral.

CAPÍTULO III

Das Feiras Livres

Art. 4º As feiras livres têm caráter supletivo de abastecimento, e o seu dimensionamento, remanejamento, suspensão, funcionamento, reclassificação ou extinção poderão ocorrer, a juízo da Secretaria Municipal de Economia – SECON, quando os equipamentos abastecedores fixos, existentes na sua área de influência, forem suficientes para atender ao abastecimento da população.

Art. 5º As feiras livres funcionarão em vias e logradouros públicos ou em terrenos de propriedade municipal ou particular, especialmente abertos à população para tal finalidade, desde que instalados e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Economia – SECON.

CAPÍTULO IV

Da Organização e Funcionamento

Art. 6º Na elaboração dos projetos para padronização de feiras livres serão observadas, além das normas do processo de comercialização e urbanismo, as relativas à saúde pública, saneamento e limpeza.

Art. 7º As feiras livres não poderão situar-se em raio inferior a 1.000 (mil) metros uma das outras, resguardando-se os casos já existentes.

Art. 8º Os equipamentos padronizados, utilizados na comercialização das feiras livres serão determinados pela Secretaria Municipal de Economia, considerando-se os grupos de produtos a serem comercializados.

§ 1º Para vendas de produtos de origem animal, os modelos de equipamentos deverão ser submetidos à aprovação da

autoridade sanitária competente.

§ 2º Será obrigatória a existência de recipiente adequado para o acondicionamento de resíduos sólidos (lixo) decorrentes da comercialização.

Art. 9º Na montagem das feiras livres, os equipamentos serão agrupados por setores, segundo os ramos de comércio.

Art. 10. Os dias e horários de abastecimento e funcionamento das feiras livres serão fixados pela SECON. Em casos especiais, fica facultado à SECON dilatar ou reduzir o horário de funcionamento.

Art. 11. Só será permitida descarga de mercadorias em seus respectivos equipamentos, no período de 02 (duas) horas antecedentes ao início do funcionamento da feira, visando não prejudicar o atendimento e a segurança dos consumidores.

Art. 12. A comercialização de carnes, peixes, mariscos e aves deverá observar às normas de higiene sanitária, previstas na legislação vigente.

Art. 13. Encerrado o horário de funcionamento da feira, deverá o feirante iniciar os trabalhos de limpeza, arrumação, fechamento e/ou remoção dos equipamentos, no prazo máximo de 01 (uma) hora.

Art. 14. A SECON realizará diariamente o controle de freqüência dos feirantes.

Art. 15. O funcionamento dos sistemas sonoros nas feiras livres e sua respectiva programação dependerá da prévia permissão da SECON e da SESMA.

Art. 16. As feiras livres são classificadas nas categorias "A" e "B", conforme os termos da Lei Municipal nº 7.645/93, de 12/07/93.

Art. 17. Nas feiras livres, somente poderão ser comercializados os produtos classificados nos grupos a seguir relacionados, respeitando-se os percentuais mínimos das quantidades de equipamentos por feira;

Grupo I – Hortigranjeiros: hortaliças, frutas e granjeiros (aves abatidas e ovos), 60%;

Grupo II – Farinha: farinha seca, d'água e de tapioca, 12,5%;

Grupo III – Frutos do Mar: pescado, mariscos e crustáceos, 10%;

Grupo IV – Mercearias: latarias, cereais, laticínios, condimentos e óleos, 5%;

Grupo V – Industrializados: armários, confecções, calçados; utensílios de cozinha e ferragens, 5%;

Grupo VI – Comidas: refeições prontas, lanches, mingau e pratos regionais, 2,5%;

Grupo VII – Serviços: sapateiros, relojoeiros e comércio de sacos plásticos e de pano 2,5%;

Grupo VIII – Outros: produtos de umbanda, ervas medicinais, plantas e flores ornamentais e artesanato regional, 2,5%.

§ 1º Nas feiras em que, atualmente, o percentual do grupo hortigranjeiro esteja abaixo do definido, caso haja abertura de vagas, estas deverão ser destinadas a este grupo, até atingir o percentual mínimo estipulado.

§ 2º Se considerada inviável, a feira será desativada, podendo os feirantes ser remanejados para outras, caso existam vagas.

Art. 18. A Secretaria Municipal de economia – SECON poderá, comprovada a conveniência da medida e através de portaria específica, alterar o número, a metragem e as especificações técnicas da estrutura dos equipamentos de comercialização nas feiras livres.

CAPÍTULO V

Da Permissão de Uso e do Feirante

Art. 19. Respeitadas as restrições deste Decreto, podem comercializar nas feiras as pessoas físicas maiores e capazes, nos termos da legislação vigente, bem como as pessoas jurídicas legalmente constituídas.

Art. 20. Para habilitar-se ao exercício de feirante é necessário o preenchimento de formulário com os seguintes dados:

Nome, endereço, número da Carteira de Identidade, número do CIC, Sexo, Idade, Ocupação Principal, Produtos que deseja comercializar, Carteira de Saúde, Carteira de Manipulador de Alimentos, 02 (duas) fotos 3 x 4, instruindo requerimento ao Secretário Municipal de Economia.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas deverão apresentar certidão de Registro na Junta Comercial, Contrato Social, CGC/MF, Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Inscrição Municipal, o Produto que pretende comercializar, instruindo requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Economia.

Art. 21. Pessoas Jurídicas deverão indicar um único preposto para cada matrícula adquirida, o qual deverá permanecer a frente do equipamento, sob pena de revogação da permissão de uso.

Art. 22. Não será deferida permissão de uso a sócio ou cônjuge de sócio de pessoa jurídica já feirante.

Art. 23. A permissão de uso concedida para o exercício das atividades previstas neste Decreto se-lo-á a título precário, podendo, a qualquer tempo, ser cancelada unilateralmente e a critério exclusivo da Administração Municipal, por oportunidade ou conveniência supervenientes, consoante as normas disciplinadoras que regem a matéria, inerentes a utilização dos bens Públícos de uso especial.

Art. 24. O feirante poderá ocupar até no máximo 03 (três) equipamentos de comercialização, obedecendo aos critérios técnicos definidos no artigo 27, ressalvando-se os casos já existentes.

Parágrafo único. Serão contados como número de equipamentos aqueles destinados à esposa, filhos e parentes até o 2º grau.

Art. 25. Anualmente, no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Economia – SECON, o permissionário deverá providenciar a atualização de sua matrícula, declarando, mediante petição dirigida ao Diretor do DFMP, que todas as suas obrigações perante aos órgãos de inspeção sanitária estão sendo devidamente cumpridas, notadamente no que diz respeito à atualização da carteira de saúde.

§ 1º. A revalidação da matrícula poderá ser indeferida quando o permissionário apresentar antecedentes que não o recomendem para o exercício da atividade ora regulamentada.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Saúde, através do Departamento de Vigilância Sanitária (SEMSA/DEVISA), em suas inspeções nas feiras livres de Belém, verificando o descumprimento das exigências constantes no caput do presente artigo, autuará, de imediato, o permissionário infrator, comunicando o ocorrido, via ofício, à SECON, para que esta instaure o devido processo administrativo de cancelamento do Termo de Permissão de Uso.

Art. 25. Anualmente, no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Economia – SECON, e enquanto vigente a permissão de uso, o feirante deverá providenciar a revalidação e atualização de sua matrícula, exibindo o comprovante de contribuição sindical, Carteira de Saúde atualizada e outros documentos que, na oportunidade, lhe forem exigidos.

Parágrafo único. A revalidação da matrícula poderá ser indeferida, quando o feirante apresentar antecedentes que não o recomendem para o exercício da atividade ora regulamentada. (REDAÇÃO ORIGINAL)

Art. 25 com NR dada pelo Decreto nº 84.927, de 03/02/2016 (DOM nº 12.980, de 05/02/2016).

Art. 26. O feirante poderá, a qualquer tempo, solicitar baixa total da permissão de uso, ressalvados os débitos porventura existentes.

Art. 27. Verificadas vagas de feirantes, a Secretaria Municipal de Economia – SECON publicará edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, para convocação de interessados. As vagas serão preenchidas com observância dos seguintes critérios técnicos sucessivamente:

I – por feirante, que já estejam operando na mesma feira e desejem obter outra permissão;

II – por feirantes que desejam alterar o seu ramo de comércio;

III – por feirantes que estejam operando em outras feiras e delas desejem ser transferidos, respeitado o início de atividade, onde o feirante mais antigo terá a preferência do ramo de comércio;

IV – por aqueles que, pela primeira vez, requererem a permissão de uso, observada a ordem cronológica de entrada dos requerimentos.

Parágrafo único. Se, após a observância dos critérios técnicos estabelecidos neste artigo, ainda sobrarem vagas, serão expedidos novos editais.

Art. 28. Aos feirantes pertencentes às feiras das categorias “A” e “B”, que vierem a sofrer processo de extinção, redução de equipamentos ou supressão do ramo de comércio, a Secretaria Municipal de Economia – SECON, antes de executar as referidas medidas, publicará edital específico oferecendo vagas em feiras para os atingidos, respeitando, para efeito de classificação, o início de atividade, a preferência ao feirante mais antigo e o grupo de comércio.

Art. 29. O feirante deverá estar à frente de seu equipamento e exercer pessoalmente o seu comércio, sob pena de revogação da permissão de uso.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica ao feirante que indicar preposto, que deverá ser matriculado e cadastrado pela Secretaria Municipal de economia – SECON e permanecer à frente do equipamento durante o período de comercialização, sob pena de cassação sumária da matrícula e revogação da permissão de uso.

§ 2º O preposto indicado não poderá vincular-se a mais de uma matrícula.

Art. 30. O feirante poderá contar com o concurso de empregados, e será de sua inteira responsabilidade a observância das leis trabalhistas e previdenciária.

Parágrafo único. Os empregados de feirantes deverão, durante suas atividades, apresentar-se munidos de ficha de saúde fornecida pelo órgão municipal competente, da qual conste não sofrerem de moléstia contagiosa ou infecto-contagiosa.

Art. 31. Os feirantes, pessoas físicas ou jurídicas, respondem, perante a Administração, pelos atos de seus empregados e prepostos, quanto à observância dos regulamentos municipais.

Parágrafo único. Os empregados e prepostos serão considerados procuradores, para efeito de receber autuações, intimações e demais ordens administrativas.

Art. 32. Falecendo o feirante ou resultando inválido, poderá o Secretário Municipal de Economia, ressalvados os interesses da Administração, deferir a permissão de uso ao seu cônjuge.

Parágrafo único. Na desistência do cônjuge, poderá, da mesma forma, ser atribuída a permissão, obedecida a seguinte ordem de preferência, e desde que comprovado, pelo interessado, estar capacitado para o exercício do comércio:

I – aos filhos maiores, ascendentes, a outros descendentes maiores ou colaterais do permissionário, comprovada expressamente a desistência dos que também concorram na mesma classe;

II – à sua companheira, nos termos da legislação em vigor;

III – diretamente a terceiros interessados, com desistência expressa de todos os herdeiros.

Art. 33. O disposto no artigo anterior aplica-se ao feirante que contar, no mínimo 65 (sessenta e cinco) anos de idade, desde que tenha exercido pelo menos 20 (vinte) anos consecutivos a atividade de feirante permissionário, bem como àquele que, com qualquer idade, completar 30 (trinta) anos consecutivos de exercício como permissionário, ou se aposentar de acordo com as leis previdenciárias.

Parágrafo único. No caso de aposentadoria, o pedido de transferência da permissão somente será considerado definitivo após comprovação da mesma. Não apresentado o comprovante respectivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do despacho que deferir a transferência, prorrogáveis a juízo da Administração, se a demora for justificada, será a transferência tornada insubstancial, retornando a permissão ao primeiro titular.

Art. 34. Nos casos previstos no artigo 32, com exceção do item III, e no artigo 35, o beneficiário será matriculado independentemente do pagamento do preço de início de comércio previsto no art. 87, parágrafo único, da Lei nº 7.056/77.

Art. 35. O feirante que, por mais de 02 (dois) anos, exercer, em seu nome, o comércio nas feiras livres, poderá a juízo da Administração, transferir sua matrícula a terceiros, que passarão a ser permissionários.

§ 1º O feirante que obtiver sua matrícula nos termos deste artigo, ocupará, nas feiras, o mesmo lugar de seu antecessor, após cumprir as formalidades previstas no artigo 20 e recolher aos cofres municipais, a título de taxa de transferência, a importância correspondente a 01 (uma) vez o preço anual da permissão de uso da área.

§ 2º O preço a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser recolhido em até 10 (dez) parcelas iguais e mensais.

Art. 36. Formalizada a permissão, proceder-se-á à matrícula do feirante, anotando-se no departamento competente o número de seu registro, seu nome, seu domicílio, número do processo pelo qual obteve a permissão, data de início de sua atividade, grupo de produto em que lhe será permitido operar e outras observações pertinentes.

§ 1º O feirante recolherá aos cofres municipais, a título de preço de início de comércio, a importância correspondente à classe e à metragem do equipamento, de conformidade com os termos do art. 87, parágrafo único, da Lei 7.056/77 e da Lei Municipal nº 7.645/93, de 12/07/93.

§ 2º Ao feirante será entregue um cartão de identificação, contendo:

- a) nome;
- b) número de matrícula;
- c) data do início de atividade;
- d) grupo e subgrupo de comércio;
- e) registro da feira designada;
- f) metragem permitida;
- g) antiguidade da permissão de uso.

CAPÍTULO VI

Da Comercialização

Art. 37. Só será permitida a venda de carne “in natura” nas feiras livres, quando os equipamentos destinados à sua comercialização obedecerem às especificações emanadas da Vigilância Sanitária do Município.

Art. 38. O documento fiscal, que comprove a procedência de todos os produtos a serem comercializados nas feiras livres, deverá ser exibido quando solicitado pela fiscalização competente.

Art. 39. A comercialização de gênero alimentício de origem animal e derivados deverá obedecer à legislação vigente.

Art. 40. As atividades relativas ao grupo de comidas deverão obedecer às exigências emanadas dos órgãos estadual e municipal de saúde.

Art. 41. É expressamente proibido o comércio de produtos hortigranjeiros e farinhas sobre transportes num raio de 1.000 (mil) metros em torno da feira livre, sob pena de apreensão do veículo e da respectiva carga.

Art. 42. O óleo a granel deverá ser acondicionado em recipiente próprio, do qual constará indicação bem visível de sua procedência e qualidade. Em se tratando de produto composto, será obrigatória a indicação da respectiva porcentagem.

Art. 43. A manteiga, o queijo e outros derivados do leite, bem como todos os produtos preparados e aqueles que possam ou devam ser consumidos sem cozer, deverão estar devidamente protegidos de qualquer contaminação por impurezas do ambiente.

Parágrafo único. Os produtos que necessitarem de temperatura adequada deverão, durante a comercialização, ser conservados em equipamentos apropriados.

Art. 44. A venda de queijo ralado, de presunto fatiado e mussarela fatiada será permitida, quando o produto for inspecionado e embalado nos estabelecimentos de origem, ou quando solicitado pelo comprador e na sua presença.

Art. 45. A venda de camarões frescos sem casca só será permitida quando embalados e inspecionados no estabelecimento de origem.

Art. 46. É obrigatório o uso de recipiente de material resistente e de fácil limpeza, para receber os detritos provenientes da comercialização, os quais deverão ser acondicionados em sacos plásticos para posterior recolhimento.

CAPÍTULO VII

Dos Equipamentos

Art. 47 Para exposição e venda dos produtos comercializados nas feiras livres, serão empregadas bancas e barracas, obrigatoriamente dotadas de toldos que não permitam a passagem da luz e que abriguem toda a mercadoria exposta.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Economia – SECON, determinará o tipo dos demais equipamentos tendo em vista os grupos de produtos a cuja comercialização se destinem.

Art. 48. A localização dos equipamentos nas feiras livres será feita de modo a não impedir o acesso de pedestres aos prédios situados no local, mantida, obrigatoriamente, entre eles e os equipamentos, uma passagem de 60 cm (sessenta centímetros), no mínimo, que deverá estar sempre desimpedida.

Art. 49. Na montagem das feiras, os equipamentos serão agrupados em setores, segundo os seus ramos de comércio.

§ 1º Em todas as feiras livres, a metragem máxima dos equipamentos deverá ser padronizada de acordo com o grupo de produtos comercializados, conforme abaixo especificado:

- a) Hortifrutigranjeiros 1.50 x 1.00
- b) Farinha 2.00 x 1.00
- c) Frutos do Mar 2.00 x 1.00
- d) Mercearia 2.00 x 1.00
- e) Industrializado 1.20 x 1.00
- f) Comidas 2.00 x 1.00
- g) Serviços 1.50 x 1.00
- h) Outros 1.50 x 1.00

§ 2º Será permitida a comercialização conjunta, no mesmo equipamento, dos produtos pertencentes ao mesmo grupo de comércio.

§ 3º Por ocasião da formalização do ato de permissão de uso para feiras livres e desde que os equipamentos usados pelos feirantes sejam fornecidos pelo Município, o feirante firmará um termo de responsabilidade, comprometendo-se a mantê-los em perfeitas condições de uso, desde seu recebimento até a sua devolução sob pena de indenização por dano em bem público.

Art. 50. Deverá o feirante manter equipamentos e instalações rigorosamente dentro das especificações técnicas e do espaço físico determinado pela SECON, constante do Ato Administrativo de Permissão.

CAPÍTULO VIII

Das Obrigações

Art. 51. Durante o horário de funcionamento das feiras livres, o feirante deverá portar os seguintes documentos:

- I – Cartão de identificação do feirante, conjuntamente com o documento que comprove sua identidade;
- II – Carteira de Saúde atualizada, expedida pelo órgão competente da Administração Municipal.

Art. 52. Ocorrendo extravio de qualquer dos documentos da sua atividade, deverá o feirante notificar a fiscalização e requerer, por escrito, a 2^a via ao órgão competente.

Art. 53. Os feirantes deverão, ainda, atender às seguintes obrigações:

- I – não fornecer mercadorias para revenda no recinto das feiras livres em que estiverem operando, bem como no local do exercício de sua atividade;
- II – não participar de feira clandestina ou de feira que não tenha sido designada em sua matrícula;
- III – colocar sua mercadorias rigorosamente dentro dos limites de seus equipamentos;
- IV – afixar sobre as mercadorias, de modo bem visível, indicação de seus preços, observados os tabelamentos estabelecidos pelos órgãos competentes;
- V – instalar a balança empregada para a comercialização de seus produtos em local que permita ao comprador verificar a exatidão do peso da mercadoria, conservando, devidamente aferidos, os seus pesos e medidas;
- VI – usar, no exercício de sua atividade, o uniforme que for estabelecido pela Secretaria Municipal de Economia – SECON;
- VII – observar irrepreensível compostura, discrição e polidez no trato com o público;
- VIII – apregoar sua mercadoria sem algazarra;
- IX – não se utilizar de postes ou árvores existentes no local onde estiver instalada a feira para colocação de mostruário ou para qualquer outra finalidade;
- X – observar rigorosamente o horário de funcionamento das feiras;
- XI – usar papel adequado para embrulhar os gêneros alimentícios, vedado o emprego de jornais, impressos, papéis usados ou quaisquer outros que contenham substâncias químicas prejudiciais à saúde;
- XII – manter rigorosa higiene pessoal, do vestuário, dos equipamentos e do local de trabalho;
- XIII – observar rigorosamente as exigências de ordem higiênico-sanitária previstas na legislação em vigor, quanto à exposição e venda de gêneros alimentícios;
- XIV – exhibir, quando solicitado pela fiscalização, documento fiscal de compra dos produtos a serem comercializados;
- XV – efetuar, nos prazos estabelecidos, o pagamento dos tributos devidos à Prefeitura em decorrência de sua condição de feirante, sua matrícula nos prazos estabelecidos, bem como exhibir o carnê de pagamento sempre que solicitado pela gerência da feira;
- XVI – acatar as ordens e instruções da Administração Municipal, especificamente aquelas emanadas da Secretaria Municipal de Economia – SECON;
- XVII – obedecer a setorização dos grupos de produtos determinada pela SECON, de acordo com a sua atividade;
- XVIII – realizar manutenção dos equipamentos públicos usados no exercício de suas atividades comerciais, mantendo-os em perfeito estado de conservação e utilização;
- XIX – indenizar todo e qualquer dano que voluntária ou involuntariamente venha ocorrer ao Patrimônio Municipal;
- XX – fornecer periodicamente as informações técnicas solicitadas pela gerência da feira;
- XXI – pesar as mercadorias com exatidão;
- XXII – trocar, sempre que solicitado, qualquer mercadoria vendida ou fazer restituições do valor correspondente, desde que fique apurada a procedência da reclamação efetuada;
- XXIII – conservar rigorosamente dentro dos padrões da higiene os equipamentos públicos, aparelhos e utensílios empregados na venda de seus artigos, de conformidade com as exigências emanadas dos órgãos competentes;
- XXIV – observar os preços, bem como manter os instrumentos de pesos e medidas dentro dos padrões técnicos determinados pelos Órgãos Federais de Abastecimento e de Metrologia;
- XXV – descarregar mercadorias somente dentro do horário permitido;
- XXVI – acatar as orientações dos servidores da administração municipal no exercício de suas funções em razão delas;
- XXVII – acatar a execução de ato legal sem violência ou ameaça a servidores competentes para executá-lo;
- XXVIII – não se apresentar no local de trabalho em estado de embriaguez ou entorpecência;
- XXIX – não usar ou portar armas no recinto da feira;
- XXX – não exercer qualquer atividade paralela às especificadas no artigo 17;
- XXXI – não manter material inflamável ou explosivo nos equipamentos de comercialização;
- XXXII – comercializar mercadorias em perfeito estado de consumo;
- XXXIII – exhibir, sempre que solicitado, a documentação exigida para exercício de sua atividade;
- XXXIV – em caso de ausência, justificar, por escrito, à gerência da feira.

CAPÍTULO IX

Das Penalidades

Art. 54. Os feirantes e os seus prepostos estão sujeitos às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isoladas ou conjuntamente:

- I – multa;
- II – suspensão de atividade;
- III – revogação da permissão de uso e cancelamento da matrícula.

Art. 55. Verificada qualquer infração a dispositivos deste Decreto, o infrator será multado pela autoridade incumbida da fiscalização, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. Ao feirante multado por 03 (três) vezes consecutivas na mesma infração em feira livre, será aplicada pena de suspensão.

Art. 56 A penalidade de suspensão da atividade poderá ser aplicada ao feirante que infringir qualquer dos dispositivos deste Decreto, pelo prazo de 05 (cinco) a 60 (sessenta) dias.

Art. 57. A penalidade de revogação da permissão de uso e cancelamento da matrícula, verificada a gravidade do caso e os antecedentes do infrator, poderá ser aplicada ao feirante que:

- a) expuser à venda, ou mantiver em depósito ou sob guarda, para fins de comércio, durante a realização da feira, carne “in natura”, cuja comercialização não esteja dentro dos padrões exigidos pelos órgãos competentes;
- b) permitir que terceiros, não autorizados pela Administração, usem, parcial ou totalmente, ainda que temporariamente, os seus equipamentos, durante a realização da feira livre;
- c) faltar à feira por 10 (dez) vezes consecutivas, ou 20 (vinte) vezes alternadas, durante o ano civil, sem apresentação de justificativa relevante;
- d) adulterar ou rasurar, fraudulentamente, qualquer documento necessário ao exercício de suas atividades na feira;
- e) praticar atos simulados ou prestar falsas declarações perante a Administração, para burla das leis e regulamentos;
- f) proceder com indisciplina ou turbulência, ou exercer suas atividades em estado de embriaguez ou de entorpecência;
- g) resistir à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça servidor competente para executá-la;
- h) não exercer pessoalmente seu comércio nas feiras livres, salvo as exceções previstas neste decreto;
- i) deixar de regularizar a situação dos empregados e prepostos, quer quanto à Administração Municipal, quer quanto aos órgãos competentes dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social;
- j) descumprir as obrigações previstas nos artigos 51 e 53, bem como quaisquer outras especificadas neste decreto;
- k) em caso de reincidência ao disposto no parágrafo único do artigo 55;
- l) atrasar o pagamento de tributos municipais por um período de 90 (noventa) dias.

Art. 58. O disposto no artigo anterior aplica-se também a permissionários de feiras móveis.

Art. 59. Os dirigentes sindicais ou de associações de classe que estejam na condição de permissionários públicos estão isentos do controle de freqüência, desde que haja indicação de preposto.

Art. 60. É vedado ao feirante transferir sua permissão de uso a terceiros, sem autorização da Secretaria Municipal de Economia – SECON, sob pena de revogação da permissão e cancelamento da matrícula.

Art. 61. As penalidades de exclusão da feira, cancelamento da matrícula, suspensão de atividade e revogação de permissão de uso serão aplicadas pelo Secretário Municipal de Economia – SECON, mediante processo.

Art. 62. A aplicação de qualquer penalidade será anotada no prontuário do infrator, para verificação de seus antecedentes administrativos.

Art. 63. Para aplicação das penalidades aos infratores, deverá a notificação demonstrar com clareza a infração cometida, a disposição legal infringida, hora e data da ocorrência, bem como levar as assinaturas de suas testemunhas.

Parágrafo único. Para aplicação da pena de advertência por escrito, a notificação não requererá testemunhas.

Art. 64. Na apreensão de equipamentos dos feirantes, será lavrado o auto de apreensão com duas testemunhas, fazendo-se posteriormente a remessa do material ao depósito da SECON.

Parágrafo único. A devolução dos equipamentos e mercadorias somente será feita mediante a regularização da atividade exercida e o pagamento de multa aplicada ao caso concreto, prevista na legislação vigente.

Art. 65. A aplicação de qualquer sanção prevista neste Decreto, não exime o infrator de sanar, quando for o caso, a irregularidade constatada.

Art. 66. O feirante que tiver seu cadastro cancelado em uma feira livre fica proibido de se cadastrar para comercializar em outra feira no Município de Belém.

CAPÍTULO X

Dos Direitos do Permissionário

Art. 67. Por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe, irmãos, cunhados, sobrinhos ou pessoa que, nos casos legalmente previstos, viva sob sua dependência econômica, poderá o feirante deixar de comparecer à feira durante 03 (três) dias.

Art. 68. O feirante, quando autuado, suspenso, ou tido o seu cadastro cancelado, por infração a dispositivos deste Decreto, poderá apresentar defesa por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias, à SECON, a contar do dia em que foi cientificado, acompanhada das provas que julgar necessárias.

Art. 69. Será permitido ao feirante indicar à SECON um preposto para responder e desenvolver atividades de trabalho no local permitido, através de formulário próprio, nos seguintes casos:

I – por 120 (cento e vinte) dias, em casos de gravidez e/ou pós-natalidade, mediante a apresentação do atestado médico até 10 (dez) dias após o afastamento;

II – por 08 (oito) dias, em caso de casamento e nascimento de filhos, comprovado o fato, mediante apresentação de certidão respectiva, em até 30 (trinta) dias.

Art. 70. No caso de falta por motivo de doença, deverá ser apresentado o atestado médico após ausência de 15 (quinze) dias, podendo o feirante ficar ausente da feira no período estipulado pelo atestado.

§ 1º No terceiro dia de ausência, o feirante, pelo motivo acima descrito, deverá fazer o comunicado em formulário próprio da SECON. Nos casos em que o feirante estiver impossibilitado de preencher pessoalmente o formulário, este poderá ser preenchido por um parente, devendo indicar o preposto que irá substituí-lo.

§ 2º Em todos os casos de afastamento justificado, a permissão ficará vigorando, desde que o feirante continue recolhendo os tributos públicos municipais.

Art. 71. O feirante ou preposto por ele indicado poderá contratar empregados, ficando sob sua inteira responsabilidade a observância das leis trabalhistas e previdenciária.

Art. 72. O feirante portador de moléstia contagiosa deverá notificar o fato à gerência da feira, que autorizará o seu afastamento do local onde desenvolve suas atividades de trabalho.

Parágrafo único. No caso de afastamento definitivo, o equipamento de uso do feirante afastado ficará à disposição da SECON e deverá ser ocupado de conformidade com os critérios definidos no artigo 32 deste Decreto.

Art. 73. Após cada 12 (doze) meses no efetivo exercício das atividades de trabalho, poderá o feirante afastar-se pelo prazo de 30 (trinta) dias, desde que comunique o fato e indique seu substituto à gerência da feira.

CAPÍTULO XI

Disposições Finais

Art. 74. À Secretaria Municipal de Economia, além de outras atribuições previstas neste Decreto, compete ainda:

I – elaborar normas pertinentes às feiras livres, orientando e supervisionando o cumprimento da legislação;

II – manter atualizado o cadastro dos equipamentos de abastecimento de cada feira livre, bem como de seus agentes manipuladores;

III – executar as atividades administrativas de licenciamento de feirantes;

IV – arrecadar os tributos municipais devidos pelos feirantes, bem como decidir sobre qualquer alteração ou modificação de suas permissões de uso;

V – fiscalizar o cumprimento das normas legais e posturas relativas às feiras livres;

VI – promover a realização de feiras livres extraordinárias, com a participação somente de permissionários cadastrados na Secretaria Municipal de Economia – SECON.

Art. 75. Ao Departamento de Feiras, Mercados e Portos compete:

I – fiscalizar o cumprimento de todas as normas legais referentes ao funcionamento das feiras livres e às atividades ligadas às mesmas, bem como às relativas aos seus equipamentos e aos seus agentes manipuladores;

II – intimar e autuar os feirantes que estiverem em desacordo com as normas preconizadas neste Decreto;

III – dimensionar as feiras livres e estabelecer o número e localização de seus equipamentos;

IV – apreender mercadorias, veículos e equipamentos encontrados na área de localização das feiras livres em desacordo com as prescrições legais;

V – dar conhecimento imediato ao Secretário Municipal de Economia de qualquer irregularidade verificada nas feiras, ou que envolva feirantes;

VI – dar atendimento aos interessados na atividade em feira livre;

VII – afastar os ambulantes que se encontrem na área de localização das feiras, bem como fazer cessar qualquer tipo de

comércio clandestino que ali se realize;

VIII – identificar a necessidade de planificação de feiras, bem como sua execução.

Art. 76. O servidor designado para exercer fiscalização nas feiras deverá usar, durante o seu trabalho, identificação externa, conforme modelo a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Economia – SECON.

Art. 77. Fica proibido ao servidor exerceente de atividades nas feiras livres efetuar compras durante o seu horário de trabalho, bem como aos servidores da SECON tratar de interesses de feirantes junto às repartições públicas.

Art. 78. Fica proibido o comércio exercido por ambulantes no local onde esteja instalada a feira livre, bem como qualquer tipo de campanha para venda de gêneros alimentícios, quer sejam em bancas, barracas ou veículos.

Parágrafo único. Serão apreendidos e encaminhados aos depósitos municipais as mercadorias, veículos, equipamentos, folhetos, formulários e todo e qualquer material utilizado na comercialização irregular, exceto mercadorias perecíveis.

Estas, quando apreendidas, deverão ser analisadas por fiscais da vigilância sanitária e, se em condições de consumo, doadas a entidades filantrópicas. Se apresentarem sinais de deteriorização, deverão ser inutilizadas.

Art. 79. A taxa de transferência de matrícula entre pessoas jurídicas será cobrada em dobro e recolhida de uma só vez aos cofres municipais.

Art. 80. Os atos praticados por terceiros, em nome dos permissionários de feiras livres, somente serão admitidos mediante a apresentação de procuração por instrumento público.

Art. 81. Será denominado “Dia do Feirante” o dia 28 de agosto de cada ano.

Art. 82. Ficam os gerentes de feiras livres do Município de Belém, responsáveis pela fiel observância de comercialização nas feiras livres.

Art. 83. É expressamente proibido aos funcionários da SECON possuir qualquer equipamento de comercialização nas feiras livres.

Art. 84. A transferência e/ou permissão para novos feirantes somente poderão ser autorizados pelo Secretário Municipal de Economia.

Art. 85. Os casos omissos serão apreciados e decididos pela SECON.

Art. 86. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HÉLIO MOTA GUEIROS

Prefeito Municipal de Belém

Atenção: Considerando-se a possibilidade de erros de digitação, arquivos desatualizados, ou a ação de terceiros, mesmo que remotamente, é possível que existam documentos que não guardem total fidelidade aos textos oficiais. É imprópria e desaconselhável a sua utilização como suporte em ações públicas, portanto, deve-se restringir a utilização dessa página apenas à **consultas**.